

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Pedagogia e Educação**

“Escola Sensível e Transformacionista”

**- O Desporto na Escola como estratégia de mudança
das organizações educativas -**

VOLUME I



Candidato: João Varão Maurício Marreiros

166 308

Orientador: Professor Doutor Luís Marques Barbosa

Tese para a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação

“Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

Évora 2005

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Pedagogia e Educação**

**“Escola Sensível e Transformacionista”
- O Desporto na Escola como estratégia de mudança
das organizações educativas -**

VOLUME I

Candidato: João Varão Maurício Marreiros

Orientador: Professor Doutor Luís Marques Barbosa

Tese para a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação

“Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

Évora 2005

Resumo

A integração dos alunos nas nossas escolas na prática desportiva, desperta um conjunto alargado de preocupações de grande importância, nomeadamente a sociabilização e a sua integração no fenómeno desportivo dentro do contexto da escola.

Com este estudo, pretendemos sensibilizar estudantes do Ensino Superior, os educadores e em especial os professores de Educação Física responsáveis por Grupos/Equipas do Desporto Escolar, para a importância que tem a participação dos alunos naquela actividade complementar, tentando contribuir deste modo para a caracterização deste subsistema de ensino enquanto micro-sistema, que a nível da escola actua sobre o meso-sistema educativo regional e por extensão no macro-sistema nacional.

Com a realização de actividades motoras, a educação do movimento prioriza o aspecto motor na formação dos alunos, quando se faz coincidir as suas características psicológicas e fisiológicas ao conteúdo específico das respectivas modalidades praticadas, por forma a que caminhando na educação pelo movimento se trabalhem além da componente motora, também os aspectos afectivos, cognitivos e sociais.

Defendemos um Desporto na Escola que apresente como primeiros objectivos, a saúde, o jogo, o humor e a festa. A escola, deve educar, dando a humildade dos limites a nível da expressão corporal no desenvolvimento cultural e socio-económico de um povo, podendo ser uma prática salutar, se não existirem violências e hostilidades.

É indispensável que o Ministério da Educação, atribua definitivamente, a justa importância ao Desporto na Escola, comprovando as iniciativas convenientes à cultura desportiva, onde deverá predominar a perspectiva pedagógica e cultural a nível desportivo.

A vida estará em movimento se o movimento estiver nessa própria vida gerando o corpo em movimento a transcendência para os valores.

Através desta investigação que envolveu turmas em ciclos diferentes e em três escolas, desejamos que a mesma sirva de suporte metodológico para que outros projectos possam ser desenvolvidos e orientados sobre esta temática.

Abstract

The integration of students into our schools vis-à-vis sports raises a number of major concerns, namely their socialisation and integration into the sports' area in the context of the school.

This study seeks to raise the awareness of Further Education students and educators, particularly P.E. (Physical Education) teachers responsible for School Sports' Groups/Teams about how important it is for pupils to participate in the said complementary activity, thereby seeking to contribute to the reality of this characterisation of this education subsystem in a micro-system at school level and into a meso-system at regional level and a macro-system at national level by way of the Schools' Sports Coordinating Office.

By carrying out motor activities, movement education prioritises motor-related aspects in student training when their psychological and physiological characteristics correspond to the specific content of the respective sports practised. In this way education through movement not only has a motor component, but also contributes to affective, cognitive and social aspects.

We are also great believers in Sport at School whose primary aims are health, playing, humour and fun. The school should educate, placing due limits on bodily expression in the cultural and socio-economic development of a people, and it can be a healthy activity as long as there is no violence or hostility.

It is vital that the Ministry of Education definitively attributes due importance to Sport at School, with the initiatives proving appropriate for sports' culture where the teaching and cultural elements shall predominate.

Life will be in motion if the movement is in life itself, with the body in motion generating transcendence to other values.

We hope that this research - involving classes of different years and in three schools - will serve as the methodological support for other projects to be developed and oriented on this topic.

Agradecimentos

O conteúdo desta Tese encontra-se enriquecido tanto nas análises que compõem o texto principal, como nos seus anexos, através do contributo dado por muitas pessoas que nos davam segurança, a quem endereçamos o nosso mais sincero e reconhecido agradecimento.

Assim, em primeiro lugar, desejamos deixar expressos os devidos agradecimentos:

Ao Professor Doutor Luís Marques Barbosa, responsável pelos Seminários que regularmente se realizaram, e foram quase seis dezenas permitindo não só utilizar a actividade de caracterização de processos formativos, mas também, e em simultâneo, enquadrar essa mesma pesquisa nas actividades de mudança organizacional das instituições educativas. Ao mesmo tempo foi-nos permitido ver melhor quais os factores institucionais, sociólogos e culturais, que interferem nas relações que os agentes educativos mantêm dentro e ao redor da Escola, nomeadamente no associativismo desportivo.

Também para este Professor orientador científico desta Tese, pela paciência, amizade, total disponibilidade para nos ajudar a ultrapassar algumas dificuldades e pela maneira simples com que nos foram dados os elementos para se investigar, agradecemos o empenho, o espírito de colaboração demonstrado e a supervisão detalhada e rigorosa, o espírito crítico e convincente que nos impediu de persistir em muitos caminhos errados, mesmo se, apesar de tudo, caímos em alguns.

Agradecimentos também aos colegas da equipa de investigadores, que nos enriqueceram com os seus saberes, manifestados sempre numa total disponibilidade e colaboração. Também deles recebemos segurança com as suas apreciações.

A todas as pessoas que nos facultaram os dados referentes às escolas onde efectuámos a investigação, nomeadamente os alunos que colaboraram na realização desta investigação, bem como os professores, Luís Vicente, Carlos Ribeiro e Manuel Pinto.

Também a todos os outros alunos que ao longo da nossa carreira docente de quase quatro décadas, nos apoiaram com as suas perguntas, a fazer a reflexão acerca da problemática que aqui apresentamos.

Naturalmente, tudo o que de menos positivo surgir nas páginas que se seguem é da nossa exclusiva responsabilidade. Contudo, devemos sublinhar o nosso reconhecimento por diversos apoios prestados, quer pelo Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, quer pela Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais. Aqui fica registado o nosso reconhecimento.

A todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração desta Tese, o nosso reconhecimento, pois sem eles, não teria sido possível levar a bom termo este trabalho.

Os meus agradecimentos também à Fundação para a Ciência e Tecnologia do então Ministério da Ciência e do Ensino Superior, que nos termos do Regulamento de Formação Avançada e Qualificação de Recursos Humanos, e tendo em conta a aplicação do Estatuto do Bolseiro em Investigação Científica, nos concedeu uma Bolsa Individual de Investigação Científica, na sequência de concurso público e de avaliação independente, financiada pelo Fundo Social Europeu e de fundos nacionais.

Finalmente, os últimos são os primeiros, pelo carinho, pelo constante apoio e pelo sentimento da mais profunda gratidão com que sempre nos presentearam, desde o início, até às fases mais delicadas da conclusão deste trabalho, não serão olvidados, considerando eternamente grato à Maria Clara, a minha companheira de hoje e de sempre, bem como aos meus filhos, Nuno Miguel e Ana Sofia, que nos deram apoio para efectuar este trabalho, mesmo quando deveríamos estar com eles e nos refugiávamos para pesquisar e escrever, fugindo deste modo ao convívio familiar. Também para eles o nosso muito obrigado pelo apoio, incentivo, compreensão e ternura que tiveram para connosco nas longas horas de preparação desta investigação.

Finalmente, para a memória dos meus pais, aos quais devo a razão da minha existência aqui fica expresso a minha eterna saudade.

Índices

Índice Geral

	Pág.
Resumo	III
Abstract	IV
Agradecimentos	V
Índices	VII
Índice Geral	VIII
Índice de Quadros	XIII
Índice de Gráficos	XV
Índice de Figuras	XVIII
Abreviaturas e siglas utilizadas	XIX
Glossário	XX
Introdução	1

CAPÍTULO I Revisão da Literatura

1.1. Revisão da Literatura	8
----------------------------------	---

CAPÍTULO II A Temática

2.1. Enquadramento histórico, político e jurídico do Desporto Escolar	53
2.2. O aparecimento do Desporto Escolar	53
2.3. A importância da Educação Física no desenvolvimento do Desporto Escolar	62
2.4. O Desporto Escolar como subsistema	66
2.5. Finalidades do Desporto Escolar	68
2.6. O Programa do Desporto Escolar	69
2.6.1. Princípios	69
2.6.2. Objectivos	72
2.6.3. Actividade Interna	72
2.6.4. Actividade Externa	72
2.6.5. Âmbito e extensão do Desporto Escolar	72
2.6.6. Recursos	73
2.7. O Desporto no âmbito da Constituição da República Portuguesa	74
2.8. O Desporto Escolar no âmbito dos Governos Constitucionais	76

CAPÍTULO III

A Problemática

3.1. Formulação do problema	87
3.2. Objecto de estudo	88
3.3. Delimitação da questão de partida	89
3.4. Hipótese de partida	90
3.5. Objectivos	91
3.6. Definição do objectivo geral	91
3.7. Definição dos objectivos específicos	91

CAPÍTULO IV

Metodologia

4.1. Aspectos metodológicos	94
4.1.1. M1 - Fase Empírica (Investigação-Acção)	97
4.1.2. M2 - Fase Experimental (Investigação-Acção)	97
4.1.3. M3 - Fase de Formação (Investigação-Acção/Formação)	98
4.1.4. M4 - Construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa	98
4.2. Construção de Oficinas de estilo de vida saudável	99
4.3. Continuação da investigação no futuro	101
4.4. Investigação-Acção/Formação	102

CAPÍTULO V

Estudo Empírico

5.1. Negociação do espaço de intervenção – M1	107
5.2. Recolha de dados	108
5.3. Tipologia dos estabelecimentos de educação e ensino	113
5.4. Negociações do espaço de intervenção do questionário	115
5.4.1. Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (Santarém)	115
5.4.2. Centro de Área Educativa do Oeste (Torres Vedras)	117
5.4.3. Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (Lisboa)	117
5.5. Aplicação do questionário aos Coordenadores do Desporto Escolar	119
5.5.1. Justificação do estudo	119
5.5.2. Objecto de estudo	119
5.5.3. Objectivo do estudo	119
5.5.4. Universo	120
5.5.5. Caracterização da amostra	120
5.5.6. Amostra	121
5.5.7. Instrumento de recolha de dados	122
5.5.8. Processo de recolha de dados	124
5.5.9. Análise dos dados	125
5.5.10. 1ª Fase - Estatística Descritiva	125
5.5.11. Análise dos dados dos Coordenadores do Desporto Escolar	126

5.5.12. Síntese dos indicadores fortes e fracos manifestados pelos Coordenadores do Desporto Escolar	147
5.6. Aplicação do questionário aos alunos do 12º ano	148
5.6.1. Universo	148
5.6.2. Caracterização da amostra	148
5.6.3. Amostra	148
5.6.4. Instrumento de recolha de dados	149
5.6.5. Processo de recolha de dados	151
5.6.6. Análise dos dados dos alunos do 12º ano	151
5.6.7. Síntese dos indicadores fortes e fracos manifestados pelos Alunos do 12º ano	164
5.7. Análise do cruzamento de dados	165
5.8. 1ª Fase – Estatística Descritiva	165
5.9. 2ª Fase – Inferência Estatística	165
5.10. Correlação de dados	166
5.11. Carta de variáveis	173
5.12. Hipóteses de intervenção	174

CAPÍTULO VI

Quase-Experimentalidade

6.1. Metodologia Quase-Experimental – M2 – M3	177
6.2. A realização de questionários nas escolas	183
6.2.1. Escola Básica 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém	184
6.2.1.1. Caracterização do Estabelecimento de Ensino	184
6.2.2. Escola Básica 2,3 General Humberto Delgado - Santo António dos Cavaleiros - Loures	186
6.2.2.1. Caracterização do Estabelecimento de Ensino	186
6.2.3. Escola Secundária de Alcobça Dª Inês de Castro	188
6.2.3.1. Caracterização do Estabelecimento de Ensino	188
6.3. Carta de Intervenção Estratégica	190
6.3.1. Introdução	191
6.3.2. Finalidades	194
6.3.3. Objectivo Geral	194
6.3.4. Objectivos Específicos	195
6.3.5. Seminários	195
6.3.6. Avaliação	195
6.3.7. Perfil das actividades	200
6.4. Orientação - Carta de Intervenção Estratégica	208
6.5. Orientação	209
6.5.1. Síntese histórica	209
6.5.2. Objectivos	209
6.5.3. Perfil das competências específicas das actividades	210
6.5.4. Painel de actividades	211
6.5.5. Recursos	211
6.5.6. Grelha de observação directa	211

6.6. Orientação / M4 - Construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa	212
6.7. Atletismo - Carta de Intervenção Estratégica	214
6.8. Atletismo	215
6.8.1. Síntese histórica	215
6.8.2. Objectivos	215
6.8.3. Perfil das competências específicas das actividades	216
6.8.4. Painel de actividades	216
6.8.5. Recursos	217
6.8.6. Grelha de observação directa	217
6.9. Atletismo / M4 - Construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa	218
6.10. Futsal - Carta de Intervenção Estratégica	219
6.11. Futsal	220
6.11.1. Síntese histórica	220
6.11.2. Objectivos	220
6.11.3. Perfil das competências específicas das actividades	221
6.11.4. Painel de actividades	221
6.11.5. Recursos	222
6.11.6. Grelha de observação directa	222
6.12. Futsal / M4 - Construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa	223
6.13. Conclusões	224
6.14. Actividade lúdica	225
6.15. Estilo de vida saudável	227

CAPÍTULO VII

Análise e Interpretação dos Resultados

7.1. Dados finais e triangulação das escolas de Ourém, Santo António dos Cavaleiros e Alcobaça	231
7.1.1. Anexo 3 – Alunos (Antes)	231
7.1.2. Anexos 4; 5; 6; 7 – Professores (Antes)	235
7.1.3. Anexo 8 – Alunos (Durante)	235
7.1.4. Anexo 9 – Alunos (Durante)	237
7.1.5. Anexos 10; 11; 12 – Professores (Durante)	238
7.1.6. Anexo 13 – Alunos (Depois)	238
7.1.7. Anexos 14; 15; 16 – Professores (Depois)	240
7.2. Dados finais referentes às avaliações no ano lectivo de 2003/04	242
7.2.1. Índice de positivas no total das disciplinas curriculares	242
7.2.2. Índice de positivas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Português B	245
7.2.3. Índice de positivas na disciplina de Matemática	247
7.2.4. Índice de positivas na disciplina de Educação Física	248
7.2.5. Síntese da média das taxas de variação	249
7.3. Apresentação de análises inferenciais	250

7.4. Verificação das hipóteses de estudo	253
--	-----

CAPÍTULO VIII

Conclusões e Pistas de Trabalho para o Futuro

Conclusões	256
Limitações de estudo	263
Sugestões e pistas de trabalho para o futuro	264
Recomendações	268
Bibliografia	271
Referências Bibliográficas	288
Legislação Específica	290
Anexos	297
Índice de anexos	300

Índice de Quadros

	Pág.
Quadro 1 – Governos Provisórios e Constitucionais	84
Quadro 2 – Categoria inferior a 10 anos de serviço	111
Quadro 3 – Categoria entre 10 e 30 anos de serviço	111
Quadro 4 – Categoria superior a 30 anos de serviço	112
Quadro 5 – Questões transversais e não transversais	113
Quadro 6 – Distribuição dos professores por escolas e anos de serviço ..	113
Quadro 7 – Ex-Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo	114
Quadro 8 – Caracterização da amostra	120
Quadro 9 – A amostra	122
Quadro 10 – Síntese dos indicadores fortes e fracos manifestados pelos Coordenadores do Desporto Escolar	147
Quadro 11 – A amostra dos alunos do 12º ano	148
Quadro 12 – O sexo dos alunos do 12º ano	149
Quadro 13 – Comparação da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino	155
Quadro 14 – Síntese dos indicadores fortes e fracos manifestados pelos Alunos do 12º ano	164
Quadro 15 – I Bloco – Coordenadores do Desporto Escolar – A imagem do Desporto Escolar	167
Quadro 16 – II Bloco – Coordenadores do Desporto Escolar – As estruturas administrativas e funcionais	169
Quadro 17 – III Bloco – Coordenadores do Desporto Escolar – O estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento	170
Quadro 18 – II Bloco – Alunos – As estruturas administrativas e funcionais	171
Quadro 19 – III Bloco – Alunos – O estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento	172
Quadro 20 – A distribuição dos alunos pelas respectivas escolas que participaram na Investigação-Acção/Formação	179
Quadro 21 – A percentagem da população escolar	180
Quadro 22 – A participação dos alunos nas respectivas modalidades	181
Quadro 23 – O número de Alunos / Ex-CAE's / Escalões / Sexo, no ano lectivo de 2003/04	182
Quadro 24 – O número de Equipas / Ex-CAE's / Escalões / Sexo, no ano lectivo de 2003/04	182
Quadro 25 – A percentagem de alunos nas respectivas modalidades	183
Quadro 26 – Seminários realizados nas escolas	195
Quadro 27 – As competências	196
Quadro 28 – Os níveis da estrutura do corpo humano	199
Quadro 29 – A idade dos alunos do Grupo Experimental e de Controlo ...	231
Quadro 30 – O sexo dos alunos no Grupo Experimental e de Controlo	232

Quadro 31 – A participação ou não dos alunos no Desporto Escolar	232
Quadro 32 – Parâmetros indicadores da metodologia quase-experimental	240

Índice de Gráficos

	Pág.
Gráfico 1 – A idade dos Coordenadores do Desporto Escolar	126
Gráfico 2 – O sexo dos Coordenadores do Desporto Escolar	126
Gráfico 3 – A categoria profissional dos Coordenadores do Desporto Escolar	127
Gráfico 4 – Os anos de serviço dos Coordenadores do Desporto Escolar	127
Gráfico 5 – A experiência dos Coordenadores do Desporto Escolar	128
Gráfico 6 – O sector de ensino dos Coordenadores do Desporto Escolar	128
Gráfico 7 – A identificação do Desporto Escolar na escola	129
Gráfico 8 – O Desporto Escolar como variável cultural	129
Gráfico 9 – Os órgãos de administração e gestão da escola	130
Gráfico 10 – A articulação do Desporto Escolar com a Educação Física ..	130
Gráfico 11 – A articulação do Desporto Escolar com as outras disciplinas ..	131
Gráfico 12 – A articulação entre os professores dos Grupos/Equipa e o Coordenador do Desporto Escolar	131
Gráfico 13 – Os alunos nas acções de formação na escola	132
Gráfico 14 – Os alunos nas acções de formação no Centro de Área Educativa	132
Gráfico 15 – A participação da Associação de Estudantes no Desporto Escolar	133
Gráfico 16 – Os alunos federados na escola	133
Gráfico 17 – O Centro de Área Educativa e a comunicação com a escola	134
Gráfico 18 – O correio electrónico	134
Gráfico 19 – O Desporto Escolar e a Autarquia	135
Gráfico 20 – Os representantes da Autarquia	135
Gráfico 21 – A sensibilização dos Pais e Encarregados de Educação	136
Gráfico 22 – Os representantes dos Encarregados de Educação	136
Gráfico 23 – A sensibilização dos alunos	137
Gráfico 24 – A sensibilização dos Professores de Educação Física	137
Gráfico 25 – A integração do Desporto Escolar no Projecto Educativo	138
Gráfico 26 – Os horários das actividades curriculares e actividades do Desporto Escolar a nível interno	138
Gráfico 27 – Os horários das actividades curriculares e actividades do Desporto Escolar a nível externo	139
Gráfico 28 – Os horários dos alunos	139
Gráfico 29 – O acesso de todos às actividades do Desporto Escolar	140
Gráfico 30 – A matrícula e a preferência dos alunos	140
Gráfico 31 – As preferências dos alunos e a oferta da escola	141
Gráfico 32 – As modalidades com planeamento plurianual	141
Gráfico 33 – Os valores das vitórias, dos recordes e dos campeões	142
Gráfico 34 – Os aspectos que o Desporto Escolar melhor pode oferecer aos alunos	142

Gráfico 35 – O pior que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos	143
Gráfico 36 – A construção do estilo de vida activo e saudável	143
Gráfico 37 – A construção da educação para a cidadania	144
Gráfico 38 – A prática desportiva na escola e a dinamização dos comportamentos dos alunos	144
Gráfico 39 – Os interesses e as necessidades dos alunos inscritos no Desporto Escolar	145
Gráfico 40 – As matérias que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos	145
Gráfico 41 – A construção da cultura desportiva	146
Gráfico 42 – A avaliação da Actividade Interna	146
Gráfico 43 – A idade dos alunos	151
Gráfico 44 – O sexo dos alunos	152
Gráfico 45 – A participação ou não durante os 12 anos de escolaridade na actividade do Desporto Escolar	152
Gráfico 46 – A participação no Desporto Escolar dos alunos no 1º Ciclo .	153
Gráfico 47 – A participação no Desporto Escolar dos alunos no 2º Ciclo .	153
Gráfico 48 – A participação no Desporto Escolar dos alunos no 3º Ciclo .	154
Gráfico 49 – A participação no Desporto Escolar dos alunos no Secundário	154
Gráfico 50 – A participação no Desporto Escolar dos alunos de educação escolar nos ensinios Básico e Secundário	155
Gráfico 51 – Os representantes da Autarquia no Núcleo do Desporto Escolar	156
Gráfico 52 – A sensibilização dos Pais e Encarregados de Educação para o Desporto Escolar	156
Gráfico 53 – Os representantes dos Encarregados de Educação na direcção do Núcleo do Desporto Escolar	157
Gráfico 54 – A sensibilização dos alunos para o Desporto Escolar	157
Gráfico 55 – A sensibilização dos professores de Educação Física para o Desporto Escolar	158
Gráfico 56 – Os horários curriculares a e realização das actividades do Desporto Escolar	158
Gráfico 57 – Os horários curriculares e a realização das actividades do Desporto Escolar a nível externo	159
Gráfico 58 – A compatibilidade dos horários dos professores com os horários dos alunos	159
Gráfico 59 – O acesso a todos às actividades do Desporto Escolar	160
Gráfico 60 – A preferência dos alunos relativamente aos Grupos/Equipa que gostariam de ter na escola	160
Gráfico 61 – A melhor oferta do Desporto Escolar aos alunos	161
Gráfico 62 – O pior que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos	161
Gráfico 63 – A ajuda que o Desporto Escolar pode dar aos alunos na construção de um estilo de vida activo e saudável	162
Gráfico 64 – A construção da educação para a cidadania	163
Gráfico 65 – A prática desportiva na escola enquanto dinamizadora de comportamentos dos alunos	163

Gráfico 66 – Diagrama de dispersão sobre a imagem do Desporto Escolar	168
Gráfico 67 – Diagrama de dispersão sobre as estruturas administrativas e funcionais	170
Gráfico 68 – Diagrama de dispersão sobre o estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento	171
Gráfico 69 – Diagrama de dispersão sobre as estruturas administrativas e funcionais	172
Gráfico 70 – Diagrama de dispersão sobre o estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento	173
Gráfico 71 – Distribuição dos principais indicadores na vertente da Prática Desportiva	236
Gráfico 72 – Distribuição dos principais indicadores na vertente Lúdico-Cultural	237
Gráfico 73 – Triangulação de dados do índice de positivas no 1º Período	242
Gráfico 74 – Triangulação de dados do índice de positivas no 2º Período	243
Gráfico 75 – Triangulação de dados do índice de positivas no 3º Período	243
Gráfico 76 – Triangulação da taxa de variação no ano lectivo 2003/04	244
Gráfico 77 – Triangulação da taxa de variação no ano lectivo 2003/04	245
Gráfico 78 – Taxa de variação da avaliação nas disciplinas de Língua Portuguesa e Português B	245
Gráfico 79 – Taxa de variação da avaliação nas disciplinas de Língua Portuguesa e Português B	246
Gráfico 80 – Taxa de variação da avaliação na disciplina de Matemática	247
Gráfico 81 – Taxa de variação da avaliação na disciplina de Matemática	247
Gráfico 82 – Taxa de variação da avaliação na disciplina de Educação Física	248
Gráfico 83 – Taxa de variação da avaliação na disciplina de Educação Física	249
Gráfico 84 – Média das taxas de variação da avaliação nas disciplinas nos respectivos Ciclos	249
Gráfico 85 – Média das taxas de variação da avaliação nas disciplinas nos respectivos Ciclos	250

Índice de Figuras

	Pág.
Figura 1 – Novo paradigma organizacional da Escola Sensível e Transformacionista	27
Figura 2 – Modelo funcional do Desporto Escolar	74
Figura 3 – Desenvolvimento da processologia metodológica da investigação	96
Figura 4 – A criação da palavra moviróbico	198
Figura 5 – O exercício físico e o movimento humano	201
Figura 6 – A estrutura perceptiva	204
Figura 7 – O Projecto Educativo na Escola Sensível e Transformacionista	228
Figura 8 – A ludicidade no movimento corporal	252

Abreviaturas e siglas utilizadas

- A.E.V. - Acção Escolar Vanguarda
ATP - Adenosina trifosfato
CAE - Centro de Área Educativa
CAE's - Centros de Área Educativa
CAELMT - Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo
CFDA - Centro de Formação Desportiva de Atletismo
CNED - Comissão Nacional para o Espírito Desportivo
CNEMA - Centro Nacional de Exposições de Material Agrícola
DE - Desporto Escolar
DEB - Departamento da Educação Básica
DES - Departamento de Ensino Secundário
DGEBS - Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário
DGIDC - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
DGD - Direcção-Geral dos Desportos
DREL - Direcção-Regional de Educação de Lisboa
DRE's - Direcções-Regionais de Educação
ENDO - Encontro Nacional de Desporto
EF - Educação Física
F.P.A. - Federação Portuguesa de Atletismo
GADE - Gabinete de Apoio ao Desporto Escolar
GCDE - Gabinete Coordenador do Desporto Escolar
GDE - Grupo Desportivo Escolar
GDE's - Grupos Desportivos Escolares
GTDEFDE - Grupo de Trabalho do Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar
INATEL - Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
INEF - Instituto Nacional de Educação Física
IND - Instituto Nacional do Desporto
INDESP - Instituto do Desporto
IPSS - Instituto Particular de Solidariedade Social
ISEF - Instituto Superior de Educação Física
LBSE - Lei de Bases do Sistema de Ensino
MODI - Movimento do Desporto Infantil
M.P. - Mocidade Portuguesa
NOEFDE - Normas Orientadoras para a Educação Física e Desporto Escolar
PEETI - Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil
PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação
ONMP - Organização Nacional da Mocidade Portuguesa
PRODEFDE - Programa de Desenvolvimento de Educação Física e Desporto Escolar
RIID - Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas
SCEFDE - Serviços de Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar

Glossário

Deixamos este Glossário em função dos dados que fomos recolhendo ao longo de quase seis dezenas de Seminários doutorais efectuados na Universidade de Évora, assim como de leituras acrescidas durante aquele período de tempo.

Agente Técnico Crítico

É um interventor pedagógico fortemente orientado para agir ao nível do pré-(Re)conhecimento e capaz de harmonizar traços de vida, campos de acção e congruências experienciadas. Deverá saber organizar, gerir e intervir, aproximando o conhecimento técnico ao científico. É um actor que sistematicamente utiliza a técnica de espelhamento, não reflectindo apenas nas práticas lectivas, mas organizando as situações educativas e pedagógicas por forma a que, através da (Re)configuração de experiências se criem cenários que permitam antecipar o futuro.

Carta de Intervenção Estratégica

É a tentativa de práticas diferenciadas, tendo em consideração a análise dos contextos educativos e a análise dos alunos como objecto de estudo.

Carta de Sinais

É uma tipificação cartográfica dos comportamentos observados por forma a despistar indicadores de desconforto enquistamento e quebra de partilha. Estas cartas não visam o enquadramento dos comportamentos em padrões de cariz patológico, mas sim a sua caracterização enquanto manifestações normais enquadradas em atitudes de defesa, com indicadores de necessidades educativas e formativas.

Carta de Varáveis

Servem para fazer o diagnóstico de questões fundamentais, com o objectivo de organizar hipóteses de intervenção, para dentro dos fenómenos ir ao encontro de variáveis de análise.

Ciência

É um conjunto sistemático e rigoroso de questões, emergindo de um paradigma e que possui matriz teórica autónoma, com as consequentes regras metodológicas e leis ou constantes tendenciais e linguagem diferente da utilizada pelo senso comum e comunidade científica. (Manuel Sérgio, 2002)

Diagnóstico de Necessidades Educativas

Corresponde à identificação das insuficiências educativas determinadas pelos sinais emitidos pelas crianças, pelos alunos.

Escola Cultural

É a que vive impulsionada, desde o seu âmago, por uma poderosa intencionalidade cultural. Essa intencionalidade cultural deve habitar o coração da própria dimensão curricular. Deve, depois e por cima, concretizar-se na dimensão extracurricular. O currículo estrito não chega. O currículo estrito é constituído por um certo número de disciplinas, fixo ou quase fixo, com os seus programas pré-determinados. Ele tem de ser complementado por actividades desportivas e culturais de frequência livre, as quais não devem ser um apêndice ornamental na botoeira da escola, mas fazer parte integrante da sua vida. A escola tem de tornar-se templo e tempo de cultura. Esta deve estar ali sob as suas formas mais importantes: a ciência, a arte, a técnica, a filosofia, o mito, a religião, o jogo. Se a escola se tornar isso, torna-se lugar e tempo da qualidade da vida infantil e juvenil (Manuel Patrício, 1996).

Escola Sensível e Transformacionista

É uma escola organizada com verdadeiros observatórios de diagnóstico de necessidades educativas de quem aprende, os alunos, e formativas de quem ensina, os professores, mas em contexto na própria escola. Esta estrutura será sensível, atendendo que está por detrás dos afectos e transformacionista, face ao investimento intencional no propósito de importar a prática do diagnóstico científico para o interior das salas de aula (Luís Barbosa, 2004).

Investigação-Acção/Formação

É uma actividade que pode conduzir à melhoria das práticas educativas dos alunos e formativas dos professores cujos conhecimentos são (Re)investidos na situação real.

Moviróbico

Movimento intencional do ser vivo que tem necessidade de oxigenação cerebral para viver.

Motricidade Humana

Quando se deu o corte epistemológico, a Educação Física no campo do racionalismo alargou o seu campo para a Motricidade Humana, que acompanha o ser humano durante toda a sua vida (Manuel Sérgio 2002).

Movimento Intencional

É um acto de mover ou de se mover, com mudança de posição no espaço em função do tempo, realizado com intenção de ordem representativa ou mental.

É também deslocação, animação, dinamismo.

Oficina de (Re)configuração de estilos de vida saudável

Estas oficinas são estruturas orientadas para o desenvolvimento humano e organizacional tendo sempre em conta as necessidades educativas dos alunos e formativas dos professores em contexto na própria escola.

Servem também para analisar como as chamadas problemáticas curriculares são concorrentes para a melhoria das aprendizagens.

No interior terá de ser executada prática reflexiva, tanto de natureza teórica como prática, ajustada ao enquadramento dos trabalhos de campo. Deverá aparecer seminários de avaliação, de controlo e de integração dos resultados.

Como a reflexão permanente sobre as práticas lectivas será uma preocupação constante, os tempos de reuniões e momentos de pausa para reflexão acrescida terão que ser considerados.

Os significados de acção educativa, que no nosso caso tem como objectivo a organização de estilos de vida saudável servirão para (Re)aprender as regras básicas da vida em comunidade, procurando não apenas o crescimento dos seres humanos, mas acima de tudo o seu desenvolvimento.

Pedagogia de Ajuda

Este modelo de acção pedagógica nasce da confluência dos princípios de relação de ajuda com os da intervenção educativa multi-referendada. Como as organizações educativas devem ser construídas como observatórios de diagnóstico de necessidades educativas dos alunos e formativas dos professores, qualquer que seja o perfil de um educador e sejam quais forem os conteúdos da sua formação técnica e científica, esses profissionais terão de ter uma elevada qualidade humana. Para ajudar a criança a descobrir, o professor deverá acolher, observar, escutar, compreender e finalmente intervir.

Técnica de Espelhamento

Esta técnica introduz junto dos profissionais de educação as práticas de reflexão sistemática, a fim de obrigar quem ensina a aprender e quem aprende a ser professor de si mesmo, ficando em condições de não só serem reflexivos como críticos face a si e ao Mundo.

Teoria emergente da prática

Ocorre sempre que o homem se espelha com o real e transforma informação que permanece latente, mas sem ser explicitada, em ocorrências determinantes das acções práticas. (Paula Maximino, 2004)

Resiliência

É o simples facto de se compreender melhor o mundo mental das crianças, para melhorar a sua relação com o Mundo que as rodeia, atendendo que por vezes as crianças desenvolvem-se correctamente, mas os que as rodeiam falham (Boris Cyrulnik, 2003).

Transcendência

É um sentido de vida que vai para além daquilo que tem, para ser mais do que aquilo que é, procurando ser melhor todos os dias, ou seja, procurando a superação. A transcendência ou a superação sobre o meio humano provoca o movimento intencional da pessoa (Manuel Sérgio, 2004).

***O movimento intencional é uma
oportunidade, não um inconveniente.***

INTRODUÇÃO

1. Introdução

Após termos efectuado o nosso Mestrado em Educação na área de Administração Escolar entendemos efectuar este trabalho de investigação com vista a obter o grau de Doutor em Ciências da Educação numa tentativa de contribuir para a análise de um problema com dimensão social, que nos preocupa há quase quatro décadas.

Desde que efectuamos o nosso Mestrado em Educação, andamos preocupados com o diagnóstico de necessidades educativas dos alunos e formativas dos professores em contexto nas suas próprias escolas.

Assim, educar sempre foi e continua a ser hoje uma tarefa eminentemente social, tal como descreve Delors (1996), tentando conseguir na situação particular do Desporto Escolar, que os alunos participem nesta actividade de complemento curricular.

A experiência vivida e acumulada ao longo da carreira de professor de Educação Física, reflecte o estado actual das nossas concepções e preocupações nesta área. Para tal, nesta aprendizagem de investigação, *desejamos encarar a mesma com a humildade de partir do ponto de nada sabermos sobre o que propomos investigar*, atendendo que, segundo Bell (1997), é investigando que todos nós aprendemos a fazê-lo. Anteriormente, já Stoer (1986), mencionou que na investigação antropológica, a distância em relação ao objecto de análise, pode realmente ajudar o investigador a evitar a imposição dos seus próprios valores.

Para Mialaret (1987), num dado momento da história, a ciência é constituída pelo conjunto dos resultados e das investigações empreendidas, pelo conjunto dos problemas que se põem para os quais os investigadores tentam encontrar uma solução. A ciência de uma época é constituída por uma aquisição e pelas aberturas para o futuro. As ciências da educação não têm um longo passado atrás de si mas estão cheias de promessas para o futuro. Num mundo em rápida evolução o seu domínio de acção será talvez um dos mais férteis para pôr à prova as outras teorias das ciências humanas.

Ora, todas as ciências do homem (Wallon, 1979), têm por objectivo a descoberta de relações exactas e, assim, tendem para ele.

De acordo com Barbosa (1997a), o acto educativo é caracterizado por ser consequência de uma nítida intenção de formar alguém, ou seja, de influenciar o seu futuro. Refere ainda que a formação de um professor tem de ser uma formação para a vida, isto é, que permita ao professor ser capaz de actuar em vários domínios.

Também para este autor (1997 b), a investigação tem de passar a ser instrumento de uso quotidiano do professor, não podendo mais ser privilégio de uns quantos.

A escola, enquanto organização educativa, deverá desempenhar um importante papel no desenvolvimento integral dos seus alunos, com o dever de considerar a escola como um espaço cultural por excelência, sendo nele que se deve dar início a práticas desportivas, para que cada aluno se aproprie dos saberes gerados pela sociedade actual.

É na escola que se devem reconstituir e recriar os processos de aprendizagem da cultura desportiva, devendo ainda a escola ser o espaço de aprender e não só o de ensinar; é o local de construção da sociedade.

Institucionalmente, no quadro dos objectivos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), assume particular importância o desenvolvimento nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário do Desporto Escolar, como actividade de complemento curricular, que faz parte de um *Subsistema¹ de conjunto de partes inter-relacionadas de um sistema mais amplo, o Sistema Educativo.*² A concretização desses objectivos determina, inequivocamente, que a actividade desportiva se integre na vida escolar, decorrendo por isso o Desporto Escolar,

¹ No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986), Nova Edição Revista e Ampliada, Editora Nova Fronteira, p. 1622, etimologicamente através da origem, formação e evolução, menciona o significado da palavra. No Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora (2004), não aparece a palavra *subsistema*.

² Segundo o Gabinete de Lançamento e Acompanhamento do Ano Escolar, no *Roteiro do Ano Escolar do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário* (1997), a descrição do Sistema Educativo, sobre a Estrutura e Organização do Ministério da Educação, o *Desporto Escolar* aparece como um Complemento do Currículo, conjuntamente com as *Visitas de Estudo e Actividades de Enriquecimento*. Estes Complementos do Currículo são aprovados pelo Conselho Pedagógico, fazendo parte integrante do Plano Anual de Actividades da Escola. Ainda como exemplos de projectos que podem constituir-se em Actividades de Complemento Curricular, nas Actividades de Enriquecimento temos também o Desporto Escolar (Circular nº 2/96, de 21 de Junho de 1996). Estes documentos ainda não sofreram alterações.

como as demais actividades escolares, sob a responsabilidade dos órgãos de gestão e administração das escolas.

Deverá ser imposto à instituição escolar uma nova cidadania que aponte mais para a ludomotricidade, mais eficaz e mais responsável impondo mudanças significativas relativamente às suas estruturas, aos seus modelos de gestão e aos seus programas.

Grilo (1997), quando então tutelava a pasta da Educação, ao se referir à apresentação na Assembleia da República (9 de Novembro de 1995), do Programa do XIII Governo Constitucional, cujas eleições legislativas foram efectuadas em 1 de Outubro de 1995, focou que a educação era prioridade do Governo em nome da sociedade, da abertura dos espíritos e do combate à ignorância e à mediocridade, tendo dito ainda que contava com a Assembleia da República para essa tarefa, a qual era de todos.

No Orçamento de Estado para o ano de 1996 apresentado na Assembleia da República em 14 de Março desse ano, Grilo (1997), focou que era o ano em que se entendia dar, através das grandes opções do Plano e do Orçamento de Estado, um sinal que traduzia, de forma clara e inequívoca a opção do Executivo em relação à educação, à formação e à qualificação das pessoas. Tratava-se assim da primeira prioridade do Governo, que importava assumir com ambição e audácia mobilizadoras.

Como componente importante de vida e história dos povos, o desporto em Portugal tem acompanhado o evoluir da sociedade portuguesa desde os fins do século XIX. Para a compreensão do sentir e do viver do nosso povo, os contributos do desporto para o património cultural do País são extremamente ricos e importantes.

Ainda Grilo (1997), na apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República (14 de Novembro de 1996), para o ano de 1997, mencionou no discurso efectuado durante a interpelação sobre política educativa, que melhorar a educação e a formação das pessoas é um desafio que, certamente poderia mobilizar a todos; as novas gerações não perdoariam se não fossem unidas vontades nesse sentido.

A educação reforça assim a importância da reflexão e do debate de ideias, como experiências de todos os agentes educativos, não podendo uma escola parar no tempo, cultivando e preservando valores ultrapassados, mas

uma escola de características prospectivas com a assimilação rápida de novas ideias e novas realidades.

As nossas preocupações vão no sentido de apresentarmos a Tese estruturada em oito capítulos, de acordo como Frada (1993), apresenta no guia para elaboração de trabalhos científicos e de acordo ainda com o guião de processologia do grupo de trabalho de doutorandos a desenvolver investigação sob orientação do Professor Doutor Luís Barbosa.

Apresentamos no primeiro capítulo a **Revisão da Literatura**, os trabalhos anteriores, as interpretações já publicadas e uma breve e não sistemática abordagem teórica de conceitos de autores, que inclui os elementos usados para a delimitação da área de investigação a qual se vai rever directamente relacionada com o presente trabalho.

Os resultados obtidos por outros investigadores que se ocuparam do Desporto Escolar, bem como as sínteses dos resultados obtidos por outrem, considerados mais relevantes para esta investigação, incidem apenas nos tópicos estudados no trabalho.

No segundo capítulo, sobre a **Temática**, estabelecemos a relação entre o enquadramento histórico, político e jurídico do Desporto Escolar, as transformações sociais e políticas que sabemos hoje em dia existirem, as quais nos levam a reflectir sobre as práticas desportivas deste início de século, sendo o seu desenvolvimento através do Desporto na Escola, um acto educativo.

O terceiro capítulo é dedicado à **Problemática**, com a formulação do problema, o objecto de estudo, a delimitação da questão e hipótese de partida, bem como os objectivos geral e específicos.

No quarto capítulo dedicado à **Metodologia** descrevem-se as metodologias aplicadas no trabalho, incluindo a escolha do método de observação, assim como a descrição da população acessível e da amostragem utilizada, bem como a descrição dos instrumentos utilizados nos diversos momentos da Investigação-Acção e da Investigação-Acção/ Formação, bem como a construção de Oficinas de estilo de vida saudável.

O **Estudo Empírico**, apresentado no quinto capítulo aborda a caracterização dos locais de investigação, aplicação de questionários, a

correlação de dados recolhidos nesta fase, assim como as cartas de variáveis e hipóteses de intervenção na fase seguinte do estudo.

No sexto capítulo, consagrado à **Quase-Experimentalidade** foi efectuada a caracterização das escolas que colaboraram neste estudo, bem como a elaboração da Carta de Intervenção Estratégica nas respectivas modalidades.

O sétimo capítulo menciona a **Análise e Interpretação dos Resultados**, com a verificação das hipóteses de estudo, para no oitavo capítulo serem apresentadas as Conclusões e Pistas de Trabalho para o Futuro.

Fazem-se considerações sobre as limitações de estudo, sugestões e pistas de trabalho para o futuro com aplicação prática em novas investigações, assim como algumas recomendações.

Assim, a introdução de uma nova cultura na escola através do desporto, como estratégia de mudança das organizações educativas, servirá para satisfazer as necessidades dos alunos, enquanto organização de diagnóstico de necessidades, numa *Escola* que se deseja *Sensível e Transformacionista*, com a respectiva formação para a cidadania, contribuindo para o desenvolvimento dos jovens, mais atentos e conscientes aos problemas do Mundo em que vivem.

A concretização desses objectivos determina, inequivocamente, que a actividade desportiva se integre na vida escolar, decorrendo por isso o *Desporto na Escola numa dimensão lúdica do movimento*, como as demais actividades escolares, sob a responsabilidade dos órgãos de gestão e administração das escolas que institucionalmente também assumem a condução dos projectos de Desporto Escolar.

Uma nova configuração da escola decorre da possibilidade da reprodução de outros métodos e conteúdos, para a ocorrência da aprendizagem, explorando a informação e o conhecimento.

A escola deverá ser organizada em função da problemática de mudança, ou seja, uma escola que funcione sistematicamente, com uma estrutura dinâmica que seja sensível ao conjunto de problemas, com a importância da autoformação dos professores, valorizada para que todos na escola possam aprender, sendo necessário haver uma pedagogia de ajuda para a

necessidade da existência de uma política desportiva no nosso País, podendo o Desporto na Escola ganhar com esse investimento, sendo os jovens os que melhores proveitos podem tirar da dimensão lúdica do movimento.

O desporto ensinado através da componente lúdica é mais do que um fenómeno fisiológico ou um reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da actividade puramente física ou até biológica, sendo uma actividade voluntária, bastando esta característica de liberdade para afastá-lo definitivamente do curso da evolução natural.

Não nos devemos esquecer, que as crianças brincam porque gostam de brincar, e é precisamente em tal facto que reside a sua liberdade.

Vamos passar para a Revisão da Literatura, visando a análise que outros investigadores fizeram sobre o nosso objecto de estudo, na tentativa de enriquecer o domínio desta investigação a fim de assegurar uma compreensão suficiente de conhecimentos adquiridos nesse domínio.

CAPÍTULO I

Revisão da Literatura

Capítulo I - Revisão da Literatura

1.1. - Revisão da Literatura

Em Portugal, os trabalhos de investigação sobre Desporto Escolar são ainda escassos. Aqueles que se publicaram são concordantes em afirmar a importância que esta actividade de complemento curricular tem para o desenvolvimento harmonioso dos jovens, que frequentam as nossas escolas.

Na *Revisão da Literatura*, uma componente fundamental do processo de investigação, consultámos catálogos, ficheiros, índices e base de dados em várias bibliotecas do País, as quais não dispunham de muitas obras referentes ao tema Desporto Escolar.

Apesar das dificuldades em começar a revisão da literatura, não podemos esquecer que a promoção desportiva das massas populacionais (Esteves, 1970), é um aspecto da promoção geral, melhor dizendo, da promoção humana.

Esta por sua vez, só poderá realizar-se através de reformas radicais na escola, não havendo a verdadeira promoção social sem promoção desportiva e sem a modificação das estruturas. O desporto só será um instrumento de educação (Belbenoit, 1974), se integrar um projecto educativo de conjunto, associando estreitamente todas as disciplinas.

Aquilo que em contrapartida, é mais novo e talvez mais prometedo, é o facto de estar expressamente ligado o desenvolvimento da Educação Física e desportiva ao projecto de conjunto da renovação da escola elementar. Se a Educação Física escolar nos interessa na escola, é muito menor por si mesma do que pela contribuição, indispensável no entender de Belbenoit (1974), que ela dá à cultura do homem moderno ou ainda, não se trata de educar um corpo para equilibrar a formação do espírito, tratando-se por meio de actividades físicas, principalmente sob a forma de jogos, e depois de desporto, de contribuir para a educação integral de um homem, educação que deve ser fiel à ideia que temos da perfeição humana e adaptada às condições reais da vida moderna.

A criança realiza muitas vezes em imitação o que gostaria de ser na realidade (Chateau, 1975). Os adultos, ou geralmente os mais velhos, são os deuses que as crianças adoram, aqueles para os quais quer elevar-se, aqueles que copia em todos os seus actos.

Também Neto (1994) menciona que as crianças têm que ter tempo, liberdade e autonomia para brincar. Vai até mais longe quando afirma que as crianças têm de crescer em confronto com a natureza e sempre a brincar, a subir as árvores e até cair e esfolar os joelhos.

Quanto a nós pensamos que com a realização de actividades motoras, a educação do movimento prioriza o aspecto motor na formação dos alunos, quando as suas características psicológicas e fisiológicas correspondem ao conteúdo específico das respectivas modalidades praticadas, caminhando a educação pelo movimento, além da componente motora, para os aspectos afectivos, cognitivos e também os sociais.

Para Sérgio (2002), quando se refere ao conceito da motricidade humana menciona Keynes focando que a dificuldade não está na criação de novas ideias, mas sim na libertação das velhas.

Quando Damásio (2001), argumenta ao afirmar que "a emoção é um mecanismo da razão", já não faz sentido falar em separação do físico e da mente, mas sim de pessoas que intencionalmente se movimentam (Sérgio, 2002). Assim a ser abandonada esta visão cartesiana do mundo, abraçarmos uma outra, caracterizada pela globalidade e complexidade que é a motricidade humana defendida esta linha de investigação pelo Professor Manuel Sérgio desde os anos oitenta.

Por vezes existem factores de resiliência, pois o simples facto de se compreender melhor o mundo mental das crianças, para melhorar a sua relação com o Mundo que a rodeia, provoca o desenvolvimento da criança correctamente (Cyrułnik, 2003), mas os que a rodeiam falham.

Para se aceitar o novo paradigma do professor Manuel Sérgio terá de se enquadrar a área do conhecimento na problemática geral da cultura, procurando a

dimensão antropológica do ser humano no movimento intencional da transcendência ou da superação (Sérgio, 2002).

Este autor define ciência, com muito atrevimento à mistura (2002), como um conjunto sistemático e rigoroso de questões, emergindo de um paradigma e que possui matriz teórica autónoma, com as consequentes regras metodológicas e leis ou constantes tendenciais e linguagem diferente da utilizada pelo senso comum e comunidade científica.

A *Declaração Universal dos Direitos da Criança*, menciona que a criança tem o direito de beneficiar de uma educação que contribua para a sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade de classes, desenvolver as suas faculdades, opiniões pessoais, sentido de responsabilidades morais e sociais e de se tornar um membro útil à sociedade. Por outro lado, não podemos esquecer a *Carta dos Direitos dos Jovens ao Desporto* (1977), que apela ao direito de praticar desporto como crianças e não à maneira dos adultos, sendo a tónica dominante para ter o direito de *sentir prazer no desporto*.

Encarnação (1972), mencionava que as crianças tinham possibilidades de se movimentarem mais livremente na escola do que era habitual. Nessa altura as instalações estavam a ser projectadas com mais imaginação e usadas com mais intencionalidade para tornar mais rico para a aprendizagem e para o meio ambiente.

Os novos edifícios eram planeados para encorajar a cooperação entre os professores, as actividades de grupo e o trabalho independente. Era dada grande importância ao movimento no crescimento e na aprendizagem da criança. A organização espacial do movimento dava oportunidade aos alunos de fazerem do movimento um centro de interesse.

Os apelos motivantes extrínsecos, como a competição, os prémios e as recompensas, não eram considerados.

Após mais de três décadas passadas e já noutra década, partilhamos com Marques (2004), quando manifesta a sua preocupação sobre a diminuição da participação de crianças e jovens em actividades motoras, lúdicas e recreativas. Assim as crianças e os jovens brincam cada vez menos nas ruas e nos pátios das

escolas, atendendo que têm outros atractivos nas salas de mediateca, são seduzidas noutros jogos.

O Desporto Escolar, essencialmente equilibrador, estruturante, motivador e socializante (Feio, 1981), para atingir os seus objectivos deve ser realizado estruturalmente na educação.

Apesar do País ter vivido sob o signo da reforma educativa (Patrício, 1996) o projecto da Escola Cultural lançado pelo Ministério da Educação no ano lectivo de 1987/88, estava na ordem do dia (Patrício, 1996). Era a escola que vivia impulsionada, desde o seu âmago, por uma poderosa intencionalidade cultural.

O mentor da Escola cultural, mencionava que essa intencionalidade cultural deveria habitar o coração da própria dimensão curricular. Devia também, depois e por cima, concretizar-se na dimensão extracurricular. O currículo estrito não chegava. *O currículo estrito é constituído por um certo número de disciplinas, fixo ou quase fixo, com os seus programas pré-determinados. Ele tem de ser complementado por actividades desportivas e culturais de frequência livre, as quais não devem ser um apêndice ornamental na botoeira da escola, mas fazer parte integrante da sua vida.*

Para Patrício (1996), a escola tem de se tomar templo e tempo de cultura. Esta deve estar ali sob as suas formas mais importantes: a ciência, a arte, a técnica, a filosofia, o mito, a religião, o jogo. Se a escola se tomar isso, torna-se lugar e tempo da qualidade da vida infantil e juvenil.

Na base da Escola Cultural, pretende-se que seja uma boa escola curricular, com dimensão tridimensional a nível do currículo, do extra currículo e interactiva, vivendo impulsionada desde o seu âmago, por uma poderosa intencionalidade cultural (Patrício, 1996).

O desenvolvimento da criatividade na escola, dependerá não só dos objectivos do macro-sistema escolar e de cada escola em particular, mas também da estrutura e funcionamento do sistema formalizado de educação e do seu grau de abertura às experiências tidas pelos jovens na vida extra-escolar.

O sistema educativo que não dá espaço à criatividade, estará condenado ao fracasso.

Estamos completamente de acordo, quando Patrício (1996) diz que o Desporto é, naturalmente parte integrante da cultura na tipologia dos Clubes Escolares da Escola Cultural tal como no ano lectivo de 1987/88, apareceu a Educação Física e Desportos com várias modalidades desportivas, as quais visavam especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura.

Estimulavam sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Para Sobral (1986), as dimensões corporais e a própria dinâmica do processo de crescimento dos jovens estão comprovadamente associadas a factores parentais e a influências do meio social e cultural.

Também, em meados do século XIX (Saavedra, 1988), o movimento desportivo inglês visou essencialmente integrar o desporto de equipa nas escolas inglesas, pretendendo-se o equilíbrio harmonioso das forças psíquicas e espirituais. Foi assim que *Thomas Arnold*, tomou-se educador pelo contacto quotidiano com os alunos, defendendo a integração do desporto no acto educativo.

Bento (1995), menciona que este pedagogo inglês viu no desporto um meio de reforma da educação e de renovação da vida, tendo no final do século passado, em diversos locais de França, nascido várias associações escolares, criando-se então a Liga Nacional de Educação Física e a União das Sociedades Francesas dos Desportos Atléticoes, havendo nessa altura a intenção de filiar as associações escolares.

Foi Coubertin (1931), que conferiu ao desporto uma dimensão social e cultural em termos globais e uma nova ética desportiva. Ele denunciava as carências do sistema educativo então vigente, devido ao seu exagerado intelectualismo e teoricismo.

Verificava ele com tristeza, que a Educação Física era praticamente desprezada pelos pedagogos do seu tempo merecendo destaque como a apontava, como elemento imprescindível da educação integral.

Enfatizou a constatação das insuficiências da educação e do sentido de vida da juventude (Bento, 1995), assim como o esquecimento da corporalidade do homem, como fundamento determinante da sua proposta de ressurreição dos Jogos Olímpicos.

Lembramos a este propósito, que já em 1931, Coubertin, sobre o Desporto Escolar esclareceu o seguinte: "Seria um erro, o Desporto Escolar e o Desporto não Escolar não possuírem os mesmos responsáveis, nem o mesmo espírito, não devendo por conseguinte ter a mesma organização."

Impressionado com a decadência da juventude do seu país, Coubertin lutou incansavelmente pela sua recuperação, sobretudo para que se instituisse a prática de Educação Física nas escolas, tendo sido enormes os obstáculos a vencer para fazer vingar o seu ponto de vista.

Quando regressou a França em 1888 com a idade de 25 anos, vindo de Inglaterra, vendo a "juventude corrigida" conforme afirmou, "por ser encaminhada para o desporto", definiu o seu objectivo de maneira precisa: "Tornar forte uma juventude sem energia e limitada estando o seu corpo e o seu carácter ao serviço pelo desporto, mesmo com os seus riscos e com os seus excessos."

Efectuou uma reunião para uma obra comum com representantes de diferentes desportos, tendo sido fundado um comité para a propagação de desportos escolares durante o horário escolar.

Há mais de três décadas, Kregel (1974), disse que uma sociedade que voluntariamente reconhece ao desporto, o direito de existir como factor correctivo, trabalha efectivamente para o seu próprio aperfeiçoamento.

O professor Teotónio Lima (1974), disse que a juventude escolar ou a juventude em idade escolar fornecia efectivamente o maior contingente activo no desporto-prática, aquele que movimenta os maiores efectivos da juventude escolar, do primário ao universitário, a qual se sente naturalmente atraída para a prática do desporto sempre que as estruturas sócio-educativas assim o consentem, e sempre que os programas escolares o permitem.

Também há três décadas Mateev (1975), enaltecia que a Educação Física e o Desporto Escolar eram, por princípio, de importância capital pois criavam de

igual modo hábitos fundamentais essenciais que perdurariam por toda a vida, não se tratando pois de determinar se é ou não precioso praticar desporto durante a vida escolar. Este autor questiona ainda: “quem poderá impedir a criança de se movimentar? O movimento está na sua natureza e ela dominará todos os obstáculos no seu caminho para ir correr, saltar, jogar.”

Para Mendes (1969) o movimento é para o educador apenas uma fonte de solicitações, de estímulos, enquanto que para o educando é apenas uma exteriorização, ou seja uma resposta, uma relação ou até um comportamento.

Quando este autor se refere a uma síntese de Lapiere que resume a educação das contracções para uma educação das sensações e das percepções através do movimento, traduzido por actos motores, a motricidade, aqui também defendida por Sérgio (2001) quando se refere ao *Desporto na Escola* que apresente como objectivos a saúde, o jogo, o humor e a festa, ensinando a manter aberta em todas as direcções uma declarada racionalidade comunicativa evitando assim a polarização dos conflitos, por no desporto para este autor, a competição é diálogo, não é guerra. Pensamos estar assim no bom caminho quando defendemos que ***os alunos deverão competir uns com os outros e nunca uns contra os outros.***

Os programas escolares contemporâneos, unilateralmente orientados, levam, todavia, na prática, à sobrecarga dos estudantes dum trabalho intelectual cheio de tensão, numa única direcção, nas condições de uma ausência total de movimento físico, o que conduz a desgastes inacreditáveis na saúde e em particular no seu sistema nervoso.

Assim, para Gameiro (2004) o desenvolvimento da neurociência cognitiva tem uma palavra importante a dizer no domínio da dimensão educativa, face aos passos gigantescos que a neurobiologia tem dado relativamente ao conhecimento do cérebro, definindo-se aqui o esquema corporal como o conhecimento e a representação global do próprio corpo.

A área da dimensão sensorial-psicomotora no desenvolvimento infantil integra os processos do aparecimento e aquisição das destrezas, estruturas, qualidades motoras e sensoriais, que deverão ser trabalhadas através do

movimento corporal desde o organismo das crianças ao mundo que as rodeia. É imperioso que todo este trabalho tenha início no ensino Pré-Escolar.

É nesse sentido que, de acordo com Bento (1981), urge entender a Educação Física e o Desporto Escolar como realidades diferentes, com motivações diferentes, com finalidades próprias, embora concomitantes. Para este autor o Desporto Escolar sendo uma actividade complementar de aprendizagem de uma unidade de ensino inscrita na Educação Física (entendida aqui como disciplina), deve procurar interdisciplinaridade com outras actividades complementares, cuja motivação, conteúdo, e finalidade derivam, quase exclusivamente, do campo social.

Menciona ainda que o ensino tem como função ensinar a aprender, e as actividades complementares, a satisfazerem a necessidade da aprendizagem permitindo a cada um cultivar os seus dons. Mais ainda, o Desporto Escolar constitui um falso problema ou melhor, ilude e adia um problema de fundo. Com efeito, para um mesmo escalão etário, não faz sentido e é mesmo inconcebível continuar a alimentar a manutenção de dois tipos de desporto: o da escola (que não existe) e o dos clubes (de identidade e moralidade, por vezes, difícil e duvidosa, que só existe para alguns - muito poucos). É tempo de pensar num desporto juvenil, para todo o quadro nacional, como é igualmente tempo de lançar as bases para uma escolaridade obrigatória prolongada, uma vez que o desporto, como qualquer outra actividade social, deve ter lugar na escola e todos nesta.

Dissemos (1999c) que a escola está muito pesada no ponto de vista de disciplinas e conteúdos, asseverando que é preciso ter espaços integrados na vida escolar para outras actividades tão enriquecedoras ou mais, que as actividades tradicionais, pretendendo-se que as escolas possam elaborar o seu próprio projecto educativo para outras actividades, nomeadamente o Desporto na Escola, aparecendo este divulgado sobre a forma de projectos das escolas e não de uma oferta ou imposição às escolas.

O conceito de educação tem evoluído ao longo dos tempos passando a ser entendido não apenas como fenómeno natural, mas sobretudo como um

fenómeno social e tal como noutras áreas das ciências humanas, o entendimento deste conceito tem sido influenciado pela análise social (Bucha, 2004).

Desta forma para o aparecimento de uma Escola Sensível e Transformacionista, Freire (2002), aponta para a emergência de um tipo de Escola concebida e desenvolvida a partir das necessidades educativas das crianças, dos alunos e formativas dos professores. É uma noção que radica nos conceitos do nosso Orientador, Professor Luís Barbosa, e que se funde na convicção de que as organizações educativas devem ser sempre geridas na perspectiva de mudança.

Têm não só de funcionar com base na construção de cartas de sinais, indicadores das necessidades enunciadas mas, também, ser sustentada pela pedagogia de ajuda ao outro.

É também justo realçar aqui a importância que Cameiro (2004) dá à mudança da escola, quando diz que é preciso inventar a nova escola.

Assim, estudar o aluno em acção de aprendente é essencial, pelo que é necessário preparar os agentes educativos para que analisem a acção do professor enquanto alguém que, ensinando, o faz aprendendo permanentemente com os alunos. Há pois que fazer sair das universidades um agente educativo que perceba o carácter transformacionista das organizações educativas.

Urge então investigar para saber como é que cada agente de ensino organiza as suas aprendizagens e as dos outros. Sendo fundamental orientar a utilização da investigação no sentido de ajudar cada profissional a efectuar diagnósticos de necessidades educativas de forma a poderem inferir sobre formas de intervenção educacional. Estas preocupações estão próximas de Zabalza (1994) e de Estrela (1992) quando sugere que com base nos registos protocolados das observações, das entrevistas, ou até das simples fichas se consigam sucessivas categorizações de informação cada vez mais rigorosas e cientificamente ordenadas.

É esta construção que Barbosa (2003), procura induzir nos agentes educativos, para que com base numa prática de (Re)construção permanente do saber ministrado o espelhamento individual, vá fazendo emergir o saber geral. Assim para aquele autor, é essencial que cada um organize um dossier técnico de

características profissionais que dê conta ao docente e aos seus pares da forma como foram utilizados os instrumentos científicos com os quais se recolheu a informação, nomeadamente os protocolos de observação, os guiões de entrevistas, os questionários entre outros e ainda como se construiu e organizou aquilo a que vem chamando de “cartas de sinais de necessidades educativas, formativas e de orientação estratégica da acção educativa”. É portanto com este dossier que o espelhamento passa de individual a acto colectivo.

Para que haja efeitos acrescidos no espelhamento que preconiza, dever-se-á ter sempre em mente a necessidade de organizar periodicamente reuniões entre pares que servirão não só de avaliação geral do processo ensino/aprendizagem, como de reflexão sobre temáticas emergentes dos factos e actos educativo/pedagógico observados. É a base da pedagogia orientada para a ajuda ao outro, a “pedagogia de ajuda”, que Barbosa (2001) defende.

Nóvoa (2004), defensor de mudanças no sistema educativo português, menciona que é necessário reforçar a autonomia das escolas, a sua capacidade de gestão, de oferta de formas de ensino e de acompanhamento dos alunos diferenciados.

Numa entrevista conduzida por Manuel Sérgio a Barros (1983), este disse que: “O Desporto Escolar deve desenvolver uma real aproximação entre toda a juventude escolar com a conseqüente melhoria no sector físico-pedagógico.”

Referiu ainda que numa altura em que a juventude se refugia na droga e em que a criminalidade juvenil avança, como nódoa negra, assustadoramente; quando as doenças cárdio-circulatórias são um terrível flagelo social, é estranho que os poderes públicos não olhem para o Desporto mesmo o Escolar, com maior atenção.

Para Coutinho (1984), integrar o desporto na escola a todos os níveis, é preparar o desenvolvimento do “Desporto para todos” no quadro de uma política de “Desporto para todos”, de “Cultura para todos” e de uma renovação da via democrática. Integrar o “Desporto para toda a vida” na educação permanente, é afirmar que esta não deve somente permitir ao homem tomar o seu lugar na evolução tecnológica.

Por outro lado Mota (1984), quando se refere à situação oficial do Desporto Escolar, menciona o seguinte:

Não somos mal intencionados, nem néscios, nem invejosos, nem dizemos que o que se vem fazendo no Desporto Escolar não é nada, mas pensamos que o que se tem feito não é efectivamente o Desporto Escolar, tal como o concebemos e definimos, isto é, uma prática educativa e cultural, indispensável ao desenvolvimento integral e harmonioso de todos os jovens.

Também Vilela (1984), sobre as “respostas” das escolas em Desporto Escolar, aborda as *Actividades de Aplicação* como animação desportiva, as quais surgem como consequência de uma determinação dos serviços de Educação Física, para tornar viável a prática desportiva nas escolas. A designação de “aplicação” pressupõe a existência de que elas seriam um complemento, onde no ensino secundário essa aplicação se articulava com os dois tempos de actividades curriculares de Educação Física.

Nas Normas Orientadoras para a Educação Física e Desporto Escolar (NOEFDE) aprovadas por Despacho de 5 de Fevereiro de 1979 pelo então Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, as *Actividades de Aplicação* da disciplina de Educação Física, em que as escolas participavam, eram obrigatórias tanto para alunos como para professores nos dias e horas em que estivessem programadas, a partir do ano lectivo de 1979/80 (Circular L/T/EES nº 94/79 - IS/EF, de 19 de Dezembro de 1979).

De notar que as *Actividades de Aplicação* ainda se encontram em vigor, atendendo que não existe legislação que tivesse revogado as mesmas, mas estamos em crer que não são aplicadas nas escolas.

Sérgio (1986), defende que o Desporto é um problema que no dia-a-dia exige uma teorização mais rigorosa; a imaginação assume papel de relevo, tratando-se esse problema do ponto de vista humano, devendo transformar-se num percurso ascensional de cultura humana, devendo ser uma actividade instauradora e promotora de valores, através da prática desportiva do Homem, o qual tem de aprender a ser mais Homem.

A *Lei de Bases do Sistema Educativo* (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro), no seu ponto 5 do artº 48º, quando se refere ao Desporto Escolar, menciona o seguinte:

O Desporto Escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Lembramos a este propósito que, para Barbosa (1987), o homem vive em sociedade e, por isso, o tecido social é então o vasto laboratório onde ele experimenta os efeitos da sua própria actividade.

Segundo Marivoet (1998) a sociologia constitui-se como uma Ciência Social, ao explicar por um lado, as determinações das maneiras de pensar, de agir e de sentir presentes na sociedade, e por outro, como os indivíduos contribuem para a produção destas estruturas sociais.

Contribui para a explicação do fenómeno desportivo, ao identificar os valores presentes, os mecanismos de afirmação e de determinação que estes imprimem na acção dos indivíduos.

Para aquela autora o desporto deixa de se apresentar como uma prática predominantemente educativa, lúdica, e de distinção social, sem recompensas económicas, para se revestir de um carácter marcadamente competitivo, integrado num complexo mercado profissionalizante aos mais diferentes níveis, dando lugar ao espectáculo por excelência.

Um dos autores da Sociologia do Desporto, Lunchen (1979), defende que a instituição desportiva constitui um espaço na sociedade que age em paralelo com a instituição de ensino no atenuamento da cristalização de classes, ao permitir de igual modo a mobilidade social ascendente, atribuindo-lhe ainda a capacidade de socialização ao modo de vida que prestigia a cultura física.

Defendemos que *por falta de cultura o Desporto na Escola ainda não se assume como uma das variáveis culturais na escola*, logo ainda não temos a cultura física que seria desejável no nosso sistema educativo.

Carvalho (1987), menciona que o Desporto Escolar é um estranho tema, encerrando em si muitas das contradições quer do próprio sistema de ensino, quer do sistema desportivo. De facto, a forma como é normalmente entendido caracteriza-se pela indefinição e obscuridade do conceito que parece surgir na fronteira daqueles dois sistemas. Talvez por isso seja por ambos simultaneamente repellido e desejado sem, no entanto, lhe ser reconhecido por qualquer deles uma individualidade própria. Menciona ainda este autor (1987), que o Desporto Escolar foi sempre entre nós um conceito mal definido e falho.

Entre os deveres do professor de Educação Física, conta-se o de conduzir, durante toda a sua vida profissional, um combate permanente consigo próprio (Bento, 1987a), a fim de poder desempenhar a incumbência social de educação da juventude com uma motivação elevada, concordante com o valor que atribui à sua profissão.

Nóvoa (1988), referindo-se aos professores, menciona que estes, têm de compreender que a sua função principal nas sociedades contemporâneas, não é a transmissão e a difusão do saber, mas antes a preparação das crianças para uma apropriação crítica deste saber, tendo a escola de ser encarada como um centro de reflexão educativa. A cultura e o saber adquirem uma historicidade própria, como um lugar de descodificação e de integração crítica das mensagens culturais com que as crianças e os jovens são confrontados no seu dia-a-dia.

Na formação profissional de professores investe-se cada vez mais na tentativa de criar nesse agente de ensino novas competências, reforçando a ideia de que face ao avanço tecnológico se impõe valorizar as componentes humanas (Barbosa, 1998c). São já os problemas que advêm da relação entre a ciência, a técnica e o homem, que cada vez mais obrigam a que se evite que o entendimento desse homem se restrinja a meras leituras técnicas.

A escola, como objecto de estudo das Ciências da Educação constitui hoje, uma territorialidade espacial e cultural onde se devem articular, num equilíbrio, a análise e a intervenção, a reflexão e a acção (Revez 2004).

É deste modo que, no contexto das funções que a escola e o desporto desempenham numa sociedade (Bento, 1987b), se define o significado do desporto na escola, como uma relação de dependência quase unilateral, surgindo o desporto "escolar" directamente marcado e determinado pelo desporto "extra-escolar".

Ainda para este autor (2004), o jogo e o desporto são um fenómeno antropológico e, como tal, de dimensão universal, onde o saber para ser válido e profícuo, carece de ser contextualizado.

Para nós que damos grande importância aos professores no contexto do processo educativo bem como a necessidade de a escola se adaptar às novas realidades, a escola deverá implicar uma maior aproximação dos alunos à própria sociedade, onde os jovens têm hoje um contacto estreito e diário com a informação e a tecnologia, não podendo a escola ignorar isso, pelo que há de adaptar os programas a essa realidade.

Uma nova configuração da escola decorre da possibilidade da reprodução de outros métodos e conteúdos, para a ocorrência da aprendizagem, explorando a informação e o conhecimento.

O que se espera da escola hoje é que seja contemporânea da sociedade, com acompanhamento do cenário social e político da sua época, até por uma questão de sobrevivência.

Nós, agentes da educação, normalmente não montamos as estratégias educativas e pedagógicas de ajuda, a partir das necessidades manifestadas pelos alunos.

Provavelmente, desenvolvemos as suas práticas com base nas orientações que os currículos determinam, face aos seus aspectos burocráticos e legislativos.

Só é transformadora a mudança das práticas e não a mudança da retórica, dentro de um contexto de continuidade, a nível de ideias, práticas e estruturas, face à importância de um contexto de qualidade.

É nesse sentido que o *agente técnico-crítico* é um interventor pedagógico fortemente orientado para agir ao nível do pré-(Re)conhecimento e capaz de harmonizar traços de vida, campos de acção e congruências experienciadas.

O agente técnico-crítico é um actor que utiliza sistematicamente a *técnica de espelhamento* para introduzir práticas de reflexão sistemática, a fim de obrigar quem ensina a aprender, e quem aprende a ser professor de si mesmo, ficando em condições de não só serem reflexivos como críticos face a si e ao Mundo.

Nos indicadores estruturantes de uma *escola* que seja *Sensível e Transformacionista* na dimensão das organizações educativas, é necessário uma *pedagogia de ajuda*, e o seu exercício exige que as organizações educativas sejam construídas como observatórios de diagnóstico de necessidades *educativas dos alunos e formativas dos professores, mas em contexto* nas suas próprias escolas e não andem à procura de créditos para poderem ascender na carreira docente, passando muitas das vezes tempo em cursos que nada têm a ver com o seu contexto disciplinar, conforme as ideias já explicitadas anteriormente e desenvolvidas em artigos que publicámos (1999e) e (2004b).

A escola deverá ser organizada em função da problemática de mudança, ou seja, uma escola que funcione sistematicamente, com uma estrutura dinâmica que seja sensível ao conjunto de problemas, com a importância da autoformação dos professores, valorizada para que todos na escola possam aprender, sendo necessário haver uma *pedagogia de ajuda* para a necessidade da existência de uma política desportiva no nosso País, podendo o Desporto na Escola ganhar com esse investimento, sendo os jovens os que melhores proveitos podem tirar da dimensão lúdica do movimento intencional.

Sabemos que o Desporto como fenómeno cultural de maior magia no mundo contemporâneo, é jogo, é competição, é pedagogia, é motricidade humana como defende o Sérgio (2001), aqui entendida como a energia para o movimento intencional da transcendência ou da superação, que se pode tomar num inquestionável factor de saúde, de companheirismo, de humor e de festa, procurando a integração social, promovendo o lazer desportivo.

O desporto dado através da componente lúdica é mais do que um fenómeno fisiológico ou um reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da actividade puramente física ou até biológica, sendo uma actividade voluntária, bastando esta característica de liberdade para afastá-lo definitivamente do curso da evolução natural. Não nos devemos esquecer, que as crianças brincam porque gostam de brincar, e é precisamente em tal facto que reside a sua liberdade.

À questão do Desporto Escolar pertencer ao sistema educativo português ou ao sistema desportivo nacional é para Constantino (1988), uma dúvida quando os responsáveis autárquicos dizem que os seus Municípios organizam actividades de Desporto Escolar, ou como alternativa ao Desporto Escolar se de facto sobre o mesmo vocabulário não se está a falar de coisas completamente distintas. Daí este autor pensar que na escola os jovens possam praticar desporto e a que princípios de natureza pedagógica deve estar submetida essa prática. Uma das principais prioridades assinaladas na política do Governo de então e a imperiosa redinamização no Desporto Escolar, era a dinamização e acompanhamento para a execução do Programa do Desporto Escolar no ano lectivo de 1988/89. No presente, a promoção do Desporto Escolar, confere-lhe o estatuto de prioridade no que diz respeito à formação dos jovens.

Como era possível o cumprimento da Lei se não existiam instalações nas Escolas Primárias (Ferreira, 1988), funcionando por vezes nos grandes centros urbanos sem quaisquer espaço livre, contemplando a Educação Física e o Desporto na Escola.

Em Fevereiro (2000b), escrevemos que as infra-estruturas desportivas escolares deveriam fazer parte do tecido social e cultural do País, mas de facto ainda não fazem, atendendo que ainda há escolas sem um laboratório para a disciplina de Educação Física o que por arrastamento o Desporto na Escola se vê implicado.

É neste contexto que Gonçalves (1989) e Constantino, quando se referem às instalações desportivas escolares, mencionam que é absolutamente inquestionável a importância das actividades físicas educativas e o papel relevante que à Escola compete assumir neste domínio, necessitando pois de dispor de

espaços que permitam realizar com eficácia o acto pedagógico nas actividades físicas e desportivas curriculares, na formação desportiva dos jovens e no Desporto Escolar.

No início do ano de 1990 o então Ministro da Educação, Roberto Carneiro, mostrou empenhamento de disponibilidade financeira à vontade política, parecendo nessa altura que o Desporto Escolar caminhava para a sua implementação no nosso país como veículo pedagógico da expressão da prática desportiva da juventude portuguesa nas escolas.

Carneiro (1997), defendia que os sistemas educativos formais e não formais eram, por via de regra, organizações vocacionadas para a criação e disseminação de saberes numa sociedade que, com o recomeço de um novo ciclo na vida escolar do País importava recolocar a Educação no centro do debate nacional.

Para Sobral (1991a), o desenvolvimento desportivo de um país depende, hoje da consciência que tiver o desporto juvenil, não sendo este apenas de recursos humanos e financeiros, sendo o Desporto Escolar uma obrigação do Estado, o qual tem de assumir as suas obrigações com equilíbrio e competência.

De uma forma mais simples, Barbosa (1990), foca que a Educação Física funcionando em regime paralelo com outros *ateliers*, contribuem para o aproveitamento da criatividade natural de cada indivíduo, inserindo-se profundamente nas preocupações curriculares.

Ainda para este autor, a formação treina o jovem para o exercício equilibrado da mudança e para a conquista consciente de autonomia, exigindo-se ao técnico de hoje uma boa articulação entre eficiência e eficácia, articulação essa que só atinge a sua forma otimizada se forem significativos os benefícios sociais das acções desenvolvidas.

É nesta linha de pensamento que o Desporto é e será processo de construção/desconstrução (Constantino, 1990), qual obra musical ou texto filosófico cujas propriedades intrínsecas não lhe limitam os usos sociais que deles podem ser feitos. O Desporto para este autor, foi, é e será fruto da acção de Homens e Mulheres concretos. De Homens e Mulheres diferentes.

No ensino a relação pedagógica estabelece-se por intermédio do trabalho escolar (Postic, 1990), definido por programas que contêm objectivos explícitos.

Gonçalves (1991), aponta ainda um outro factor bastante curioso, a formação da juventude, a qual deve estar em causa acima de tudo, na perspectiva de um indivíduo adulto consciente da sua função social e do seu papel individual. O Desporto Escolar, visando o desenvolvimento das capacidades, contribui decisivamente para a educação do espírito, da iniciativa, da autonomia e da responsabilidade participativa, o qual deve constituir um factor decisivo para aquela formação.

Para este autor, o Desporto Escolar deverá constituir um lugar de encontro entre a Escola e a Comunidade, traduzido entre outros factores, pelo relacionamento com o desporto federado, na perspectiva do prolongamento do acto educativo para além da escola e pelo restabelecimento de relações permanentes com as Autarquias, elas próprias dotadas de estruturas específicas de acolhimento às necessidades de implementação e desenvolvimento do Desporto Escolar.

As relações do Desporto Escolar com a comunidade escolar e com a comunidade exterior não só são necessárias como eventualmente indispensáveis, mas a esta última competirão, fundamentalmente, funções de apoio e colaboração e nunca funções de direcção ou de enquadramento do Desporto Escolar.

Escrevemos também em 1999b que devemos ir ao encontro das necessidades dos alunos, devendo a escola oferecer outras actividades que proporcionem momentos de fortes emoções e agradável convívio, em respeito pelo ambiente natural e humano, de acordo com as mais rigorosas normas de segurança. Estávamos já no caminho de uma Escola Sensível e Transformacionista, ou seja ir ao encontro das necessidades educativas dos alunos.

Quando da realização do Fórum Educação / Desenvolvimento Local em Maio de 2001 numa organização do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, e Divisão Sócio-Educativa da Câmara Municipal de Évora, na nossa comunicação sobre "O Desporto Escolar e a Cidadania", falámos pela



primeira vez na Escola Sensível e Transformacionista, organizada em função da problemática de mudança das organizações educativas.

Também, quando do IV Encontro Nacional de Didácticas e Metodologias de Educação em Setembro de 2001, numa organização do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, abordámos uma vez mais os princípios da Escola Sensível e Transformacionista (2003).

Em Novembro do ano de 2003 apresentámos uma Comunicação Oral, no 6º Congresso Nacional de Educação Física, subordinado ao tema "Desafios Profissionais", englobada na área temática de "Educação Física Escolar". Abordámos o tema "*Desporto Escolar: Uma tentativa de resposta aos problemas educativos*", para no mês de Maio de 2004 mais uma vez abordar os princípios da Escola Sensível e Transformacionista, quando da Comunicação Livre que efectuámos no III Congresso do Desporto Escolar subordinada ao tema "*Desporto Escolar: Uma aposta no futuro*".

Apresentamos em seguida o novo paradigma organizacional da Escola Sensível e Transformacionista.

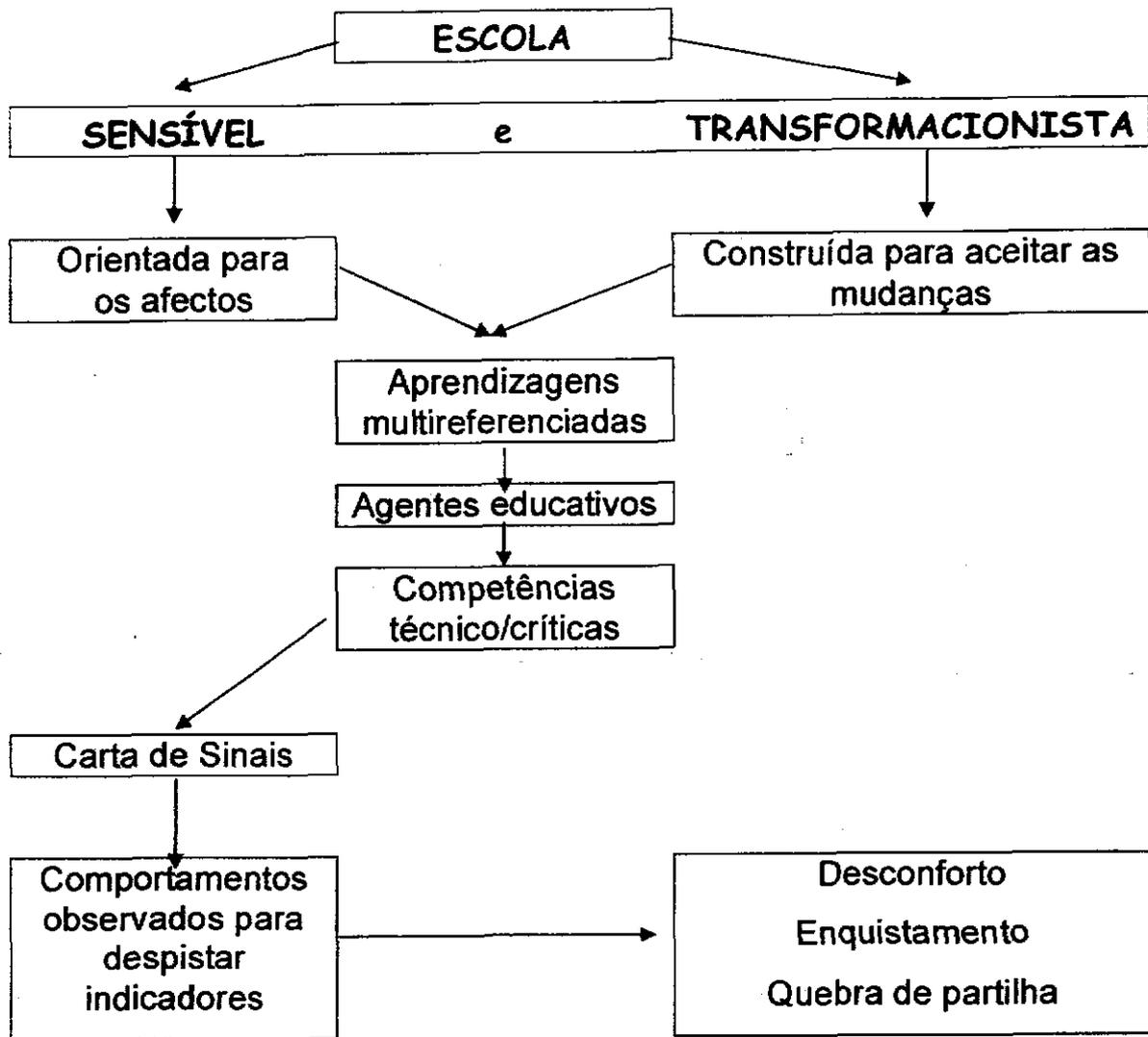


Figura 1 - Novo paradigma organizacional da Escola Sensível e Transformacionista

Por sua vez Pires (1991a), refere que o Desporto Escolar ao ser um instrumento de política educativa e social, deve dar oportunidade a todos os jovens em idade escolar, desde que queiram nele participar.

Também para este autor (1991b), o Desporto Escolar não é um favor que se faz mas sim um direito que em Portugal começou a ser conquistado no início do passado século. Por outro lado, menciona ainda este autor, que o Desporto Escolar não é das Federações Desportivas, não é da disciplina de Educação Física, não é de qualquer Direcção-Geral, não é do Gabinete do Desporto Escolar,

não é de nenhum Partido Político, não é do Governo, não é de grupos Socioprofissionais, não é da Sociedade Portuguesa de Educação Física. O Desporto Escolar é de todos, é das Escolas, é dos Pais, é dos Professores que voluntariamente aderiram e é, principalmente, de todas as Raparigas e Rapazes que queiram, livremente, praticar desporto.

Já no ano de 1984 denunciámos que no Ensino Especial os alunos eram “roubados” ao desporto para renderem mais no trabalho, quando, nessa altura, estava demonstrado através de trabalhos científicos, que o aumento da eficiência do acto profissional e o progresso da produtividade do trabalho, constituíam a forma mais eficaz de combate à fadiga. A partir de uma combinação equilibrada e harmónica da actividade física e do trabalho, os alunos que trabalhavam poderiam melhorar grandemente o seu rendimento físico e psíquico, sendo de facto difícil a compreensão de alguns directores então à frente dos Centros de Ensino Especial.

Bento (1991a), na imagem actual do desporto para todos, revela que no presente, dificulta o seu entendimento, porque circunscreve uma enorme variedade de facetas, contornos e sentidos. Surge assim o desporto no plural como domínio tecnológico, como actividade profissional, como comércio e como negócio, como artigo de consumo, como indústria de entretenimento, como empreendimento de saúde, como campo e factor de socialização, educação e formação.

Para Sobral (1991b), o tema das relações entre Desporto Escolar e o Desporto Federado, é geralmente abordado segundo dois estados de espírito antagónicos, um de conflito e outro de coexistência entre os dois sistemas. Poucos são os educadores e os agentes desportivos que escapam a esta bipolarização, muitas vezes expressa em termos maniqueístas, num conflito em que o Bem e o Mal são fixados ora de um ponto de vista educativo, ora de um ponto de vista da qualidade técnico-desportiva.

O problema em que se deve enquadrar (Chagas, 1991), o Desporto Escolar passa pela nova escola, pela definição de responsabilidades, e pela implicação de todos os seus actores numa estratégia do seu próprio desenvolvimento, não sendo a escola mais uma concha fechada, devendo preservar a tradição das

regras democráticas, devendo inserir-se no meio e por via disso nas sociedades, devendo ainda procurar uma solução realista, descentralizada, capaz de colocar as decisões da periferia para o centro, capaz de dar uma resposta de planeamento que satisfaça as necessidades regionais e locais. A gestão política do Desporto Escolar deve ter a coexistência de todos os intervenientes directos responsabilizando-se o Estado pela sua implementação.

Também o Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física (Cadima, 1991), atribui ao Desporto Escolar uma importância fundamental, como actividade educativa de extensão e de complemento da Educação Física, ampliando os seus efeitos educativos aos jovens em idade escolar.

É dentro deste pensamento que Ferreira (1991), quando se referia aos professores de Educação Física que ministravam o Desporto Escolar, mencionava que a estes caberia principalmente um papel determinante na consecução dos objectivos do Desporto Escolar, não sendo o mais importante na formação dos jovens, a conquista das taças e das medalhas.

Para além do aspecto da cultura integral do indivíduo, haveria igualmente a considerar o papel que as práticas desportivas poderiam desempenhar para evitar que alguma juventude caísse na toxicod dependência, na criminalidade e no sedentarismo apático.

Constantino (1991), quando se refere à escola, menciona que não é em relação a nenhuma área de aprendizagem social, o único local das respectivas aquisições ou práticas. É um importante local de passagem, que é complementado pela influência de outras entidades formadoras, princípio este, que é válido para todas as áreas que constituem matéria de ensino e também para o desporto, onde o jovem tem necessidade de praticar desporto na escola e fora dela.

Diz ainda (1992), que a nossa escola, significa em sentido genérico, o dever de criar condições de acesso a todas as crianças e jovens que pretendam praticar desporto, entendido como actividade extracurricular complementar e com carácter voluntário, sendo a prática do Desporto Escolar deste modo, um direito que visa

contribuir para o desenvolvimento global do indivíduo no plano físico, social e intelectual. Como visa o desenvolvimento global do indivíduo tem de estar integrada no processo educativo. Porque é um direito, a sua salvaguarda e exercício, têm de ser garantidos pelo Estado.

O Desporto na Escola ao ser consignado como direito tem de ser acessível a todos os que o querem praticar. A todos e não apenas àqueles que em determinado momento têm um melhor rendimento desportivo, quase sempre os mesmos que, fora da escola, já têm possibilidades de prática desportiva.

O objectivo da *Carta Europeia do Desporto* (1992), foca a possibilidade de cada indivíduo praticar desporto, assegurando a todos os jovens a possibilidade de beneficiar de programas de Educação Física para desenvolver as suas aptidões de base, assegurando a cada um a possibilidade de prática do desporto e a participação em actividades físicas recreativas num ambiente seguro e saudável.

Reforça ainda Constantino (1992), que não podemos falar de Desporto na Escola se antes não verificarmos o que se passa no sector da Educação Física Escolar, disciplina de carácter obrigatório. E nesta matéria, se as demissões e alheamentos oficiais são muitos, os mal-entendidos académicos não são em menor número.

Para Bento (1991b), é de ordem ideológica a separação entre Educação Física e Desporto Escolar, sobretudo porque a matéria de ensino e aprendizagem, de exercitação e recreação é comum.

O *Código de Ética do Desporto* (1992), engloba a noção do direito das crianças e dos adolescentes de praticar um desporto e dele tirar satisfação, e a noção de responsabilidade das instituições e dos adultos como promotores do "fair play" que garantem o respeito destes direitos.

Neste código afirma-se com segurança a intenção de combater as pressões exercidas pela sociedade moderna, que se revelam ameaçadoras para os fundamentos tradicionais do desporto, os quais assentam no "fair play", no espírito desportivo e no movimento voluntário.

Meirim (1993), menciona que a Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro), no seu ponto 2 do artº 6º, descreve que a prática do desporto como actividade extracurricular, quer no quadro da escola, quer em articulação com outras entidades com actuação no domínio do desporto, designadamente os clubes, é facilitada e estimulada tanto na perspectiva de complemento educativo, como na ocupação formativa dos tempos livres.

Este mesmo autor (1995a), referindo-se à Lei de Bases do Sistema Desportivo, chama-lhe polémico instrumento legislativo, porque traçou para o universo associativo, a um primeiro nível, a possibilidade de uma dicotomia: os clubes desportivos e as sociedades com fins desportivos.

Por sua vez na *Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa* (1993), refere que as medidas apropriadas para o desenvolvimento da condição física dos jovens e para os motivar para a prática do desporto, nomeadamente zelando para que a escola disponha em todos os seus níveis de programas apropriados de desporto, bem como de tempos e instalações para os concretizar. Menciona ainda a possibilidade de continuar a prática desportiva após o período escolar obrigatório, encorajando relações apropriadas entre as escolas e outros estabelecimentos de ensino e os clubes desportivos locais, facilitando e desenvolvendo as possibilidades de acesso às instalações desportivas pelas escolas e pelas colectividades locais.

O Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro que define e organiza o quadro geral da Educação Física e Desporto Escolar, no seu artº 5º, define o Desporto Escolar da seguinte forma:

1. *Entende-se por Desporto Escolar o conjunto das práticas lúdico-desportivas e formação como objecto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de actividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo.*

2. *De acordo com os objectivos referidos no número anterior, o Desporto Escolar desenvolve as suas actividades nas escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e nas escolas do ensino secundário.*
3. *Nas escolas do 1º ciclo do ensino básico são desenvolvidas actividades lúdicas de iniciação desportiva integradas no âmbito dos programas de Educação Física da respectiva área curricular ou articuladas com estes.*

Em entrevista concedida a Pinhão ao Jornal "A Bola", o professor Esteves (1992), quando se referiu ao Desporto Escolar, disse que o que interessa realmente é a prática educativa, higiénica e recreativa, em todos os seus aspectos de convivência, da totalidade das crianças e da totalidade das escolas, e não o Desporto Escolar dos melhores praticantes, dos alunos, ao mau estilo clubista de competição e campeonato.

Assim, o direito da criança jogar ou competir com opositores que sejam e estejam de acordo com a idade, a altura e o tamanho (Neto, 1994), bem como a sua decisão sobre os desportos que pretende participar sem estar sujeito a pressões familiares ou sociais são propostas deste autor, assim como o direito da criança participar na organização de programas desportivos, manifestando as suas ideias e ambições, sendo deste modo caso para pensar que a criança é mais importante que a burocracia.

Sobral (1994), menciona que o desporto na escola, não passa de uma brincadeira, de um "faz-de-conta" que pode servir as finalidades da Educação Física mas que será incapaz de formar atletas e de criar uma experiência competitiva realista. Ainda para este autor, a escola não pode arrogar-se hoje num terreno impermeável aos vícios da sociedade. Também, face ao mencionado no Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro, o Desporto Escolar entre nós, é uma actividade de complemento curricular, o que desde logo, retirando-lhe o carácter de obrigatoriedade, o aproxima do espírito de participação inerente ao sistema de desporto federado.

Cabral (1994), referindo-se à sociedade e aos jovens, refere que a sociedade presente exige jovens capazes de resolver problemas, versáteis, acima de tudo mestres na arte de aprender, exigindo-se dos professores que façam da escola o veículo da transformação da sociedade.

Menciona ainda (1995), que o acto de educar não pode ser outro que o acto contínuo de descobrir a realidade, competindo hoje à escola, mais do que a qualquer outra instituição, construir os alicerces do mundo do futuro, onde num contexto social se aprende, fazendo.

Ao se falar em desenvolvimento regional e a sua importância para a Educação Física e o Desporto (Constantino, 1995), como um dos garantes da qualidade de vida das populações referimo-nos concretamente à melhor forma de levar a Educação Física e o Desporto a todo o território nacional, a um meio que suscita outros desenvolvimentos no plano da saúde, emprego e educação.

Quando se diz que já é tempo do desporto (Rosário, 1996), adquirir consistência do que é e do que vale, importa que se diga que o desporto deve fazer todo o possível para se conhecer como relação a uma totalidade de cultura, carecendo a escola de riso (Bento, 1997), de entusiasmo, de dinamismo, de palmas, de alegria e animação, ou seja, precisa que se goste dela.

É desta forma que o desporto é um meio primordial de renovar a educação, de lhe emprestar uma cara de festa e convivialidade, de quebrar a rotina escolar com competições internas e externas. Trata-se assim de aproximar a escola da vida, de integrar mais uma na outra e de consumir o desiderato de desportivizar a escola e escolarizar o desporto, tal como defende Proença (1998a) quando afirma que somos produtores e consumidores de educação e desporto, procurando educar através do desporto.

A definição que Sobral (1996), deu ao desporto, é que há milhentas definições possíveis, apontando *Coubertin* que no final do século XIX definiu o desporto como o exercício corporal intenso e vigoroso, orientado para a superação dos limites humanos, envolvendo o gosto pelo esforço e pelo risco, incluindo o risco da própria vida. Mas, ainda para este autor, o desporto é aquilo que na

melhor das hipóteses os desportistas fazem, ou seja um entendimento e uma organização socialmente legitimada.

Mota (1997), ao abordar as questões que se prendem com o Desporto Escolar, diz que é um processo eminentemente educativo e pedagógico, sendo por isso uma questão do sistema educativo e não do sistema desportivo, ainda que possa e deva estabelecer com este relações de privilégio, conducentes a uma cooperação e colaboração não só desejáveis, como necessárias.

Sabemos que o desporto passou a ser uma prioridade no âmbito da política educativa (Lima, 1996), anunciada para o ano lectivo de 1996/97, com a criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, órgão com funções de planeamento, dinamização e coordenação das actividades desportivas nos ensinos Básico e Secundário. Contou com um suporte financeiro da ordem dos então 600 mil contos, tendo sido sem dúvida o objectivo de ensinar primeiro as modalidades que estão abrangidas nos quadros competitivos previstos para esse ano escolar.

Nas Grandes Opções do Plano para 1996, aprovada pela Lei nº 10-A/96, de 23 de Março, na 2ª Opção, "Desenvolver os Recursos Humanos, Estimular a Iniciativa Individual e Colectiva", na área do Desporto Escolar, as principais linhas de acção do Governo, mencionava que:

Na vertente do Desporto Escolar prosseguir-se-á uma política de criação de espaços e de condições para a prática desportiva da população escolar, a começar no 1º ciclo, ao mesmo tempo que serão incentivados os clubes escolares onde deverão desenvolver as actividades desportivas como actividades de complemento curricular.

Temos conhecimento que nos dias de hoje, a maioria das escolas do 1º Ciclo continuam sem ter a actividade denominada Expressão Físico-Motora.

Segundo Marques (1997), o ensino deve ser bem mais do que sessões em que o professor fala e o aluno ouve. Os professores devem criar um programa recheado de múltiplas actividades de aprendizagem.

Ainda para este autor, *Piaget*, foi o primeiro autor a investigar como as crianças pequenas constroem os valores morais, recorrendo à observação dos seus próprios filhos e envolvendo-os em situações de jogo, sendo as crianças obrigadas a tomar posição.

Em Junho de 1997, o Governo alertou para a importância do ensino Pré-Escolar, cujo lema de campanha publicitária nacional era *“Um bom começo vale para toda a vida”*, com o objectivo de chamar a atenção para a importância do ensino Pré-Escolar, tendo Barbosa (1997c), mencionado que um bom educador tem de ser obviamente um bom aplicador de métodos e de técnicas. Só acontecerá um desenvolvimento harmonioso das crianças, se o educador for antes de mais, um bom representante da qualidade humana. Este autor (1997d), mencionou ainda, que ser professor nos dias de hoje, é ter que desenvolver uma actividade profissional, por sinal, a mais complexa que até hoje o homem inventou.

Temos ainda conhecimento que no ensino Pré-Escolar a intervenção educativa no domínio da Expressão Motora, ainda não está a ser implementada em muitos Jardins-de-infância, embora as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar mencionem que a criança ao entrar neste ramo de ensino já possui algumas aquisições motoras básicas, tais como andar, transpor obstáculos, manipular objectos de forma mais ou menos precisa. Menciona ainda que tendo em conta o desenvolvimento motor de cada criança, a educação pré-escolar deve proporcionar ocasiões de exercício da motricidade global e também da motricidade fina, de modo a permitir que todas e cada uma aprendam a utilizar e a dominar melhor o seu próprio corpo.

A este propósito Sérgio (1999) valoriza a educação pelo movimento como uma ciência, procurando abranger o homem todo e todos os homens no movimento intencional da transcendência.

Também Constantino (1997), foca que a criação de uma nova política desportiva requer uma base material e doutrinária diferente, passando pela lucidez de diagnosticar que todos os indicadores sociais da prática desportiva nos colocam na cauda da Europa. Para alterar este estado de coisas requer medidas políticas adequadas, inovadoras, arrojadas e decididas, sendo preciso dar futuro

ao nosso presente. É necessário compreender que a modernidade desportiva não pode ser separada da modernidade cultural, sendo urgente que apareça quem defenda com verdadeiro estado de alma, o desporto, os cidadãos e os valores que lhes devem estar associados.

Lembramos ainda a este propósito que de uma forma simples, quando da realização do 2º Congresso do Desporto, organizado pela Confederação do Desporto de Portugal, no Hotel Penta em Lisboa, nos dias 15 e 16 de Novembro de 1997, o *Presidente da República*, Jorge Sampaio deu o seu patrocínio na Sessão de Abertura, tendo confirmado a importância do acontecimento e deu ainda mais força ao Movimento Associativo, atendendo que foi a primeira vez que um Chefe de Estado, para além de presidir, teve oportunidade de dissertar sobre o desporto em Portugal e muito especificamente sobre o Desporto Escolar, focado através de uma mensagem muito importante:

A articulação entre o Desporto e a Escola é uma questão crucial, pois é aí que se encontram incentivos para uma prática desportiva de acordo com o desenvolvimento harmonioso dos jovens, sendo na escola que o ambiente formativo e desportivo deve ser reforçado.

Focou ainda o Presidente da República, que *o desporto é o principal antídoto contra a droga.*

Demos à estampa um artigo (2000a), sobre o combate da toxicod dependência, passar pela participação no Desporto Escolar dos jovens que frequentam as nossas escolas.

Manuel Brito (1997a), então Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, em entrevista para a Revista Mundial, quando da escolha de Rio Maior como palco para a inauguração do Desporto Escolar no ano lectivo de 1997/98, disse o seguinte:

Num ano que marca a reorganização do departamento e, sobretudo, a atribuição de uma verba de 650 mil contos, gerada pelo Totoloto para a promoção de actividades, um eventual excesso das receitas do Totoloto, será ainda

canalizado para programas de Natação do 1º Ciclo. Será também atribuído um fundo de 100 mil contos, retirado do Orçamento de Estado para o apetrechamento de pavilhões construídos pelas autarquias. Em 1998, por exemplo, estão previstos mais 120 pavilhões, orçamentados em 3 milhões de contos.

Revelou ainda Brito (1997a), que neste ano lectivo, o Desporto Escolar deveria envolver cerca de 400 mil jovens em actividade regular, ultrapassando os 350 mil da época anterior, já que aderiram ao projecto 1 300 escolas e 4 500 professores, pelo que os objectivos para essa temporada prendiam-se com a participação competitiva conjunta de jovens de Portugal Continental, Açores e Madeira, em iniciativas de natureza social, como a Festa do Desporto Escolar, na cidade do Porto no mês de Maio, e sua natureza competitiva.

Finalizou o Director Brito (1997a), com a procura da formação de atletas, treinadores, socorristas e dirigentes, através de cursos para o efeito, não descuringo o apoio técnico aos Países de Língua Oficial Portuguesa. Por último, integrado no plano de apoio documental, continuaria o Gabinete Coordenador, o esforço de edição de material didáctico e livros de regras, bem como a edição de vídeos, tendo na forja o lançamento de um vídeo sobre rãguebi, editado com o auxílio da Federação da modalidade.

Sobre os ditos alunos federados, Brito (1997b), quando da Mesa Redonda, subordinada ao tema "Autarquias e Desporto", que se realizou em 20 de Dezembro, no Auditório Municipal do Museu Monográfico de Conímbriga, em respostas dadas aos participantes no debate disse o seguinte:

"A participação no Desporto Escolar de alunos federados é a subversão do processo pedagógico, para numa lógica de rendimento a escola excluir os menos dotados, devendo esta reforçar o papel no processo de formação desportiva dos jovens.

Como o desporto não faz parte da nossa cultura, nota-se deficiência a nível do Desporto Escolar, o qual nem sempre tem sido bem entendido como viveiro de campeões, devendo ser exclusivamente para a iniciação e orientação desportiva, sendo o desporto excelência para os clubes."

Disse ainda que no nosso país, só 18 por cento de Câmaras tinham programas de Educação Física de apoio ao 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo estas responsáveis pelo Parque Desportivo.

Ainda para este Director, “só haverá Desporto Escolar nas escolas, se houver Educação Física, tendo o professor desta disciplina, de ser qualificado; para a oferta base dos programas, já os miúdos não querem, querendo outras actividades, muito mais atraentes.”

Em conversa com os nossos alunos, estes diziam que a escola deveria oferecer outras actividades, proporcionando momentos de fortes emoções e agradável convívio, em respeito pelo ambiente natural e humano, de acordo com as mais rigorosas normas de segurança. As actividades que mais mencionaram como preferidas, foram as seguintes: Passeios Pedestres, BTT, Paintball, Tiro com Arco, Percursos de Orientação, Obstáculos com Cordas, Passeios a Cavalo, Escalada, Canoagem, Rappel e Slide, Folclore, Danças de Salão, Jogos Populares.

Perante algumas confidências de alunos do 12º ano, chegámos à conclusão que alguns não chegaram a viver e a saborear a alegria de um período irrepetível da vida desportiva na escola, ficando muitas vezes incapacitados para enfrentar o futuro em igualdade de condições com os restantes, ou mesmo tomando-se fisicamente deficientes e psicologicamente marcados para toda a vida, quando somente eram escolhidos os melhores para participarem nas actividades desportivas.

A participação destes alunos deveria de englobar uma componente de alegria, de satisfação e de realização integral da pessoa humana e não uma certa desmotivação de frequência de actividade física.

Ao longo dos anos lectivos temos manifestado a nossa total discordância, dando a nossa opinião apenas como elemento de confrontação de ideias sobre a impossibilidade de alguns alunos não poderem participar em diversas manifestações desportivas (1999d). Sempre temos defendido que os alunos

devem representar a sua escola independentemente de serem ou não federados fora da escola numa modalidade desportiva.

A matrícula que efectua no início do ano lectivo, confere-lhe o código de conduta dos alunos, o qual compreende os direitos e deveres gerais consagrados de harmonia com os princípios constantes do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação.

Assim, deverá o aluno participar em iniciativas que promovam a sua formação e ocupação de tempos de lazer, segundo o legislado nos direitos gerais do aluno. Quanto aos deveres gerais do aluno, este deverá participar nas actividades desenvolvidas pela escola, nomeadamente na actividade do Desporto Escolar.

Era completamente absurdo no ano lectivo de 1990/91 os estudantes estarem impedidos na sua condição extra-escolar de atletas federados, de participarem nas provas do Desporto Escolar e de o representarem nas competições de âmbito nacional e internacional. O não cumprimento do determinado no parágrafo anterior era passível de procedimento disciplinar quer para os professores responsáveis, quer para os alunos participantes.

No ano lectivo seguinte os alunos que estavam inscritos numa Federação Desportiva ou que participassem de uma forma regular nos quadros competitivos federados, não poderiam integrar a equipa da escola nessa modalidade nos quadros competitivos do Desporto Escolar nas fases local, concelhia, distrital, regional e nacional.

Por outro lado, a selecção do País seria constituída pelos melhores alunos quer fossem federados ou não, desde que tivessem participado em representação da sua escola, no quadro competitivo escolar ou federado. E assim se manteve até ao ano lectivo de 2002/03.

Finalmente no programa do Desporto Escolar para o ano lectivo de 2003/04, já não fazia nenhuma alusão aos alunos federados, tal como o programa do presente ano lectivo, onde no âmbito de participação, menciona que as práticas do Desporto Escolar estão abertas a todos os alunos, desde que inscritos no Clube do Desporto Escolar e na respectiva Coordenação.

No âmbito das actividades previstas para o ano lectivo de 1997/98, quando da inauguração em 16 de Novembro de 1997, no Estádio Municipal de Rio Maior, da pista sintética de Atletismo denominada Susana Feitor, contou com as presenças do então *Primeiro-Ministro*, António Guterres e do então *Ministro da Educação*, Marçal Grilo. Foi aproveitada a altura para efectuar uma Jornada do Desporto Escolar, com a Abertura Nacional das Actividades Competitivas do Desporto Escolar presidida pelo Primeiro-Ministro na cidade de Rio Maior, escolhida como cenário para aquele evento.

Pelo carácter histórico que se revestiu o discurso efectuado pelo Ministro da Educação nessa cerimónia, o qual enalteceu o Desporto Escolar, resolvemos incluí-lo na íntegra nesta Tese.

Queridos atletas Olímpicos, Mundiais, Internacionais:

Uma palavra muito breve, apenas para agradecer ao Senhor Primeiro-Ministro, o ter hoje passado o dia connosco, no Desporto Escolar.

O Desporto Escolar constitui para nós uma prioridade educativa. O Desporto Escolar constitui uma área de intervenção do Governo a que nós atribuímos uma enorme importância. Nos últimos dois anos, no tempo de duração deste Governo, nós estruturámos o Desporto Escolar e financiámos o Desporto Escolar em moldes que nos permitem hoje dizer que o Desporto Escolar está completamente estruturado e tem os programas e a liderança necessários à sua vivência diária, quotidiana regular e continuada.

Gostaria de dizer que esta é a forma que nós temos de combater muitos dos males que hoje afligem a nossa juventude e todos os riscos que hoje pairam sobre ela, nomeadamente os riscos da toxicod dependência e da droga. É através do Desporto Escolar que nós temos a capacidade para vencer muitos dos desafios que temos pela frente nesta área tão delicada e tão perigosa. Senhor Primeiro-Ministro, o Desporto Escolar é uma área de intervenção a que estão ligados hoje mais de 4 500 professores em 1 500 escolas e que movimenta muitas dezenas de milhares de jovens de Norte a Sul do País.

Nós vamos continuar a dar um grande apoio a esta área, e eu queria aqui agradecer muito particularmente ao Dr. Manuel Brito e à sua equipa, a todos os coordenadores ao nível Regional, Local e dos CAE's, o trabalho que tem sido feito no Desporto Escolar.

Permitam-me uma palavra para todos os jovens, para lhes dizer quão importante é que eles dediquem o seu tempo ao desporto, quer pratiquem, o Andebol, o Basquetebol, o Ping-Pong, o Voleibol, o Atletismo, todos aqueles desportos que tanto vos motivam. E falando dos atletas, eu queria muito, agradecer a todos os atletas que aqui estão, aos que foram recordistas do Mundo, aos que são medalhados Olímpicos, os que foram campeões Mundiais, a todos aqueles que são para nós orgulho do País.

Incluimos também na íntegra o discurso de circunstância e de carácter histórico do então Primeiro-Ministro que deu grande relevo ao Desporto Escolar, e prometeu continuar a trabalhar cada vez mais para uma maior divulgação daquela actividade, tendo discursado da seguinte forma:

Caras amigas, Caros amigos

Uma das coisas que mais me fez sofrer durante muitos anos, foi ver construir desde 1982 até 1995, muitas centenas de escolas em Portugal, que eram apenas fábricas de aulas, que não tinham qualquer instalação para a prática desportiva ou sequer para a Educação Física. Esta ideia terminou; para nós hoje a educação é um projecto de formação integral e dentro da educação, o Desporto, a prática desportiva, a Educação Física, têm um papel essencial, porque são um contributo decisivo, não apenas para que os jovens possam viver melhor, mas também para que possam combater melhor alguns dos problemas que hoje nos afligem.

Já aqui foi falada a droga ou a toxicodependência; e por isso o Desporto Escolar tem hoje um papel crucial na política educativa.

Em primeiro lugar com recursos, o Desporto Escolar era o parente pobre. Havia sempre enorme dificuldade para arranjar dinheiro para o Desporto Escolar.³

Pois bem, a partir de há alguns meses, 12,5 por cento do Totoloto, vão directamente para o Desporto Escolar, para que nunca mais falte um tostão àquilo que é necessário no Desporto Escolar.

Em segundo lugar, não pode haver Desporto sem instalações. Todas as novas escolas, que estão a ser construídas nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, têm hoje instalações para a prática da Educação Física, e estamos também a construir instalações nas escolas que se fizeram no passado sem esses pavilhões. Só no próximo ano de 1998, serão construídos de Norte a Sul do País, 117 instalações para a prática desportiva no seio das escolas.

Mas, mais importante que o dinheiro, mais importante que as instalações, é a dedicação de um enorme número de professores, é a vontade de centenas de milhares de alunos, é esta nova concepção de que a educação não é apenas dar aulas, não é apenas tirar um curso, é ter uma formação integral em que o Desporto é uma componente essencial.

Todas as medidas previstas no Programa do Governo,⁴ iniciado há dois anos, foram cumpridas nos primeiros dois anos de mandato, porque esta era para

³ A edição de 18 de Fevereiro de 1997 do Jornal "A Capital", focava que o Governo ainda não tinha dado nesse ano um vintém ao Desporto Escolar, apesar de estar a isso obrigado por legislação existente (Decreto-Lei nº 164/96, de 5 de Setembro). Lembramos ainda que o Desporto Escolar esteve sob ameaça de paralisação (Jornal "A Capital" de 8 de Abril de 1997, pp. 1 e 52) por falta de verba face às dívidas contraídas pelo Desporto Escolar (então 300 mil contos), porque a Secretária de Estado, Ana Benavente se recusava sistematicamente libertar verbas com origem nas receitas do totoloto. Além daquela verba eram reclamados então mais 200 mil contos para cumprir o programa até final do ano lectivo de 1996/97.

Também o Jornal "Correio da Manhã" (10 de Março de 1997), focava que, segundo os Coordenadores Regionais do projecto Desporto Escolar dos Centros de Áreas Educativas, tinham entregue na véspera na Figueira da Foz ao Ministro da Educação, uma exposição sobre a grave situação que se estava a passar; as dificuldades de financiamento do Desporto Escolar bloqueavam as actividades das escolas.

⁴ Constantino (Jornal "Record", de 16 de Abril de 1997) quando se referia à falta de verbas para o Desporto Escolar mencionava o seguinte: "A Secretária de Estado da Educação e Inovação responsabilizou publicamente a Secretaria de Estado do Desporto pelo não processamento das verbas relativas ao Desporto Escolar. Se as palavras da Secretária de Estado da Educação valem sobretudo pela raridade que constitui um responsável político defender de modo tão enérgico e frontal o Desporto Escolar, eles são também um sinal evidente da clara ausência de coordenação política no interior do próprio Governo.

Se há objectivo estratégico do actual Governo, que foi assumido de modo a não deixar margens a quaisquer dúvidas, foi seguramente o da Educação. Se há matéria programática sobre a qual se assumiu um compromisso político claro, foi inquestionavelmente o Desporto Escolar. Sobre ele se foi crítico em relação

nós uma prioridade essencial para a formação dos nossos jovens, e não havia tempo a perder.

Mas, gostaria de vos dizer ainda duas últimas notas:

A primeira, de homenagem à Câmara Municipal de Rio Maior, não existe nenhum outro concelho do nosso País onde tenha havido a inteligência e a visão de ir construindo na mesma zona um parque simultaneamente educativo e desportivo. Aqui, numa área relativamente reduzida onde se pode circular facilmente de instalação em instalação, estão todas as escolas que estão a ser e vão sendo construídas, e estão todos os equipamentos desportivos que vão constituir um dos mais modernos complexos e um dos melhores complexos de Portugal. Esta visão da Câmara Municipal de Rio Maior, tem que ser homenageada e copiada em todo o País.

Finalmente, uma última nota de agradecimento; não sei como é que organizaram isto, mas tiveram a gentileza de que a última prova desportiva a que pude assistir foi uma prova desportiva em que a equipa da Escola Secundária onde eu andei, Escola Secundária Camões, na altura Liceu Camões, ganhou o jogo de andebol e o andebol foi o Desporto Escolar que eu pratiquei no Liceu Camões nessa altura.

Em entrevista concedida a Damásio (1997), Chefe de Redacção do Semanário Ribatejano de Informação "O Remate", o Primeiro-Ministro focou o seguinte:

A Educação não é apenas fazer escolas que sejam fábricas de fazer aulas, é uma formação integral e o Desporto é uma componente essencial dessa formação; em segundo lugar com um bom Desporto Escolar o país poderá ter um bom desporto no seu conjunto.

ao passado e optimista e seguro relativamente ao futuro. Sobre ele se procurou, e bem, defender o princípio de estabilidade do sistema, acabando com as constantes alterações de localização orgânica da estrutura coordenadora do Desporto Escolar. Mas existe neste conflito um outro sinal: o de que progressivamente a cultura política dominante se afasta do que é o sentimento geral dos cidadãos. Negar, porque foi disso que se tratou, os meios financeiros, para serem investidos nas escolas a nível do Desporto Escolar".

Constitui ainda despesa do Instituto Nacional do Desporto, o subsídio a atribuir anualmente, por despacho dos membros do Governo com a tutela da educação e do desporto, ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, do Ministério da Educação, destinado ao apoio e à promoção do Desporto Escolar, tal com vem consignado no artº 16º (Despesas) do Decreto-Lei nº 62/97, de 26 de Março.

Também para o programa "Directo XXI" da TVI do dia 16 de Novembro, o Primeiro-Ministro disse o seguinte:

Tive hoje a honra e prazer de ser acompanhado por alguns dos nossos medalhados olímpicos.

Nós ganhámos uma medalha de ouro, umas medalhas de prata, pode ser que um dia quando tivermos um Desporto Escolar a sério isso gere condições para que possamos vir dos Jogos Olímpicos com três, quatro, cinco, seis medalhas de ouro, porque se criou a base e a massa indispensável para que os talentos possam emergir.

Nós hoje estamos a fazer um grande esforço no sentido de dar à educação desportiva um papel decisivo no sistema educativo. O esforço financeiro, o Totoloto passa a atribuir 12,5 por cento das suas verbas à educação desportiva; esforço em instalações, só para o ano, 117 novos pavilhões⁵ e sobretudo esforço na dedicação enorme dos professores e dos alunos que estão a compreender que esta é de facto uma componente essencial da formação dos jovens.

Face ao que foi dito anteriormente pelas entidades que nos governavam na altura, sabemos que uma das nossas grandes preocupações quer daquele tempo, quer presentemente é a droga.

Assim, para o combate a este problema, a chamada ocupação dos tempos livres ocupa um lugar determinante e, naturalmente, a prática desportiva é um dos

⁵ O Despacho nº 29/81, de 13 de Novembro, do então Secretário de Estado das Obras Públicas, Eugénio Nobre determinava, que dada a grave situação de disponibilidade de verbas para a construção de escolas, com vista a se dispor do máximo de salas de aulas, que a Direcção-Geral das Construções Escolares actuasse no sentido de que: fossem adiados para uma segunda fase, os pavilhões polivalentes ou ginásios, de que ainda não se tivessem iniciado a sua construção. Esta determinação afectou, desde logo, doze escolas incluídas no primeiro plano de emergência, lançado em 1981, pelo então Ministro da Educação, Vítor Crespo.

Nessa altura, muitas escolas ficaram apenas com um vasto terreno livre que, na planta, se destinava a um ginásio ou pavilhão gimnodesportivo, para surpresa das comissões instaladoras e mesmo dos serviços do Ministério da Educação. Quatro meses depois, em 14 de Março de 1982, era também o Secretário de Estado das Obras Públicas que reiterava por despacho que os ginásios seriam feitos, salvo indicação em contrário, em 2ª fase ("O Jornal da Educação," nº 78, de Agosto de 1984).

meios mais eficazes para criar solidariedade, amizade e espírito de entreajuda que são precisamente o contrário do individualismo e da solidão.

E sabemos também que há solidão em muitos jovens, onde o mais importante seria a participação de todos nos convívios desportivos realizados através do Desporto Escolar, que se pretendem que tenham um espírito de uma saudável confraternização entre toda a população escolar.

Para o complemento curricular do Desporto na Escola é função deste, o seu desenvolvimento com três vectores indispensáveis nas condições de execução a nível de infra-estruturas, motivação dos alunos e capacidade técnica dos professores.

É neste contexto que Constantino (1998), menciona que o movimento associativo desportivo, tem feito um esforço significativo de evolução e modernização das suas estruturas e métodos de trabalho mas, vive muita das vezes bloqueado por uma acção governativa que “futeboliza” demasiado os problemas desportivos.

Ana Benavente (1998), a então Secretária de Estado da Educação e Inovação, em entrevista concedida ao jornal “A Bola” mencionou que:

O processo de financiamento directo envolve cerca de 700 mil contos, quantia que permite consolidar o trabalho até agora desenvolvido, sem as inseguranças do passado, quando os sonhos ficavam devastados pelos cortes orçamentais.

O Desporto Escolar renasceu das cinzas e assume-se cada vez mais como uma das primordiais tarefas da educação em Portugal, correspondendo a passagem do Desporto Escolar para a educação, a uma convicção de que o desporto na sua dimensão de desenvolvimento do corpo, de aprendizagem das regras de convivência e de descoberta e construção do bem-estar, é fundamental para enriquecer a vida das escolas. A escola não pode ser apenas a carteira, o lápis e o manual, é importante que nela se desenvolvam actividades artísticas, desportivas e físicas, iniciativas de toda a ordem que a tomem um espaço humanizado e preocupado com o desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Relativamente à revisão curricular, um dos projectos a desenvolver pelo Ministério da Educação, relacionado com o Desporto Escolar, a Secretária de Estado na altura defendeu que:

A escola está muito pesada no ponto de vista de disciplinas e conteúdos, asseverando que é preciso ter espaços integrados na vida escolar para outras actividades tão enriquecedoras ou mais que as actividades tradicionais, pretendendo-se que as escolas possam elaborar o seu próprio projecto educativo para outras actividades, nomeadamente o Desporto Escolar, aparecendo este divulgado sobre a forma de projectos das escolas e não de uma oferta ou imposição às escolas.

O Desporto Escolar permitirá ainda dar maior relevo a uma disciplina que é por muitos considerada ainda como o parente pobre, a Educação Física, e que nem sempre tem sido desenvolvida da forma mais profícua.

Em entrevista conduzida por Fernandes ao Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, Brito (1998), mencionou que o projecto do seu Gabinete, previa que dentro de dois a três anos todas as lacunas em termos de infra-estruturas estariam cobertas e dentro de 10 anos não haveria nenhuma escola sem um equipamento desportivo básico. A filosofia que emana do Desporto Escolar pretende dar aos jovens as bases e os hábitos para um desenvolvimento sólido e harmonioso, em defesa de valores ambientais, na cultura de uma cidadania desportiva e saudável.

Deste modo, pretende-se finalmente, constituir uma política desportiva alargada, que num processo normal possa produzir os expoentes, os praticantes de elite, que serão depois aproveitados pelo desporto federado.

Também este Director pretendia em primeiro lugar definir, o perfil dos professores atendendo às necessidades do desenvolvimento desportivo dos alunos, uma vez que no momento existia um quadro competitivo separado para

federados e não federados. Quanto a representações internacionais eram, obviamente escolhidos os melhores, mesmo entre os federados.

O Director do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, finaliza a entrevista dizendo que aquilo que se pretende é dar uma maior Cultura Física aos alunos, aumentando cada vez mais a actividade interna, dando-lhes ocupações dentro da escola para que esta seja uma escolha e não uma imposição.

Pena é, que um Projecto de Adesão ao Desporto Escolar, desde o momento que entra numa Escola, normalmente no mês de Julho, até ser posto em prática leva de facto algum tempo, como já denunciámos anteriormente (1999a).

Em primeiro lugar tem de ser aprovado no Conselho Pedagógico.

Deverá constar no Plano de Actividades do Departamento de Educação Física e integrado no Plano de Escola, para novamente ficar à espera de aprovação no Conselho Pedagógico.

O Projecto Final sobre a adesão ao Desporto Escolar será então enviado para a respectiva Direcção Regional Educativa, na melhor das hipóteses no mês de Outubro.

Normalmente o Plano Anual de Actividades de Escola é aprovado também pelo Conselho Pedagógico, no mês de Novembro, sendo o Projecto Final do Desporto Escolar aprovado antes da interrupção lectiva no mês de Dezembro.

São assim gastos cerca de cinco meses, só com aspectos burocráticos.

Na altura, não podíamos ficar alheios a todos estes atrasos, atendendo que constituía ainda despesa do então Instituto Nacional do Desporto,⁶ o subsídio a atribuir anualmente por despacho dos membros do Governo com a tutela da Educação e do Desporto, ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, do Ministério da Educação, destinado ao apoio e à promoção do Desporto Escolar (Artº 16º do Decreto-Lei nº 62/97, de 26 de Março - Lei Orgânica do Instituto Nacional do Desporto).

Por outro lado, o Decreto-Lei nº 258/97, de 30 de Setembro e Decreto-Lei nº 153/2000, de 21 de Julho procedem ao reajustamento da distribuição dos resultados da exploração dos dois concursos semanais do Totoloto e reparte entre

⁶ Hoje, Instituto do Desporto de Portugal, criado através do Decreto-Lei nº 96/2003, de 7 de Maio.

o Instituto Nacional do Desporto e o Ministério da Educação os montantes que, até aqui eram atribuídos apenas àquele Instituto.

Das receitas dos concursos referidos os montantes correspondentes às percentagens do Fomento de Actividades Desportivas (16%) serão distribuídos para o Ministério da Educação, para apoio ao Desporto Escolar de acordo com as seguintes regras:

87,5% - Instituto Nacional de Desporto

12,5% - Desporto Escolar e investimentos em infra-estruturas desportivas

Soares (1997), considera os professores de Educação Física como os principais agentes com maiores responsabilidades na gestão e desenvolvimento do Desporto Escolar, contudo não têm acesso às verbas destinadas para este subsistema do sistema educativo.

Ainda para este autor, o Desporto Escolar é parte integrante da Educação Física e toda a sua organização é realizada a partir desta disciplina, sendo o resultado da articulação e continuidade que deve existir entre uma e outra, o Desporto Escolar está assim dependente de toda a organização curricular. No entanto, esta dependência é bastante questionável porquanto o Desporto Escolar desenvolve-se no quadro do princípio de livre escolha enquanto a disciplina curricular é de carácter obrigatório.

Pina (1997), quando se refere à sociedade actual, menciona que esta está a ser atravessada muito rapidamente, por grandes convulsões, motivada pela evolução científica e tecnológica. São modificações profundas que atingem todo o tecido social e cultural e que provocam repercussões imprevisíveis, não sendo de admirar por isso que um dos aspectos em que melhor e urgentemente se tem de actuar seja no domínio da educação.

Há que reflectir na problemática global da escola (Barbosa, 1998a), com as novas funções sociais que a escola deve saber cumprir, devendo estar aberta à comunidade, para trabalhar em conjunto com estratégias preventivas e não curativas, para que a escola se organize previamente com os professores. Estes,

cada vez mais deverão olhar menos e observar mais os seus alunos; a sala de aula deverá ser o cenário de fundo, para que o palco faça parte do contexto de intervenção global da escola na sala de aula, devendo o professor organizar a escola com a identificação do meio. E tudo o que tenha a ver com inovações no Sistema Educativo é, obrigatoriamente, questão de todos os cidadãos (Barbosa, 1998b).

Foi dentro deste contexto que o Governo anunciou ter em curso um investimento naquela altura de 12,6 milhões de contos na construção de pavilhões desportivos em escolas, quando o Secretário de Estado da Administração Educativa⁷ afirmou que esta verba iria permitir a construção de mais 100 pavilhões em todo o País, para colmatar a lacuna da construção de escolas entre 1982 e 1996 sem instalações cobertas para a prática desportiva. Acentuou ainda este responsável governamental que todas as escolas construídas a partir de 1996 dispõem deste tipo de equipamento.

Salientou ainda que *“as escolas do novo século são escolas completas”* e que implica a existência de um conjunto de equipamentos, nomeadamente desportivos, fazendo questão de salientar que *“uma escola sem espaço para o desporto, é uma escola amputada”*.

O certo é que continuamos ainda a ter escolas sem as respectivas instalações quer para a disciplina de Educação Física, quer para a prática das modalidades no Desporto Escolar, conforme já mencionámos anteriormente (2000c).

Sabemos que deveremos considerar a escola como um espaço cultural por excelência, sendo nela que se deve dar início a práticas desportivas, para que cada aluno se aproprie melhor dos saberes gerados pela sociedade, correspondendo assim também, à sua formação para a cidadania.

No novo programa de Educação Física para o Ensino Secundário, homologado em Fevereiro de 2002 para entrar em vigor no presente ano lectivo, vem mencionado na bibliografia o livro *“Jogos Olímpicos e Olimpismo”* (1992), do

⁷ Quando da deslocação do Secretário de Estado da Administração Educativa, *Guilherme de Oliveira Martins* ao Algarve, em 16 de Junho de 1998, para inaugurar seis pavilhões (Jornal *“Correio da Manhã”* de 17 de Junho de 1998).

qual somos autor. Está incluído nas obras de referência sobre a interpretação e participação nas estruturas e fenómenos sociais, extra-escolares no seio dos quais se realizam actividades físicas.

Assim, a introdução de uma nova cultura na escola através do desporto, como estratégia de mudança das organizações educativas, servirá para satisfazer as necessidades dos alunos, enquanto organização de diagnóstico de necessidades, numa escola que se deseja Sensível, orientada para os afectos e Transformacionista, construída para aceitar as mudanças, com a respectiva formação para a cidadania, contribuindo assim para o desenvolvimento dos jovens, mais atentos e conscientes aos problemas do Mundo em que vivem.

A concretização desses objectivos determina, inequivocamente, que a actividade desportiva se integre na vida escolar, decorrendo por isso o *Desporto na Escola numa dimensão lúdica do movimento*, como as demais actividades escolares, sob a responsabilidade dos órgãos de gestão e administração das escolas que institucionalmente assumem a condução dos projectos de Desporto Escolar.

Meignant (1973), defende na Sóciopedagogia o êmbolo fundamental da mudança organizacional como recurso a práticas rigorosas de explicitação de necessidades, de forma a evitar que muitos dos fenómenos delicados, sobre os quais se guardam grandes segredos, sejam aflorados com calma e serenidade evitando enquistamentos e formação de tabus.

Assim as preocupações pedagógicas de Dewey (1916), colocam os alunos como elemento fulcral de todo o processo educativo, focando ainda que a criança que se deve educar é um indivíduo social, ou seja, educa-se para a sociedade.

Foi nesse sentido que as nossas práticas de análise foram efectuadas segundo os princípios da Sóciotecnia de Liu (1983) e na perspectiva da intencionalidade do movimento do corpo em acto entendido como motricidade humana tal como defende Sérgio (2004b), a nível do funcionamento do sistema nervoso, acrescentamos nós.

À complexidade do fenómeno sobre o insucesso escolar, Ruivo (2000), menciona que na maioria dos casos para se ter sucesso na vida, é necessário ter-

se sucesso na escola. É precisamente aqui que não devemos esquecer que a escola que temos hoje não faz mais do que reflectir a hierarquia social, sendo necessário uma outra escola, a que vá ao encontro das solicitações dos alunos, construída para aceitar mudanças e orientada para os afectos.

Antes de entrarmos no capítulo da temática, finalizamos esta Revisão de Literatura, focando o que foi escrito pelo *Presidente da República*, Jorge Sampaio (1998), no prefácio do volume organizado pelo Conselho Nacional de Educação:

Os alunos estão no centro de todas as preocupações. São pessoas que frequentam a escola pelo menos durante nove anos. E que têm direito a exigir um ensino de qualidade, que os prepare para novos estudos ou para a inserção no mercado de trabalho, que os predisponha para novos momentos de educação e formação ao longo da vida.

CAPÍTULO II

A Temática

Capítulo II - A Temática

2.1. Enquadramento histórico, político e jurídico do Desporto Escolar

Ao darmos início a este capítulo, iremos fazer um enquadramento histórico ao longo de quase sete décadas, bem como um enquadramento político e jurídico do Desporto Escolar ao longo das últimas três décadas e meia, acompanhando assim a evolução através da minha vivência a nível profissional.

2.2. O aparecimento do Desporto Escolar

Na revisão de literatura sobre o aparecimento do Desporto Escolar a nível nacional, encontrámos um trabalho elaborado por Mota (1997), que nos serviu de base para a realização da nossa pesquisa.

Segundo este autor, o Desporto Escolar tem sido ao longo dos tempos alvo de várias experiências, sem que delas se tenham conhecido seriamente os resultados e sem que os mais directamente interessados, as crianças, os jovens, delas tenham colhido grandes benefícios.

Para Mota (1997), em termos de retrospectiva histórica sistematizada, define duas grandes fases, procurando em ambas demarcar os momentos mais significativos que caracterizam uma perspectiva para o Desporto Escolar, ou seja:

1ª Fase - Desde o início do século até à implantação do regime democrático de 25 de Abril de 1974;

2ª Fase - Desde esta data até 1997.

Acrescentamos uma *3ª Fase*, desde 1997, até ao presente ano lectivo de 2004/05.

Após as pesquisas efectuadas por Mota, o *primeiro momento* da 1ª Fase, tem início a partir do ano de 1910, sendo caracterizado por um certo desenvolvimento das práticas desportivas escolares e pela institucionalização dos Campeonatos Desportivos Escolares, da responsabilidade do associativismo desportivo.

Pires (1994/95), define este período de desenvolvimento das práticas desportivas escolares, com *Livre Associativismo*, sendo indicadores da presença deste modelo as seguintes realizações:

- Realização de uma parada escolar, durante os primeiros Jogos Olímpicos Nacionais em 1910.
- A organização pela Federação Portuguesa de Remo do 1º Campeonato Desportivo Escolar de Remo no ano de 1918 e que se prolongou até ao ano de 1924.
- A convocação pelo Ginásio Clube Português⁸ de uma reunião de directores e professores dos estabelecimentos de ensino, para definirem bases para a prática ordenada de ginástica e jogos desportivos nas camadas escolares no ano de 1920.
- A realização pela Associação de Atletismo de Lisboa⁹ nos anos de 1934, 1935 e 1936 de um Campeonato Escolar.

Para Pires (1994/95), era fácil de aceitar e compreender que, neste primeiro momento, as práticas desportivas fossem globais. As diversas organizações para além de serem poucas estavam em igualdade de circunstâncias, só que com o

⁸ Segundo Garcia Alvarez (1994), o Ginásio Clube Português, terceira mais antiga colectividade portuguesa (data da fundação, 18 de Março de 1875), deve a sua existência ao primeiro professor de Educação Física que Portugal teve, Luís Maria de Lima da Costa Monteiro (1843-1906), tendo sido o introdutor da Ginástica no nosso País. Este professor foi fortemente influenciado pela escola alemã de Friedrich Ludwig Jahn (1778-1882), chegou a aplicar alguns ensinamentos de Francisco Amoros (1770-1848), rendendo-se posteriormente aos princípios emanados do sueco Per Henriq Ling (1776-1829).

⁹ No Relatório e Contas da Direcção da Associação de Atletismo de Lisboa de 1979, menciona que o nascimento da Federação Portuguesa de Atletismo verificou-se no ano de 1921. A F.P.A. é resultante das Associações sendo Lisboa o mais antigo centro da modalidade; contudo, um incêndio ocorrido nas antigas instalações da Rua Barros Queirós, roubou a possibilidade de comprovar a idade do organismo; independentemente do ocorrido, o 75º aniversário da Associação de Atletismo de Lisboa foi festejado em 17 de Maio de 2004.

tempo começou a originar-se, também em termos institucionais, uma especialização e a necessidade de segmentação do desporto em vários sectores.

Um *segundo momento*, que corresponde à criação e institucionalização da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (ONMP), pela Lei nº 1:941, de 11 de Abril de 1936,¹⁰ sendo esta estrutura política de intervenção e controlo do regime de então, para a juventude, não fugindo aos objectivos para que fora criada, pelo que as práticas desportivas foram profundamente marcadas por um elevado espírito nacionalista e militarista, vigente também naquela época.

Lembramos aqui, que o Decreto-Lei nº 26:611, de 19 de Maio de 1936, menciona no seu artº 40º o seguinte:

É instituída, em cumprimento da Base XI da Lei nº 1:941, a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M.P.),¹¹ que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade Física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.

Também no seu artº 42º, foca a criação no Ministério da Educação Nacional do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, órgão destinado a dirigi-la superiormente, por delegação do Ministro.

Dada a natureza desta investigação, tem interesse ficar registado também o artº 43º, o qual menciona o seguinte:

Em todas as escolas, públicas ou particulares, com excepção das do ensino superior, um dia útil de cada semana será destinado a

¹⁰ Esta Lei do Ministério da Instrução Pública, na Base II, mencionava que era instituída a Junta Nacional da Educação para o estudo de todos os problemas que interessavam à formação do carácter, ao ensino e à cultura, a qual teria entre sete secções a Educação Moral e Física.

Na Base XI, mencionava o seguinte: Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade Física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa.

¹¹ Na origem da Mocidade Portuguesa, encontram-se a Liga da M.P. de 1933 e a Acção Escolar Vanguarda (A.E.V.) de 1934. A primeira criada no âmbito do Ministério de Instrução. Por seu turno a A.E.V. foi criada sob os auspícios do Secretariado de Propaganda Nacional.

exercícios colectivos, ao ar livre sempre que possível, de educação cívica e pré-militar, dentro do quadro geral da Mocidade Portuguesa.

Passados 30 anos, o estatuto da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, foi revisto pelo Decreto-Lei nº 47.311, de 12 de Novembro de 1966,¹² sendo com ele criado o cargo de Comissário Nacional Adjunto para a Educação Física, com o intuito de provocar um maior fomento às actividades gimnodesportivas escolares, procurando-se um reforço do papel da escola, já que nela se encontravam os professores e os alunos que podiam contribuir para a organização dessas actividades.

A prática desportiva passa a ser proporcionada pelos *Centros de Instrução da Mocidade Portuguesa*¹³ e pela organização dos *Campeonatos Desportivos Escolares* da responsabilidade da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa.

Um *terceiro momento* é referenciado ainda pelo mesmo autor, com a publicação do Decreto-Lei nº 82/73, de 3 de Março, que definiu um novo estatuto para a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, atribuindo-lhe as competências sobre a Educação Física e o Desporto Escolar, até ali na dependência da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, caracterizando este momento, a nova dependência da Educação Física e Desporto Escolar, aproximando ao Sistema Desportivo.

Mota (1997), aponta na 2ª Fase, mais de duas décadas, após o 25 de Abril de 1974 até ao XIII Governo Constitucional, essencialmente marcadas pelas mudanças permanentes do ponto de vista institucional e pelas concepções diversas, a que o Desporto Escolar foi sujeito, podendo igualmente referenciar alguns momentos mais significativos dessa atitude.

¹² As actividades da Mocidade Portuguesa passaram a ter, sobretudo um carácter assistencial e desportivo. Com a saída deste Decreto-Lei, a sua acção foi restringida às actividades circum-escolares, acção social escolar e ocupação de tempos livres da juventude não escolar.

¹³ Através de uma antiga aluna, tivemos conhecimento do Jornal "Querer" com o nº 5, de Fevereiro de 1967, do Centro Escolar nº 2 da Mocidade Portuguesa da então Escola Industrial e Comercial de Tomar, composto e impresso na Tipografia Comercial de Tomar, Ldª. Entre as actividades escolares, constava a participação dos alunos no Desporto Escolar nas seguintes modalidades: Voleibol (Feminino), Atletismo e Basquetebol (Masculino).

Considera como *primeiro momento* a publicação do Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de Dezembro, o qual revê o estatuto da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, que passa a designar-se somente por Direcção-Geral dos Desportos e separa a Educação Física e o Desporto Escolar, integrando a primeira nas Direcções-Gerais Pedagógicas e deixando o segundo na Divisão do Desporto Escolar, então criadas na Direcção-Geral de Desportos.

Nesta altura, estávamos num tempo de profundas transformações e mudanças, com uma dinâmica social e política muito viva, fruto do desabrochar da democracia no país, não escapando o desporto a este clima, tendo-se realizado um Encontro Nacional de Desporto (ENDO) e foi traçado um Plano de Desenvolvimento para o Desporto Nacional; lançou-se também o Movimento do Desporto Infantil (MODI), por se reconhecer à escola do Ensino Primário o papel fundamental e decisivo no desenvolvimento da prática desportiva.

O Desporto Escolar, mereceu igualmente toda a atenção com a elaboração pela Direcção-Geral dos Desportos de um Plano de Desenvolvimento para o Desporto Escolar, onde se pretendia como diziam os seus responsáveis, um Desporto Novo, num País Novo. Em Julho de 1976, com a posse do primeiro Governo Constitucional, terminaria esse momento.

Para o *segundo momento* que decorre entre o ano de 1976, com a entrada em funções desse Governo e o ano de 1986 com a publicação da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), Mota (1997), considera esta década pelo período da dependência institucional do Desporto Escolar das Direcções-Gerais Pedagógicas e da criação nas escolas dos *Grupos Desportivos Escolares*.¹⁴

Se inicialmente se via a preocupação em desactivar o modelo anteriormente seguido, assistia-se à publicação de uma série de legislação tendente à passagem do Desporto Escolar da Direcção-Geral dos Desportos para as Direcções-Gerais do Ensino Básico e do Ensino Secundário, nomeadamente:

¹⁴ As regras do início do funcionamento dos *Grupos Desportivos Escolares (GDE's)* no ano lectivo de 1979/80, pretendiam agrupar os alunos segundo as suas preferências em núcleos homogéneos, sob orientação de professores de Educação Física e de outras pessoas. Durante este período existiu um outro espaço de prática de actividades físicas e desportivas, constituída pelas *Actividades de Aplicação*, que pretendiam ser uma extensão das aulas de Educação Física.

- Despacho nº 36/77, de 8 de Fevereiro, que nomeava os responsáveis distritais para o Desporto Escolar;
- Despacho nº 49/77, de 18 de Fevereiro, que nomeava os Coordenadores Concelhios para a Educação Física e Desportos;
- Despacho nº 175/77, de 18 de Junho, que nomeava o Coordenador Nacional para o Desporto Escolar;
- Decreto-Lei nº 553/77, de 31 de Dezembro que retira à Direcção-Geral de Desportos as competências relativas ao Desporto Escolar.
- Decreto-Lei nº 554/77, de 31 de Dezembro, que atribui às Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário e à Inspeção-Geral do Ensino Particular as competências sobre o Desporto Escolar, determinando uma coordenação entre estas entidades e a Direcção-Geral dos Desportos onde o funcionamento dos Serviços de Educação Física e do Desporto Escolar seria posteriormente regulamentado por Portaria.
- Portaria nº 434/78, de 2 de Agosto, que cria a estrutura nacional designada *Serviço de Educação Física e Desporto Escolar*.

Mais tarde com a publicação do Decreto-Lei nº 197/79, de 29 de Junho, estes Serviços passaram-se a designar-se *Serviços de Coordenação da Educação Física e Desporto Escolar*, que, por razões não explicáveis (Mota, 1997), não só não conseguem nos sete anos seguintes publicar o seu Regulamento, como acabam por serem extintos com a saída do Decreto-Lei nº 150/86, de 18 de Junho.

Um *terceiro momento* nasceu com a saída do Decreto-Lei mencionado anteriormente que, para além da extinção dos citados Serviços, atribuiu novamente à Direcção-Geral dos Desportos a coordenação e o apoio das actividades desportivas não curriculares. Contudo, esta instituição não mais fez do que transferir as suas responsabilidades nesta área do Desporto Escolar, para o sistema desportivo, celebrando com algumas federações desportivas protocolos de cooperação.

Este foi o período designado de Associativismo Juvenil, com base em três projectos:

- Torneios Abertos
- Clubes de Jovens
- Férias Desportivas

os quais acabaram por não merecer a compreensão e a receptividade que os responsáveis esperariam, uma vez que não representavam verdadeiramente um processo das escolas.

Ainda segundo Mota (1997), um *quarto momento*, começou a esboçar-se com a publicação do Despacho nº 4/ME/88, de 24 de Maio, o qual criou um grupo de trabalho, reestruturado na sua formação pelo Despacho nº 157/ME/88, de 4 de Outubro, para a elaboração do Projecto de Decreto-Lei para o Desporto Escolar.

O Despacho nº 87/ME/89, de 30 de Maio, dá origem ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, que funcionou em regime de experiência pedagógica no âmbito do Sistema Educativo, tendo elaborado para reflexão e discussão o documento que serviu de base ao Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro, que aprovou a Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar.

O que finalmente parecia ser uma normalização (Mota, 1997), da situação do Desporto Escolar, reforçada com a publicação da Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro (Lei de Bases do Sistema Desportivo), ainda conheceu durante este quarto momento algumas "inovações" ao sabor da vontade política reinante.

Assim, através do Despacho nº 1/SEAM/SESE/92, de 8 de Janeiro, é criado um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (GTDEFDE) e extinto o anterior Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, por se considerar que não estavam reunidas as condições para aplicação do definido no já mencionado Decreto-Lei nº 95/91.

Seis meses depois é publicado o Despacho nº 108-A/ME/92, de 22 de Julho, que extingue o Grupo de Trabalho para a Desenvolvimento da Educação

Física e do Desporto Escolar e nomeia uma equipa de peritos para funcionar na dependência directa do Ministro da Educação, a qual acaba por dar origem na elaboração dos Programas do Desporto Escolar para os anos lectivos de 1992/93 e 1993/94, procurando desenvolver os mecanismos para a criação de uma Federação para o Desporto Escolar.

Mota (1997), menciona que é de facto um momento de grande confusão institucional, já que no espaço de quatro anos são conhecidas orientações de três Ministros e um Secretário de Estado e, nomeados por Despacho atrás de Despacho, quatro grupos de trabalho sem que tal tenha representado alguma mais-valia para o Desporto Escolar e, como é óbvio para a formação global da nossa juventude.

Este autor menciona ainda um *quinto e último momento*, correspondente ao período de tempo que decorre desde a publicação do Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de Abril, ou seja, a Lei Orgânica do Ministério da Educação, a qual atribui a coordenação da Educação Física e do Desporto Escolar aos Departamentos do Ensino Básico e do Ensino Secundário em articulação com as Direcções Regionais de Educação (DRE's) através dos Serviços Centrais do Desporto Escolar. A publicação do Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de Maio, altera a Lei Orgânica do Instituto do Desporto (INDESP), ex-Direcção-Geral dos Desportos (DGD), e recoloca o Desporto Escolar no Sistema Desportivo, através do Gabinete de Apoio ao Desporto Escolar, ainda que este desenvolva a sua actividade em coordenação com as Direcções Regionais de Educação e os Centros de Área Educativa.

A definição da 3ª Fase, começa pela chamada de atenção, em Julho de 1997, através do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar da realização das actividades do Desporto Escolar à quarta-feira de tarde. Deverá ser livre quer para os professores, quer para os alunos. Sabemos o quanto difícil é muitas das vezes poder dar cumprimento a esta sugestão.

É actualizado pela primeira vez o regime legal do financiamento regular e autónomo do Desporto Escolar face à distribuição da exploração do Totoloto em

relação à administração pública desportiva (Decreto-Lei nº 258/97, de 30 de Setembro).

Após a Remodelação Ministerial do XIII Governo Constitucional, efectuada em 23 de Novembro de 1997, e com a tomada de posse dois dias depois, pela primeira vez um Ministro-Adjunto (José Sócrates), ficou com esta pasta, assumindo o pelouro do Desporto,¹⁵ conjuntamente com a Juventude e Toxicoddependência.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, é estabelecido o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, bem como dos respectivos agrupamentos, obrigando o Desporto Escolar a dar uma resposta progressiva e ajustada à possibilidade de associação de estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico, e Secundário em torno de um projecto comum.

O Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de Outubro, aprova a nova orgânica do Ministério da Educação, onde as competências do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar dependem da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

O Desporto Escolar é ainda referenciado no Despacho Conjunto nº 948/03, de 26 de Setembro, na revisão do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), criado no âmbito do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), visando a integração orientada para situações de respostas de ordem social.

Baseado neste enquadramento constitucional, jurídico e histórico do Desporto Escolar, Meirim (1995b), aborda a principal legislação do Desporto Escolar desde 1986 a 1995, numa compilação inerente a problemas jurídicos do desporto.

¹⁵ Lembramos a este propósito que no ponto 8.2. (Desporto) do Programa do XIII Governo Constitucional, o Desporto na Escola é reconhecido como sector essencial para toda a actividade desportiva para a melhoria do ambiente escolar e para a formação da juventude.

2.3. A Importância da Educação Física no desenvolvimento do Desporto Escolar

A Educação Física é uma disciplina curricular, portanto obrigatória, em todos os níveis de escolaridade, desde o 1º Ciclo do Ensino Básico até ao fim do Secundário.

Quando a criança entra para o Jardim-de-infância no ensino Pré-Escolar,¹⁶ já possui algumas aquisições motoras básicas, tais como andar, transpor obstáculos, e manipular objectos de forma mais ou menos precisa. No domínio das Expressões Motora, Dramática, Plástica e Musical, a área de Expressão e Comunicação, engloba as aprendizagens relacionadas com o desenvolvimento psicomotor.

No 1º Ciclo do Ensino Básico é designada por *Expressão e Educação Físico-Motora*¹⁷ e contribui, conjuntamente com as outras áreas de formação, para o desenvolvimento global da criança, assumindo particular importância na aquisição de destrezas motoras, hábitos e atitudes indispensáveis para uma vida activa e participada.

No Plano de Actividades (1996/97) do Desporto Escolar do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (CAELMT) de Novembro de 1996, refere que em anos anteriores a intervenção do Desporto Escolar a nível do 1º Ciclo do Ensino Básico foi bastante reduzida em relação às expectativas.

Segundo o ponto sete da *Declaração Universal dos Direitos da Criança* (1959), a criança tem direito a receber uma educação e a brincar, de forma a desenvolver as suas capacidades intelectuais e sociais.

Na idade em que se constroem os “alicerces para o futuro” (Cardoso, 1976), que movimento favorável ao seu crescimento (físico e mental) encontra a criança

¹⁶ Ministério da Educação (1997), Educação Pré-Escolar, Orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar.

¹⁷ Nos termos do artº 14º do Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto e ao abrigo do Decreto-Lei nº 47 587, de 1 de Março de 1967, foi determinada a aprovação dos programas do 1º Ciclo do Ensino Básico, constituído entre outras áreas pela Expressão e Educação Física-Motora, os quais foram experimentados e avaliados nos seguintes anos lectivos: 1989/90 (1º ano); 1990/91 (2º ano); 1991/92 (3º ano); 1992/93 (4º ano). A aplicação generalizada do programa, foi no ano lectivo de 1990/91 para o 1º ano (ex-regime experimental).

Mais tarde (1993), saiu o programa do 1º Ciclo do Ensino Básico.

das cidades, imobilizada a ouvir coisas e a dos campos correndo e pulando sem ouvir nada?

Ainda para este autor, se a Educação Física na Escola Primária, como então se chamava, ainda não teve nos programas o lugar que merecia, no Jardim-de-infância então nem vale a pena falar. Intervalos com joginhos, a repetição estafada de uma gesticulação sem valor, e... é tudo. Os próprios professores de Educação Física ao serem convidados... recusam, não conhecem "os de menos 6 anos", nunca lhes foram apresentados!

Também para Martínez (1988), referindo-se a Wallon, menciona que o menino só sabe viver a sua infância. Conhecê-la é assunto de adulto, tendo Vayer (1976), dito que o corpo não é nem um símbolo, nem um objecto ou instrumento, é a condição da nossa presença no mundo.

Já em 1993/94 e 1994/95, conforme mencionámos na nossa dissertação de Mestrado (1998), consoante a chegada de projectos (cerca de 100 escolas nos dois anos lectivos), os responsáveis do 1º Ciclo no Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, deslocavam-se directamente a cada escola. Servia este contacto para tomarem conhecimento do projecto e auxiliar os professores do 1º Ciclo, tendo sido atribuído a cada escola envolvida no projecto o seguinte:

Verba para apetrechamento em 1993/94 e no ano lectivo seguinte, um "Kit" de material portátil.

Mas, em 1995/96 não foi possível dar resposta às solicitações que chegaram, nomeadamente as de apetrechamento e de formação. Pelo facto, foi criado um vazio e uma certa descrença por parte dos intervenientes nos projectos em relação à capacidade de intervenção do Desporto Escolar naquele Ciclo.

No ano lectivo de 1996/97, foi dado apoio prioritário à implementação do Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar (PRODEFDE), às dinâmicas locais, bem como ao Plano Orçamental para as actividades.

Segundo o programa,¹⁸ nas Escolas Básicas do 1º Ciclo, entre oito¹⁹ áreas de aprendizagem, existe a já mencionada Expressão e Educação Físico-Motora,

¹⁸ Despacho nº 139/ME/90, de 16 de Agosto.

tomando-se necessário que o ensino-aprendizagem das actividades físicas decorra de um processo consciente, intelectual e específico, ajustadamente preparado em correcto contexto pedagógico.²⁰

No programa do Desporto Escolar para o 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário do ano lectivo de 1997/98, menciona que terá a aplicação aos estabelecimentos de educação, desde que seja curricularmente ministrada a disciplina de Educação Física e desde que estejam garantidas as condições mínimas para as actividades desportivas, nomeadamente, os espaços adequados, tempo para as actividades e docentes qualificados.

Já Sobral (1976), mencionava que a fisiologia do exercício comprova o aumento da capacidade funcional, onde a prática sistemática da corrida favorece as predisposições do organismo para o trabalho de corrida, e os exercícios de força contribuem para o aumento da força muscular, e a mobilização das articulações conduz a níveis superiores da flexibilidade articular.

À Educação Física (Sobral, 1980a), cabe não só o ensino dos requisitos impostos pela prática das diversas modalidades, como ainda a animação da sociedade escolar através do fenómeno desportivo a ela adaptado e a orientação do futuro praticante, devendo em todos os níveis de ensino (Sobral, 1980b), os alunos serem chamados a participar activamente na prática de avaliação, manipulando as técnicas compatíveis com o seu grau de conhecimentos.

Assim, a disciplina de Educação Física,²¹ desempenha um papel importante na formação integral dos alunos, assumindo-se como uma componente obrigatória

¹⁹ No Plano Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico, aprovados nos termos do Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto, o mesmo é constituído pelas seguintes áreas: Expressão e Educação Físico-Motora, Expressão e Educação Musical, Expressão e Educação Dramática, Expressão e Educação Plástica, Estudo do Meio, Língua Portuguesa, Matemática e Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões.

Além destas áreas, tem a denominada Área-Escola e Actividades de Complemento Curricular (Facultativas), cuja carga horária semanal mínima do conjunto de actividades são 25 horas.

²⁰ Na síntese do Registo de Avaliação do Ministério da Educação, na Área Disciplinar de Expressão e Educação Físico-Motora, vêm mencionados os seguintes quatro parâmetros: Compreensão e noções essenciais; Conhecimento de regras elementares de jogo e de outras actividades desportivas; Capacidade de praticar jogos, exercícios diversos, percursos da natureza; Domínio das técnicas de movimentos e de utilização de aparelhos, os quais serão avaliados de Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom.

²¹ Sampaio (1980), aborda a importância desta disciplina, quando no ano lectivo de 1975/76 foi institucionalizado o Ensino Secundário Unificado, em transformação de tão profundo significado social e pedagógico (Despacho nº 523/75, de 31 de Dezembro). Nessa altura, no Currículo do Ensino Secundário

do currículo escolar, obedecendo a uma articulação vertical até ao 12º ano de escolaridade. De acordo com o diploma que aprova os planos curriculares dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei, nº 286/89 de 29 de Agosto), a carga horária semanal prevista para a disciplina de Educação Física²² é a seguinte:

2º Ciclo do Ensino Básico	3 horas
3º Ciclo do Ensino Básico	3 (2) horas, de acordo com as infra-estruturas das escolas
Ensino Secundário	3 (2) horas, de acordo com as possibilidades da escola

Parece claro que o legislador privilegia o Ensino Básico, ao impor 3 horas semanais no 2º Ciclo e ao fazer depender a decisão no 3º Ciclo exclusivamente das infra-estruturas disponíveis (pavilhões, ginásios, balneários adequados, entre outros), enquanto que no Ensino Secundário já se pressupõe outras condições, nomeadamente a nível de recursos humanos.

Existe uma diversidade de situações do parque escolar no que concerne a espaços e equipamentos disponíveis para uma prática adequada de Educação Física, tendo inclusivamente o Ministério da Educação admitido que transitoriamente *não é ainda possível garantir a todos os alunos do Ensino Secundário a frequência regular da disciplina de Educação Física.*²³

Assim, todas as escolas devem envidar esforços no sentido de proporcionar 3 horas semanais de Educação Física a todos os alunos.

Unificado, foram atribuídas duas horas de carga semanal para esta disciplina, através dos Despachos nº 78/77, de 22 de Junho (9º ano), nº 153/77, de 7 de Novembro e nº 186/77, de 29 de Novembro.

Em 1976/77 funcionou em escolas do Ensino Preparatório, pela última vez, o 5º ano experimental, correspondente a uma positiva inovação pedagógica na linha do futuro Ensino Unificado, iniciado em 1972/73.

²² Além do Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto, a Direcção Regional de Lisboa, enviou para as escolas o Ofício Circular nº 8, de 16 de Janeiro de 1997, sobre a *Carga Semanal da Disciplina de Educação Física.*

²³ Despacho nº 30/SEED/95, de 11 de Agosto.

A aplicação das três horas semanais deverá prioritariamente começar pelo 3º Ciclo e neste dar preferência aos anos de escolaridade mais baixos, devendo a carga semanal ser igual para todas as turmas do mesmo ano de escolaridade.

Em cada estabelecimento de ensino a decisão da atribuição do número de horas (3 ou 2) compete, de acordo com a Lei, ao Órgão de Gestão, que deverá fundamentar a sua decisão com base num relatório circunstanciado do grupo de Educação Física a parecer do Conselho Pedagógico.

No caso do Órgão de Gestão do estabelecimento de ensino deliberar em contrário à recomendação do Conselho Pedagógico e/ou do grupo de Educação Física, deve informar os mesmos e a respectiva Direcção Regional de Educação.

Com a entrada em vigor no ano lectivo de 2001/02 da nova reforma curricular, a carga horária semanal ficou assim distribuída:

2º Ciclo do Ensino Básico	1,5 x 90 min
3º Ciclo do Ensino Básico	1,5 x 90 min
Ensino Secundário	3 horas

No 2º e 3º Ciclo a carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo.

2.4. O Desporto Escolar como subsistema

Como componente importante de vida e história dos povos, o desporto em Portugal tem acompanhado o evoluir da sociedade portuguesa desde os fins do século XIX. Para a compreensão do sentir e do viver do nosso povo, os contributos do desporto para o património cultural do País, são extremamente ricos e importantes.

Também o desenvolvimento do Desporto Escolar no decurso deste século tem sido caracterizado por etapas em que o modelo federado, ou o modelo educativo são os mais significativos.

Quando falamos do enquadramento constitucional, jurídico e histórico do Desporto Escolar, temos de remontar aos tempos da criação da Mocidade Portuguesa, instituição extinta em 25 de Abril de 1974. Ao longo de todo o seu percurso, até aos nossos dias, toda uma letargia e uma série de experiências foram falhando, apesar dos agentes envolvidos, sobretudo as escolas e os professores aderirem.

Se é um facto que, ao longo dos tempos o modelo educativo tem sido o dominante, na realidade houve períodos em que o militarismo e o nacionalismo (1936-73), ou ainda a influência das federações desportivas (1986) foram fundamentais.

Nos últimos anos, o Desporto Escolar tem sido, fundamentalmente, organizado com base nos princípios enunciados na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Bases do Sistema Educativo, na Lei de Bases do Sistema Desportivo, na Lei que regulamenta as Associações de Estudantes (Lei nº 33/87, de 11 de Julho) e na Reforma Curricular (Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto).²⁴

No início da década de noventa, foi publicado um diploma (Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro)²⁵ que procurava ser o instrumento legal de definição de um modelo conceptual e organizativo da Educação Física e do Desporto Escolar. Porém, esse diploma no essencial, nunca foi aplicado.

Posteriormente, um novo diploma (Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de Maio), veio retomar a discussão sobre o modelo, a partir do momento em que foram cometidas ao Instituto do Desporto (INDESP) responsabilidades significativas na

²⁴ O ponto 1. do artigo 8º deste Decreto-Lei, menciona que as actividades de complemento curricular são "(...) de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos".

²⁵ Em *Pareceres e Recomendações 1990 (1991)* do Conselho Nacional de Educação, menciona o Regime Jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar, através daquele diploma. O Conselho Nacional de Educação inicialmente criado pelo Decreto-Lei nº 125/82, de 22 de Abril, não entrou em funcionamento na sequência desse dispositivo legal. Só veio mais tarde, depois da Assembleia da República, através da Lei nº 31/87, de 9 de Julho, e alterado por ratificação, ter estabelecido um novo regime sobre a matéria.

organização do Desporto Escolar, mas nada se esclarecia quanto ao destino do Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro.

Com a aprovação da Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional (Decreto-Lei nº 296-A/95, de 17 de Novembro) e a consequente publicação do Decreto-Lei nº 164/96, de 5 de Setembro, a área do Desporto Escolar regressou ao sector estritamente educativo.

Mas, até há pouco, no que respeita à coordenação a nível nacional do Desporto Escolar, havia um vazio institucional atendendo que, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de Abril), foi extinto o Gabinete Coordenador da Educação Física e do Desporto Escolar, criado pelo Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro, mas que nunca tinha funcionado e para o qual nunca tinha sido nomeado um responsável. A solução deste problema passou pela criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE) através do Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro e pela nomeação do respectivo Director conforme o mencionado no Despacho nº 219/ME/96, de 10 de Setembro.

Este Gabinete, era um serviço do Ministério da Educação, com funções de planeamento, dinamização e coordenação do Desporto Escolar nos Ensinos Básico e Secundário, dotado de autonomia administrativa.

2.5. Finalidades do Desporto Escolar

De acordo com o Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro, o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, para além das atribuições gerais, anteriormente referidas, tem competências nas seguintes áreas:

- * Planeamento, apoio, orientação e avaliação dos diversos programas, projectos e actividades do Desporto Escolar, desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação;
- * Promoção e apoio à realização de acções de formação, destinadas a professores e alunos, nas áreas da organização, gestão e treino das

actividades desportivas escolares;

- * Promoção e organização, em articulação com as Direcções Regionais de Educação, dos quadros competitivos regionais e locais do Desporto Escolar;
- * Organização de competições e outras actividades desportivas escolares a nível nacional.

Em suma, no contexto das suas competências, o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar destina-se a contribuir para o estabelecimento das bases necessárias ao desenvolvimento da Educação Física e desportiva nos Ensinos Básico e Secundário.

Para a concretização deste objectivo global, os programas e projectos do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar devem articular-se, conceptualmente e na sua gestão, com os de outros serviços, programas e projectos do Ministério da Educação, especialmente na ligação do Desporto Escolar à disciplina curricular de Educação Física, assim como a outras áreas, de que destacamos a saúde escolar e a formação de docentes.

2.6. O Programa do Desporto Escolar

O Programa do Desporto Escolar dos Ensinos Básico e Secundário para o ano lectivo de 2004/05, a nível de princípios, objectivos âmbito e recursos, menciona o seguinte:

2.6.1. Princípios

Em cada ano lectivo, o Projecto de Desporto Escolar deve integrar-se, de forma articulada e continuada, no conjunto dos objectivos gerais e específicos do Plano de Actividades das Escolas e, em particular, respeitando cada nível de escolaridade.

Para o efeito, alguns princípios deverão ser tomados em consideração:

- 1 O Projecto de Desporto Escolar deverá ser parte integrante do Projecto Educativo e do Plano de Actividades do estabelecimento de educação e ensino. Tal situação pressupõe que o Projecto seja transversal (interdisciplinar) e operacionalizado em perfeita complementaridade com o trabalho efectuado na disciplina curricular de Educação Física e em articulação com os respectivos docentes;
- 2 Na elaboração dos horários da Escola, recomenda-se que, independentemente do regime de funcionamento, se contemple, na elaboração dos horários de Educação Física, três tempos lectivos por semana em dias alternados, exclusivamente para o Desporto Escolar;
- 3 Decorre ainda do articulado no Decreto-Lei nº 95/91 de 26 de Fevereiro que "Na medida do possível, os Órgãos de Gestão e Administração dos Estabelecimentos de Ensino devem, na preparação dos respectivos horários, consagrar uma manhã ou uma tarde semanal à prática desportiva, independentemente das outras actividades decorrentes do Clube de Desporto Escolar e sem prejudicar a actividade curricular, designadamente os horários de Educação Física;"
- 4 O Projecto de Desporto Escolar terá de ser, obrigatoriamente, plurianual, de modo a consolidar a sua afirmação e continuidade, contribuindo para a criação de uma cultura desportiva de escola;
- 5 Deverá ser incentivada a participação dos alunos no planeamento e gestão das actividades desportivas escolares, nomeadamente, o seu papel como dirigentes, árbitros, juizes e cronometristas;
- 6 Nas actividades do Desporto Escolar deverá ser observado o respeito pelas

normas do espírito desportivo, fomentando o estabelecimento, entre todos os participantes, de um clima de boas relações interpessoais e de uma competição leal e fraterna;

- 7 A orientação das equipas desportivas escolares deverá ter sempre presente a importância, através da análise dos factores de risco, da prevenção e do combate ao consumo de substâncias dopantes;
- 8 As regras gerais de higiene e segurança nas actividades físicas deverão ser sempre observadas e rigorosamente cumpridas;
- 9 Todos os aspectos referentes à saúde e bem-estar, bem como a uma boa condição física dos participantes, serão ponderados na organização e desenvolvimento das actividades e, sempre que possível, deverá existir uma articulação entre as Escolas e os Centros de Saúde;
- 10 Deverá ser oferecido aos alunos um leque de actividades que, na medida do possível, reflecta e dê resposta às suas motivações intrínsecas e extrínsecas, proporcionando-lhes actividades individuais e colectivas que sejam adequadas aos diferentes níveis de prestação motora e de estrutura corporal;
- 11 Na elaboração do Projecto, as preocupações principais deverão centrar-se na maioria dos alunos da escola e, de preferência, nos escalões etários mais baixos, devendo a Actividade Externa ser o reflexo da dinâmica do trabalho desenvolvido na Actividade Interna;
- 12 Os alunos deverão, ao longo do seu processo de formação, conhecer as implicações e benefícios de uma participação regular nas actividades físicas e desportivas escolares, valorizá-las do ponto de vista cultural e compreender a sua contribuição para um estilo de vida activa e saudável.

2.6.2. Objectivos

Poderemos sintetizar em dois os objectivos a prosseguir:

2.6.3. Actividade Interna

Constituindo-se como prioridade deste programa, a Actividade Interna tem por objectivo proporcionar a todos os alunos, dentro da Escola, actividades desportivas de carácter recreativo/lúdico, de formação, ou de orientação desportiva.

Deverão ser entendidos como os momentos cruciais e decisivos para a construção da cultura desportiva que se deseja para todos os nossos jovens.

2.6.4. Actividade Externa

Pretende-se que a Actividade Externa seja decorrente da Actividade Interna e que proporcione actividades de formação e/ou orientação desportiva, tendo em vista a aquisição de competências físicas, técnicas e táticas, na via de uma evolução desportiva e da formação integral do jovem.

2.6.5. Âmbito e extensão do Desporto Escolar

O Programa do Desporto Escolar aplica-se a todos os Estabelecimentos de Educação e Ensino oficial, particular, cooperativo e profissional, dependentes ou não do Ministério da Educação, onde seja curricularmente ministrada a disciplina de Educação Física e destina-se aos alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Aplica-se, igualmente, aos Agrupamentos Verticais, constituídos de acordo com a legislação em vigor, podendo nestes casos, abranger todos os níveis de ensino existentes no agrupamento.

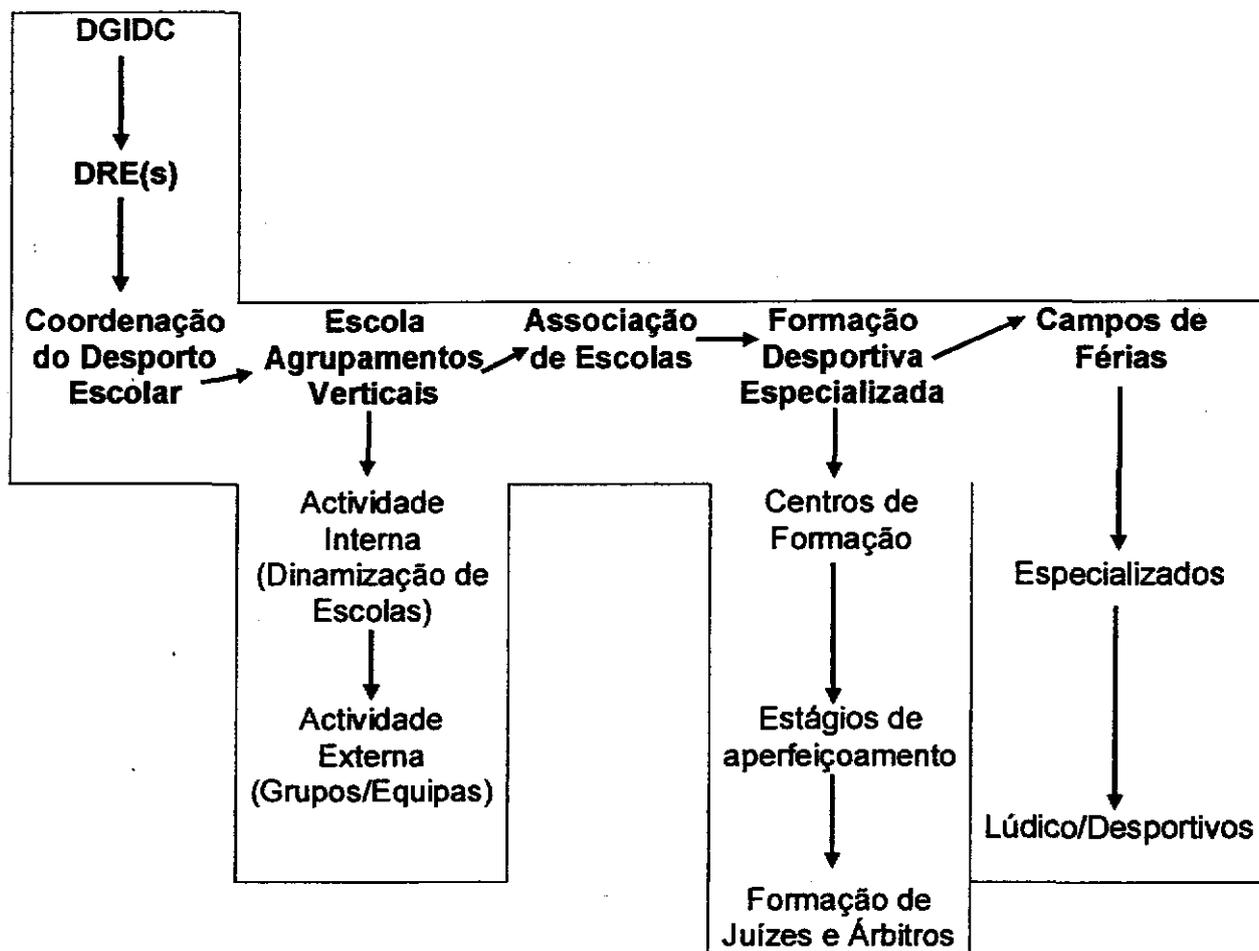
A participação dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico somente será admitida desde que nas suas escolas esteja garantida a leccionação da área de Expressão Físico-Motora.

Podem ainda integrar este Programa as Associações de Escolas que se constituam de forma protocolar, no sentido de permitir e garantir a prática de actividades físicas e desportivas a todos os alunos que, não encontrando na sua Escola situações favoráveis para a prática de uma modalidade/actividade desportiva, o desejem fazer em Escola da proximidade geográfica (Centros de Formação Desportiva).

2.6.6. Recursos

Compete à Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (a nível nacional) e às Direcções Regionais de Educação (a nível regional), coordenar, acompanhar, apoiar e avaliar o desenvolvimento do Programa do Desporto Escolar.

Apresentamos em seguida o Modelo Funcional do Desporto Escolar em vigor no ano lectivo de 2004/05.



Fonte: Programa do Desporto Escolar para o ano lectivo de 2004/05 nos Ensinos Básico e Secundário

Figura 2 - Modelo funcional do Desporto Escolar

2.7. O Desporto no âmbito da Constituição da República Portuguesa

A abordagem desta temática bem como as intenções dos Governos Constitucionais, está inserida num contexto que engloba parte da nossa actividade com profissional de Educação Física e como colaborador da actividade de complemento curricular, o Desporto Escolar.

A Assembleia Constituinte, reunida em Sessão Plenária de 2 de Abril de 1976, aprovou e decretou a Constituição da República Portuguesa, tendo o artigo

79º (Cultura física e desporto) sido aprovado por unanimidade em 15 de Outubro de 1975, conforme consta no diário (D.64), que reproduz a discussão da Assembleia Constituinte, sendo reconhecido pelo Estado o direito dos cidadãos à cultura física e desporto.

Assim:

O Estado reconhece o direito dos cidadãos à cultura física e ao desporto, como meios de valorização humana, incumbindo-lhe promover, estimular e orientar a sua prática e difusão.

Na primeira revisão aprovada pela Assembleia da República em 12 de Agosto de 1982, o texto foi revisto, o qual cindiu em dois números o texto primitivo, tendo ficado o seguinte:

1. *Todos têm direito à cultura física e ao desporto.*
2. *Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto.*

Na segunda revisão aprovada pela Assembleia da República em 1 de Junho de 1989 (Canotilho, 1998), houve alteração no conteúdo do ponto 2, mantendo-se o ponto 1.

1. *Todos têm direito à cultura física e ao desporto.*
2. *Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.*

Na terceira revisão aprovada pela Assembleia da República em 17 de Novembro de 1992, na quarta revisão (3 de Setembro de 1997), na quinta revisão (12 de Dezembro de 2001), e ainda na sexta revisão efectuada em 23 de Abril de 2004 e publicada a Lei Constitucional nº 1/2004 em 24 de Julho, não houve qualquer alteração do artigo 79º (Cultura física e desporto) mantendo-se o mesmo articulado efectuada na segunda revisão.

2.8. O Desporto Escolar no âmbito dos Governos Constitucionais

Os Governos quando manifestam as suas intenções em relação ao desenvolvimento do desporto, geralmente nunca é esquecido o Desporto Escolar.

Mas, quando chega a hora da realidade, de uma maneira geral o Desporto Escolar passa a ser relegado para lugares secundários, na maioria das vezes até para o esquecimento.

A comprová-lo vamos abordar o que cada Governo Constitucional tem dito em matéria de Desporto Escolar, já que se compararmos as intenções ou os propósitos iniciais de cada Governo, com aquilo que posteriormente se passou na prática, ficamos na posse de elementos fundamentais para a compreensão do processo desportivo escolar vivido nos últimos anos em Portugal, após o 25 de Abril de 1974.

Ficamos com a consciência da força que a burocracia tem tido ao impedir que projectos políticos sejam transformados em realidades de desenvolvimento humano.

Mas vejamos o que os 16 Governos Constitucionais escreveram em matéria de Desporto Escolar, com a devida vénia ao Prof. Doutor Gustavo Pires (1991b), sobre alguns dados aqui mencionados dos primeiros Governos, e posteriormente adaptados e acrescentados por nós (2000d).

I Governo Constitucional - (De 23 de Julho a 7 de Dezembro de 1977) -
Para melhor inserir o desporto nas actividades formativas globais que a escola visava atingir, considerou-se prioritário definir uma política de pequenos recintos que servissem as escolas de instrução primária.

A intensificação das actividades gimnodesportivas na escola, especialmente para o ensino básico incentivando paralelamente a formação e actualização dos respectivos docentes e a criação de escolas piloto, era também uma das prioridades, assim como incrementar as actividades juvenis em tempo de férias.

II Governo Constitucional - (De 23 de Janeiro a 28 de Julho de 1978) - O prosseguimento da estruturação e fomento das actividades gimnodesportivas no âmbito escolar, procurando designadamente no empenho de dotar as escolas do País, em especial as do ensino primário, de uma área mínima destinada à prática gimnodesportiva e fomentando, simultaneamente, a integração da escola numa perspectiva comunitária.

Também a intensificação de acções de formação, informação e reciclagem no sentido de possibilitar melhores meios aos docentes eram as prioridades.

III Governo Constitucional - (De 28 de Agosto a 15 de Setembro de 1978) - Nas considerações gerais, o objectivo central na política desportiva a prosseguir por este Governo, deveria ser o aumento de praticantes desportivos da população portuguesa, especialmente nos escalões etários mais baixos, com vista a uma real democratização do processo desportivo.

Os diplomas legais publicados (Decreto-Lei nº 553/77 e 554/77, de 31 de Dezembro e Portaria nº 434/78, de 2 de Agosto) iriam permitir o reforço das estruturas e acções do Desporto Escolar, numa perspectiva de íntima correlação com os programas de Educação Física e de uma política de descentralização coordenada.

Encontram-se igualmente previstos os textos legais, os mecanismos que foram julgados convenientes para a coordenação do Desporto Escolar como actividade desportiva juvenil extra-escolar e com os restantes sectores do desporto nacional. Desta forma tentar-se-ia evitar duplicações de acções e procurar-se-ia uma melhoria no rendimento destas.

Nas medidas programáticas, a intensificação do apoio às estruturas desportivas escolares nomeadamente no âmbito da escola primária era também prioritário.

Para as acções a curto prazo, o desenvolvimento da implantação dos serviços de Educação Física e Desporto Escolar, de acordo com o Decreto-Lei nº 554/77, de 31 de Dezembro e Portaria 434/78, de 2 de Agosto, deveria visar uma estruturação mais perfeita e um maior fomento das actividades gimnodesportivas no meio escolar.

IV Governo Constitucional - (De 21 de Novembro de 1978 a 11 de Junho de 1979) - Intensificação do apoio às estruturas desportivas escolares, considerando a importância fundamental da componente escolar no desporto nacional.

V Governo Constitucional - (De 31 de Julho a 27 de Dezembro de 1979) - Nada disse.

VI Governo Constitucional - (De 3 de Janeiro a 9 de Dezembro de 1980) - Dava-se particular atenção ao fomento da actividade gimnodesportiva da juventude, sobretudo no sistema escolar.

VII Governo Constitucional - (De 9 de Janeiro a 14 de Agosto de 1981) - Nada disse.

VIII Governo Constitucional - (De 4 de Setembro de 1981 a 23 de Dezembro de 1982) - Tal como no Governo anterior nada referiu.

IX Governo Constitucional - (De 9 de Junho de 1983 a 6 de Novembro de 1985) - Nas principais orientações, foi reconhecido que a Cultura Física e o Desporto são um direito dos cidadãos, assegurando o Estado, em colaboração

com as escolas, as associações, as colectividades desportivas e as autarquias a concretização desse direito.

X Governo Constitucional - (De 6 de Novembro de 1985 a 17 de Agosto de 1987) - O Governo considerou fundamental na sua política, em matéria de desporto, uma articulação estreita com as políticas de ensino e juventude como via para a recuperação do atraso a que o Desporto Escolar tinha estado sujeito até àquela altura.

O Governo entendeu também sublinhar como linhas de acção predominantes o incremento das actividades desportivas dos jovens, entendendo-se o meio escolar como área privilegiada de acção.

XI Governo Constitucional - (Remodelação ministerial em 5 de Janeiro de 1990. Durou até 31 de Outubro de 1991) - Reorganizou, em articulação com a Comissão de Reforma do Sistema Educativo, a implantação do tempo de actividade física e desportiva e do modelo de aprendizagem do associativismo nas escolas, assim como apoiar e estimular a criação e funcionamento de centros de formação de praticantes desportivos, na estrutura da escola, dos clubes, das associações e das federações.

XII Governo Constitucional - (De 31 de Outubro de 1991 a 28 de Outubro de 1995) - O papel do Estado deveria ser supletivo, regulador e definidor no enquadramento jurídico-constitucional, devendo exercer uma função relevante na área do Desporto Escolar, da ética desportiva, da formação de quadros técnicos e agentes desportivos em geral, na construção de infra-estruturas e na colaboração do Direito Desportivo.

A escola devia dar um forte contributo e estimular a formação desportiva, como parte da educação global dos jovens.

Seria ainda promovida a formação dos jovens como parte da sua educação global, reforçando o papel activo do desporto no combate ao absentismo e à promoção do sucesso escolar. Seria também estimulada a participação do

associativismo estudantil na organização e desenvolvimento de actividades desportivas complementares das actividades curriculares, bem como a realização de provas desportivas regulares como forma de reforçar os laços de solidariedade entre jovens.

Era incentivado o estabelecimento de fluxos de comunicação desportiva entre a escola e a comunidade, através das suas estruturas associativas de enquadramento, com respeito pelo cumprimento dos objectivos próprios de cada um dos subsistemas e em benefício dos próprios jovens.

XIII Governo Constitucional - (De 28 de Outubro de 1995 a 25 de Outubro de 1999) - O Desporto na Escola era reconhecido como sector essencial para toda a actividade desportiva, para a melhoria do ambiente escolar e para a formação da juventude.

Assim, haveria dotação do sector de uma estrutura orgânica estável, que desse garantias de continuidade de harmonia e potencialização no desempenho das áreas educativa e desportiva. O clube desportivo da escola, formado por alunos e professores constituiria a base de uma organização pedagogicamente credível e devidamente articulada a nível regional e nacional; atenção particular era dada à grande carência de equipamentos para a prática desportiva que se registava em muitas escolas do País.

Para as Grandes Opções do Plano no ano de 1996, na vertente do Desporto Escolar prosseguir-se-ia uma política de criação de espaços e de condições para a prática desportiva da população escolar, a começar no 1º Ciclo, ao mesmo tempo que seriam incentivados os clubes escolares onde se desenvolviam as actividades desportivas como actividades de complemento curricular.

Nas Grandes Opções do Plano para 1998, menciona o incentivo na promoção da prática da Educação Física e do Desporto Escolar, nomeadamente através do reforço do investimento na construção de infra-estruturas desportivas cobertas nas novas escolas.

XIV Governo Constitucional - (De 25 de Outubro de 1999 a 6 de Abril de 2002) – Continuação da grande prioridade que foi dada à educação pelo Governo Constitucional anterior, com renovação permanente e com o objectivo e referência fundamental do aluno na escola como centro de vida educativa.

Para esta legislatura o Ensino Básico e o Ensino Secundário foram as grandes prioridades, com a garantia de uma educação de base para todos.

Foi dado prosseguimento na criação de escolas completas, com apetrechamento de raiz nas novas escolas de instalações cobertas para a prática da Educação Física e do Desporto.

No âmbito do Desporto Escolar prosseguiu o trabalho realizado em articulação com as autarquias locais visando favorecer as condições materiais e organizativas para que todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico desenvolvessem as actividades físicas e desportivas de forma regular e sistemática.

O favorecimento, junto dos alunos do Ensino Básico e Secundário, das condições propiciadoras da aquisição de um estilo de vida activo e saudável, foi mais uma prioridade, estimulando-se o seu progresso em níveis superiores de prática nas modalidades desportivas da sua preferência, consagrando-se a articulação e a complementaridade entre o Desporto Escolar e o trabalho desenvolvido na disciplina de Educação Física.

Finalmente, a articulação do Desporto Escolar com o desporto federado a nível de comissões mistas, quadros competitivos comuns, materiais de apoio, formação de professores, no âmbito do treino desportivo com jovens.

XV Governo Constitucional - (De 6 de Abril de 2002 a 17 de Julho de 2004) - A promoção do Desporto Escolar, conferindo-lhe o estatuto de prioridade no que diz respeito à formação dos jovens foi a principal prioridade.

A grande vontade deste Governo Constitucional foi efectuada através do então ministro-adjunto José Luís Arnaut, quando no dia 26 de Junho de 2003 aprovou uma alteração à Lei de Bases do Sistema Desportivo, cujo principal objectivo era o aumento da prática desportiva em Portugal.

Em 15 de Setembro desse mesmo ano, foram anunciadas medidas sobre a promoção da prática desportiva pelos cidadãos e o aumento da competitividade no plano internacional. A acção governativa incidiu ainda na valorização da qualidade de recursos humanos, através da formação de pessoal técnico especializado e da criação de estruturas que promovessem a prática desportiva.

XVI Governo Constitucional - (De 17 de Julho de 2004 a 20 de Fevereiro 2005) - O que foi mencionado no programa deste Governo foi precisamente o mesmo que era mencionado no programa do Governo anterior.

Neste Governo tivemos um Ministro da Juventude, Desporto e Reabilitação, Henrique Chaves, que após ter tomado posse pediu a demissão ao quarto dia de funções (28 de Novembro de 2004), sem ter podido pôr em prática as suas ideias naquelas matérias. Passados dois dias o Primeiro-Ministro informou o País que o Presidente da República iria dissolver a Assembleia da República, convocando eleições antecipadas, para o próximo mês de Fevereiro.

Contudo, no Orçamento do Estado para o ano de 2005, o Governo em gestão corrente menciona a construção de 29 novos pavilhões gimnodesportivos nas escolas, bem como a promoção da qualidade do ensino e a garantia do futuro a nível da promoção da Educação Física nas escolas do 1º Ciclo.

XVII Governo Constitucional - (De 20 de Fevereiro de 2005 a 2009) - No momento de conclusão desta investigação, ainda não sabemos o Programa do novo Governo.

Deste emaranhado de "intenções", algumas conclusões podem ser tiradas.

Todos estes aspectos, que podem ser lidos nos Programas dos Governos, acabam por se traduzir naquilo a que cada um entende deverem ser os objectivos do Desporto Escolar.

No entanto, quando é necessário passar das intenções aos actos os problemas colocam-se de uma forma diferente. Onde existem facilidades passam a haver dificuldades. As grandes decisões estratégicas que poderiam fazer

acontecer um futuro diferente daquele que aconteceria caso nada fosse realizado, não acontecem.

Nesta conformidade, os Programas dos Governos, para já em matéria de política desportiva relativa ao Desporto Escolar, têm sido meros exercícios de inutilidade. O curto prazo e as pressões do dia a dia têm-se sobreposto ao longo prazo e às eventuais estratégias de desenvolvimento. De tal modo que as coisas acontecem desta maneira que sendo a estrutura/instituição do Desporto Escolar uma das mais antigas no País, desde 1936, o que é facto é que continua da maneira que todos a conhecemos. Um deserto de ideias, onde nada acontece que seja digno de menção.

Estamos de acordo com Proença (1999), quando menciona que o retrato e a análise da realidade do Desporto Escolar em toda a sua extensão e consequências estão ainda por fazer.

Antes da passagem para o capítulo dedicado à problemática desta investigação, deixamos como justificação para esta patologia, o conjunto de Governos saídos do pós 25 de Abril de 1974.

Dos seis Governos Provisórios e dezassete Governos Constitucionais, em 31 anos já tivemos 30 tomadas de posse de Ministros da Educação, com cinco mudanças de nomes no respectivo Ministério, conforme podemos verificar na matriz que apresentamos nas páginas seguintes.

Governos Provisórios e Constitucionais

Governos	De	A	Primeiro-Ministro	Ministros da Educação	Posses e remodelações	Ministério
1º Provisório	16/Mai/74	18/Jul/74	Adelino da Palma Carlos	Eduardo Correia (1)	6	da Educação e Investigação Científica
2º	18/Jul/74	30/Set/74	Vasco Gonçalves	Vitorino Magalhães Godinho (1)	4	da Educação e Investigação Científica
3º	30/Set/74	26/Mar/75	Vasco Gonçalves	Vitorino Magalhães Godinho Vasco Gonçalves Manuel Rodrigues Carvalho (3)	12	da Educação e Investigação Científica
4º	26/Mar/75	8/Ago/75	Vasco Gonçalves	José Emílio da Silva (1)	6	da Educação e Investigação Científica
5º	8/Ago/75	10/Set/75	Vasco Gonçalves	José Emílio da Silva (1)	3	da Educação e Investigação Científica
6º	19/Set/75	23/Jul/76	Pinheiro de Azevedo	Vítor Alves (1)	21	da Educação e Investigação Científica
I Constitucional	23/Jul/76	23/Jan/78	Mário Soares	Sottomayor Cardia (1)	12	da Educação e Investigação Científica
II	23/Jan/78	29/Ago/78	Mário Soares	Sottomayor Cardia (1)	6	da Educação e Cultura
III	29/Ago/78	22/Nov/78	Nobre da Costa	Carlos Lloyd de Braga (1)	4	da Educação e Cultura
IV	22/Nov/78	7/Jul/79	Mota Pinto	Luis Valente de Oliveira (1)	5	da Educação e Investigação Científica
V	7/Jul/79	3/Jan/80	Mª de Lourdes Pintassilgo	Luis Veiga da Cunha (1)	5	da Educação
VI	3/Jan/80	9/Dez/81	Sá Carneiro	Vítor Crespo (Em 1 de Março de 1980 na 3ª Remodelação) (1)	6	da Educação e Ciência
VII	9/Jan/81	4/Set/81	Pinto Balsemão	Vítor Crespo (1)	6	da Educação e Ciência

VIII	4/Set/81	9/Jun/83	Pinto Balsemão	Vitor Crespo João Fraústo da Silva (2)	9	da Educação e das Universidades da Educação
IX	9/Jun/83	6/Nov/85	Mário Soares	José Augusto Seabra João de Deus Pinheiro (15/Fev/85) (2)	15	da Educação
	6/Nov/85	17/Ago/87	Cavaco Silva	João de Deus Pinheiro (1)	7	da Educação e Cultura da Educação
XI (Remodelação)	17/Ago/87	31/Out/91	Cavaco Silva	Roberto Carneiro (1)	17	da Educação
	31/Out/91	28/Out/95	Cavaco Silva	Diamantino Durão António Couto dos Santos (19/Mar/92) (2)	20	da Educação
XIII	28/Out/95	25/Out/99	António Guterres	Eduardo Marçal Grilo (1)	15	da Educação
	25/Out/99	6/Abr/02	António Guterres	Guilherme de Oliveira Martins Augusto dos Santos Silva (14/Set/2000) Júlio Pedrosa 3/Jul/01 (3)	16	da Educação
XV (Antecipadas)	6/Abr/02	17/Jul/04	Durão Barroso	David Justino (1)	12	da Educação
	17/Jul/04	20/Fev/05	Pedro Santana Lopes	Maria do Carmo Seabra (1)	3 (Até ao dia 18/Set/2004)	da Educação
XVII	20/Fev/05	2009	?	?	?	da Educação

Nos 6 Governos Provisórios e 17 Governos Constitucionais, após o dia 25 de Abril de 1974, já se realizaram 210 Posses e Remodelações Governamentais, com 30 tomadas de posse de 25 Ministros da Educação em 31 anos. Neste mesmo período de tempo o Ministério já teve 5 identificações diferentes.

da Educação e Investigação Científica	8
da Educação e Cultura	3
da Educação	9
da Educação e Ciência	2
da Educação e das Universidades	1
Ministério	

CAPÍTULO III

A Problemática

Capítulo III - A Problemática

3.1. Formulação do problema

Ao darmos início a este Capítulo fazemos referência a Gauthier (2003), quando menciona que toda a investigação se constrói a partir de uma questão intrigante. É nesse sentido que a partir da nossa experiência pessoal, quer na vida profissional na área da Educação Física, quer na vida corrente, através de leituras dentro do domínio do estudo se inscreve na preocupação como investigador.

Após termos escolhido o tema como proposição abrangente vamos mais especificamente formular um problema, indicando exactamente o que se pretende estudar. Para Rudio (1986), formular um problema consiste em dizer de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando as suas características.

Ao utilizarmos o processo de investigação-acção o mesmo foi desenvolvido continuamente, à medida que nele se trabalhou, o que de um modo gradual nos foi revelando os caminhos a percorrer.

Foi precedido por um prévio problema e uma questão organizados de forma a se estabelecerem relações entre factos e ocorrências enquanto fenómenos a analisar no âmbito das metodologias essencialmente qualitativas.

Chambel (1995), que dá grande relevo ao método experimental, foca também a importância do conhecimento científico sobre o levantamento de questões teóricas que devam ser confrontadas com os dados da experimentação.

Assim, formulamos a seguinte questão:

Pese embora o facto do Desporto Escolar ser integrado no plano de actividades das escolas, ele influencia pouco o desenvolvimento social e cultural dos alunos, porque o mesmo é apenas um complemento curricular e porque nem todos os alunos passam pelas experiências de participar nas suas actividades?

Esta actividade, como ocupação dos tempos livres num regime de liberdade de participação e escolha, é integrada no plano de actividade da escola e coordenada no âmbito do sistema educativo.

Para que os conceitos usados na questão de partida, possam ser objecto de verificação, é necessário fazer corresponder esses conceitos a outros conceitos mais precisos, que tornem possível a averiguação da sua existência, ocorrência ou ausência no domínio daquilo que estamos a investigar. Delimitar uma questão para a investigar, é tornar evidente uma preocupação na perspectiva de mudar o real (Barbosa, 1997a), de o ver de uma outra forma.

Os conceitos mais precisos são as variáveis, que vão permitindo efectuar caracterizações de fenómenos em estudo. A quantificação e a qualificação através do uso de variáveis, vai permitindo um tratamento matematizado e estatístico dos dados e a utilização de uma linguagem com maior exactidão ou rigor, como é objectivo geral do conhecimento científico.

3.2. Objecto de estudo

Segundo Carvalho (2002), o tema de uma pesquisa é o assunto que se deseja provar ou desenvolver, correspondente a uma dificuldade ainda sem solução, para determinar com uma certa precisão e intentar de seguida uma avaliação crítica e respectiva solução.

Para esta nossa investigação o nosso objecto de estudo assenta na introdução do *Desporto na Escola* como estratégia de mudança das organizações educativas.

3.3. Delimitação da questão de partida

Na delimitação da questão de partida, através da nossa experiência educativa ao longo de mais de três décadas de serviço, do nosso ponto de vista, notamos que nem todos os alunos, passaram pela experiência de participar na actividade de complemento curricular do *Desporto Escolar*. Esta actividade, como ocupação dos tempos num regime de liberdade de participação e escolha integrada no plano de actividade da escola e coordenada no âmbito do sistema educativo.

Para que os conceitos usados na questão de partida, possam ser objecto de verificação, é necessário fazer corresponder esses conceitos a outros conceitos mais precisos, que tornem possível a averiguação da sua existência, ocorrência ou ausência no domínio daquilo que estamos a investigar. Delimitar uma questão é tornar evidente uma preocupação na perspectiva de mudar o real (Barbosa, 1997a), de o ver de uma outra forma.

Os conceitos mais precisos são as variáveis, que vão permitir efectuar contagem sobre os fenómenos ou determinadas características dos fenómenos em estudo. A quantificação através do uso de variáveis, vai permitir um tratamento matemático ou estatístico dos dados e a utilização de uma linguagem com maior exactidão ou rigor, como é objectivo geral do conhecimento científico.

Procurámos enunciar este estudo a partir da questão que exprime o mais aproximadamente possível o que se pretendia saber e compreender melhor.

A natureza do problema a ser abordado nesta investigação emergiu de um estudo sobre a forma de participação dos alunos do Ensino Secundário no subsistema educativo Desporto Escolar, com o qual demos corpo à Dissertação de Mestrado em Educação, defendida na Universidade de Évora.

Teve como referência o questionamento da realidade do Desporto Escolar, dando um contributo para a caracterização deste subsistema de ensino na região de Tomar e concomitantemente a reflexão das características deste tipo de intervenção educativa, no Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo e no Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.

Este facto conduziu-nos à formulação de várias interrogações e permitiu pensar na seguinte questão de partida:

Qual o contributo que o Desporto na Escola pode dar como estratégia de mudança das organizações educativas?

3.4. Hipótese de partida

Como uma hipótese é um enunciado conjectural das relações entre duas ou mais variáveis (Carvalho, 2002), o enunciado das hipóteses vem depois da formulação do problema. Apesar dos problemas e das hipóteses serem semelhantes, ambos enunciam relações, diferenciando-se apenas por os problemas serem sentenças interrogativas, enquanto que as hipóteses são sentenças afirmativas.

É assim uma suposição que se faz na tentativa de explicar o que se desconhece, servindo para preencher lacunas de conhecimento (Carvalho, 2002).

Também nos preocupa o facto de Portugal ser um dos países da União Europeia com maior consumo de medicamentos *per capita* e, simultaneamente, ter o menor índice de prática de actividades físicas e desportivas (Proença, 1998b), não é meramente accidental e merece de todos nós e das entidades responsáveis, uma séria reflexão e acção consequente.

Preocupa-nos ainda, tal como menciona Padrão (2004) que Portugal seja o segundo país da Europa com o mais elevado índice de obesidade dos jovens.

Assim sendo, com a hipótese de pesquisa é uma suposição objectiva e não uma mera opinião, apresentamos a seguinte hipótese de partida:

Para que a escola cumpra uma verdadeira intervenção de natureza social alargada, não é tanto o Desporto Escolar que interessa ter nela mas, muito mais o Desporto na Escola enquanto variável implementadora do desenvolvimento pessoal dos actores que nele intervêm.

3.5. Objectivos

Os nossos objectivos partiram das conclusões a que chegámos na nossa Dissertação de Mestrado em Educação e que no essencial podem ser definidos através da preocupação enunciada na hipótese de partida.

3.6. Definição do objectivo geral

Tendo presente os considerandos mencionados anteriormente, iremos fundamentar o nosso trabalho no seguinte Objectivo Geral:

Tentar identificar as causas na mudança do desenvolvimento cultural dos alunos com a introdução do Desporto na Escola e quais os problemas práticos que estarão na base de tantos e tão vastos impedimentos na mudança das organizações educativas.

Iremos ainda pesquisar as preocupações dos alunos sobre os problemas práticos que no dia a dia eles são confrontados face à sua participação ou não no Desporto Escolar.

3.7. Definição dos objectivos específicos

Com este estudo, esperamos poder alcançar os seguintes objectivos específicos:

- ***Identificar mais uma vez e com mais profundidade, os motivos dos impedimentos dos alunos na participação no Desporto Escolar;***
- ***Identificar os constrangimentos pessoais e sociais que inibem a utilização do Desporto em geral por parte dos alunos e professores;***

- **No âmbito do processo de investigação, produzir informação e conhecimento sobre as situações problemáticas;**
- **Inserir transformações nas situações problemáticas com a finalidade de construir estratégias de remediação organizacional;**
- **Inserir em consequência, novas práticas desportivas na Escola;**
- **Construir processos de trabalho que estruturados pela investigação-acção se afirmem como novos e diferentes êmbolos formativos.**

Após este capítulo sobre a problemática da investigação, vamos passar para a segunda parte do estudo, com a apresentação da metodologia que foi implementada nas várias fases.

CAPÍTULO IV

Metodologia

Capítulo IV - Metodologia

4.1. Aspectos metodológicos

Quando investigamos, desejamos aprender coisas sobre o processo de investigação ou a partir dele. Assim, como frequentemente precisamos na prática tirar conclusões válidas sobre um grupo de indivíduos ou objectos (Spiegel, 1977), quando ao escolher a amostra (Murteira, 1979), se dá preferência a determinados elementos do universo, aquela sai viciada. Para este autor, universo e amostra são conceitos que surgem a cada passo e ajudam a fazer a distinção entre Estatística Descritiva e Estatística Indutiva, sendo o principal objectivo da Estatística Descritiva a redução de dados.

Também para este autor (1980), o investigador que se debruça sobre os dados que recolheu, empenha-se em formular conclusões que ultrapassem o domínio a que se circunscreveram as experiências particulares que realizou.

Sobre a importância da estatística nos dias de hoje, Silva (1994), menciona que esta é um instrumento de trabalho indispensável na maioria das áreas do conhecimento.

Toledo (1986), menciona que a utilização da estatística é cada vez mais acentuada em qualquer actividade profissional da vida moderna. Por outro lado, Pereira (1990), descreve que a estatística é parte inseparável das Ciências Exactas. Para os pressupostos teóricos, além do quadro institucional, há a destacar os princípios de ordem geral que condicionam o plano de investigação, tendo-se partido do princípio que a iniciação na investigação científica e a sua participação activa na elaboração dos métodos de pesquisa constituem o suporte principal para a concretização das estratégias de formação mais adequadas aos objectivos visados, tal como refere Estrela (1994).

Na investigação em educação, o que preocupa Rosa (1994), é a educação como investigação, ou tratar todo o acto educacional desde o pré-escolar ao pós-graduado, como um acto investigativo ou então não é educacional, concluindo que educar é investigar, e é também entrar nos vestígios, embrenhar-se em vestígios.

De acordo com Trindade (1996), é sempre difícil seleccionar os temas a incluir num trabalho, prendendo-se a opção com a utilidade que se pretende ver nele. Também para este autor, o segmento do sistema educativo, no caso de Portugal, que mais se ocupa do ambiente escolar é o da educação escolar e neste desempenha um papel importante o professor, mencionando ainda “que nas vertentes sociais e pessoal, sempre foi reservado um lugar de relevo à formação e desenvolvimento das atitudes dos alunos”.

Para a definição das orientações teóricas de princípio, de forma a conduzir correctamente a construção do conhecimento científico em adequação com a realidade, utilizámos o *método científico qualitativo* de acordo com Bogdan (1994). Por sua vez, o procedimento prático aplicado na *técnica de investigação* concreta da realidade, foram os *questionários*.

Estrela (1994), menciona que não existe nenhum questionário de atitudes pedagógicas adaptado a Portugal ou construído com dados portugueses. Por estes motivos, não nos foi fácil a escolha dos questionários utilizados, apesar de termos recorrido à forma como este autor os constrói.

Na processologia metodológica, foram utilizados quatro grandes momentos:

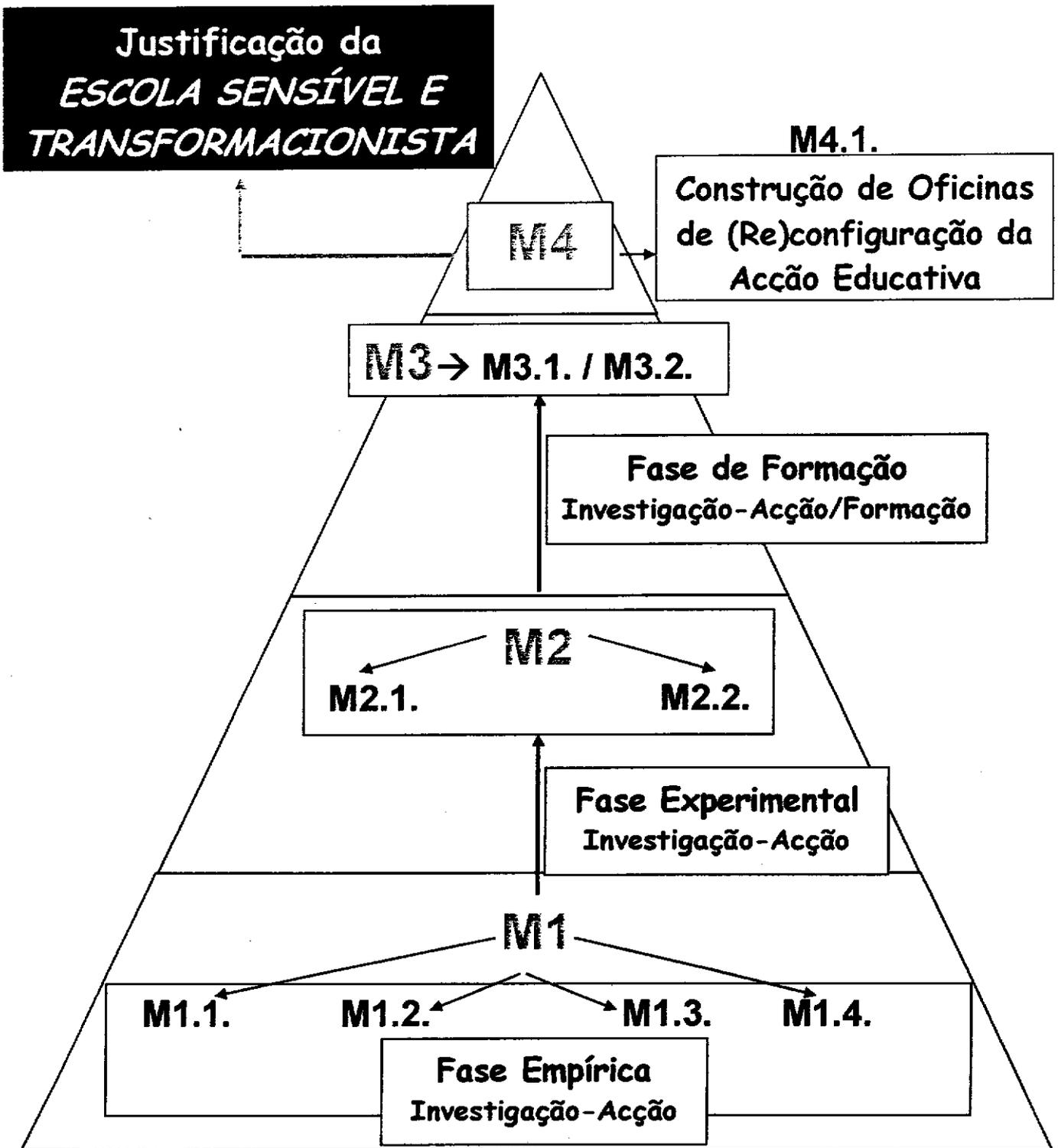


Figura 3 - Desenvolvimento da processologia metodológica da investigação

4.1.1. M1 - Fase Empírica (Investigação-Acção)

Numa primeira fase de investigação, aproveitando a parte curricular do Mestrado, e baseado na experiência não metódica nem racionalmente interpretada e organizada, resolvemos apresentar parte deste estudo aproveitando as conclusões recolhidas nessa investigação, tendo sido, de acordo com Barbosa (2004), o primeiro momento (M1) denominado por Fase Empírica com a utilização da Investigação-Acção, efectuada durante o ano lectivo de 2001/02 utilizando a metodologia colada a uma análise empírica de dados.

Na fase da caracterização (M1.1.), foram descritos os factos, tipificados os fenómenos (M1.2.), com a categorização de indicadores (M1.3.) e identificação de variáveis de análise em situações problemáticas latentes no contexto (M1.4.).

Aqui foi feito o primeiro grande diagnóstico de necessidades com a apresentação da Carta de Variáveis de análise, com as respectivas estratégias a três dimensões:

<i>Curativas</i>	<i>Remediativas</i>	<i>Preventivas</i>
Questões problema	Situações problema	Situações a remediar
A resolver a curto prazo	A resolver a médio prazo	A resolver a longo prazo

4.1.2. M2 - Fase Experimental (Investigação-Acção)

Este momento (M2), aponta para a implementação dentro da escola da Investigação-Acção/Formação (I-A/F).

Na fase inicial deste segundo momento, efectuado no ano lectivo de 2003/04, denominado por Fase Experimental, continuámos a utilizar a Investigação-Acção, e o *método científico qualitativo holístico*, por mais se adequar a este estudo, captando-se a razão (Carmo, 1998), como os alunos e os professores vão encarando as realidades que lhe são apresentadas. Foram estudados o passado e o presente dos sujeitos da investigação.

Assim, quer no primeiro quer no segundo momento, o *paradigma* que esteve associado a este trabalho, foi a *investigação do método qualitativo*, com concepção global fundamentado na realidade.

Houve nesta Fase Experimental formação na escola orientada para a atitude de pesquisa (M2.1.), não só em nós como no Núcleo Duro que trabalhou nesta investigação. Teve como efeitos o aparecimento de agentes técnico-analíticos / técnico-críticos, mediadores do conhecimento e ao mesmo tempo agentes promotores de atitude de pesquisa, de reflexão e da acção dentro do contexto educativo, nas próprias escolas onde trabalhavam. São os agentes de ensino que mentalmente estão disponíveis para ouvir o Mundo, as organizações, assim como os outros e a sua dinâmica.

Foi negociada a Carta de Intervenção Estratégica, com orientação para a mudança a nível do micro-sistema (Sala de aula), meso-sistema (Escola) e Macro-sistema (Grandes políticas do sistema).

4.1.3. M3 - Fase de Formação (Investigação-Acção/Formação)

Neste momento de investigação (M3) houve a preocupação de habituar os actores do Núcleo Duro a acompanhar o investigador nas análises técnicas e científicas para assim aceitarem melhor a formação que induzia novos princípios de organização da acção educativa. Dá-se assim um salto significativo tanto nas práticas de investigação como de formação, caminhando para o momento seguinte.

Nesta fase, houve formação na escola orientada para a mudança (M3.1.), com a integração no Projecto Educativo do Desporto na Escola (M3.2.).

4.1.4. M4 - Construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa

Através do observatório de diagnóstico de necessidades (M4.1.), houve a justificação da Escola Sensível e Transformacionista, para introduzir a ideia que ela será tão desenvolvida tanto quanto o ser humano que lá está dentro.

A escola tem que ser sensível aos humanos e provocadora de sabedoria, transformando o conhecimento.

Neste momento foi efectuada a construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa.

Neste momento ainda foram testados quatro indicadores, a partir da adaptação que Barbosa (2004) menciona.

1º	A assunção da atitude de pesquisa dos agentes educativos.	Dos agentes educativos que directamente trabalhámos e dos outros que foram indirectamente influenciados.
2º	A emergência de uma atitude não apenas reflexiva mas, crítica face aos fenómenos analisados.	Justificação da Escola Sensível e Transformacionista (EST).
3º	O aparecimento de competências de mediação de conhecimento que se espelham na intenção de ajudar outros agentes educativos a fazer a caminhada formativa.	A orientação dos desempenhos tanto em função das cartas de sinais de necessidades emitidas pelos alunos, como da carta estratégica de intervenção.
4º	Intenção de passar a agir com base nas necessidades expressas pelos alunos com quem trabalha.	O professor não só está disposto a espelhar-se nas sua práticas e na dos outros mas, também, a orientar a sua acção em função dos princípios da EST passando para o lado das aprendizagens.

4.2. Construção de Oficinas de estilo de vida saudável

Segundo Barbosa (2004), estas oficinas são estruturas orientadas para o desenvolvimento humano e organizacional tendo sempre em conta as necessidades educativas dos alunos e formativas dos professores em contexto na própria escola.

Servem também para analisar como as chamadas problemáticas curriculares são concorrentes para a melhoria das aprendizagens.

No interior terá de ser executada prática reflexiva, tanto de natureza teórica como prática, ajustada ao enquadramento dos trabalhos de campo. Deverá aparecer seminários de avaliação, de controlo e de integração dos resultados.

Como a reflexão permanente sobre as práticas lectivas será uma preocupação constante, os tempos de reuniões e momentos de pausa para reflexão acrescida terão que ser considerados.

Assim orientadas para o estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento intencional temos o seguinte:

O Desporto na Escola deverá ser um direito de todos os alunos, devendo haver condições para ser assegurado por todas as escolas no Projecto Educativo e alicerçado na comunidade em que se insere.

Como os alunos desenvolvem a sua criatividade, aprendem a resolver problemas, explorando o mundo físico, adquirindo competências, a actividade lúdica é criatividade, é o direito de brincar.

A ludicidade deverá entrar no processo educativo através dos valores culturais, sendo a brincadeira fundamental para o desenvolvimento físico das crianças, dos jovens, enfim, dos alunos.

A brincadeira obriga a experimentar diversos tipos de movimentos, os quais ajudam à evolução das suas faculdades motoras e mentais.

Brincar, ajuda ainda à socialização dos comportamentos na presença dos outros, ajuda a experimentar uma diversidade de tarefas, a ensaiar várias representações, para construir a sua própria personalidade.

Brincar ensina, a maneira das pessoas se darem umas com as outras, ensina as regras, as compensações e as punições.

A brincadeira através do jogo contribui para o desenvolvimento das capacidades motoras, para a coordenação geral.

Se o sucesso do Desporto na Escola depende de três vertentes, a escola, os professores e os alunos, fomentar a prática desportiva organizada é facilitar a aproximação da escola à realidade envolvente, potenciando a acção dos diferentes agentes desportivos locais.

O Desporto na Escola inspira o desenvolvimento da dinâmica humanista, tolerância e amizade, bem como elevar o Homem em toda a sua dimensão.

A prática desportiva de competição nunca deverá ser uma guerra, o adversário nunca deverá ser um inimigo, mas sim um companheiro de jogo.

O Desporto na Escola deverá ser praticado com o objectivo de recrear, entreter e tentar o aperfeiçoamento moral e físico dos alunos.

Quanto aos aspectos pedagógicos da actividade lúdica, o Desporto na Escola deverá ser sempre recreação.

4.3. Continuação da investigação no futuro

Após termos concluído a nossa investigação, efectuámos reuniões nas escolas que nos acolheram. Os elementos da gestão escolar mostraram-se interessados na continuidade de futuros trabalhos vocacionados para a investigação (M4.2.).



4.4. Investigação-Acção/Formação

Na evolução da investigação-acção através dos tempos, segundo Dolbec (2003), vários autores fizeram história, mas Kurt Lewi é muitas vezes considerado como o que esteve na origem desta abordagem, atendendo que foi o primeiro a ter utilizado a expressão "*action research*", para caracterizar as experimentações que realizava na acção. Deixou a sua terra natal, a Alemanha para fugir do nazismo. Psicólogo de formação foi o pioneiro das teorias que explicam a dinâmica de grupos e a mudança social.

Descobriu que ao utilizar a influência de um grupo, podia levar as pessoas a mudar as suas atitudes e os seus comportamentos muito mais rapidamente do que se dirigissem a elas numa base individual.

Para Lewi (1946), a acção tomar-se-ia a investigação e a investigação a acção, desejando produzir conhecimentos a partir de uma investigação que teria lugar na acção. Via nas suas intervenções como sendo a realização simultânea de três processos, ou seja, a acção, a investigação e a formação, três práticas diferentes habitualmente separadas, com o objectivo de introduzir reformas e desenvolver teorias sobre a mudança.

Também na educação a investigação-acção, é citada por vários autores (Kemmis; King e Lonquist; Noffke), que apresentam John Dewey como seu precursor (Dolbec, 2003).

Sonhava John Dewey com a criação de uma ciência da educação em que os professores participariam activamente num novo processo de investigação que aliaria a procura de teorias úteis a uma forma de investigação enraizada na prática.

O primeiro autor a escrever sobre a investigação-acção como meio de melhorar o ensino na escola, foi Stephen Corey (1953). Constatou que o método científico não tinha importância para os profissionais do terreno e que, a maior parte dos investigadores em educação chegavam a generalizações que raramente eram investidas no meio escolar. Para este autor a investigação deveria ser

realizada pelos próprios que exercem a prática através do estudo científico dos seus próprios problemas com o fim de guiar, corrigir e de avaliar as suas acções.

Os professores foram encorajados a fazer investigação sobre a sua própria prática a fim de a aperfeiçoarem.

Tomou-se assim a investigação-acção como uma actividade válida pelo facto de que ela podia conduzir à melhoria da prática e que os conhecimentos produzidos eram (re)investidos na situação real.

Quer Lewin, quer Corey, acentuam a necessidade para os investigadores e para os professores, de trabalharem em conjunto sobre preocupações que são comuns. A cooperação entre os pares de investigadores aumenta a probabilidade dos participantes na investigação se envolverem num processo de mudança segundo os resultados obtidos.

A Investigação-Acção/Formação defendida por Barbosa (2002), é uma actividade que pode conduzir à melhoria das práticas educativas dos alunos e formativas dos professores cujos conhecimentos são (Re)investidos na situação real.

De entre as técnicas de recolha dos dados, optámos pela realização de questionários, como instrumentos para recolha de informação sobre variáveis de interesse com o fim de efectuar o levantamento de necessidades, que constitui o cerne desta investigação.

Gil (1997), quando se refere a *Ghiglione & Matalon*, considera o questionário como uma técnica adequada para compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências, as representações, entre outros, que só são acessíveis de uma forma prática pela linguagem, e que raramente se exprimem de forma espontânea.

É nesse sentido que teremos em consideração a aplicação de questionários aos intervenientes no sistema de ensino, procurando a obtenção de respostas para uma intervenção mais personalizada na tentativa de mudança do desenvolvimento social e cultural dos alunos, através do Desporto na Escola.

Na elaboração dos nossos questionários fizemos com que cada pergunta correspondesse a um indicador, tendo por função produzir com a sua resposta, a informação necessária.

Desenvolveu-se sob três aspectos fundamentais:

- 1 - A sua concepção;
- 2 - A sua aplicação, que implica a selecção de amostra, lançamento e recolha dos dados;
- 3 - A análise e interpretação dos dados resultantes da sua aplicação.

Quanto à concepção, após a definição do objectivo dos questionários, passou por duas fases: a de selecção de conteúdos a incluir e a da tradução destes em questões devidamente formuladas, tendo presente o objectivo desta investigação.

Para construir os questionários, foi realizada junto dos colegas doutorandos uma colheita prévia de opinião. Foi a mesma ensaiada em alunos pertencentes à população do questionário, que, após a análise atenta sobre a informação recolhida, se chegou a versão definitiva.

Atendendo que o tipo de questionários era idêntico a outros realizados anteriormente, também foi aproveitada a validação dos questionários efectuados durante a realização do nosso Mestrado.

Os questionários como técnica de investigação, consistiram numa série de questões dirigidas a um conjunto de alunos e professores, tendo por objectivo confirmar ou não questões explicativas anteriormente formuladas por nós na presente investigação.

Ao determinar o conteúdo das questões a incluir, o campo de análise limitou-se a grupos de questões relativas aos diversos anos de escolaridade pelos quais os alunos passaram.

Na construção dos questionários, tivemos em conta algumas preocupações básicas, tentando-se uma configuração simples e uma extensão pequena para evitar o cansaço quer dos alunos quer dos professores que o preenchiam. Utilizou-se uma linguagem acessível aos vários anos destinatários.

As indicações que foram surgindo como necessárias, pretenderam que os questionários fossem de fácil leitura a fim de serem bem aceites e de permitirem respostas sem hesitações tal como descreve Gaspar (1996).

A bateria de 16 questionários elaborados para a realização desta investigação, foram preenchidos pelos alunos e professores nas escolas e sempre na nossa presença.

Ao abordar os alunos e os professores, fizemos uma pequena introdução explicativa do trabalho que iríamos pedir e das suas finalidades.

Recolhidos os questionários, a informação foi tratada posteriormente, através do estudo de *estatística descritiva simples*, aparecendo os resultados em *quadros sob a forma tabular e gráficos de barras (colunas)*,²⁶ permitindo tomar sugestões que levem à melhoria dos serviços prestados e ajudem a promover o sucesso educativo dos nossos alunos.

²⁶ Para Vairinhos (1997), quando as barras são desenhadas verticalmente, o gráfico designa-se por gráfico de colunas.

CAPÍTULO V

Estudo Empírico

Capítulo V – Estudo Empírico

5.1. Negociação do espaço de intervenção – M1

Ao darmos início a este capítulo, sobre a negociação do espaço de intervenção da investigação, queremos deixar expresso que a actividade desportiva não pode ser vista unicamente como uma actividade formal com expressão máxima na alta competição e no espectáculo desportivo.

Ela é de facto uma realidade social que cruza as mais diversificadas áreas das actividades humanas desde as educativas, culturais, formativas, recreativas e profissionais, até à saúde e bem-estar das populações, numa dimensão lúdica do movimento, para um estilo de vida saudável.

É nesse sentido e com base na caracterização das necessidades e diagnóstico dos factos, e que de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro) e Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro), que se reconhece a importância da Educação Física e do Desporto Escolar na formação da criança e do jovem, consubstanciada no desenvolvimento das capacidades físicas e na aquisição de valores e conhecimentos inerentes à prática de actividades físicas.

São por isso instrumentos importantes na motivação dos alunos com vista à aquisição de um estilo de vida activa e saudável, ao seu desenvolvimento motor e ao sentido de responsabilidade pessoal.

O Desporto Escolar, constitui um dever da escola para com os seus alunos, sendo imperativo satisfazer correcta e adequadamente as necessidades e motivações sentidas pelas crianças e jovens, no direito à actividade física, ao jogo e ao desporto.

Assim, deve a escola dar uma resposta correcta às motivações e necessidades das crianças e dos jovens em relação à cultura motora, facilitando e estimulando o seu acesso às diferentes práticas lúdicas e desportivas.

Importa por isso, incentivar os alunos para a prática de diferentes modalidades desportivas, contribuindo para um desenvolvimento harmonioso e saudável, com a ocupação formativa de parte dos seus tempos e para o sucesso educativo.

A formação, qualquer que seja o seu âmbito ou nível de intervenção, situa-se sempre no Universo do conceito da Educação ou da Formação Profissional.

Perante este quadro, estamos obrigados por um lado, na qualidade de agente educativo a sermos competentes no plano reflexivo, técnico e crítico, para seleccionarmos as ferramentas úteis e pertinentes, e por outro lado, como investigador, temos que saber procurar, seleccionar e utilizar a informação que precisamos.

Face ao exposto anteriormente, sabemos que o corta-mato escolar, é uma actividade desportiva que está enraizada na escola e constitui um ritual desportivo com grande impacto na comunidade escolar.

Por esse motivo, é importante a sensibilização de cada estabelecimento de ensino na organização do corta-mato interno da escola, para que esta esteja posteriormente representada a nível das Direcções-Regionais de Educação.

5.2. Recolha de dados

Com base nos pressupostos enunciados anteriormente, no dia 21 de Fevereiro do ano 2001, quando da realização do Corta-Mato Distrital, que se desenrolou no Centro Nacional de Exposições de Material Agrícola (CNEMA) em Santarém, numa organização do então Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (CAELMT) e Direcção-Regional de Educação de Lisboa (DREL), efectuámos a primeira recolha de dados, através de notas de campo.

Dos 63 estabelecimentos de ensino oficial e 4 estabelecimentos de ensino particular, participaram 59 num total de 2 204 alunos.

Nesta primeira negociação entre os pares, o *critério de contacto* que utilizámos, foi a abordagem aos professores de Educação Física, escolhidos aleatoriamente, que acompanhavam os seus alunos.

Utilizámos o *método etnográfico* (Wittrock, 1989), que permite fazer perguntas e descobrir respostas baseadas no tema de estudo.

Como grande parte da investigação etnográfica consiste em Estudo de Caso, a utilização deste método, para o nosso estudo, teve três grandes vantagens:

1. - Não foi requerida qualquer conceitualização prévia.
2. - Permitiu ao investigador compreender os acontecimentos.
3. - Deu oportunidade de efectuar a investigação em profundidade sobre o tema.

Para Correia (1998), a inexistência no nosso País de uma tradição teórica e de estudos empíricos dedicados aos jornalistas e ao jornalismo, levou aquele docente na área do jornalismo, ao recurso de bibliografia estrangeira, na perspectiva das análises e conclusões aí colhidas, poderem estabelecer referências, suscitar comparações. Assim pudemos abrir eventuais linhas de trabalho susceptíveis de enriquecer e estimular a nossa própria investigação.

Também Tuchman (1983), ao apresentar os resultados da sua investigação na redacção de um diário norte-americano, não esconde que a metodologia que seguiu, a observação participante, influenciou em parte, os comportamentos dos jornalistas.

No nosso caso, o percurso metodológico foi diferente. Mais que uma observação participante, tratou-se daquilo que poderíamos chamar *participação reflectida*, face à existência de duas escolas principais que são geralmente reconhecidas no jornalismo: a latina, vocacionada mais para a interpretação, para o comentário e para a crónica. A outra, a anglo-saxónica, é mais virada para os factos, para a notícia e para a reportagem.

Para o aprofundamento e solidificação do conhecimento da realidade, recorreremos, como metodologias complementares, à entrevista e à análise documental.

Também para nós, constitui precioso auxílio a recolha de testemunhos e opiniões de professores através de conversas, de depoimentos, entrevistas e artigos de opinião, bem como de entrevistas informais.

Só uma presença física do investigador no local, permite uma observação adequada, próxima das operações das rotinas produtivas, das práticas e das relações sociais durante elas estabelecidas.

Assim, como *técnica*, utilizámos a *entrevista exploratória* ("Reportagem") com opiniões dominantes na área do Desporto Escolar, focada predominantemente sobre a vivência pessoal do entrevistado.

Normalmente, estas entrevistas iniciam-se de um modo não estruturado; contudo, na preparação da entrevista tentámos criar o ambiente propício à mesma, em função da nossa observação face ao desenrolar das provas de cortamato nos diversos escalões etários e sexo.

Passámos então à seguinte questão:

Numa breve síntese, o que acha do Desporto Escolar a nível da sua vivência pessoal?

Através das respostas obtidas, elaborámos matrizes em função do tempo de serviço, que também foi solicitado, com as seguintes três categorias:

- Inferior a 10 anos de serviço
- Entre 10 e 30 anos de serviço
- Superior a 30 anos de serviço

As matrizes foram subdivididas, através de subcategorias e indicadores temáticos, conforme podemos verificar nos seguintes quadros:

Quadro 2 - Categoria inferior a 10 anos de serviço

<i>Subcategoria</i>	<i>Indicadores temáticos</i>
Tomar (ES Pluricurricular de Jácome Ratton)	Nos horários dos alunos deveria existir tempo para estas actividades. Deve apostar-se cada vez mais no Desporto Escolar no sentido da promoção de uma vida saudável e completa formação pessoal através do desporto.
Ourém (EB2,3 D. Afonso Conde de Ourém)	Cada vez há menos encontros entre os alunos de várias escolas atendendo à redução dos quadros competitivos nos diversos escalões e modalidades.
Constância (EB2,3/S Luís de Camões)	Deveria dar-se oportunidade aos alunos de saírem da sua escola e irem conviver com outros alunos de outras comunidades escolares.
Tomar (ES/3 D. Nuno Álvares Pereira)	O Desporto Escolar apresenta-se nas escolas com falta de apoio, nomeadamente apoio financeiro, o que dificulta o seu bom funcionamento, não sendo possível o cumprimento dos objectivos a que se propõe.
Torres Novas (ES/3 Maria Lamas)	Neste domínio educativo, valerá o esforço que alguns professores fazem, para que o seu trabalho seja minimamente competente?

Quadro 3 - Categoria entre 10 e 30 anos de serviço

<i>Subcategoria</i>	<i>Indicadores temáticos</i>
Tomar (ES Pluricurricular de Jácome Ratton)	Falta de envolvimento de algumas escolas no projecto do Desporto Escolar, através da dificuldade de conjugação nos horários dos alunos.
Tomar (ES/3 Santa Maria do Olival)	A preocupação que alguns docentes têm em alcançar bons resultados para defesa da sua imagem profissional em detrimento de se salvaguardar o desenvolvimento multilateral do aluno.
Santarém (ES/3 Sá da Bandeira)	Deveria haver mais autonomia e tempos lectivos disponíveis para a sua prática pelos alunos.
Santarém (EB2,3 Alexandre Herculano)	Possibilita a utilização criativa e formativa dos alunos a nível desportivo nos seus tempos livres.
Barquinha (EB2,3 D ^a Maria II)	Deve ser para todos os que se inserem no meio escolar e nutram gosto pela modalidade escolhida.

Quadro 4 - Categoria superior a 30 anos de serviço

<i>Subcategoria</i>	<i>Indicadores temáticos</i>
Tomar (ES Pluricurricular de Jácome Ratton)	Não existe Desporto Escolar, apenas existe uma forma hipócrita de animação desportiva.
Sardoal (EB2,3/S)	Nos moldes em que aparece nas escolas, sem inclusão nos horários dos alunos é completamente difícil a sua implementação.
Tomar (EB 2,3 Gualdim Pais)	A grande capacidade de imaginação e criatividade que os professores de Educação Física e os alunos têm demonstrado neste "teatro" que é designado pomposamente por Desporto Escolar.
Almeirim (EB2,3 Febo Moniz)	Deverá ser praticado por todos os alunos e não só pelos ditos melhores.
Santarém (ES/3 Ginestal Machado)	Deveria haver mais apoios a nível do Ministério da Educação para se poderem criar futuros atletas.

A exploração das notas de campo, permitiu verificar que há uma função social que não está a ser cumprida, a cultura desportiva na escola, não sendo por isso utilizada.

Após a apresentação dos quadros anteriores, foi efectuada uma matriz comparativa final, com indicadores temáticos, sobre questões transversais e questões não transversais.

Quadro 5 - Questões transversais e não transversais

<i>Questões transversais</i>	<i>Questões não transversais</i>
Não consta nos horários dos alunos (3)	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de vida saudável - Formação pessoal através do Desporto - Redução dos quadros competitivos - Convivência com outras comunidades escolares - Falta de apoio financeiro - Valerá o esforço de alguns professores? - Preocupação de alcançar bons resultados - Mais tempo disponível para a sua prática - Deve ser para todos no meio escolar - Não existe Desporto Escolar - Falta de envolvimento de algumas escolas no projecto - Capacidade de imaginação e criatividade dos professores e alunos

5.3. Tipologia dos estabelecimentos de educação e ensino

Na tipologia dos estabelecimentos de educação e ensino, foi utilizada a Rede Pública de Educação e Ensino (actualizada em 30 de Abril de 2000) da Direcção-Geral da Administração Educativa do Ministério de Educação.

Quadro 6 - Distribuição dos professores por escolas e anos de serviço

<i>Inferior a 10 anos</i>	Tomar (ES Pluricurricular de Jácome Ratton)
	Ourém (EB2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém)
	Constância (EB2,3/S Luís de Camões)
	Tomar (ES/3 D. Nuno Álvares Pereira)
	Torres Novas (ES/3 Maria Lamas)
<i>Entre 10 e 30 anos</i>	Tomar (ES Pluricurricular de Jácome Ratton)
	Tomar (ES/3 Santa Maria do Olival)
	Santarém (ES/3 Sá da Bandeira)
	Santarém (EB2,3 Alexandre Herculano)
	Barquinha (EB2,3 D ^a Maria II)
<i>Superior a 30 anos</i>	Tomar (ES Pluricurricular de Jácome Ratton)
	Sardoal (EB2,3/S)
	Tomar (EB 2,3 Gualdim Pais)
	Almeirim (EB2,3 Febo Moniz)
	Santarém (ES/3 Ginestal Machado)

De 67 Escolas que pertencem ao Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, e com base na participação de 59 escolas no corta-mato, foram escolhidas 13 (19,4%), repartidas pelas seguintes localidades:

Almeirim, Barquinha, Constância, Ourém, Tomar, Torres Novas, Santarém e Sardoal.

Na amostra de 15 opiniões, 6 eram de Tomar (40%), atendendo ao conhecimento do Investigador, face aos professores que leccionavam nas escolas da cidade de Tomar.

Quadro 7 - Ex-Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo

<i>Concelhos</i>	<i>Cidades</i>	<i>Entrevistas</i>
Abrantes	x	-
Alcanena	-	-
Almeirim	x	1
Alpiarça	-	-
Benavente	-	-
Cartaxo	x	-
Chamusca	-	-
Constância	-	1
Coruche	-	-
Entroncamento	x	-
Ferreira do Zêzere	-	-
Golegã	-	-
Mação	-	-
Ourém	x	1
Rio Maior	x	-
Salvaterra de Magos	-	-
Santarém	x	3
Sardoal	-	1
Tomar	x	6
Torres Novas	x	1
Vila Nova da Barquinha	-	1
Totais	9	15

Das 15 entrevistas efectuadas a nível dos 21 Concelhos existentes no Distrito de Santarém, 12 foram efectuadas em 5 cidades, enquanto que as restantes 3 foram efectuadas a professores oriundos de escolas fora das cidades.

5.4. Negociações do espaço de intervenção do questionário

Quando da realização do nosso Mestrado, ficou expresso nas conclusões que no aprofundamento da investigação, os resultados então obtidos recomendavam um alargamento da aplicação de pesquisa a amostras mais numerosas, inclusive a escolas da mesma área e de outras escolas no mesmo distrito, além de outras escolas à volta do distrito de Santarém.

Mencionava também que para futuros estudos seria necessário incentivar mais investigações na área, para se poder esclarecer melhor o desempenho na mudança de atitude da actividade de complemento curricular do Desporto Escolar, como uma variável determinante no processo educativo, nomeadamente na integração dos alunos na via desportiva, nas vertentes de atletas, juizes, árbitros e dirigentes.

Seria ainda interessante analisar a influência que o meio, designadamente as associações e colectividades recreativas, exercem sobre a comunidade cujos alunos estão inseridos e, como esta se reflecte na atitude de aceitação ou não, dos jovens após a sua permanência na escola.

Como o questionário será fundamentalmente um instrumento de investigação, procurando reunir o maior número possível de factores relevantes, à medida que o fomos elaborando, pensávamos nas parcerias a negociar no espaço de intervenção da investigação, face à dimensão que o questionário tem, para aplicação regional alargada.

Com base nos pressupostos enunciados anteriormente e no âmbito desta investigação, foram efectuadas várias negociações, das quais destacamos as seguintes:

5.4.1. Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (Santarém)

Numa primeira aproximação ao Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, tivemos uma reunião com a Coordenadora do Sector do Desporto

Escolar, e outra com a Coordenadora do Centro de Área Educativa, ambas realizadas no dia 5 de Junho de 2001.

As respectivas Coordenadoras mostraram-se receptivas sobre a ideia de podermos efectuar o trabalho de investigação naquele Centro de Área Educativa.

No início de Março de 2002, enviámos um pedido formal para a passagem do questionário através do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (CAELMT).

Recebemos resposta do Sector de Desporto Escolar do CAELMT, o qual apresentou a sua total disponibilidade para colaborar no processo de recolha de informações necessárias à investigação que estávamos a desenvolver.

No dia 18 de Março fomos autorizados a participar na reunião do Sector do Desporto Escolar do CAELMT, com os Coordenadores do Núcleo do Desporto Escolar.

De um total de 67, compareceram à reunião 44 Coordenadores.

Na nossa apresentação fornecemos os elementos indispensáveis aos Coordenadores, apresentámos o tema do questionário, os objectivos do mesmo, de uma forma clara e simples com a prestação de alguns esclarecimentos antes e durante o seu preenchimento.

Procurámos mostrar o valor acrescentado que os inquiridos podiam trazer à investigação com as respectivas respostas que forneciam.

Durante os meses de Abril e Maio estivemos presentes em 16 escolas, para preenchimento do questionário, cujos Coordenadores do Desporto Escolar não tinham estado na reunião do dia 18 de Março.

Evitamos deste modo enviar o questionário por correio, atendendo que uma observação indirecta (Quivy, 1998), deve vencer a resistência natural ou a inércia dos indivíduos.

Assim, com um total de 89,6 por cento, demos por concluída a fase de recolha de dados, atendendo que a amostra era representativa das características da totalidade da população.

Fizemos ainda a análise de dados a nível quantitativo e qualitativo.

5.4.2. Centro de Área Educativa do Oeste (Torres Vedras)

Como já tínhamos dados de um Centro de Área Educativa do interior do País, optámos por tentar recolher dados de um Centro de Área Educativa com escolas no litoral.

Assim, tivemos numa reunião com o Coordenador do Centro de Área Educativa do Oeste e com o Coordenador do Sector do Desporto Escolar em Torres Vedras, para efectuar uma parceria, com uma possível intervenção da passagem do questionário aos Coordenadores dos Núcleos do Desporto Escolar daquela área.

Recebemos do CAE do Oeste autorização para recolher as necessárias informações junto do Sector do Desporto Escolar, para o desenvolvimento do trabalho de investigação. Ficámos a aguardar a marcação da nossa presença para a passagem do questionário aos Coordenadores dos Núcleos do Desporto Escolar do Centro de Área Educativa do Oeste, mas não foi possível, atendendo que entretanto o Coordenador foi substituído e a parceria até então efectuada, ficou sem efeito.

5.4.3. Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (Lisboa)

Durante o mês de Junho de 2002, contactámos o Subdirector do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE) em Lisboa, para acerto da marcação de uma reunião. Estivemos presente no GCDE, tendo reunido com o Director, com o objectivo de futuros contactos para a passagem do questionário a nível nacional.

Em Julho, tivemos uma reunião com o Subdirector do GCDE. Foi apresentada uma síntese do trabalho de investigação que estávamos a realizar e do questionário que foi passado através do CAELMT.

Durante o mês de férias de Agosto, foram feitas leituras acrescidas e revisão sistemática de fontes bibliográficas.

No mês de Outubro, recebemos do GCDE um ofício, onde informava que, face ao período de contenção e exiguidade orçamental vivida por aquele

Gabinete, o apoio do envio do questionário a nível nacional, não era possível, salvaguardando o evidente interesse da temática da Tese. Fomos ainda a uma reunião com o Director-Geral do GCDE.

De notar, que neste mês, com a saída da Nova Orgânica do Ministério da Educação (Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de Outubro), a competência dos serviços existentes do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, passou a ser assumida pela Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

Também em meados do mês de Janeiro de 2003, o Director do GCDE, foi substituído.

5.5. Aplicação do questionário aos Coordenadores do Desporto Escolar

5.5.1. Justificação do estudo

Os alunos apresentam por vezes alterações no seu comportamento e consequentemente nos seus desempenhos quer a nível escolar, quer ainda a nível extra-escolar.

As alterações são, por vezes, o resultado da falta de motivação por parte dos alunos, atendendo que se deparam com variados problemas que só podem ser motivo de uma perda de motivação e até do próprio abandono das actividades a nível desportivo.

As razões que nos levaram à aplicação do questionário, prenderam-se com o facto de, na perspectiva de profissional de Educação Física nos depararmos com situações de falta de empenhamento dos alunos na actividade de complemento curricular denominada Desporto Escolar.

5.5.2. Objecto de estudo

O objecto do nosso estudo estava inserido na problemática do Desporto na Escola.

5.5.3. Objectivo do estudo

Como objectivo do estudo, tivemos a recolha de informações, junto de um universo específico, os Coordenadores dos Núcleos do Desporto Escolar.

Assim analisámos a influência que as variáveis tinham na identificação das representações do índice de expectativa, nas práticas de ensino nas suas escolas, bem como a caracterização da sua atitude face a esta actividade de complemento curricular.

5.5.4. Universo

O Universo, naturalmente seleccionado para a nossa investigação, foi constituído por Coordenadores dos Núcleos do Desporto Escolar de ambos os sexos a desempenharem funções nos 67 estabelecimentos de ensino do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo.

5.5.5. Caracterização da amostra

De acordo com Murteira (1993), em estatística, *população* designa um conjunto de elementos com alguma característica comum e com potencial interesse para o estudo.

Com base nas pretensões sujeitas ao nosso estudo, e com as possibilidades de recolha de dados disponíveis, a amostra foi constituída por 60 Coordenadores dos Núcleos do Desporto Escolar do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, de ambos os sexos respectivamente 39 masculinos (65%) e 21 femininos (35%).

Deste modo, o conjunto total de sujeitos considerados para o tratamento de dados, de acordo com as nossas pretensões, aquando da identificação do problema e formulação das questões, ficou dimensionado conforme o seguinte quadro:

Quadro 8 - Caracterização da amostra

<i>Universo dos Coordenadores do Desporto Escolar</i>	<i>n=67</i>
Amostra	60 (89,6%)
Questionários entregues na reunião	44
Questionários entregues por mão própria	16
Número de questionário devolvidos	60
Anulados/incompletos	-

5.5.6. Amostra

Após a identificação da população que interessava inquirir, importará descrever seguidamente a *técnica utilizada na amostragem* para a selecção da *amostra*.

No problema sobre o tamanho da amostra, a maior decisão que os investigadores devem tomar (Clegg, 1995), é o número de sujeitos a incluir na amostra. Não é fácil esta decisão, nem tem uma resposta universal, pois cada solução depende de uma variedade de factores que nem sempre é possível especificar logo de início, numa tentativa de conseguir o máximo de precisão, no que respeita à representatividade da amostra e evitar qualquer distorção resultante de ideias preconcebidas (Gaspar, 1996).

A escolha da amostra na sua totalidade foi construída a partir de um conjunto seleccionado por um sistema previamente estabelecido, com a colaboração dos alunos e professores, cuja receptividade foi bastante boa.

De acordo com Vieira (1986), a técnica de amostragem utilizada na foi a *não probabilística de conveniência*. Os elementos foram seleccionados a partir de uma lista dos elementos da população.

Ainda de acordo também com D'Hainaut (1992), a uma variável que pode tomar apenas dois valores, chama-se variável dicotómica, sendo exemplo disso a variável sexo.

Na determinação da dimensão da amostra, tomámos em consideração o que Carmo (1998), descreve sobre a dimensão aceitável. Para este autor, um estudo descritivo que integre 10 por cento do total da população considerada, é julgado como a dimensão mínima a obter.

A amostra utilizada neste estudo para os Coordenadores do Desporto Escolar era composta por indivíduos do sexo masculino e feminino, com idades compreendidas entre os 25 e os 55 anos.

Assim esta população de 89,6 por cento, pareceu-nos constituir uma amostra significativa e representativa da população que pretendíamos indagar,

face às variáveis relevantes da hipótese por nós levantada. Foi constituída por 60 inquiridos, que se encontram distribuídos da seguinte forma:

Quadro 9 - A amostra

<i>Idades</i>	<i>Sexo masculino</i>	<i>Sexo feminino</i>	<i>Total</i>
De 25 a 35 anos	20	18	38
De 36 a 45 anos	11	2	13
De 46 a 55 anos	6	1	7
Mais de 55 anos	2	-	2
Totais	39	21	60

5.5.7. Instrumento de recolha de dados

De acordo com a natureza exploratória do nosso estudo e tendo como objectivo conhecer as componentes do sistema de valores, foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário (Anexo 1) estruturado contendo perguntas fechadas e abertas, aplicado aos 60 Coordenadores dos Núcleos do Desporto Escolar. Terminada a tarefa de seleccionar as amostras, que deveriam representar as características da população, demos início à recolha de dados referentes às variáveis em estudo.

O questionário elaborado por nós com base nas leituras efectuadas a quinze autores, conforme referências bibliográficas, tinha 28 itens, mas depois de algumas sugestões de colegas, ficou com 31 itens.

Posteriormente foram acrescentados mais 5 itens por sugestão da responsável do Sector do Desporto Escolar do Centro Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo (CAELMT), que deixamos aqui expressos. As duas primeiras questões incidiam sobre a adesão dos alunos nas acções de formação a nível da fase de escola e a nível da fase do Centro de Área Educativa. As outras faziam referência à comunicação entre a escola e o CAELMT, aos representantes da autarquia no Núcleo do Desporto Escolar e finalmente se havia modalidades com planeamentos plurianuais.

Contendo um conjunto de 39 questões que nos pareceram teoricamente consistentes para a realização do nosso objectivo, tivemos que obedecer aos critérios de validade científica.

Para validar o questionário testámos um pré-questionário a colegas da escola onde desempenhávamos a nossa actividade profissional, bem como procurámos que o mesmo pudesse ser validado por especialistas no contexto das presenças regulares nos Seminários de doutoramento.

Na apresentação do questionário foram solicitados os seguintes dados pessoais:

Idade, sexo, categoria profissional, anos de serviço, experiência como Coordenador do Núcleo do Desporto Escolar e qual o sector de ensino que pertenciam os inqueridos.

O questionário estruturado, ficou constituído por três Blocos, assim distribuídos:

No I Bloco, composto por 13 itens, as questões eram mais objectivas e directas, tendo sido orientadas para a *imagem do Desporto Escolar*. De acordo com Hill (2000), foi elaborado sobre a forma de perguntas fechadas com cinco respostas alternativas (de preferência), sem escala numérica e mais detalhadas.

No II Bloco, houve um aumento de subjectividade, nos 14 itens apresentados, para a orientação das *estruturas administrativas e funcionais*. Este Bloco foi elaborado sobre a forma de perguntas fechadas com três respostas alternativas (de preferência), sem escala numérica e menos detalhadas.

O III Bloco, com orientação para o *estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento*, continha uma maior dificuldade de resposta nos 9 itens.

A elaboração deste Bloco foi sobre a forma de perguntas fechadas com cinco respostas alternativas (de preferência), com escala numérica positiva para os respectivos itens.

Utilizámos a escala tipo Likert, sendo actualmente este método, o mais largamente utilizado (Ghiglione & Matalon, 2001), de todas as técnicas de escalas de atitude.

Também para Verdasca (2002), as escalas apresentam a vantagem de permitir obter informação ordenada num questionário, quer de resposta fechada,

quer de resposta aberta, em relação a um determinado atributo e admitir tratamentos estatísticos mais robustos.

Atendendo às vantagens e desvantagens do tipo de perguntas (Hill, 2000), optámos por no final de cada bloco, existir uma questão aberta onde o inquirido, se julgasse necessário, para uma melhor compreensão do que tinha assinalado anteriormente, podia tecer alguns comentários complementares pertinentes, ou emitir opinião sobre outros aspectos.

Os questionários foram entregues pessoalmente a todos os Coordenadores que se mostraram disponíveis e muito colaborantes para o seu preenchimento consciencioso.

A fidelidade do questionário era uma grande preocupação nossa, para que permitisse realmente obter todas as informações necessárias. Tivemos as mesmas preocupações para o questionário efectuado aos alunos que também foi criado e elaborado por nós.

5.5.8. Processo de recolha de dados

Depois de elaborado o questionário, passámos à colheita de dados. Decorreu no dia 18 do mês de Março e 2002, no Auditório do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, na cidade de Santarém, na nossa presença, de forma a esclarecer algumas dúvidas que pudessem surgir.

Posteriormente, fizemos deslocações durante os meses de Abril e Maio do mesmo ano a algumas escolas dos Coordenadores dos Núcleos do Desporto Escolar que não tinham estado na reunião.

Optámos pela entrega e recolha do questionário por mão própria, pois pensámos ser uma estratégia mais segura na obtenção de uma taxa de retorno o mais elevada possível. A distribuição directa proporcionou também, a oportunidade de explicar os motivos e objectivos do estudo aos Coordenadores dos Núcleos do Desporto Escolar, motivá-los ao preenchimento dos questionários e também prestar esclarecimentos a possíveis dúvidas.

A recolha dos questionários foi realizada por nós, com alguma facilidade, atendendo à estratégia utilizada.

5.5.9. Análise dos dados

Como os métodos estatísticos permitem hoje a qualquer ciência, obter uma descrição da realidade, fornecendo um meio de interpretação dessa realidade, na análise dos dados, utilizámos a estatística descritiva com vista a descrever e interpretar a realidade do conjunto observado.

A análise estatística envolveu uma fase de estatística descritiva:

5.5.10. 1ª Fase – Estatística Descritiva

Na estatística descritiva, pomos em evidência a informação, contida, nomeadamente a recolha, organização e tratamento adequado dos dados de um determinado conjunto escolhido, extraíndo conclusões sobre o conjunto observado.

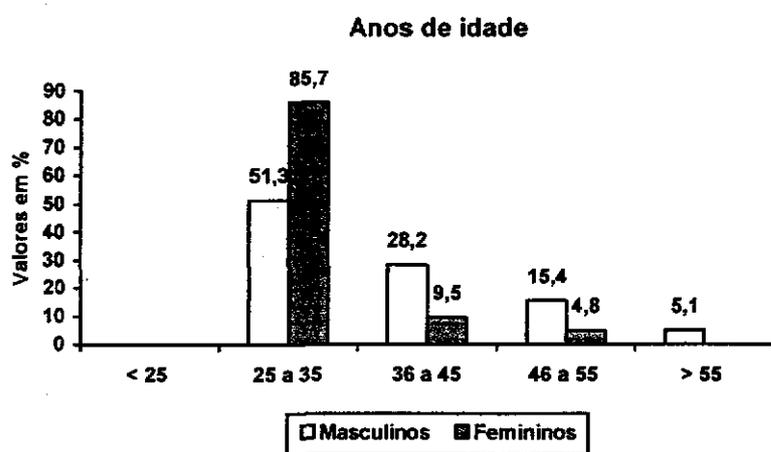
De modo a analisar os dados recolhidos e tirar as possíveis ilações, procedemos na primeira tarefa à contagem das respostas, as quais foram organizadas em frequências absolutas e sua transformação em percentagens, passando em seguida para tabelas, obtendo assim uma distribuição estatística.

Nesta 1ª fase os dados foram tratados e apresentados em forma tabular e gráfica, de modo a facilitar a visualização e leitura dos resultados, visualmente sugestivos da variação global do carácter em estudo.

5.5.11. Análise dos dados dos Coordenadores do Desporto Escolar

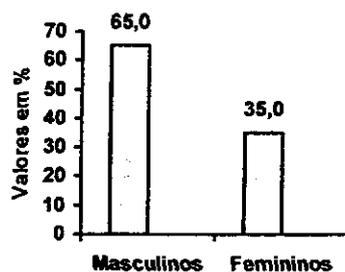
Na identificação dos dados pessoais, foram apurados os seguintes resultados:

Gráfico 1 – A idade dos Coordenadores do Desporto Escolar



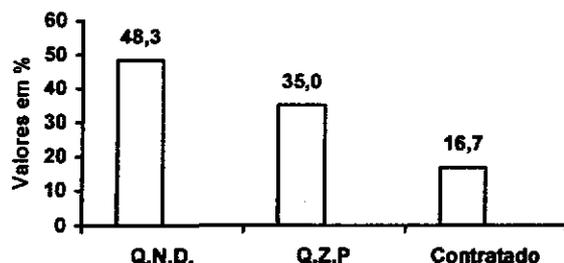
Podemos concluir estatisticamente através deste gráfico, que na variável idade, predomina a idade compreendida entre os 25 a 35 anos, com um total de 38 professores, sendo 85,7 por cento masculinos e 51,3 por cento feminino. Por outro lado, não existem professores com idade inferior a 25 anos, e com idade superior a 55 anos, existem somente 2 professores (masculinos), o que dá um resultado de 5,1 por cento.

Gráfico 2 – O sexo dos Coordenadores do Desporto Escolar



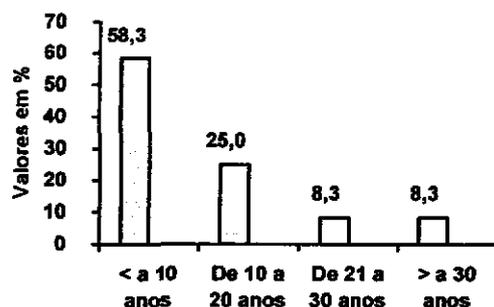
Estatisticamente há uma diferença substancial entre o sexo masculino e feminino, com predomínio dos professores, que representam 65 por cento, contra 35 por cento de professoras.

Gráfico 3 – A categoria profissional dos Coordenadores do Desporto Escolar



Sobre a variável categoria profissional, os Professores do Quadro de Nomeação Definitiva, representam 48,3 por cento, enquanto os Professores do Quadro de Zona Pedagógica, estão representados 35 por cento. Os Professores Contratados são somente 16,7 por cento.

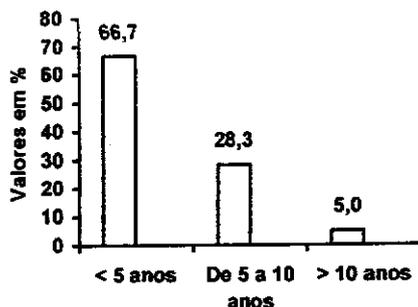
Gráfico 4 – Os anos de serviço dos Coordenadores do Desporto Escolar



Relativamente à variável anos de serviço, os professores com menos de 10 anos, representam 58,3 por cento, enquanto 25 por cento representam os professores com serviço compreendido entre 10 a 20 anos.

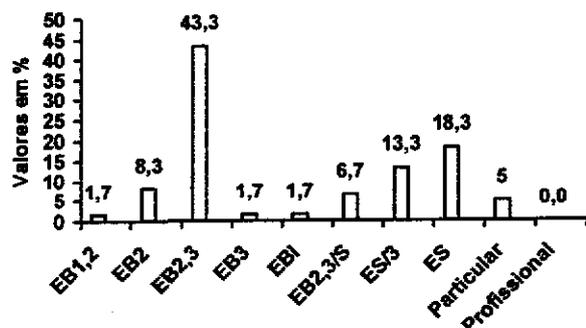
As restantes categorias, de 21 a 30 anos e superior a 30 anos, representam 8,3 por cento cada uma.

Gráfico 5 - A experiência dos Coordenadores do Desporto Escolar



A experiência como Coordenador do Desporto Escolar, relativamente aos professores com menos de 5 anos, é estatisticamente significativa atendendo ao valor de 66,7 por cento. Os professores com mais de 10 anos de experiência, representam 5,0 por cento. Entre os 5 e os 10 anos, a representatividade é de 28,3 por cento.

Gráfico 6 – O sector de ensino dos Coordenadores do Desporto Escolar

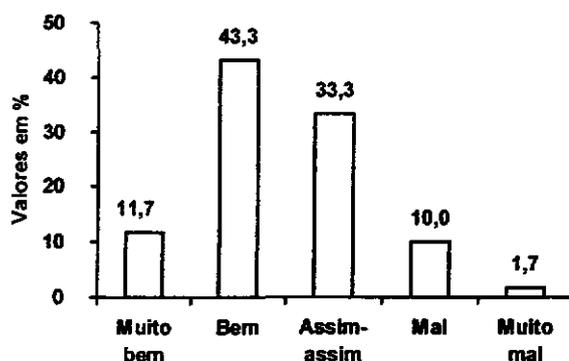


Verifica-se através deste gráfico que a maioria dos inquiridos pertencem às Escolas Básicas 2,3 Ciclos. O Ensino Secundário com 18,3 por cento aparece em seguida, para as Escolas Secundárias com 3º Ciclo aparecerem de imediato com 13,3 por cento.

I Bloco

Neste Bloco as questões foram orientadas para a imagem do Desporto Escolar

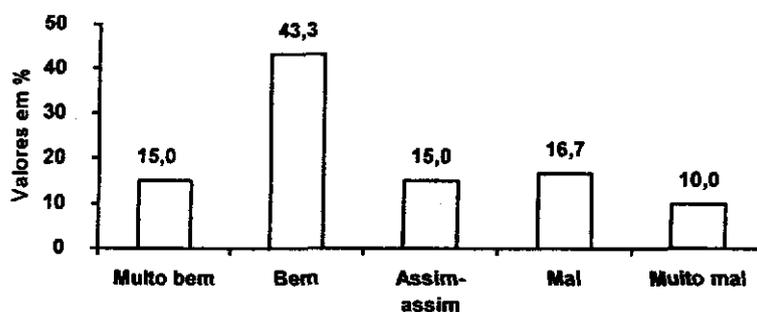
Gráfico 7 - A identificação do Desporto Escolar na Escola



Através deste gráfico, podemos verificar que por parte dos Coordenadores daquela actividade de complemento curricular, 43,3 por cento, identificam bem a intervenção do Desporto Escolar, enquanto 33,3 por cento identificam assim-assim.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 43,3 por cento.

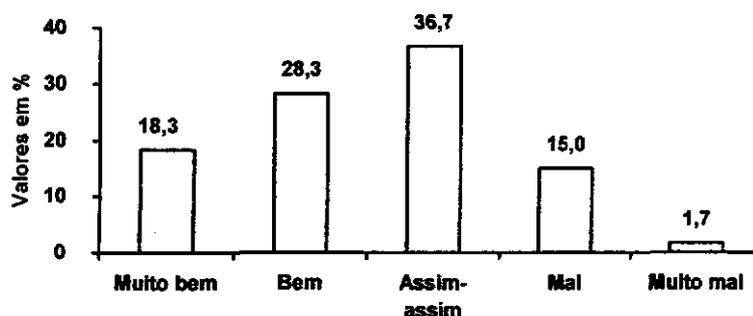
Gráfico 8 – O Desporto Escolar como variável cultural



Os Coordenadores identificam bem (43,3%) a variável cultural na Escola, enquanto que 10,0 por cento identificam muito mal, e 15 por cento identificam assim-assim.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 31,6 por cento.

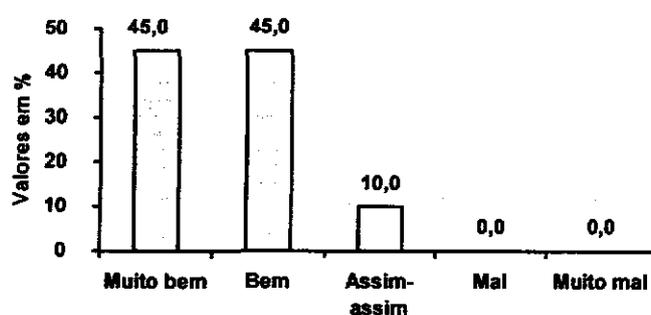
Gráfico 9 – Os órgãos de administração e gestão da escola



O acompanhamento do Desporto Escolar pelos órgãos de administração e gestão é referenciado como assim-assim, por 36,7 por cento de Coordenadores, enquanto que 18,3 por cento se identifica muito bem e 1,7 por cento, como muito mal.

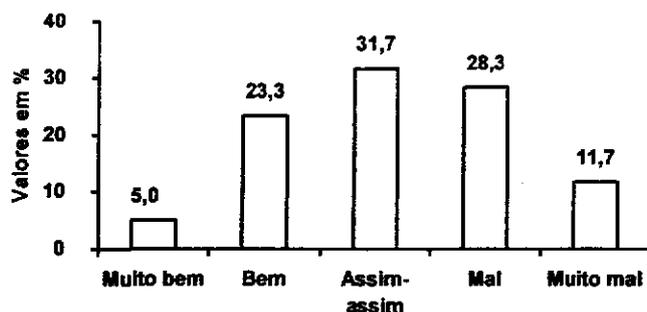
A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 29,9 por cento.

Gráfico 10 – A articulação do Desporto Escolar com a Educação Física



Como conclusão estatística deste gráfico, a taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 90,0 por cento. Somente 10 por cento menciona que se articula assim-assim.

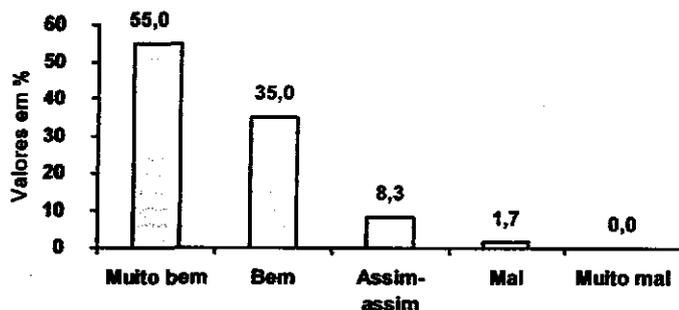
Gráfico 11 – A articulação do Desporto Escolar com as outras disciplinas



A percentagem mais elevada das tendências que os Coordenadores do Desporto Escolar manifestaram relativamente à articulação do Núcleo do Desporto Escolar com os outros Departamentos de disciplinas, foi o item assim-assim, com 31,7 por cento, enquanto que 28,3 por cento mencionou que se articula mal.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de -11,7 por cento.

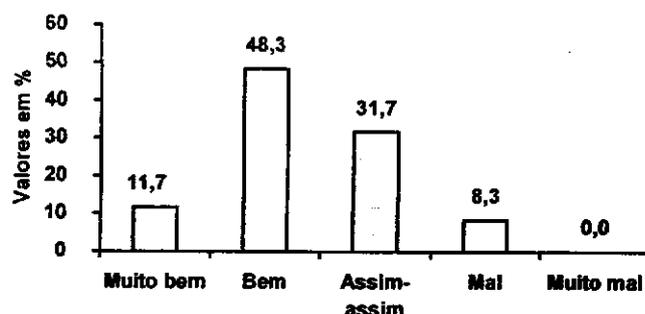
Gráfico 12 – A articulação entre os professores dos Grupos/Equipa e o Coordenador do Desporto Escolar



A articulação dos professores responsáveis pelos Grupos/Equipa e os respectivos Coordenadores é muito bem aceite, com uma percentagem de 55 por cento, e bem aceite, com de 35 por cento.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 88,3 por cento.

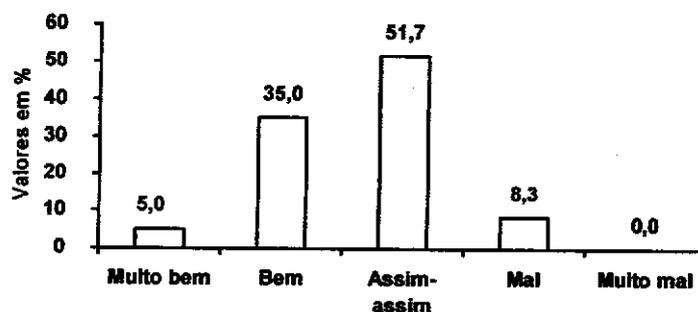
Gráfico 13 - Os alunos nas acções de formação na Escola



Podemos verificar através deste gráfico, que a adesão dos alunos nas acções de formação efectuadas na escola, são bem aceites, conforme o indicado por 48,3 por cento dos Coordenadores.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 51,7 por cento.

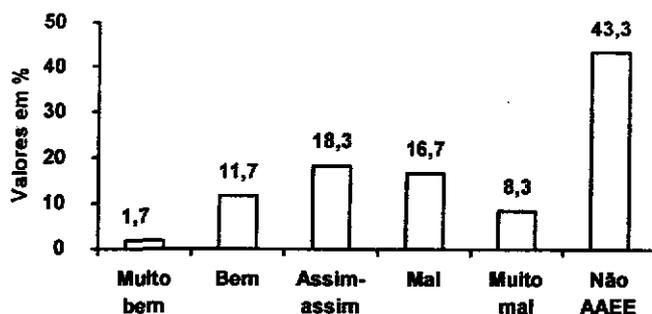
Gráfico 14 - Os alunos nas acções de formação no Centro de Área Educativa



A nível estatístico, podemos concluir que a adesão dos alunos nas acções de formação a nível do Centro de Área Educativa, é assim-assim entendida pelos Coordenadores do Desporto Escolar, atendendo à percentagem manifestada de 51,7 por cento.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 31,7 por cento.

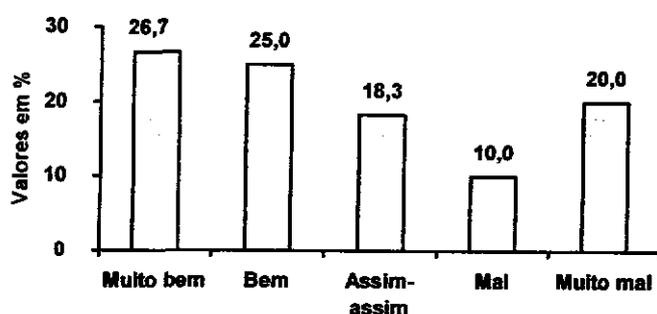
Gráfico 15 – A participação da Associação de Estudantes no Desporto Escolar



Em função de 43,3 por cento não ter Associação de Estudantes, a sua participação é considerada assim-assim por 18,3 por cento.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de -11,6 por cento.

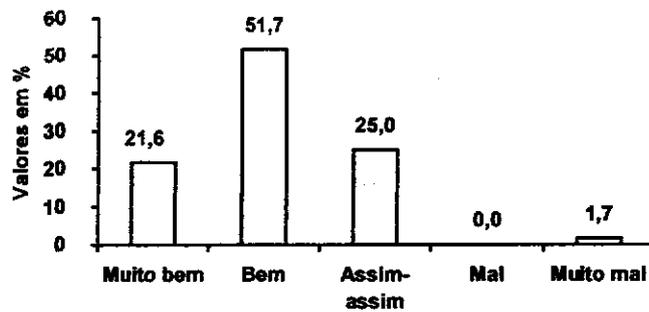
Gráfico 16 - Os alunos federados na escola



Verifica-se através deste gráfico, que uma grande percentagem de Coordenadores, acham muito bem (26,7%) e bem (25%) que os alunos federados não possam participar em competições, quando em representação da sua escola.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 21,7 por cento.

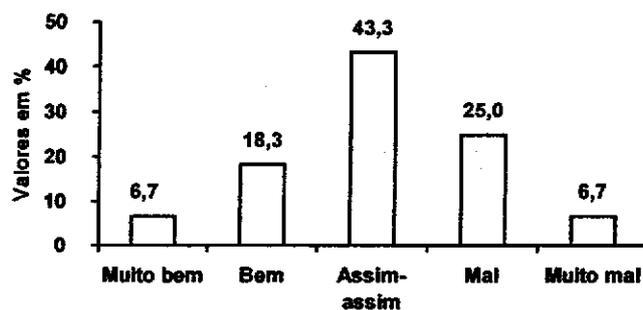
Gráfico 17 – O Centro de Área Educativa e a comunicação com a escola



A comunicação que se estabelece entre o Centro de Área Educativa com a escola é bem aceite pelos inquiridos, atendendo aos 51,7 por cento manifestado.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 71,6 por cento.

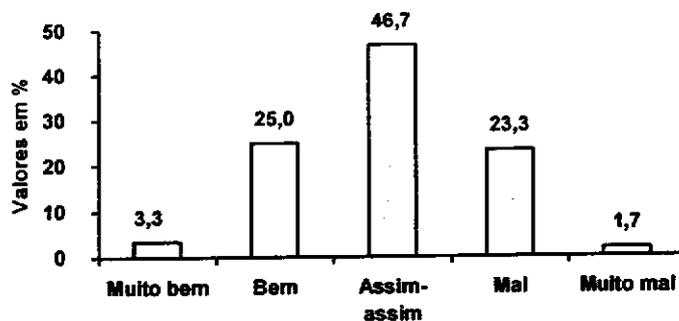
Gráfico 18 - O correio electrónico



Através deste gráfico, verificamos que 43,3 por cento identifica assim-assim a operacionalização de comunicação entre o Centro de Área Educativa e a escola.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de -6,7 por cento.

Gráfico 19 – O Desporto Escolar e a Autarquia



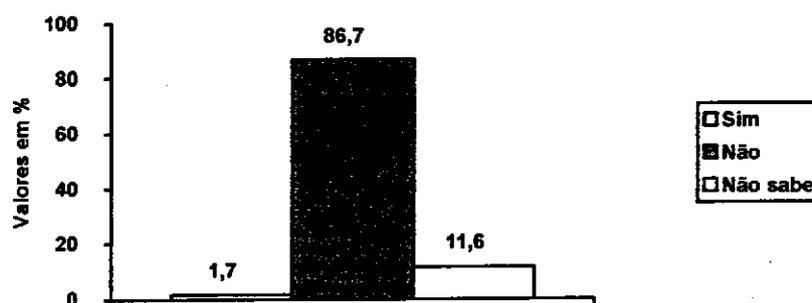
A intervenção do Desporto Escolar junto da Autarquia, é manifestada pelos inquiridos como assim-assim (46,7%), enquanto 3,3 por cento manifesta muito bem e 1,7 por cento manifesta muito mal.

A taxa de variação entre os indicadores mais fortes e mais fracos é de 4,3 por cento.

II Bloco

Neste Bloco as questões foram orientadas para as estruturas administrativas e funcionais.

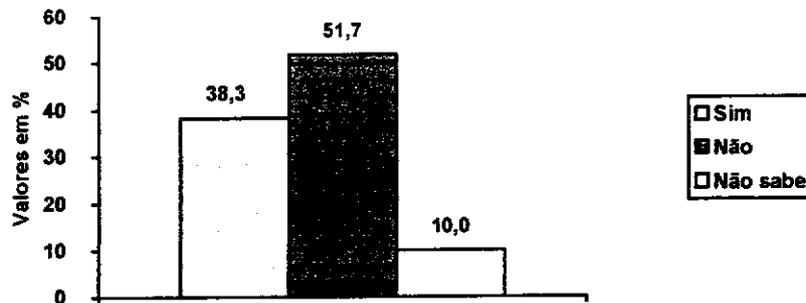
Gráfico 20 – Os representantes da Autarquia



A Autarquia não tem representatividade (86,7%) na Direcção do Núcleo do Desporto Escolar, enquanto 1,7 por cento está representada. Por outro lado, 11,6 por cento, declarou não saber se há representantes.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de - 85,0 por cento.

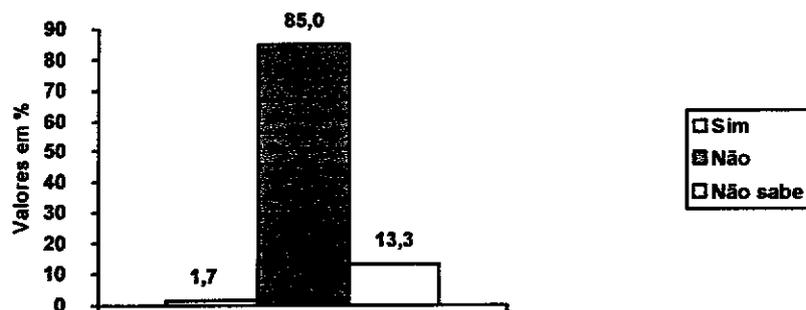
Gráfico 21 – A sensibilização dos Pais e Encarregados de Educação



Existe falta de sensibilização manifestada pelos Pais e Encarregados de Educação (51,7%), enquanto 38,3 por cento, estão sensibilizados. Dez por cento dos Coordenadores, responderam que não sabiam se os Pais e Encarregados de Educação estavam sensibilizados.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 13,4 por cento.

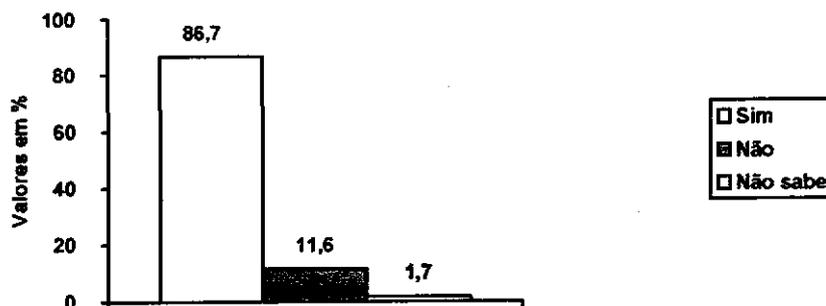
Gráfico 22 – Os representantes dos Encarregados de Educação



Os representantes dos Encarregados de Educação na Direcção do Núcleo do Desporto Escolar representam somente 1,7 por cento. Por outro lado, 85 por cento, não têm representante. Curiosamente, 13,3 por cento não sabem da possível representação.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de - 83,3 por cento.

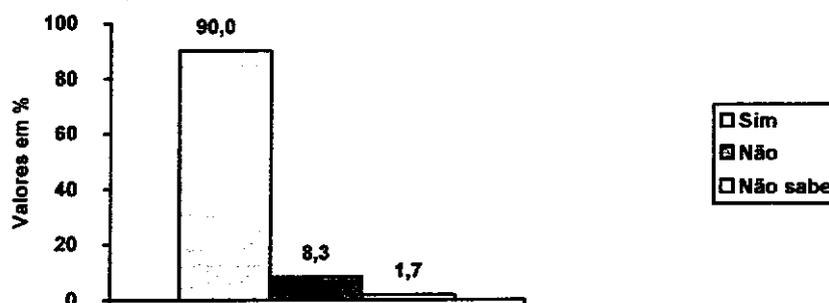
Gráfico 23 – A sensibilização dos alunos



A grande maioria dos alunos está sensibilizada (86,7%) para o Desporto Escolar, somente 11,6 por cento não estão sensibilizados. Curiosamente, 1,7 por cento indicou que não sabia da sensibilização dos alunos para aquela actividade de complemento curricular.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 75,1 por cento.

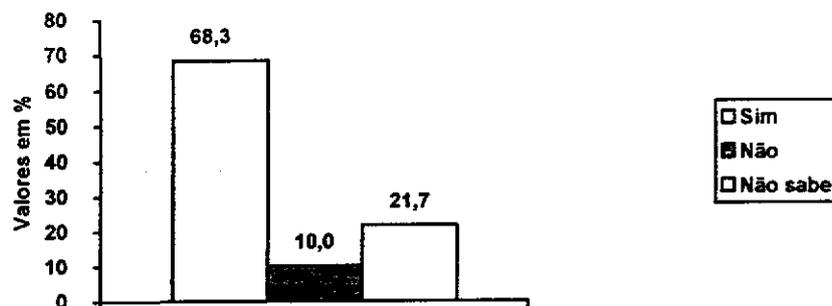
Gráfico 24 – A sensibilização dos professores de Educação Física



Uma maioria de professores de Educação Física (90,0%), estão sensibilizados para o Desporto Escolar, enquanto que 8,3 por cento, não estão sensibilizados. Por outro lado, 1,7 por cento não sabe se os professores estão ou não sensibilizados para o Desporto Escolar.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 81,7 por cento.

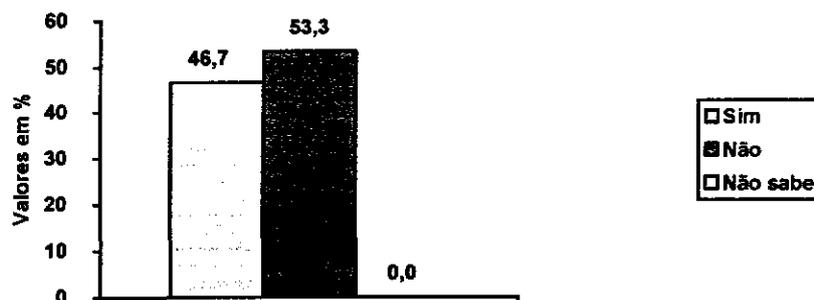
Gráfico 25 – A integração do Desporto Escolar no Projecto Educativo



Os Coordenadores do Desporto Escolar manifestaram (68,3%) que o Desporto Escolar está integrado no projecto educativo da sua escola, enquanto que em 10 por cento responderam que não está integrado. Curiosamente, 21,7 por cento manifestaram não saberem dessa integração.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 58,3 por cento.

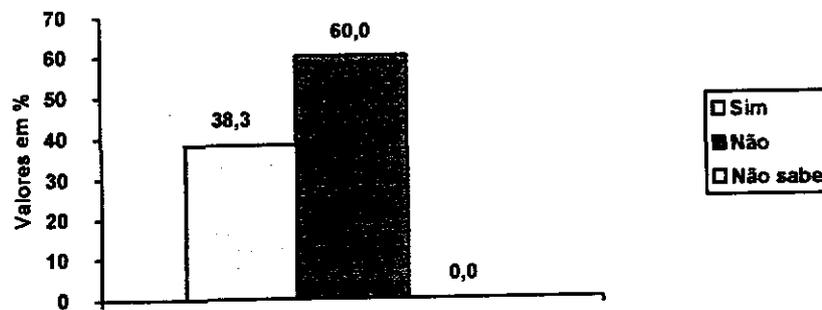
Gráfico 26 - Os horários das actividades curriculares e actividades do Desporto Escolar a nível interno



Os horários das aulas curriculares (53,3%) não permitem a realização das actividades do Desporto Escolar a nível interno, para 46,7 por cento, terem manifestado a compatibilidade de horários, face à realização das actividades do Desporto Escolar a nível interno.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de - 6,6 por cento.

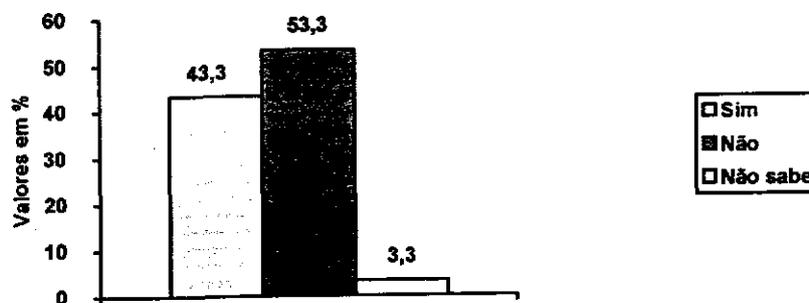
Gráfico 27 - Os horários das actividades curriculares e actividades do Desporto Escolar a nível externo



Também os horários das aulas curriculares não permitem (60,0%) a realização das actividades do Desporto Escolar a nível externo. Por outro lado, 38,3 por cento mencionaram que os horários permitem a realização das actividades.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de - 21,7 por cento.

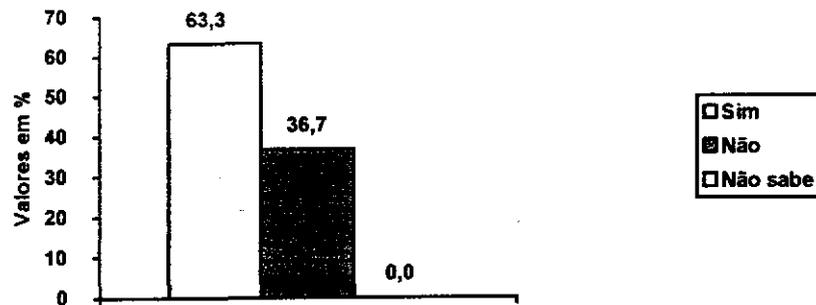
Gráfico 28 - Os horários dos alunos



Através deste gráfico, podemos chegar à conclusão que existe incompatibilidade dos horários dos professores (53,3%), com os horários dos alunos. A compatibilidade é manifestada por 43,3 por cento, enquanto 3,3 por cento responderam que não sabem.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de -10,0 por cento.

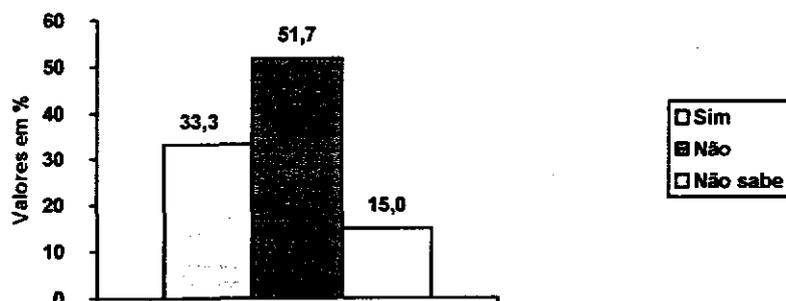
Gráfico 29 - O acesso de todos às actividades do Desporto Escolar



Os Coordenadores do Desporto Escolar, quando questionados se era proporcionado a toda a população escolar o acesso às actividades do Desporto Escolar, 63,3 por cento, mencionaram sim, enquanto 36,7 por cento, mencionaram não.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 26,6 por cento.

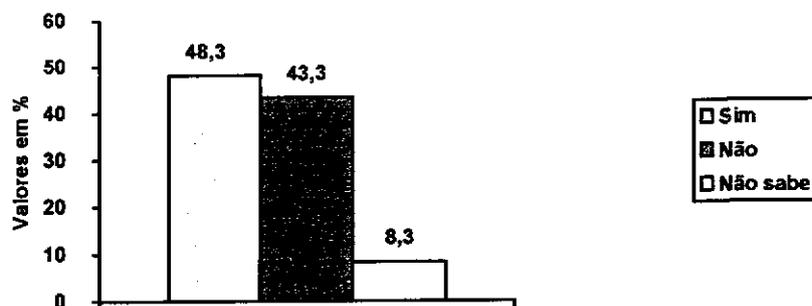
Gráfico 30 - A matrícula e a preferência dos alunos



Através deste gráfico, chega-se à conclusão que a maioria dos Coordenadores (51,7%) mencionaram que os alunos não expressam no acto da matrícula as suas preferências. Somente 33,3 por cento manifestaram que os alunos expressam a sua preferência sobre os Grupos/Equipa que gostariam de ter na escola.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 18,4 por cento.

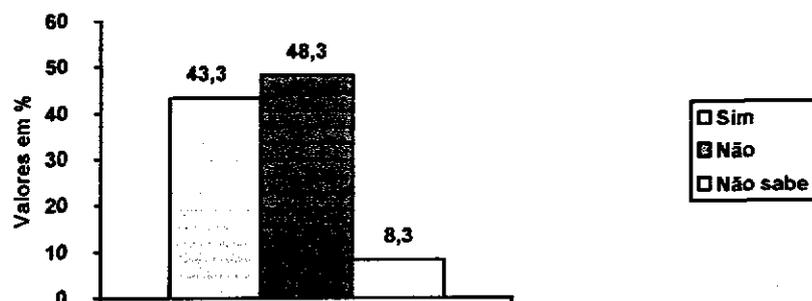
Gráfico 31 - As preferências dos alunos e a oferta da Escola



Face à oferta das escolas, as preferências dos alunos são respeitadas por 48,3 por cento, enquanto que para 43,3 por cento, não são respeitadas. Um dado curioso, são os 8,3 por cento de inquiridos, que não sabem se as preferências dos alunos são ou não respeitadas.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 5,0 por cento.

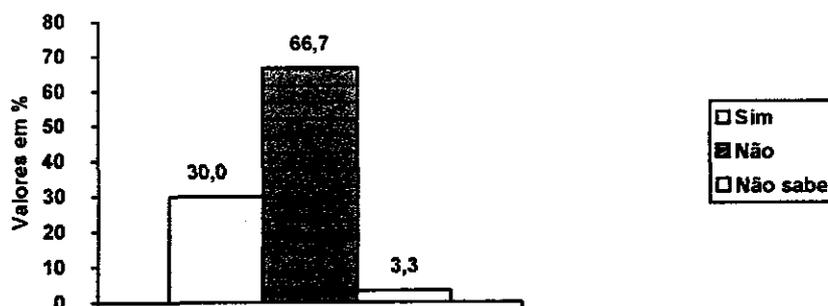
Gráfico 32 – As modalidades com planeamento plurianual



Uma maioria das escolas (48,3%), não apresentam planeamentos plurianuais, enquanto 43,3 por cento, já apresentam. Também 8,3 por cento não sabe se nas suas escolas existem ou não planeamentos anuais no âmbito do Desporto Escolar.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de - 5,0 por cento.

Gráfico 33 – Os valores das vitórias, dos recordes e dos campeões



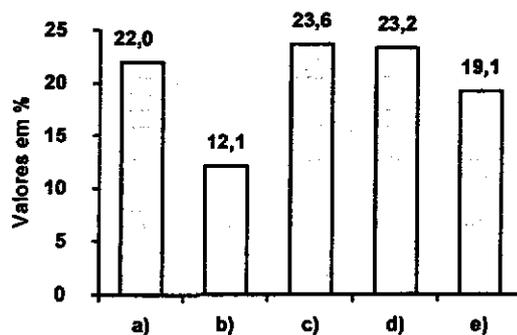
Para 66,7 por cento dos Coordenadores do Desporto Escolar, os valores das vitórias, dos recordes ou os campeões, não devem ser induzidos pelo Desporto Escolar, enquanto 30,0 por cento é de opinião que sim. Houve ainda Coordenadores (3,3%) que manifestaram não saberem.

A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de - 36,7 por cento.

III Bloco

A orientação neste Bloco foi para o estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento.

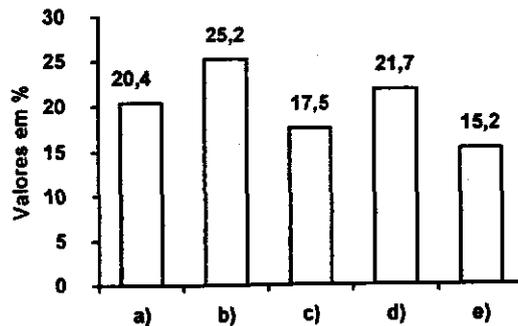
Gráfico 34 – Os aspectos que o Desporto Escolar melhor pode oferecer aos alunos



A convivência com outras comunidades escolares foi a variável escolhida por 23,6 por cento dos inquiridos, enquanto que 12,1 por cento mencionaram a preocupação de alcançar bons resultados através da competição.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 11,5 por cento.

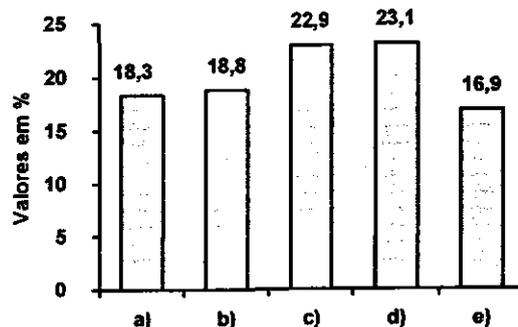
Gráfico 35 – O pior que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos



O pior que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos, são as actividades não constar nos seus horários (25,2%), bem como a falta de infra-estruturas desportivas (21,7%), assim como a falta de apoio financeiro, manifestada por 20,4 por cento.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 10,0 por cento.

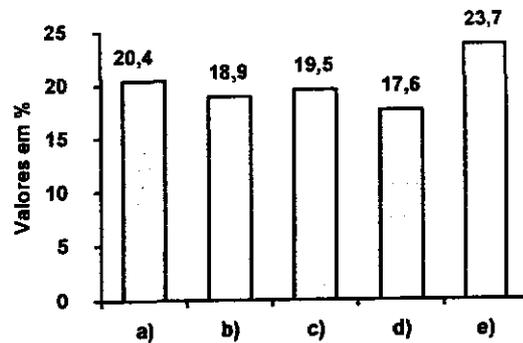
Gráfico 36 – A construção do estilo de vida activo e saudável



Para a construção de um estilo de vida activo e saudável, o desporto Escolar pode ajudar através da ocupação para actividades saudáveis (23,1%), através da educação na promoção da saúde (22,9%) e através da melhoria do ambiente escolar (18,8%).

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 6,2 por cento.

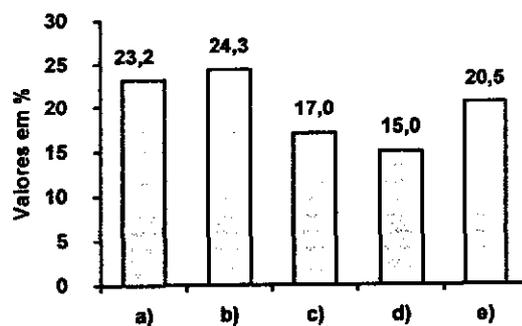
Gráfico 37 – A construção da educação para a cidadania



O Desporto Escolar, pode ajudar um aluno a construir a sua educação para a cidadania, através do relacionamento e integração na sociedade (23,7%), através do desenvolvimento da consciência cívica (20,4%) e através ainda de uma vida saudável.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 6,1 por cento.

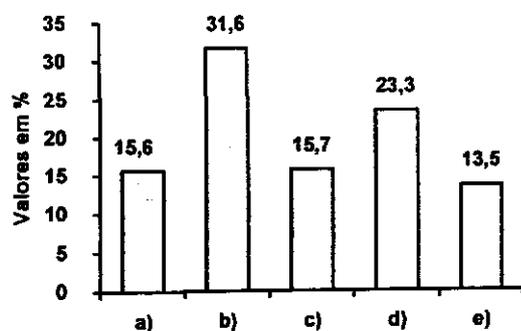
Gráfico 38 – A prática desportiva na escola e a dinamização dos comportamentos dos alunos



A prática desportiva na Escola, enquanto dinamizadora de comportamentos dos alunos, manifesta-se através da mobilização de um maior número de alunos para a prática do desporto (24,3%), assim como a melhoria das suas condições de prática desportiva (23,2%) e também a exploração do movimento, respondida por 20,5 por cento.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 9,3 por cento.

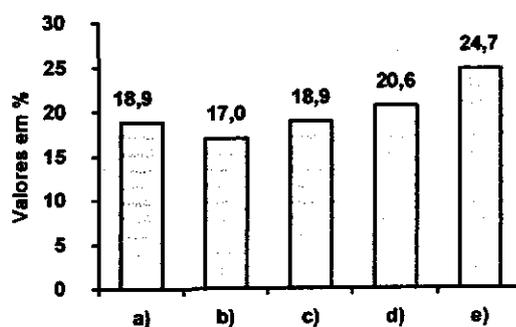
Gráfico 39 – Os interesses e as necessidades dos alunos inscritos no Desporto Escolar



Quem melhor transmite um conjunto de mensagens, na defesa dos interesses e das necessidades dos alunos inscritos no Desporto Escolar, são os professores pertencentes a esse Núcleo (31,6%), são os colegas com vivências anteriores (23,3%) e os pais e encarregados de educação, que representam 15,7 por cento. Curiosamente as colectividades e os clubes são mencionadas com 13,5 por cento, enquanto os Órgãos de Gestão das Escolas representam 15,6 por cento.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 18,1 por cento.

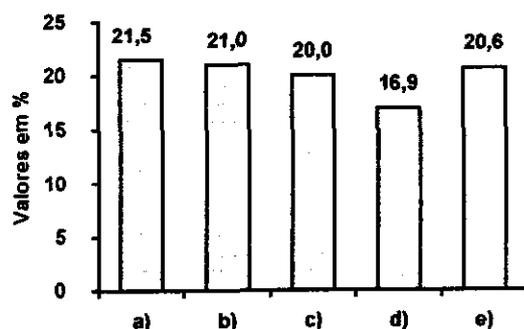
Gráfico 40 – As matérias que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos



No conjunto de matérias que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos nas diferentes actividades físicas, temos em primeiro lugar a dimensão lúdica com 24,7 por cento, a dimensão organizativa (20,6%) e com o mesmo valor (18,9%), a dimensão técnica e a dimensão regulamentar. A dimensão táctica com 17,0 por cento foi o indicador a que foi atribuído o menor valor.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 7,7 por cento.

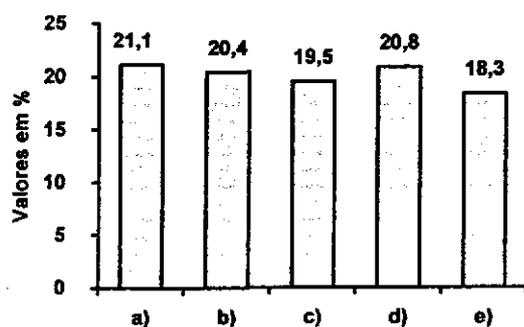
Gráfico 41 – A construção da cultura desportiva



A construção da cultura desportiva dentro da Escola é proporcionada a todos os alunos, através de actividades desportivas com carácter recreativo (21,5%), através de actividades desportivas com carácter lúdico (21,0%) e através da formação integral do aluno, com 20,6 por cento.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 4,6 por cento.

Gráfico 42 – A avaliação da Actividade Interna



O trabalho dos Grupos/Equipa com Actividade Interna na Escola poderia ser avaliado através de um relatório por período, elaborado pelo professor responsável (21,1%), através da adesão dos alunos (20,8%) e através da opinião dos alunos (20,4%). A dinâmica implementada pela Escola representa 19,5 por

cento. O Coordenador do Desporto Escolar (18,3%), foi o indicador que obteve menor valor.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 2,8 por cento.

5.5.12. Síntese dos indicadores fortes e fracos manifestados pelos Coordenadores do Desporto Escolar

Apresentamos em seguida um quadro síntese sobre as preferências manifestadas no III Bloco de questões colocadas aos Coordenadores do Desporto Escolar.

Quadro 10 - Síntese dos indicadores fortes e fracos manifestados pelos Coordenadores do Desporto Escolar

<i>Bloco</i>	<i>Item</i>	<i>Indicadores fortes</i>	<i>Indicadores fracos</i>
Bloco III	3.1.	c) (23,6%) A convivência com outras comunidades escolares	b) (12,1%) A preocupação de alcançar bons resultados através da competição
	3.2.	b) (25,2%) Não constar nos horários dos alunos	e) (15,2%) A falta de estímulo dos alunos
	3.3.	d) (23,1%) Através da ocupação para actividades saudáveis	e) (16,9%) Através do desenvolvimento de competências
	3.4.	e) (23,7%) Através do relacionamento e integração na sociedade	d) (17,6%) Através de um meio de prevenção de determinados flagelos
	3.5.	b) (24,3%) Um maior número de alunos para a prática do desporto	d) (15,0%) A quantidade de êxitos
	3.6.	b) (31,6%) Os professores pertencentes ao Núcleo do Desporto Escolar	e) (13,5%) As colectividades e clubes
	3.7.	e) (24,7%) A nível da dimensão lúdica	b) (17,0%) A nível da dimensão táctica
	3.8.	a) (21,5%) Através de actividades desportivas com carácter recreativo	d) (16,9%) Através de actividades de orientação desportiva
	3.9.	a) (21,1%) Através de relatório do professor responsável (um por período)	e) (18,3%) Através do Coordenador do Desporto Escolar

5.6. Aplicação do questionário aos alunos do 12º ano

Na aplicação deste questionário (Anexo 2) utilizámos a mesma justificação de estudo, quando da aplicação do questionário aos Coordenadores do Desporto Escolar. O objecto de estudo também foi o mesmo utilizado anteriormente, assim como o objectivo do estudo.

5.6.1. Universo

O Universo, seleccionado para a nossa investigação, foi constituído por 268 alunos do 12º ano de ambos os sexos, distribuídos por 12 turmas, que frequentavam uma escola secundária na cidade de Tomar.

5.6.2. Caracterização da amostra

A amostra de 72,8 por cento, foi constituída por 195 alunos do 12º ano, de ambos os sexos respectivamente 111 masculinos (56,9%) e 84 femininos (43,1%).

Deste modo, o conjunto total de sujeitos considerados para o tratamento de dados, de acordo com as nossas pretensões, aquando da identificação do problema e formulação das questões, ficou dimensionado, conforme seguinte quadro:

Quadro 11 – A amostra dos alunos do 12º ano

<i>Alunos do 12º ano</i>	<i>n=195</i>
Amostra	195
Questionários preenchidos presencialmente	195
Anulados/incompletos	-

5.6.3. Amostra

A amostra utilizada neste estudo para os alunos do 12º ano era composta por indivíduos do sexo masculino e feminino, com idades compreendidas entre os 16 e 20 anos.

Tal como já deixámos expresso anteriormente, para Carmo (1998), uma amostra que integre 10 por cento do total da população considerada é julgada como a dimensão mínima a obter.

Assim esta população de 72,8 por cento, pareceu-nos constituir uma amostra significativa e representativa da população que pretendíamos indagar, face às variáveis relevantes da hipótese por nós levantada. Foi constituída por 195 inquiridos, que se encontram distribuídos da seguinte forma:

Quadro 12 – O sexo dos alunos do 12º ano

<i>Idades</i>	<i>Sexo masculino</i>	<i>Sexo femininos</i>	<i>Total</i>
16	3	4	7
17	19	17	36
18	63	48	111
19	19	9	28
20	7	6	13
Totais	111	84	195

5.6.4. Instrumento de recolha de dados

Foi utilizado como instrumento de pesquisa no nosso estudo um questionário estruturado contendo perguntas fechadas e abertas, aplicado aos 195 alunos do 12º ano. Terminada a tarefa de seleccionar as amostras, que deveriam representar as características da população, demos início à recolha de dados referentes às variáveis em estudo.

O questionário elaborado por nós com base nas leituras efectuadas a quinze autores, conforme referências bibliográficas, tinha um conjunto de 39 questões que nos pareceram teoricamente consistentes para a realização do nosso objectivo, tivemos que obedecer aos critérios de validade científica.

Para validar o questionário testámos um pré-questionário a alunos da escola onde desempenhávamos a nossa actividade profissional, bem como procurámos que o mesmo pudesse ser validado por especialistas no contexto das presenças regulares nos Seminários de doutoramento.

Na apresentação do questionário foram solicitados os dados pessoais idade e sexo.

O questionário estruturado, ficou constituído por três Blocos, assim distribuídos:

No I Bloco, composto por 1 item, pretendia-se saber se os alunos ao longo da sua frequência escolar participaram na actividade de complemento curricular do Desporto Escolar. No II Bloco as questões eram mais objectivas e directas, tendo sido orientadas para a *imagem do Desporto Escolar*. Também aqui, de acordo com Hill (2000), foi elaborado sobre a forma de perguntas fechadas com três respostas alternativas sem escala numérica.

Finalmente no III Bloco, com orientação para o *estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento*, continha uma maior dificuldade de resposta nos 5 itens.

A elaboração deste Bloco foi sobre a forma de perguntas fechadas com cinco respostas alternativas (de preferência), com escala numérica positiva para os respectivos itens.

Também aqui utilizámos a escala tipo Likert, sendo actualmente este método, o mais largamente utilizado (Ghiglione & Matalon, 2001), de todas as técnicas de escalas de atitude.

Atendendo às vantagens e desvantagens do tipo de perguntas (Hill, 2000), optámos por no final de cada bloco, existir uma questão aberta onde o inquirido, se julgasse necessário, para uma melhor compreensão do que tinha assinalado anteriormente, podia tecer alguns comentários complementares pertinentes, ou emitir opinião sobre outros aspectos.

Os questionários foram entregues pessoalmente a todos os alunos que se mostraram disponíveis e muito colaborantes para o seu preenchimento consciencioso.

5.6.5. Processo de recolha de dados

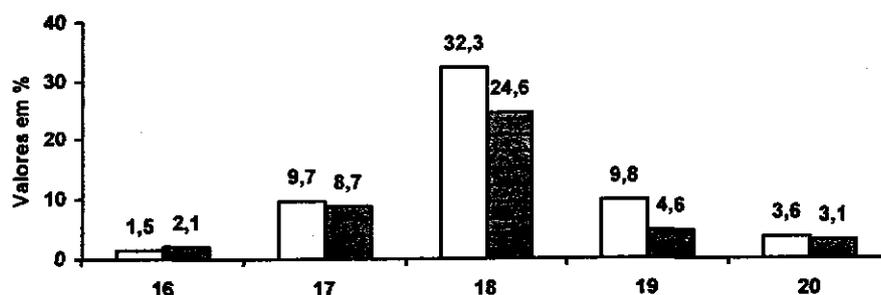
Depois de elaborado o questionário, passámos à colheita de dados. Decorreu entre Abril e Maio de 2002, nos pátios de recreio, biblioteca, bar, refeitório e em algumas salas de aula, sempre na nossa presença, de forma a esclarecer algumas dúvidas que pudessem surgir.

Nesta recolha dos questionários realizada por nós, também tivemos alguma facilidade, atendendo à estratégia utilizada.

5.6.6. Análise dos dados dos alunos do 12º ano

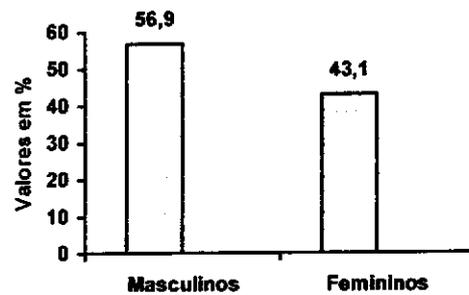
Na identificação dos dados pessoais, foram apurados os seguintes resultados:

Gráfico 43 – A idade dos Alunos



Podemos concluir estatisticamente através deste gráfico, que na variável idade, predominam os 18 anos, com um total de 32,3 por cento (Masculinos) e 24,6 por cento (Femininos). Por outro lado, não existem alunos com idade inferior a 16 anos, e com idade superior a 20 anos.

Gráfico 44 – O sexo dos alunos

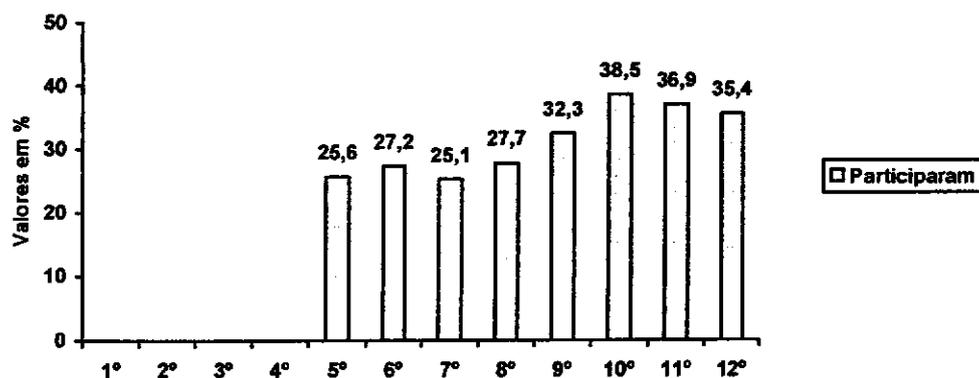


Estatisticamente há uma pequena diferença entre o sexo masculino e feminino, com predomínio dos alunos, que representam 56,9 por cento, contra 43,1 por cento de alunas.

I Bloco

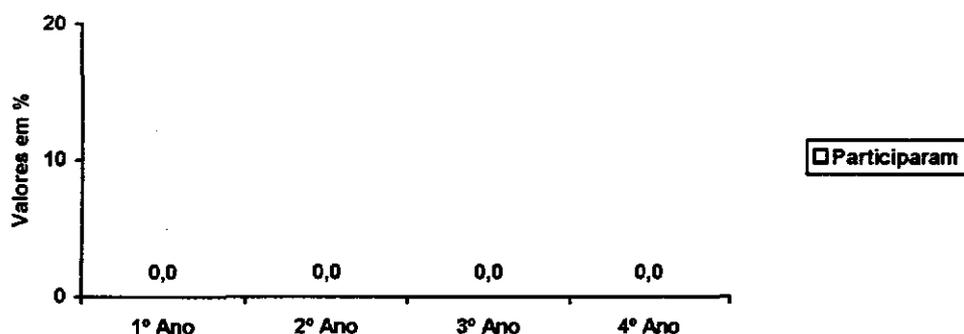
Neste Bloco, pretendia-se saber se os alunos participaram ou não na actividade de complemento curricular do Desporto Escolar.

Gráfico 45 – A participação ou não durante os 12 anos de escolaridade na actividade do Desporto Escolar



Através deste gráfico, podemos verificar que nenhum dos alunos do 1º Ciclo, participaram no Desporto Escolar, em virtude do mesmo não funcionar nas escolas que frequentavam. A sua maior participação foi no 10º ano com 38,5 por cento.

Gráfico 46 – A participação no Desporto Escolar dos alunos no 1º Ciclo

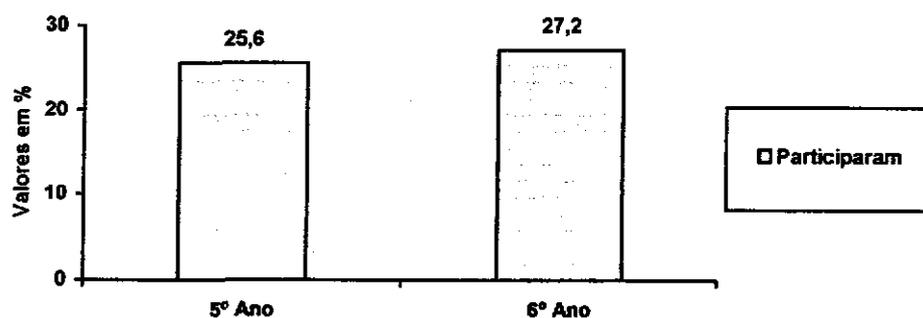


No 1º Ciclo, a totalidade dos alunos não tiveram Desporto Escolar, atendendo que só no ano lectivo de 1996/97, começou a ser implementado o Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto Escolar para o 1º Ciclo (PRODEFDE) em algumas escolas do País.

Este Programa acabou no ano lectivo de 1999/2000, não se conhecendo a possível avaliação efectuada e não teve qualquer seguimento até aos dias de hoje. Assim, extinguiu-se o modelo que vigorou durante quatro anos, sem nunca se ter retirado qualquer consequência prática a nível avaliativo.

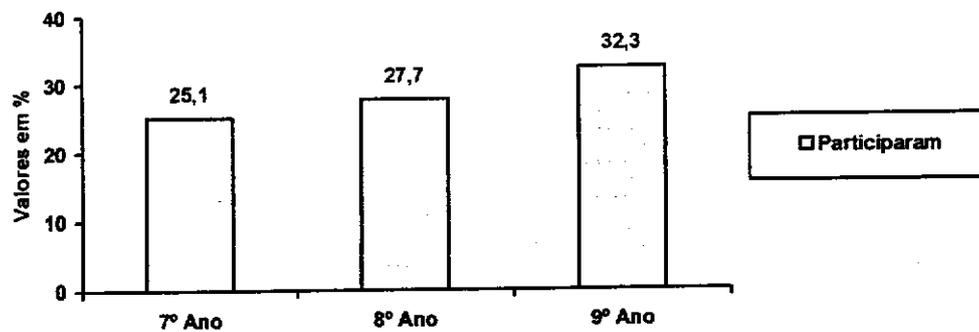
Os alunos que colaboraram neste estudo, no ano lectivo de 1996/97, já se encontravam a frequentar o 3º Ciclo do Ensino Básico.

Gráfico 47 – A participação no Desporto Escolar dos alunos no 2º Ciclo



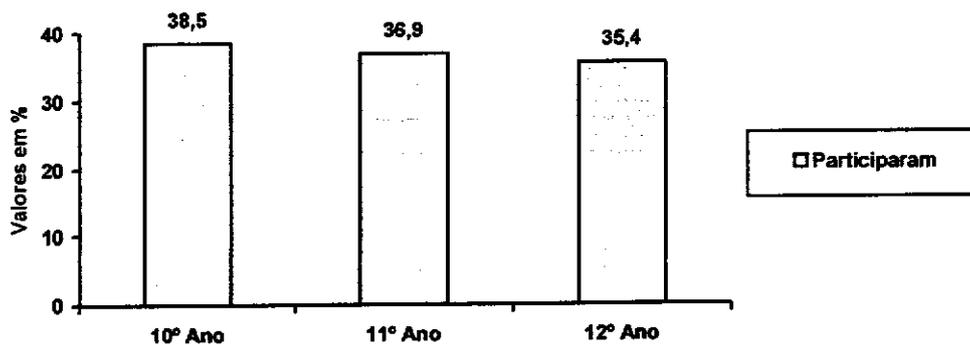
No 5º ano, 25,6 por cento dos alunos participaram no Desporto Escolar, para no 6º ano a sua participação ser ligeiramente superior, tendo atingido 27,2 por cento.

Gráfico 48 – A participação no Desporto Escolar dos alunos no 3º Ciclo



No 3º Ciclo os alunos tiveram uma participação de 25,1 por cento no 7º ano, notando-se um pequeno acréscimo de participação no 8º ano (27,7%) e no 9º ano, com 32,3 por cento.

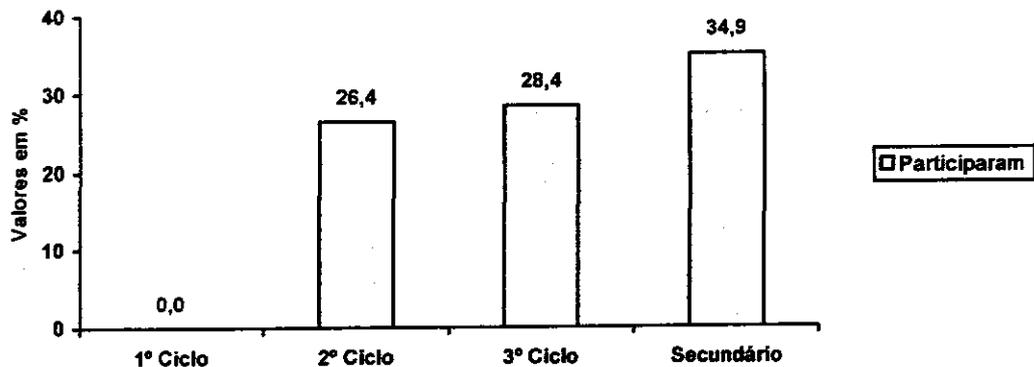
Gráfico 49 – A participação no Desporto Escolar dos alunos no Secundário



Como se poderá verificar através deste gráfico, a participação no Desporto Escolar no Secundário é maior em relação aos 2º e 3º Ciclos.

No 10º ano houve uma participação de 38,5 por cento, para no 11º ano haver uma ligeira descida (36,9%), sendo a tendência no 12º ano para descender, atendendo que a participação neste ano no Desporto Escolar foi de 35,4 por cento.

Gráfico 50 – A participação no Desporto Escolar dos alunos da educação escolar nos ensinos Básico e Secundário



Verificamos através deste gráfico que a maior participação no Desporto Escolar foi no Ensino Secundário, com 34,9 por cento nesta actividade de complemento curricular.

No 2º Ciclo atingiu 26,4 por cento, para no 3º Ciclo haver uma ligeira subida (28,4%).

A percentagem de alunos que não participam no Desporto Escolar é a seguinte:

1º Ciclo	100%
2º Ciclo	73,6%
3º Ciclo	71,6%
Secundário	63,1%
Média	77,1%

Quadro 13 – Comparação da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino

Medidas	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
	(5º ano) 50	(7º ano) 49	(10º ano) 75
	(6º ano) 53	(8º ano) 54	(11º ano) 72
		(9º ano) 63	(12º ano) 69
Média	51,5	55,33333	72
Mediana	51,5	54	72
Variância	4,5	50,3333	9
Desvio-Padrão	2,12132	7,094599	3

Os dados deste quadro, permitem chegar à seguinte relação:

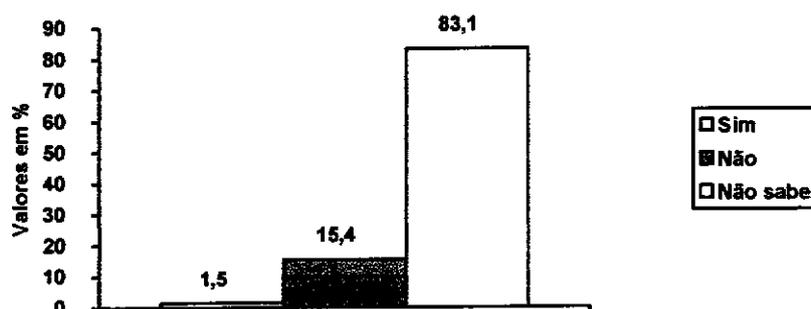
As *médias* da participação dos alunos no Desporto Escolar nos três graus de ensino, são estatisticamente diferentes tal como a *mediana*, sendo mais elevadas no Ensino Secundário e menos elevada no 2º Ciclo.

Para a *variância* e *desvio-padrão* há diferenças muito substanciais, havendo legitimidade para afirmar a diferença entre os três grupos de graus de ensino.

II Bloco

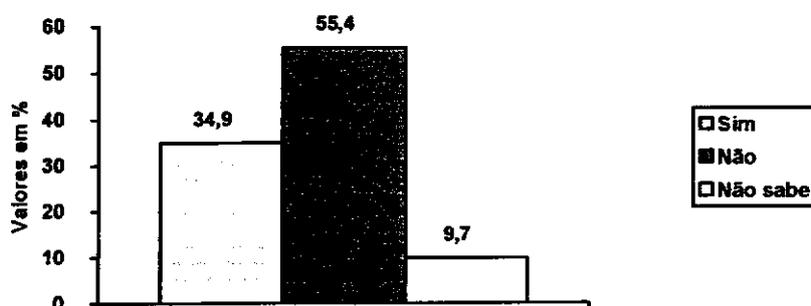
As questões propostas neste Bloco foram orientadas para a imagem do Desporto Escolar.

Gráfico 51 – Os representantes da Autarquia no Núcleo do Desporto Escolar



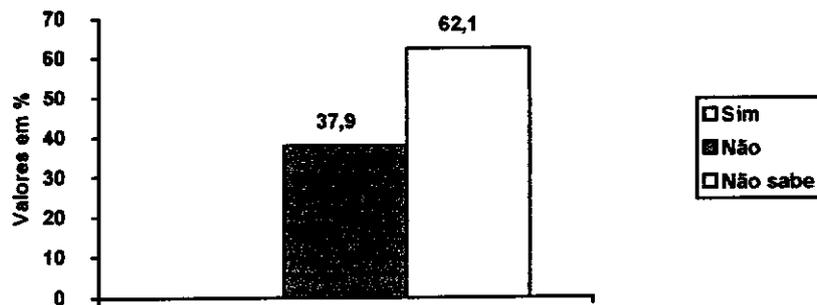
Sobre a existência de representantes da Autarquia na Direcção do Núcleo do Desporto Escolar na Escola, 83,1 por cento responderam não saberem, enquanto 15,4 por cento responderam não e 1,5 por cento responderam que sim. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 13,9 por cento.

Gráfico 52 – A sensibilização dos Pais e Encarregados de Educação para o Desporto Escolar



Os alunos acham que os Pais e Encarregados de Educação, não estão sensibilizados para a actividade do Desporto Escolar (55,4%), enquanto 34,9 por cento acham que sim e 9,7 por cento não sabem. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de -20,5 por cento.

Gráfico 53 – Os representantes dos Encarregados de Educação na direcção do Núcleo do Desporto Escolar



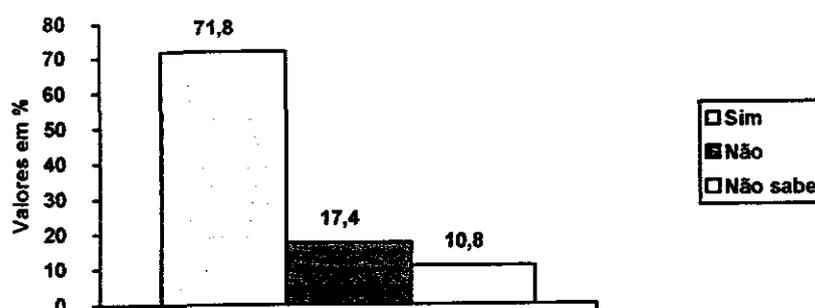
Relativamente aos representantes dos Encarregados de Educação na Direcção do Núcleo do Desporto Escolar na Escola, os alunos responderam que não existem (37,9%), enquanto 62,1 por cento responderam não saberem se existem. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de -37,9 por cento.

Gráfico 54 – A sensibilização dos alunos para o Desporto Escolar



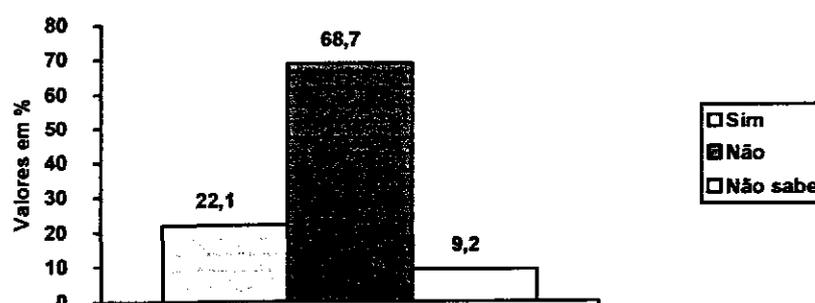
Quanto à sensibilização dos alunos para o Desporto Escolar, 73,8 por cento responderam que sim, enquanto 17,9 por cento responderam que não e 8,2 por cento manifestaram não saberem. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 55,9 por cento.

Gráfico 55 – A sensibilização dos professores de Educação Física para o Desporto Escolar



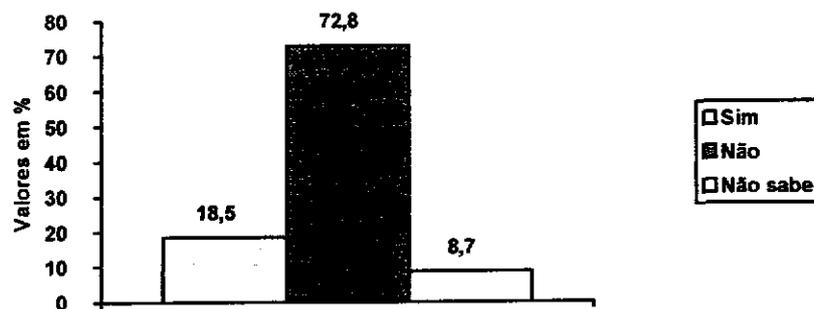
Os alunos acham os professores de Educação Física sensibilizados para o Desporto Escolar, atendendo que 71,8 por cento responderam que sim, tendo 17,4 por cento respondido que não. Não souberam responder a esta questão, 10,8 por cento dos alunos. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de 54,4 por cento.

Gráfico 56 – Os horários curriculares e a realização das actividades do Desporto Escolar



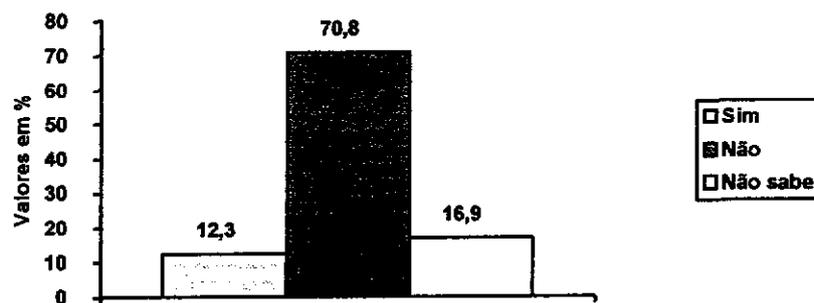
Sobre os horários das aulas curriculares permitirem a realização das actividades do Desporto Escolar a nível interno, 68,7 por cento responderam que não, enquanto 22,1 por cento responderam que sim, para 9,2 por cento não saberem dar resposta. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de -46,6 por cento.

Gráfico 57 – Os horários curriculares e a realização das actividades do Desporto Escolar a nível externo



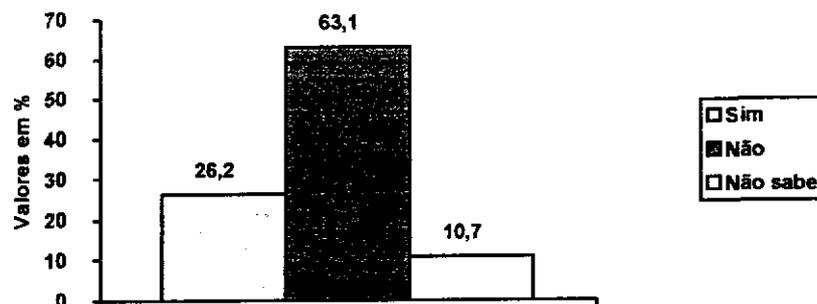
Quanto aos horários das aulas curriculares permitirem a realização das actividades do Desporto Escolar a nível externo, 72,8 por cento responderam que não permitem, tendo 18,5 por cento respondido que sim e 8,7 por cento não sabiam se permitiam ou não. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de -54,3 por cento.

Gráfico 58 – A compatibilidade dos horários dos professores com os horários dos alunos



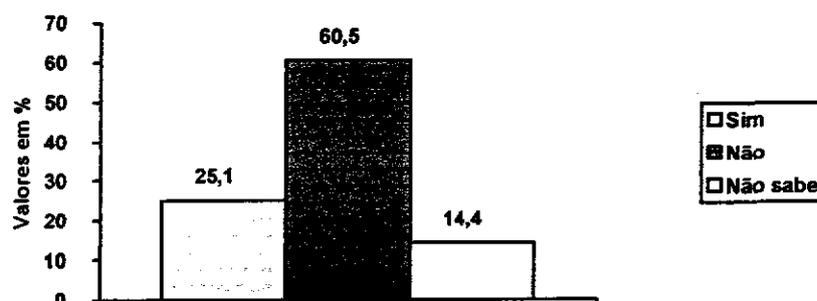
A existência de compatibilidade dos horários dos professores responsáveis pelos Grupos/Equipa com os horários dos alunos, foi manifestada negativamente por 70,8 por cento, enquanto 12,3 por cento se manifestaram positivamente, para 16,9 por cento terem respondido não saberem. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de -58,5 por cento.

Gráfico 59 – O acesso a todos às actividades do Desporto Escolar



Não é proporcionado a toda a população escolar o acesso às actividades do Desporto Escolar, atendendo que 63,1 por cento responderam negativamente, tendo 26,2 por cento respondido que sim e 10,7 por cento responderam não saberem. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de -36,9 por cento.

Gráfico 60 – A preferência dos alunos relativamente aos Grupos/Equipa que gostariam de ter na escola

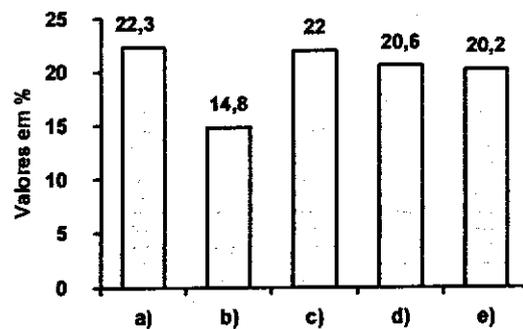


Relativamente aos alunos expressarem a sua preferência no acto de matrícula sobre os Grupos/Equipa que gostariam de ter na escola, 60,5 por cento manifestaram que não, enquanto 25,1 por cento responderam que sim e 14,4 por cento responderam não saberem. A taxa de variação entre o indicador positivo e o indicador negativo é de -35,4 por cento.

III Bloco

A orientação deste Bloco foi efectuada para o estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento.

Gráfico 61 – A melhor oferta do Desporto Escolar aos alunos

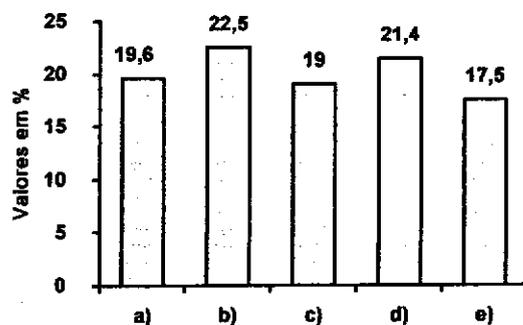


Na opinião dos alunos sobre os aspectos que o Desporto Escolar melhor pode oferecer, foi referenciada a promoção de uma vida saudável (22,3%), seguido da convivência com outras comunidades escolares (22,0%) e o acesso a todos ao desporto (20,6%).

Não é preocupação dos alunos alcançarem bons resultados através da competição desportiva, pois somente 14,8 por cento responderam a este item.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 7,5 por cento.

Gráfico 62 – O pior que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos

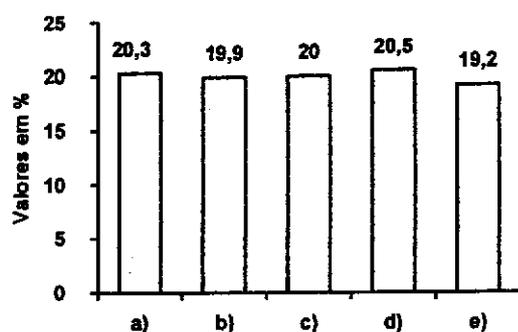


O pior que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos é o facto de não constar nos horários dos alunos (22,5%), assim como a falta de infra-estruturas desportivas (21,4%), seguido do apoio financeiro (19,6%).

Também a falta de estímulo dos professores (19%) foi mencionada pelos alunos, tal como a sua própria falta de estímulo, respondida por 17,5 por cento.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 5,0 por cento.

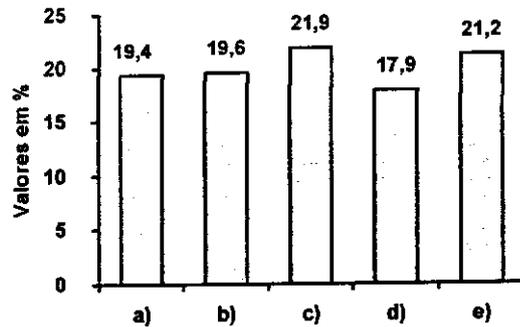
Gráfico 63 – A ajuda que o Desporto Escolar pode dar aos alunos na construção de um estilo de vida activo e saudável



Sobre o Desporto Escolar poder ajudar os alunos a construírem o seu estilo de vida activo e saudável, 20,5 por cento responderam que pode ajudar através da ocupação para actividades saudáveis, através da formação da juventude (20,3%) e através da educação na promoção da saúde (20,0%). Responderam ainda 19,9 por cento sobre a melhoria do ambiente escolar e 19,2 por cento através do desenvolvimento de competências.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 1,3 por cento.

Gráfico 64 – A construção da educação para a cidadania

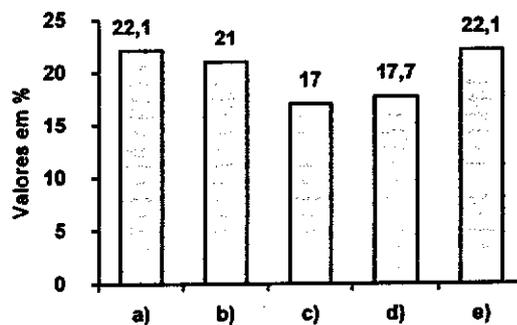


Os alunos responderam que o Desporto Escolar os pode ajudar a construir a sua educação para a cidadania, através de uma vida saudável (21,9%), do relacionamento e integração na sociedade (21,2%), assim como a construção da sua identidade (19,6%) e do desenvolvimento da consciência cívica (19,4%).

Somente 17,9 por cento responderam sobre o Desporto Escolar ser um meio de prevenção de determinados flagelos.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 4,0 por cento.

Gráfico 65 – A prática desportiva na escola enquanto dinamizadora de comportamentos dos alunos



Relativamente à questão sobre a prática desportiva na Escola, enquanto dinamizadora de comportamentos dos alunos, 22,1 por cento responderam sobre a melhoria das suas condições de prática desportiva e a mesma percentagem para a exploração do movimento.

Um maior número de alunos para a prática do desporto, foi respondido por 21,0 por cento, enquanto a quantidade dos êxitos foi respondida por 17,7 por cento.

A prática competitiva foi respondida por apenas 17 por cento dos alunos.

A taxa de variação entre o indicador mais forte e o indicador mais fraco é de 5,1 por cento.

5.6.7. Síntese dos indicadores fortes e fracos manifestados pelos alunos do 12º ano

Apresentamos um quadro síntese sobre indicadores fortes e fracos que os alunos manifestaram através das respostas que deram no Bloco III do questionário.

Quadro 14 – Síntese dos indicadores fortes e fracos manifestados pelos alunos do 12º ano

Bloco	Item	Indicadores fortes	Indicadores fracos
Bloco III	3.1.	a) (22,3%) A promoção de uma vida saudável	b) (14,8%) * A preocupação de alcançar bons resultados através da competição
	3.2.	b) (22,5%) * Não constar nos horários dos alunos	e) (17,5%) * A falta de estímulo dos alunos
	3.3.	d) (20,5%) * Através da ocupação para actividades saudáveis	e) (19,2%) * Através do desenvolvimento de competências
	3.4.	c) (21,9%) Através de uma vida saudável	d) (17,9%) * Através de um meio de prevenção de determinados flagelos
	3.5.	a) (22,1%) A melhoria das condições de prática desportiva e) (22,1%) A exploração do movimento	c) (17,0%) A prática competitiva

* - Podemos verificar que há respostas dos Alunos que são coincidentes com as respostas dos Coordenadores.

5.7. Análise do cruzamento dos dados

Como os métodos estatísticos permitem hoje a qualquer ciência, obter uma descrição da realidade, fornecendo um meio de interpretação dessa realidade, na análise dos dados, utilizámos a estatística descritiva com vista a descrever e interpretar a realidade do conjunto observado.

A análise estatística envolveu duas fases distintas:

5.8. 1ª Fase - Estatística Descritiva

Na estatística descritiva, pomos em evidência a informação, contida, nomeadamente a recolha, organização e tratamento adequado dos dados de um determinado conjunto escolhido, extraíndo conclusões sobre o conjunto observado.

De modo a analisar os dados recolhidos e tirar as possíveis ilações, procedemos na primeira tarefa à contagem das respostas, as quais foram organizadas em frequências absolutas e sua transformação em percentagens, passando em seguida para tabelas, obtendo uma distribuição estatística.

Os dados foram tratados e apresentados em forma tabular e gráfica, de modo a facilitar a visualização e leitura dos resultados, visualmente sugestivos da variação global do carácter em estudo.

5.9. 2ª Fase - Inferência Estatística

Após conhecimento das propriedades do conjunto observado, obtidas a partir da estatística descritiva, procurámos inferir conclusões para toda a população em estudo.

Na análise dos dados, optámos por uma distribuição estatística, envolvendo o estudo da associação entre duas variáveis, denominada distribuição bidimensional, visando investigar em que medida as duas variáveis se relacionam,

ou seja, de que modo a variação de uma delas exerce influência na variação da outra.

Na abordagem intuitiva às distribuições bidimensionais, foi utilizado o coeficiente de correlação linear de Pearson (Reis, 1998), atendendo que interessava investigar se havia dependência estatística entre aquelas variáveis.

Assim, quando as variáveis evoluíam em geral no mesmo sentido, a correlação era positiva. Se as variáveis evoluíssem em sentido contrário, quando uma aumentava a outra tendia em diminuir, a correlação era negativa.

Finalmente se não houvesse influência duma variável na outra, a correlação seria nula.

5.10. Correlação de dados

Ao descrevermos a correlação de dados, tivemos como objectivo a verificação da existência de relação entre os fenómenos em estudo e avaliar o grau dessa relação.

Se existia dependência entre as variáveis, havia interesse em determinar uma estimativa do valor de uma das variáveis, conhecido o valor da outra variável.

Assim, utilizámos a recta de regressão de ajustamento aos pontos da nuvem ou diagrama de dispersão.

Bryman e Cramer (1992), mencionam que uma correlação apenas permite obter uma medida através da qual se determina a força de uma associação.

A estimativa dessa força é dada pelo cálculo do coeficiente de correlação linear, também conhecido por "*Coefficiente de Correlação Pearson*", tendo como objectivo verificar se existe ou não relação entre os fenómenos em estudo e avaliar o grau dessa mesma relação.

Este coeficiente de correlação representa a avaliação da proximidade da associação, variando de -1 a +1. Assim, uma relação de -1 ou de +1 indica uma associação perfeita negativa ou positiva entre duas variáveis. Um valor de $r=0,00$ traduz uma total ausência de relação entre as variáveis (Carvalho, 2002), enquanto que um valor de $r=1,00$ traduz uma concordância perfeita.

Foram assim estudadas as correlações lineares, precisamente aquelas em que se procura avaliar a relação das variáveis, quando a nuvem de pontos se condensa em torno de uma recta.

Utilizámos os critérios recomendados por Cohen e Holliday (Bryman, 1992), para avaliação do grau de correlação, correspondente à seguinte tabela:

-0,9 a -1	Muito forte	0,9 a 1
-0,7 a -0,8	Forte	0,7 a 0,8
-0,4 a -0,6	Moderada	0,4 a 0,6
-0,2 a -0,3	Fraca	0,2 a 0,3
> -0,2	Muito fraca	< 0,2

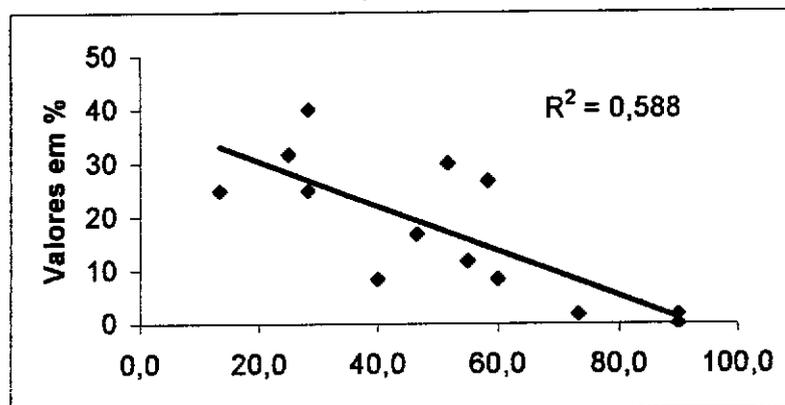
O *Coefficiente de Determinação* (r^2) indica o grau em que a variação de uma variável é explicada pela outra variável (Carvalho, 2002). A um coeficiente de correlação de 0,6 corresponde um coeficiente de determinação de $r^2=0,36$, o que significa que a variação de uma variável é explicada em 36 por cento, pela outra variável. Apresentamos em seguida as tabelas e os gráficos de variáveis de indicadores fortes e fracos nos diferentes blocos dos questionários quer dos Coordenadores do Desporto Escolar, quer ainda dos alunos do 12º ano, assim como as respectivas inferências registadas entre os dois questionários.

Quadro 15 - I Bloco - Coordenadores do Desporto Escolar
A imagem do Desporto Escolar

Item	Variável de Indicadores fortes (%)	Variável de Indicadores fracos (%)	Taxa de variação (%)
1.1.	55,0	11,7	43,3
1.2.	58,3	26,7	31,6
1.3.	46,6	16,7	29,9
1.4.	90,0	0,0	90,0
1.5.	28,3	40,0	-11,7
1.6.	90,0	1,7	88,3
1.7.	60,0	8,3	51,7
1.8.	40,0	8,3	31,7
1.9.	13,4	25,0	-11,6
1.10.	51,7	30,0	21,7
1.11.	73,3	1,7	71,6
1.12.	25,0	31,7	-6,7
1.13.	28,3	25,0	4,3

A taxa de variação mais elevada na variável sobre a *imagem do Desporto Escolar* situa-se na articulação do Núcleo do Desporto Escolar, com o Departamento de Educação Física (90,0%), seguido da articulação entre os professores responsáveis pelos Grupos/Equipas e o Coordenador do Desporto Escolar, com 88,3 por cento. Relativamente à articulação do Núcleo do Desporto Escolar com os outros Departamentos de disciplina, a taxa de variação é de -11,7 por cento. Nas escolas que tinham Associação de Estudantes, a participação deste na actividade do Desporto Escolar teve uma taxa de variação de -11,6 por cento.

Gráfico 66 - Diagrama de dispersão sobre a imagem do Desporto Escolar



O gráfico apresentado permite ilustrar de forma global o resultado obtido através do diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida evolui para uma correlação negativa entre as variáveis de indicadores fortes e fracos, estando o resultado representado por uma recta de regressão linear com correlação de intensidade negativa forte. (Coeficiente de correlação $r = -0,77$)

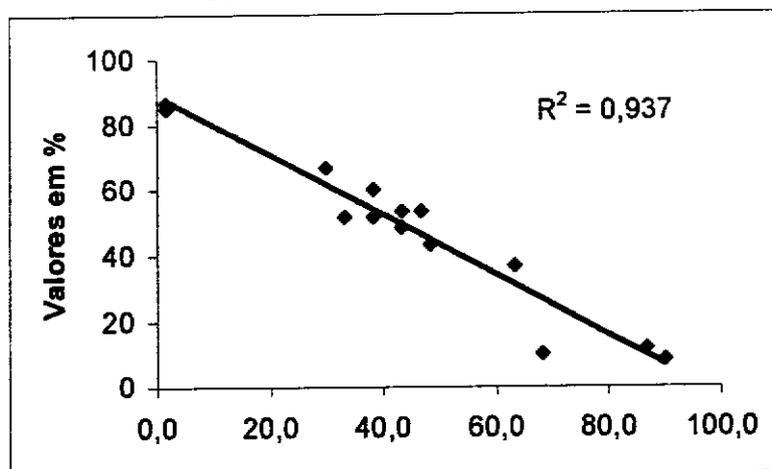
Quadro 16 - II Bloco - Coordenadores do Desporto Escolar
As estruturas administrativas e funcionais

<i>Item</i>	<i>Variável de Indicadores fortes (%)</i>	<i>Variável de Indicadores fracos (%)</i>	<i>Taxa de variação (%)</i>
2.1.	1,7	86,7	-85,0
2.2.	38,3	51,7	13,4
2.3.	1,7	85,0	-83,3
2.4.	86,7	11,6	75,1
2.5.	90,0	8,3	81,7
2.6.	68,3	10,0	58,3
2.7.	46,7	53,3	-6,6
2.8.	38,3	60,0	-21,7
2.9.	43,3	53,3	-10,0
2.10.	63,3	36,7	26,6
2.11.	33,3	51,7	18,4
2.12.	48,3	43,3	5,0
2.13.	43,3	48,3	-5,0
2.14.	30,0	66,7	-36,7

Os professores de Educação física estão sensibilizados para o Desporto Escolar, atendendo à taxa de variação manifestada de 81,7 por cento, para a variável sobre as estruturas administrativas e funcionais daquela actividade de complemento curricular, que, conta também com integração no Projecto Educativo da escola atendendo que foi manifestado por 58,3 por cento relativamente à taxa de variação.

Os representantes das autarquias praticamente não existem nas escolas, face à taxa de variação que foi manifestada por -85,0 por cento, tal como a falta de representação dos encarregados de educação, que apresentou uma taxa de variação de -83,3 por cento.

Gráfico 67 - Diagrama de dispersão sobre as estruturas administrativas e funcionais



Este gráfico permite ilustrar de forma global o resultado obtido no diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida, evolui para uma correlação negativa entre as variáveis de indicadores fortes e fracos, sendo o resultado representado por uma recta de regressão linear de intensidade negativa muito forte. (Coeficiente de correlação $r = -0,97$)

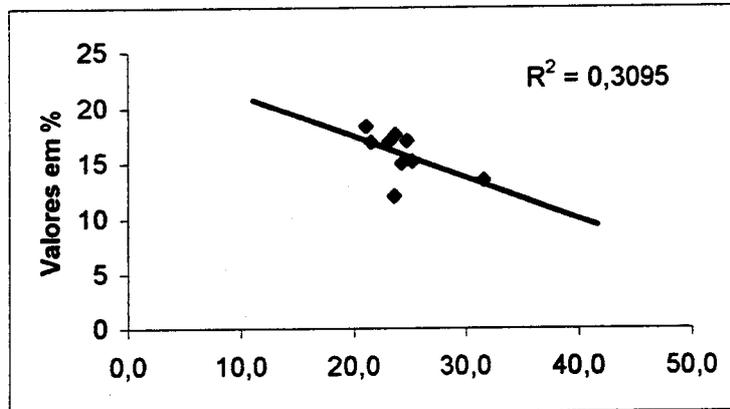
Quadro 17 - III Bloco - Coordenadores do Desporto Escolar
O estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento

Item	Variável de Indicadores fortes (%)	Variável de Indicadores fracos (%)	Taxa de variação (%)
3.1.	23,6	12,1	11,5
3.2.	25,2	15,2	10,0
3.3.	23,1	16,9	6,2
3.4.	23,7	17,6	6,1
3.5.	24,3	15,0	9,3
3.6.	31,6	13,5	18,1
3.7.	24,7	17,0	7,7
3.8.	21,5	16,9	4,6
3.9.	21,1	18,3	2,8

Para um estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento, os professores pertencentes ao Núcleo do Desporto Escolar são aqueles que melhor transmitem um conjunto de mensagens na defesa dos interesses e das necessidades dos alunos inscritos naquela actividade, atendendo à taxa de variação manifestada por 18,1 por cento. A convivência com outras comunidades

escolares (11,5%), é um aspecto que o Desporto Escolar melhor pode oferecer aos alunos. O facto de não constar nos horários dos alunos (10,0%) é o pior que o Desporto Escolar lhes pode oferecer.

Gráfico 68 - Diagrama de dispersão sobre o estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento



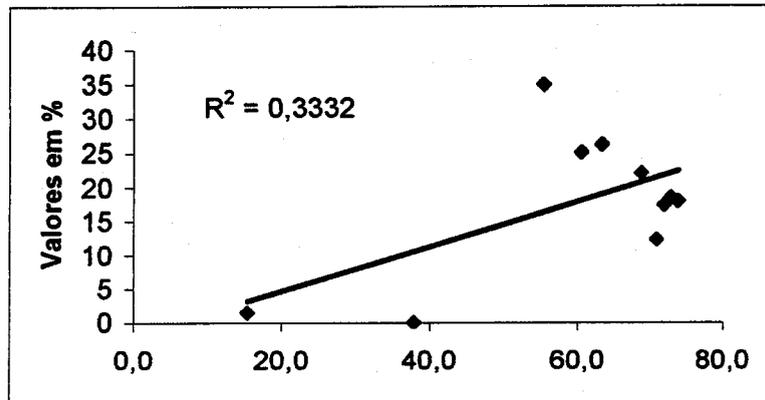
Este gráfico acima apresentado permite ilustrar de forma global o diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida evolui para uma correlação negativa entre as variáveis de indicadores fortes e fracos. A recta de regressão apresenta uma correlação linear de intensidade negativa moderada. (Coeficiente de correlação $r = -0,56$)

Quadro 18 - II Bloco - Alunos
As estruturas administrativas e funcionais

Item	Variável de indicadores fortes (%)	Variável de indicadores fracos (%)	Taxa de variação (%)
2.1.	15,4	1,5	-13,9
2.2.	55,4	34,9	-20,5
2.3.	37,9	0,0	-37,9
2.4.	73,8	17,9	55,9
2.5.	71,8	17,4	54,4
2.7.	68,7	22,1	-46,6
2.8.	72,8	18,5	-54,3
2.9.	70,8	12,3	-58,5
2.10.	63,3	26,2	-36,9
2.11.	60,5	25,1	-35,4

Os alunos estão sensibilizados para o Desporto Escolar, conforme os 55,9 por centos apresentados na taxa de variação, tal como os professores de Educação Física que apresentam um dado de 54,4 por cento. Por outro lado o Desporto Escolar não é proporcionado a toda a população escolar, atendendo ao dado manifestado pelos alunos de -58,5 por cento. Também não existe compatibilidade dos horários dos professores responsáveis pelos Grupo/Equipas, com os horários dos alunos (-54,3%), tal como os horários das aulas curriculares que não permitem a realização das actividades do Desporto Escolar a nível externo (-46,6%).

Gráfico 69 - Diagrama de dispersão sobre as estruturas administrativas e funcionais



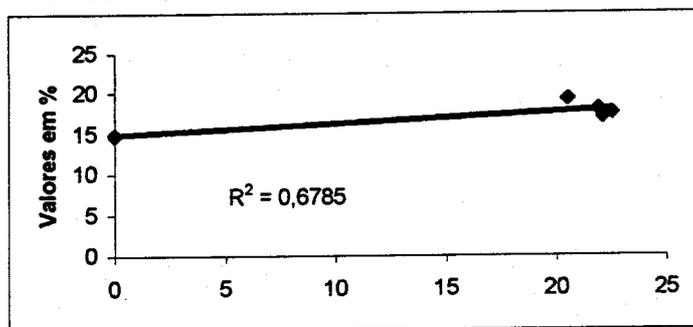
Este gráfico permite ilustrar de forma global o resultado obtido no diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida, evolui para uma correlação de sinal positivo entre as variáveis de indicadores fortes e fracos, sendo o resultado representado por uma recta de regressão linear com correlação de intensidade negativa moderada. (Coeficiente de correlação $r = 0,58$)

Quadro 19 - III Bloco - Alunos
O estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento

Item	Variável de indicadores fortes (%)	Variável de indicadores fracos (%)	Taxa de variação (%)
3.1.	22,3	14,8	7,5
3.2.	22,5	17,5	5,0
3.3.	20,5	19,2	1,3
3.4.	21,9	17,9	4,0
3.5.	22,1	17,0	5,1

Na variável sobre o estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento, tem precisamente como maior taxa de variação a preocupação de uma vida saudável (7,5%), como de melhor o que o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos. Sobre a prática desportiva na escola enquanto dinamizadora de comportamentos dos alunos, aparece à taxa de variação de 5,1 por cento. O que de pior o Desporto Escolar pode oferecer aos alunos (5,0%) é o facto da actividade de complemento curricular não constar no horário dos alunos.

Gráfico 70 - Diagrama de dispersão sobre o estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento



O gráfico apresentado permite ilustrar de forma global o resultado obtido através do diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida evolui para uma correlação linear positiva entre as variáveis de indicadores fortes e fracos, estando o resultado representado por uma recta de regressão linear de correlação positiva forte. (Coeficiente de correlação $r = 0,82$)

5.11. Carta de variáveis

Para Barbosa (2004), uma Carta de Variáveis é um documento elaborado pelo investigador que conta com os elementos do seu grupo de trabalho para a sua concepção, durante a realização do trabalho empírico. É aqui que o investigador introduz pela primeira vez no seu processo de trabalho o recurso à técnica de espelhamento. Aumenta a compreensão dos fenómenos com capacidade crítica acrescida não só às realidades constatadas, como também

perante a necessidade de introduzir mudanças nos modos de agir e sobretudo, de pensar.

Para nós a Carta de Variáveis serviu para fazer o diagnóstico de questões fundamentais com o objectivo de organizar hipóteses de intervenção, para dentro dos fenómenos ir ao encontro de variáveis de análise. Foi assim feito o primeiro diagnóstico de necessidades, com a apresentação da respectiva Carta de Variáveis.

No nosso estudo a Carta de Variáveis foi orientada para a atitude de pesquisa nas vertentes da prática desportiva e lúdico-cultural, nomeadamente para:

- A imagem do Desporto Escolar
- As estruturas administrativas e funcionais
- O estilo de vida saudável na dimensão lúdica do movimento

A construção da Carta de Variáveis foi elaborada a partir das variáveis de análise dos dados recolhidos nos questionários que efectuámos aos Coordenadores do Desporto Escolar e aos alunos do 12º ano, com o objectivo de serem aplicados no Grupos Experimental e de Controlo nas três escolas do chamado Núcleo Duro desta investigação.

Teve como objectivo a formação na escola orientada para a atitude de pesquisa. Deu-se então a transformação das questões fundamentais em questões de análise, recorrendo à metodologia Quase-Experimental.

5.12. Hipóteses de intervenção

As hipóteses a estudar, serão um modo de raciocínio que parte de um pressuposto de uma afirmação, para posteriormente ser confirmada ou negada.

Sem a aprendizagem lúdica dos alunos a nível da sua criatividade e motivação, o Desporto na Escola será sempre contra o outro e não com o outro.

Sem a ludicidade não existe um desporto racional, mas um desporto competitivo.

Partimos assim para a verificação de hipóteses.

Para Fortin (2003), a hipótese nula (H_0) é a hipótese construída a partir do valor conhecido do parâmetro na população, enquanto as hipóteses de investigação (H_1 , H_2 , H_3) são aquelas pelas quais a hipótese nula é contradita.

Utilizámos a seguinte hipótese nula:

H₀	Se o movimento intencional (motricidade) for uma oportunidade para os alunos e não um factor de constrangimento, a um estilo de vida saudável, então terá de haver uma aprendizagem lúdica do movimento no Desporto na Escola, através do Movimento Humano para que apareça a energia suficiente e aconteça a transcendência corporal.
----------------------	--

As hipóteses de investigação foram as seguintes:

H₁	Os valores das vitórias, dos recordes, ou os campeões não devem ser induzidos no Desporto Escolar;
----------------------	--

H₂	A promoção de uma vida saudável é um aspecto que o Desporto na Escola melhor pode oferecer aos alunos, através da exploração do movimento enquanto dinamizador do seu comportamento na prática desportiva;
----------------------	--

H₃	O Desporto Escolar como actividade de complemento curricular não constar nos horários dos alunos.
----------------------	---

CAPÍTULO VI

Quase-Experimentalidade

Capítulo VI - Quase-Experimentalidade

6.1 Metodologia Quase-Experimental – M2 – M3

Como se tratava especificamente de uma metodologia quase-experimental nas escolas onde desempenhámos a nossa actividade, fomos investigar o que alguns autores escreveram sobre este assunto.

Segundo o autor Fortin (2003), quando se refere ao método experimental em Ciências Sociais, considera Campbell (1963) e Stanley, tal como Carmo também refere (1998), um dos mais completos e organizados métodos aplicados por aqueles autores. Também Campbell associado a Cook (1979) reformularam e alargaram o tema em relação ao método quase-experimental.

Há de facto uma diferença nestes métodos, atendendo que na investigação experimental existe uma selecção aleatória dos sujeitos que irão constituir o grupo experimental, para na quase-experimentalidade serem utilizados grupos já constituídos anteriormente. Aplica-se este último nas situações em que é difícil ou impossível um total controlo experimental, tal como descreve Tuckman (2000).

A investigação prática foi desenvolvida através da metodologia Quase-Experimental, cujo objectivo é o estabelecimento de relações causa-efeito, tal como menciona Carmo (1998).

É um método descrito como aquele que é conduzido para rejeitar ou aceitar hipóteses relativas a relações causa-efeito entre variáveis. Nesta metodologia o investigador manipula pelo menos uma variável independente, controla outras variáveis consideradas relevantes e observa o efeito numa ou mais variáveis dependentes.

Chambel (1995), dá grande influência ao método experimental construindo-se o conhecimento científico da mesma maneira para os fenómenos sociais e para os naturais. É importante o levantamento de questões teóricas que devem ser

confrontadas com os dados da experimentação. Ainda para este autor, a hipótese antecipa a relação entre dois conceitos ou fenómenos.

Ainda segundo Carmo (1998) a manipulação da variável independente é a característica que diferencia a investigação experimental das outras investigações.

Para a nossa metodologia quase-experimental, utilizámos as seguintes etapas:

- Definição de um problema
- Selecção de sujeitos
- Selecção de instrumentos de medida
- Escolha de um plano experimental
- Execução dos procedimentos
- Análise dos dados recolhidos
- Formulação das conclusões

Esta metodologia de acordo com Carmo (1998) é conduzida de forma a verificar uma hipótese ou hipóteses previamente definidas, que serão verificadas (aceites ou rejeitadas) de acordo com os resultados obtidos.

Pode haver só um grupo, dois, três ou mais grupos. No nosso estudo optámos por dois grupos, o grupo experimental e o grupo de controlo.

No grupo experimental foi administrado o tratamento, cujos efeitos se quis medir, enquanto ao grupo de controlo não foi administrado nenhum novo tratamento.

Para que fosse possível verificar qual o efeito da variável independente sobre as variáveis dependentes, foi necessário fazer o controlo de outras variáveis para assegurar que os dois grupos eram tão equivalentes quanto possível no que respeita a todas as outras variáveis, excepto quanto à variável independente.

Carmo (1998), entende que o controlo das variáveis é fundamental para que no final do estudo se possa afirmar que a diferença que se verificou entre o grupo experimental e o grupo de controlo, no caso de essa diferença se verificar, foi devida à manipulação de variável independente, para assegurar que a

investigação tenha validade interna, mas também para que seja possível generalizar ou aplicar os resultados obtidos num dado contexto, a outros contextos, para poder garantir que tenha também validade externa.

Assim, no caso da validação ter validade interna e externa, poder-se-á esperar que os resultados do nosso estudo, sobre a relação causa-efeito, possam ser confirmados noutros grupos, noutros contextos, noutras ocasiões, desde que as condições sejam similares àquelas em que o estudo tenha sido conduzido.

Nas três escolas onde efectuámos esta nossa parte do estudo, utilizámos os seguintes alunos, quer no Grupo Experimental, quer no Grupo de Controlo:

Quadro 20 – A distribuição dos alunos pelas respectivas escolas que participaram na Investigação-Ação/Formação

<i>Escola</i>	<i>Alunos (Grupo Experimental)</i>	<i>Alunos (Grupo Controlo)</i>	<i>Alunos Total</i>
Ex-Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo Escola Básica 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém (Ourém) 2º Ciclo do Ensino Básico	12 (46,2%)	14 (53,8%)	26 (36,6%)
Ex-Centro de Área Educativa de Lisboa Escola Básica 2,3 General Humberto Delgado (Santo António dos Cavaleiros) 3º Ciclo do Ensino Básico	8 (40,0%)	12 (60,0%)	20 (28,2%)
Ex-Centro de Área Educativa do Oeste Escola Secundária D ^a Inês de Castro (Alcobaça) Ensino Secundário	15 (60,0%)	10 (40,0%)	25 (35,2%)
Totais	35 (49,3%)	36 (50,7%)	71 (100%)

A percentagem dos alunos utilizados no nosso estudo em função do número total de alunos em cada escola foi a seguinte:

Quadro 21 – A percentagem da população escolar

<i>Escolas</i>	<i>Ensinos</i>	<i>Total de alunos (Estudo)</i>	<i>Total de alunos (Escola)</i>
EB 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém	2º Ciclo Básico	26 (3,8%)	685 (36,0%)
EB 2,3 General Humberto Delgado Santo António dos Cavaleiros - Loures	3º Ciclo Básico	20 (3,5%)	572 (30,1%)
Secundária de Alcobaça D ^a Inês de Castro	Secundário	25 (3,9%)	645 (33,9%)
Totais	-	71 (3,7%)	1 902 (100%)

Na constituição do número de alunos por escalão e por sexo, tivemos em consideração a indicação dada pelo Programa do Desporto Escolar em vigor no ano lectivo de 2003/04, para as respectivas modalidades.

A participação dos alunos nas diferentes modalidades em que estavam inscritos teve a seguinte adesão:

Quadro 22 - A participação dos alunos nas respectivas modalidades

<i>Escolas</i>	<i>Modalidades</i>	<i>Total de alunos (Escola)</i>
EB 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém	Basquetebol (15) BTT (15) Escalada (15) Futebol (15) Orientação (15) Natação (15) Ténis de Mesa (15) Tiro com Arco (15) Xadrez (15) (127 alunos → 18,5%)	685
EB 2,3 General Humberto Delgado Santo António dos Cavaleiros - Loures	Atletismo (8) Ténis (15) BTT (15) Centro de Formação Desportiva de Atletismo (15) (53 alunos → 9,3%)	572
Secundária de Alcobaça D ^a Inês de Castro	Futsal (15) Futsal (15) Voleibol (15) Badminton (10) (55 alunos → 8,5%)	645
Totais	Média de participação → 12,1%	1 902

Apresentamos em seguida a participação dos alunos num quadro comparativo das escolas, quer a nível regional quer ainda a nível nacional.

Quadro 23 – O número de Alunos / Ex-CAE's / Escalões / Sexo no ano lectivo de 2003/04

Modalidade	Escola	Ex-CAE da Lezíria e Médio Tejo	Ex-CAE da cidade de Lisboa e Lisboa Norte	Ex-Cae do Oeste	Direcção-Regional de Educação de Lisboa	GCDE Nacional
Orientação	15	148 (11,9%)	-	-	548 (44,0%)	1 247
Atletismo	15	-	279 (10,3%)	-	864 (32,0%)	2 698
Futsal	30	-		1 315 (4,4%)	7 700 (25,7%)	29 911

Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (Nacional) do Ministério da Educação, com dados dos ex-CAE's, e Direcção-Regional de Educação de Lisboa (DREL).

Podemos verificar através deste quadro a percentagem de alunos em relação à sua escola, ao seu ex-CAE, à DREL e Gabinete Coordenador do Desporto Escolar a nível nacional.

Quadro 24 – O número de Equipas / Ex-CAE's / Escalões / Sexo no ano lectivo de 2003/04

Modalidade	Escola	Ex-CAE da Lezíria e Médio Tejo	Ex-CAE da cidade de Lisboa e Lisboa Norte	Ex-Cae do Oeste	Direcção-Regional de Educação de Lisboa	Nacional
Orientação	1	9 (34,6%)	-	-	26 (44,8%)	58
Atletismo	1	-	13 (37,1%)	-	35 (31,3%)	112
Futsal	2	-		71 (18,7%)	380 (28,0%)	1 356

Fonte: Gabinete Coordenador do Desporto Escolar do Ministério da Educação

Quadro 25 - A percentagem de alunos nas respectivas modalidades

Modalidades	Escola (Alunos)	Ex-Cae	DREL	GCDE
Orientação	15	10,1%	2,7%	0,1%
Atletismo	15	5,4%	1,7%	0,6%
Futebol	30	2,3%	0,4%	0,01%

6.2. A realização de questionários nas escolas

A realização de questionários nas escolas obedeceu a uma prévia autorização dos Conselhos Executivos, atendendo que se trata de uma situação com a qual as escolas são confrontadas com alguma frequência.

No sentido de salvaguardar os interesses de todos os intervenientes no processo, de modo particular os alunos, a quem sejam aplicados os questionários em meio escolar, os Conselhos Executivos das escolas autorizaram a recolha de dados junto dos alunos, obedecendo à observação de regras legais, constantes na Lei n° 67/98, de 26 de Outubro, sobre a protecção de dados pessoais.

Nos termos da citada legislação, a recolha de dados foi realizada de forma transparente e com o respeito pela vida privada de forma lícita e com observância do direito de informação. Por isso as escolas impuseram como condição prévia à autorização da passagem dos questionários, analisar o seu conteúdo e alertar o investigador para privilegiarem os questionários que não permitam a identificação dos alunos.

É nesse sentido que a Direcção-Regional de Educação de Lisboa enviou para as escolas o Ofício-circular n° 59 do serviço de origem DSTP/DTP/GAB.SEC, de 30 de Outubro de 2003, sobre os procedimentos a adoptar em relação a questionários a realizar em estabelecimentos de ensino.

Aos alunos por nós questionados em cada escola, quer no Grupo Experimental, quer no Grupo de Controlo foi-lhes atribuído uma letra, para protecção de dados pessoais.

6.2.1. Escola Básica 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém

6.2.1.1. Caracterização do Estabelecimento de Ensino

A Escola Básica 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém, fica situada no concelho de Ourém, no distrito de Santarém, sendo coordenada pela Direcção Regional de Educação de Lisboa, competindo a orientação pedagógica e didáctica da administração educativa à Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Foi extinto o Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, com o objectivo imperioso de modernizar a administração educativa. No ano lectivo de 2003/04 nos 2º e 3º Ciclos, existiam as seguintes turmas e alunos:

<i>Anos</i>	<i>Nº de turmas</i>	<i>Nº de alunos</i>
5º	9	186
6º	7	168
7º	4	103
8º	5	111
9º	5	117
Totais	30	685

O Departamento de Educação Física era composto por seis professores do sexo masculino e um do sexo feminino. Todos participavam no Desporto Escolar, incluindo professores de outros grupos:

<i>Professores</i>	<i>Modalidades</i>
Educação Musical	Tiro com Arco
Matemática	Escalada
Matemática	Xadrez

A escola tinha alunos no desporto federado nas seguintes modalidades:

Escalada
Ténis de Mesa
Tiro com Arco
Orientação

A caracterização dos Grupos/Equipas nas respectivas modalidades, por sexo e escalões era a que a seguir se indica:

<i>Modalidades</i>	<i>Sexo</i>	<i>Escalão</i>
Basquetebol	Feminino	Iniciados
BTT	Todos	Todos
Escalada	Todos	Todos
Futebol	Feminino	Iniciados
Multi-Actividades de Ar Livre (Orientação)	Todos	Todos
Natação	Todos	Todos
Orientação	Todos	Todos
Ténis de Mesa	Todos	Todos
Tiro com Arco	Todos	Todos
Xadrez	Todos	Todos

Horário do Desporto Escolar

<i>Horas</i>	<i>Segunda-feira</i>	<i>Terça-feira</i>	<i>Quarta-feira</i>	<i>Quinta-feira</i>	<i>Sexta-feira</i>
8:30 – 9:15					
9:15 – 10:00					
12:00 – 12:45				Ténis de Mesa	
12:45 – 13:30				Ténis de Mesa	
14:35 – 15:20		BTT	BTT ----- Orientação ----- Ténis de Mesa ----- Escalada ----- Basquetebol	Xadrez	Basquetebol ----- Natação
15:20 – 16:05			BTT ----- Orientação ----- Ténis de Mesa ----- Escalada ----- Tiro com Arco ----- Basquetebol	Xadrez	Basquetebol ----- Natação

16:25 – 17:10	Orientação ----- Xadrez	Natação	Orientação ----- Ténis de Mesa ----- Escalada ----- Tiro com Arco		
17:10 – 17:55	Orientação ----- Xadrez		Tiro com Arco		
18:00	Tiro com Arco (Federado) ----- Orientação (Federado)	Escalada (Federada)		Tiro com Arco (Federado) ----- Orientação (Federado)	Escalada (Federada)
19:00	Tiro com Arco (Federado) ----- Orientação (Federado)	Escalada (Federada)		Tiro com Arco (Federado) ----- Orientação (Federado)	Escalada (Federada)

6.2.2. Escola Básica 2,3 General Humberto Delgado - Santo António dos Cavaleiros - Loures

6.2.2.1. Caracterização do Estabelecimento de Ensino

A Escola Básica 2,3 General Humberto Delgado, situa-se na freguesia de Santo António dos Cavaleiros (Cidade Nova), pertencente ao concelho de Loures. É coordenada pela Direcção Regional de Educação de Lisboa, competindo a orientação pedagógica e didáctica da administração educativa à Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Foi extinto o Centro de Área Educativa de Lisboa, com o objectivo imperioso de modernizar a administração educativa. No ano lectivo de 2003/04 no Ensino Secundário, existiam as seguintes turmas e alunos:

<i>Anos</i>	<i>Nº de turmas</i>	<i>Nº de alunos</i>
5º	7	160
6º	7	158
7º	4	98
8º	4	81
9º	3	75
Totais	25	572

Todos os professores de Educação Física tinham Desporto Escolar

<i>Masculinos</i>	<i>Femininos</i>
3	3

A caracterização dos Grupos/Equipas nas respectivas modalidades, por sexo e escalões era a que a seguir se indica:

<i>Modalidades</i>	<i>Sexo</i>	<i>Escalão</i>
Atletismo	Masculinos/Femininos	Todos
Ténis	Masculinos/Femininos	Todos
BTT	Masculinos/Femininos	Todos
Centro de Formação Desportiva de Atletismo	Masculinos/Femininos	Todos

Horário do Desporto Escolar

<i>Horas</i>	<i>Segunda-feira</i>	<i>Terça-feira</i>	<i>Quarta-feira</i>	<i>Quinta-feira</i>	<i>Sexta-Feira</i>
8:15 – 9:00					
9:00 – 9:45					
10:05 – 10:50					
10:50 – 11:35					
11:45 – 12:30			Atletismo --- Ténis		
12:30 – 13:15			Atletismo --- Ténis		
13:20 – 14:05			Atletismo		
14:05 – 14:50			Atletismo		
15:00 – 15:45		BTT	Dinâmica Interna		

15:45 – 16:30		BTT	Dinâmica Interna ---- Atletismo (*)		
16:50 – 17:35	Atletismo (*)		Dinâmica Interna ---- Atletismo (*)	Atletismo (*)	
17:35 – 18:20	Atletismo (*)		Atletismo (*)	Atletismo (*)	

(*) - Centro de Formação Desportiva de Atletismo (CFDA) a funcionar no Estádio Universitário de Lisboa, através de uma parceria com a Federação Portuguesa de Atletismo, Direcção do Estádio Universitário e o Sector do Desporto Escolar da Direcção Regional de Educação de Lisboa.

Através do professor responsável pelo CFDA, tivemos conhecimento que o mesmo trabalhava à revelia daquelas instituições, atendendo que havia dois anos que estava prometido a assinatura do respectivo protocolo e até ao final do ano lectivo de 2003/04, a situação não se tinha alterado.

6.2.3. Escola Secundária de Alcobaça D^a Inês de Castro

6.2.3.1. Caracterização do Estabelecimento de Ensino

A Escola Secundária D^a Inês de Castro em Alcobaça fica situada no concelho de Alcobaça, no distrito de Leiria. É coordenada pela Direcção Regional de Educação de Lisboa, competindo a orientação pedagógica e didáctica da administração educativa à Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Foi extinto o Centro de Área Educativa do Oeste, com o objectivo imperioso de modernizar a administração educativa. No ano lectivo de 2003/04 no Ensino Secundário, existiam as seguintes turmas e alunos:

Anos	Nº de turmas	Nº de alunos
10º	10	210
11º	10	195
12º	8	240
Totais	28	645

Professores de Educação Física

<i>Masculinos</i>	<i>Femininos</i>
1	7

O Departamento de Educação Física era composto por um professor do sexo masculino e sete do sexo feminino. Uma professora não aderiu à participação no Desporto Escolar.

As modalidades que o ex-Centro de Área Educativa do Oeste oferecia eram as seguintes:

Atletismo
Voleibol
Golfe
Rãguebi
Xadrez
Ténis de Mesa
Badminton
Actividades de Exploração da Natureza
Vela
Canoagem
Andebol
Basquetebol
Futebol
Desportos Gímnicos
Natação
Patinagem
Ténis
Judo
Boccia (*)
Goalbal (*)

(*) - Actividades Desportivas para alunos portadores de deficiência

Caracterização do Grupo/Equipa

<i>Modalidades</i>	<i>Sexo</i>	<i>Escalão</i>
Futsal	Masculino	Juvenil
Futsal	Masculino	Júnior
Voleibol	Feminino	Juvenil
Badminton	Masculino/Feminino	Todos

Horário do Desporto Escolar

<i>Horas</i>	<i>Segunda-feira</i>	<i>Terça-feira</i>	<i>Quarta-feira</i>	<i>Quinta-feira</i>	<i>Sexta-feira</i>
8:30 – 9:15					
9:15 – 10:00					
10:15 – 11:00					
11:00 – 11:45					
12:00 – 12:45					
12:45 – 13:30					
13:45 – 14:30					Badminton
14:30 – 15:15	Futsal (Masc.) Juvenis	Voleibol (Fem.) Juvenis <hr/> Futsal (Masc.) Juvenis		Badminton	Voleibol (Fem.) Juvenis
15:30 – 16:15	Futsal (Masc.) Juvenis	Futsal (Masc.) Juvenis		Badminton	
16:15 – 17:00		Futsal (Masc.) Juvenis		Futsal (Masc.) Júniors	
17:15 – 18:00				Futsal (Masc.) Júniors	Futsal (Masc.) Júniors

6.3. Carta de Intervenção Estratégica

Segundo Barbosa (2004), a organização da Carta de Intervenção Estratégica é algo que o investigador constrói não só com a participação dos autores do seu grupo de trabalho, mas também contando com as opiniões dos agentes educativos que no terreno vão sendo ganhos para a causa do desenvolvimento da investigação. É um instrumento fundamental da parte experimental da investigação.

Com base no enunciado anteriormente, na elaboração da Carta de Intervenção Estratégica, tivemos em primeiro lugar em consideração a análise dos contextos educativos e a análise do aluno como um objecto de estudo.

6.3.1. Introdução

Na sociedade moderna, cada vez mais se ignoram os estilos de vida saudáveis, ou por desconhecimento dos benefícios que eles trazem ou devido à influência da própria sociedade, cada vez mais consumista.

Sendo a sociedade um espelho de duplo desenvolvimento a nível individual e de grupo, a nível humano e organizacional, as organizações educativas num patamar de análises vão saturando a linguagem para chegar a uma síntese, tentando desta forma uma âncora de análise nas práticas de acção.

Os agentes educativos não têm por prática efectuar diagnósticos de necessidades educativas, havendo na prática docente uma patologia, ou seja aprender o mais do menos, não querendo aprender mais nada, também conhecido pelo enquistamento académico e científico.

A acção educativa deverá ser marcada por atitude de pesquisa que façam aparecer agentes técnico-analíticos, agentes técnico-críticos, pessoas que mentalmente estão disponíveis para ouvir o Mundo, as organizações, os outros, bem como a sua dinâmica. Para a aplicabilidade da atitude de pesquisa a técnica de espelhamento introduz práticas de reflexão sistemática, com o fim de obrigar quem ensina a aprender e quem aprende a ser professor de si mesmo, ficando assim em condições de não só serem professores reflexivos como também serem críticos face a si e ao Mundo que os rodeia, tal como defende Barbosa (2003).

Os mediadores do conhecimento em Ciências da Educação ainda não descobriram a sua orientação; refugiam-se nos Métodos e nas Técnicas, com promoção dos mediadores (Barbosa 2004), que seja sustentada para que se perceba o desenvolvimento humano que provoca o desenvolvimento organizacional.

A escola deverá mudar-se com base na preocupação do desenvolvimento dos alunos. Assim uma escola que seja Sensível e Transformacionista justifica-se para introduzir a ideia que ela será tão desenvolvida quanto o ser humano que lá está dentro.

Desde o desenvolvimento humano a nível organizacional, a escola tem que ser sensível aos humanos provocando a sabedoria, transformando o conhecimento por isso se diz transformacionista. Aparece então a pedagogia de ajuda ao desenvolvimento humano, ou seja, a todos os humanos que lá estão dentro da escola e também, porque não, a todos que envolvem essa mesma escola.

Assim, no desenvolvimento da própria organização dentro da escola o conhecimento tem que ter um nivelamento orientado para o que de melhor se possa fazer na escola para a excelência com o melhor conhecimento possível e com sentido de acção para o conhecimento. Mas, sem caracterizar os contextos e sem formação não há aumento de conhecimento na formação orientada para os humanos e na formação orientada para as questões de liderança, das tomadas de decisão, sendo a transformação da formação um meio para atingir objectivos e não finalidades.

A formação contextualizada e situada na escola será uma formação emergente em função das características do contexto e das necessidades escolares.

Na processologia do observatório, temos de criar a carta estratégica do observatório com uma metodologia de intervenção sobre o desenho do trabalho particular, criando o conhecimento científico.

Na linha de trabalho do Professor Luís Barbosa sobre a Investigação-Acção/Formação (I-A/F) e no quadro dessa mesma linha de trabalho o interesse pelo estudo dos processos de investigação deverá assentar em três pressupostos:

Um primeiro assenta nos métodos de trabalho, depois as técnicas de trabalho e finalmente as técnicas de intervenção, atendendo que só alguns homens são construtores de teoria, conforme o nosso Orientador tantas vezes nos tem dito.

A (Re)configuração da acção é precisamente a técnica de caracterização orientada para a mudança, e a técnica de observação como sistema de intervenção na realidade. Permite assim enunciar uma outra preocupação, com perspectivas de fenómenos emergentes, na (Re)configuração de significados de

acção para a perspectiva de transcendência, ou seja numa perspectiva de ir para lá do que é observado, tal como defende Sérgio (2002), da superação do sentido de vida, uma vez que todos os dias devemos procurar ser melhor nas acções que praticamos.

Segundo Damásio (2003), no cérebro essa transcendência faz sentir a harmonia no Mundo e o prazer na acção. Deste modo somos nós quem primeiro transcendemos e depois os outros, acrescentamos nós.

É por saturação semântica de linguagem que tudo se faz, com mais categorias e (Re)configuração, procurando o significado das coisas no espírito humano. A transcendência que se vai encontrar é uma transcendência muito atenta aos contextos e ao humano no seu todo, nomeadamente aos alunos, aos pais, aos encarregados de educação, aos professores, aos funcionários, entre outros.

Aqui liga-nos a espiritualidade que se foi descobrindo, sendo a investigação um mero acto egoísta de apropriação do Mundo à nossa maneira, conforme nos tem feito sentir o nosso Orientador (2004) por diversas vezes, quer na situação dos regulares Seminários doutorais, quer em Conferências a que temos assistido.

A Carta de Intervenção Estratégica apareceu a partir da Carta de Variáveis e foi orientada fundamentalmente para duas vertentes:

- A prática desportiva
- A prática lúdico-cultural

É nesse sentido que a aplicação da Carta de Intervenção Estratégica é a tentativa de alteração das práticas diferenciadas, devendo haver uma enorme mudança, quer do investigador, quer do núcleo duro do Grupo Experimental das escolas que colaboraram nesta investigação.

6.3.2. Finalidades

A escola, como objecto de estudo das Ciências da Educação constitui hoje, uma territorialidade espacial e cultural onde se devem articular, num equilíbrio, a análise e a intervenção, a reflexão e a acção (Revez 2004).

Numa perspectiva de desenvolvimento humano e organizacional, a actividade física quando realizada de forma regular, provoca alterações fisiológicas no corpo, através do funcionamento do sistema nervoso que em geral actua com controlo e domínio sobre os músculos.

É nesse sentido que a situação de exploração do movimento corporal, quer a nível individual, quer a nível de grupo, combinam movimentos locomotores, segundo determinado ritmo, em que o aspecto expressivo tem um relevo fundamental.

6.3.3. Objectivo Geral

O funcionamento do sistema nervoso em geral com controlo e domínio sobre os músculos, tal como mencionámos anteriormente, tem como objectivo melhorar o nível da saúde promovendo o bem-estar geral, fortalecendo as diversas partes do corpo e desenvolvendo as diversas capacidades físicas.

Também conhecer melhor do corpo e as suas possibilidades, aprender a movimentar o corpo, assim como realizar exercícios e jogos, quer sozinho quer em grupo e em equipa, é deveras importante, estando ainda o desporto associado à cultura.

É assim uma filosofia de vida que exalta e combina num conjunto harmónico as qualidades do corpo no seu todo, com a vontade de fazer e o espírito de colocar sempre o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso dos praticantes enquanto alunos na escola.

6.3.4. Objectivos Específicos

Como o cérebro é um sistema extremamente complexo, muito mais elaborado que o sistema físico, são necessárias abordagens diferentes em termos de sinais a avaliar.

Assim, são realizadas actividades em função da criatividade dos professores e da motivação dos alunos, com aplicação da actividade lúdica na dimensão do movimento intencional.

6.3.5. Seminários

Após a montagem da Carta de Variáveis foram efectuados Seminários no início do ano lectivo nas escolas que aderiram à nossa investigação, para justificar a pertinências dos objectivos enunciados, bem como a avaliação em função do perfil dos alunos e dos professores aderentes, à Carta de Intervenção Estratégica.

Quadro 26 - Seminários realizados nas escolas

<i>Data</i>	<i>Escola</i>
6 de Outubro de 2003	Escola EB2,3 General Humberto Delgado - Santo António dos Cavaleiros
9 de Outubro de 2003	Escola Secundária D ^a Inês de Castro - Alcobaça
10 de Outubro de 2003	Escola EB2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém - Ourém

6.3.6. Avaliação

As regras de definição dos objectivos para a actividade de complemento curricular do Desporto na Escola são completadas pelos critérios de avaliação, determinados pelas competências a nível do comportamento, da atitude e da motivação dos alunos quando desempenham a tarefa proposta pelo professor a

nível da recreação, visando o exercício físico e a nível do rendimento, quando visa o treino.

O código de regras para avaliação das actividades foi negociado com os professores do Grupo Experimental. Foram utilizados os seguintes parâmetros:

Os aspectos técnico-tácticos, a atitude, a aptidão física e o nível de conhecimentos.

A avaliação dos exercícios executados foi realizada, em função do cumprimento ou não dos objectivos na realização ou não da tarefa proposta, perspectivada de molde diferente.

Houve a tentativa de haver uma consonância nos princípios que enformam os diferentes exercícios em função do desenvolvimento de competências firmadas solidamente em saberes. O aluno foi colocado como motor do seu próprio processo de aprender, acompanhado pelo professor e evoluindo ao longo de um caminho que o ajudou a descobrir, motivando o mesmo para o trabalho e para o seu crescimento nos seguintes domínios e competências:

Quadro 27 – As competências

Psicomotor	Saber fazer	<i>Avaliação das:</i> - Actividades físicas seleccionadas
Cognitivo	Saber	<i>Avaliação dos:</i> - Conhecimentos do elenco temático específico de cada programa
Sócio-afectivo	Saber estar	<i>Avaliação da:</i> - Assiduidade - Atitude - Cooperação - Relacionamento - Participação

Para Patrício (1993), o estudo dos valores por parte dos educadores profissionais não é apenas necessário, mas sim indispensável. Como o estudo dos valores a que deve proceder o professor não se pode limitar à dimensão teórica dos problemas ao “saber fazer”, “saber” e “saber estar”, Patrício (1993)

acrescenta uma outra competência, o “saber fazer-ser”. Estamos de acordo quando nesta linha de pensamento o que se pretende é reflectir sobre os valores, competindo ao professor a difícil tarefa de “fazer ser”. Não como define Patrício (1993) um “fazer ser” técnico, mas um “fazer-ser” ético, onde o professor “faz-ser” pessoas, não havendo educação onde não há referência intrínseca aos valores, indo ao encontro do que disse o Padre Manuel Antunes (1973), que a educação é uma espécie de acção.

Num contexto de acção educativa a aeróbica como desporto, pode-se aplicar à sequência de movimentos acompanhado por música o qual pretende modelar o corpo e oxigenar os tecidos. Por outro lado a palavra aeróbio está relacionada com o ser vivo que tem necessidade de ar ou oxigénio livre para viver.

Existe hoje uma nova disciplina denominada **neuróbica**, que podemos traduzir como aeróbica para o cérebro, sendo constituída por um conjunto de exercícios que incluem mudanças de comportamentos e que permitem ainda uma maior abertura mental à experiência de viver. Tudo é realizado através do **movimento** intencional da motricidade humana. Aqui a **intencionalidade** é referente à intenção de ordem representativa ou mental.

A **motricidade** como conjunto das faculdades e características psicofísicas, ao estudo das relações dos estímulos físicos com as sensações correspondentes, está associada à capacidade de movimento no ser humano. A partir deste movimento há a percepção do reconhecimento interior, através da assimilação de ideias, de sentimentos.

Também sabemos que as células cerebrais consomem cerca de 25 por cento do oxigénio existente no corpo humano. A partir dos pulmões este oxigénio é levado ao cérebro através da corrente sanguínea. Deste modo o movimento corporal contribui para facilitar a circulação sanguínea, logo actua para uma melhoria das suas funções, nomeadamente a percepção do gesto técnico.

Segundo os fundamentos utilizados pelos lexicólogos e pedagogos Galisson & Porcher (1986) e com base na criação de palavras através da união efectuada no corte de palavras já existente, da teoria de “*Mots-valises*” as quais

são muito presentes na nossa vida quotidiana, com atenção ao que diz a língua, cuja ideia base está patente nos jornais, nos livros e em estudos.

Para estes autores a ocorrência do acto criativo de palavras, consiste em fazer novo a partir do velho, aparecendo o produto final como um objecto lúdico criado para recrear e por sua vez para ensinar.

Assim o criativo nasce do (Re)criativo a partir do conhecimento das regras do género neste tipo de neologismos.

Com base nestes pressupostos estamos ainda a trabalhar na criação de uma palavra, sugerindo o conceito muito complexo, atendendo que a língua portuguesa como língua viva que é, está sempre em constante mutação, sofre alterações de outras línguas, de cortes de palavras, de introdução de outras, e de neologismos.

Para o nosso Orientador, sempre que o Homem procura no pré conhecer o que quer conhecer, desencadeia-se um pré (Re)conhecimento, uma fenomenologia, o que para nós estão consignadas, estão integradas no conceito **moviróbico**, ou seja o movimento intencional do ser vivo que tem necessidade de oxigenação cerebral para viver.

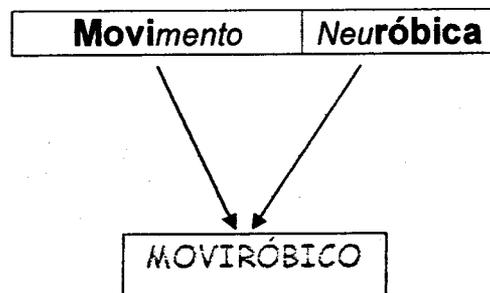


Figura 4 – A criação da palavra moviróbico

Temos assim que a exploração de situações de movimento adequada ao contexto da estrutura do corpo humano foi uma competência específica, realizada a diferentes ritmos, através de exercícios de destreza e agilidade, através de jogos e exercícios com bolas assim como estafetas, jogos populares e jogos tradicionais.

Entre os exercícios propostos pelos professores a nível da criatividade e afectividade, os alunos foram aprendendo que o professor é também o seu espelho. Para se encontrar nesse espelho e estabelecerem uma relação saudável, existiu uma mudança de atitudes com resultados que são visíveis a nível de se tomarem pioneiros do ainda muito terem que fazer face aos primeiros passos serem dados no bom caminho.

Pudemos observar a interacção sem preconceitos entre os alunos no espaço não só de libertação, mas podendo ser os alunos, eles próprios a criarem as actividades.

Nada foi efectuado com o sentido de inventar fosse o que fosse a nível do movimento humano, mas sim procurar inovar, ou seja, arranjar melhores formas de querer lidar com determinação a resolução de um problema directamente vocacionado para a estrutura do corpo humano.

Quadro 28 - Os níveis da estrutura do corpo humano

Locomotora	Ossos Músculos Tendões Articulações	São os protagonistas do movimento corporal, que pode ser educativo, quando for pensado, controlado e conscientemente executado.
Orgânica	Sistema circulatório Sistema respiratório	No exercício físico os músculos estão dependentes destes dois sistemas que se encontram em relação com o meio ambiente.
Perceptivo-cinética	Sistema nervoso Órgãos dos sentidos	O exercício físico melhora o controlo do sistema nervoso sobre os músculos e demais órgãos sendo os movimentos mais coordenados, mais precisos e seguros.

6.3.7. Perfil das actividades

As actividades foram montadas por nós, após negociação efectuada com os professores do Grupo Experimental, baseadas no interesse e necessidade de aumentar a componente lúdica no movimento, para um estilo de vida saudável em função das características específicas dos alunos e dos professores que colaboraram connosco nesta investigação, tendo o esquema sido montado em função das características dos actores, os alunos e os professores, bem como o local onde a mesma era executada.

Nos exercícios propostos ao aluno houve indicadores de ludicidade, com o objectivo de ser efectuado, não havendo a preocupação de ser realizado o movimento o mais correctamente possível.

A este propósito Correia (2004) quando se refere ao professor Moniz Pereira, sobre a referência ao treino da década de cinquenta do século passado, menciona o seguinte: "Qualquer gesto técnico, por muita boa qualidade que tenha, se não for repetido sucessivamente perde qualidade. Se repetirmos o gesto técnico muitas vezes, esse gesto fica a fazer parte dos hábitos de cada um, sendo, também, parte do seu próprio corpo. Ou seja: é natural."

Defendemos que o movimento corporal confronta com a transformação processual da imagem do corpo, na percepção de si próprio, desenvolvendo o seu ritmo interior, face aos estímulos recebidos do exterior.

Todos os movimentos do corpo são produzidos através de contracções musculares, ou seja, o deslizamento das miofibrilhas de actina e miosina, provocando o encurtamento do músculo, com o auxílio de energia que no organismo humano se encontra armazenado nas células musculares sobre a forma de adenosina trifosfato (ATP).

A energia libertada na desintegração do ATP representa a energia utilizada pelo aluno, a qual é fornecida por diferentes sistemas conforme a sua duração e a intensidade do esforço.

Os esforços mais longos de menos intensidade, o ATP é fornecido através da respiração, denominado aeróbio.

Nas nossas escolas os alunos deverão dependerem do metabolismo aeróbio efectuado com a utilização de oxigénio.

Os fundamentos deste método são baseados nos princípios psicomotores dos movimentos que se fazem no dia-a-dia, mostrando como se lida consigo, com o próximo, com o companheiro do jogo e com o meio que o envolve, entrando assim na percepção do próprio corpo.

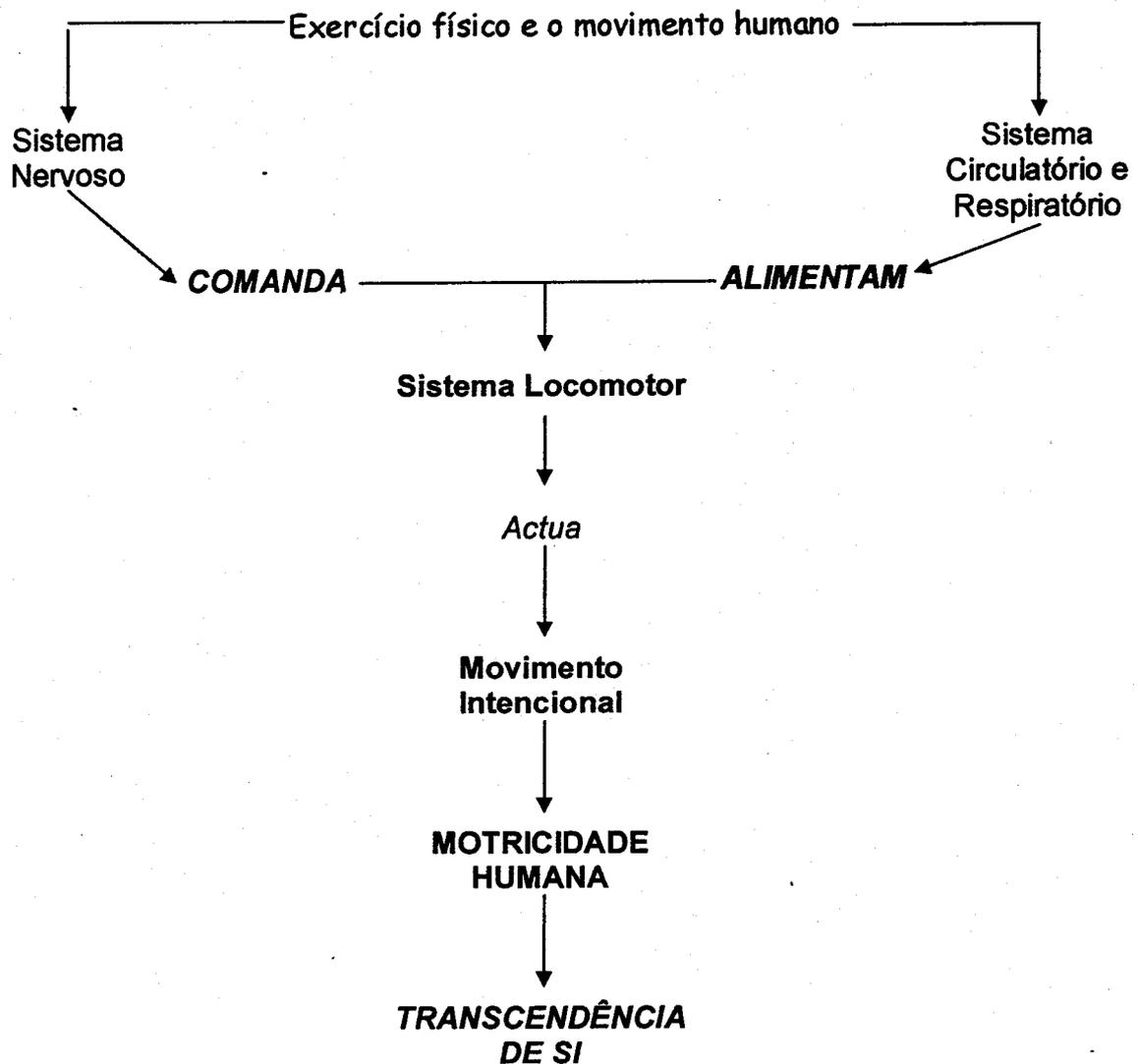


Figura 5 - O exercício físico e o movimento humano

O *Prazer* de fazer aquilo que se gosta, proporcionando satisfação e bem-estar, deverá substituir a *Obrigação* de realizar a actividade física, cujo

movimento corporal está somente vocacionado para a competição. Como o corpo em movimento gera transcendência para os valores, a vida estará em movimento se o movimento estiver nessa própria vida.

António Damásio, cientista que dirige o Departamento de Neurologia da Universidade de Iowa e é professor do Instituto Salk, em S. Diego nos Estados Unidos da América, defende que através de métodos de imagionologia e do estudo directo em pessoas que sofreram lesões, é possível perceber o que é uma emoção e também um sentimento.

Para este cientista, as emoções são reacções naturais e automáticas com vista à preservação e equilíbrio interno do corpo, enquanto que os sentimentos, são como que a percepção e compreensão de uma simples emoção. Explica ainda que as emoções são manifestações visíveis ou detectáveis, enquanto os sentimentos são imagens mentais, por isso escondidas.

Damásio (2003), defende também que as emoções ao serem um sistema regulador do corpo resultam essencialmente nos processos racionais da tomada de decisões. Como no cérebro não há uma zona mas sim regiões diferentes que trabalham em sistema, Damásio menciona que o prazer encontra-se na região da ínsula, onde se desenha a configuração do corpo, ou seja, os sinais correspondentes a todas as mensagens que o organismo está a enviar, ou mais directamente onde se vêem os sentimentos.

De facto, num cérebro complexo, como é o do ser humano, onde são imensas as informações recebidas a cada instante, o sistema de detecção precisa de uma cartografia que represente o organismo, permitindo ao cérebro responder imediatamente aos sinais do corpo. O cérebro que está permanentemente a receber sinais de todo o corpo, que o informam sobre o seu estado através dos nervos e circulação sanguínea reage depois por substâncias químicas, como por exemplo quando baixa a taxa de glicose e sentimos fome.

Permite estabelecer uma reacção automática do corpo através da emoção e aquilo que a provoca, tendo como consequência inesperada os sentimentos.

Também em trabalhos de investigação conduzidos por Dominique de Quervain da Universidade de Zurique na Suíça, sobre a base da cooperação entre

os seres humanos, a actividade cerebral experimenta uma sensação de prazer ao corrigir outro indivíduo.

Partindo do princípio de que é fundamental facilitar a cada aluno a identificação do seu próprio estado, Alves (2004), menciona que a visualização mental introduz-nos neste mundo do possível que não é o presente real e imediato mas, sim, o da imaginação. Consiste assim em visualizar mentalmente as situações em que o indivíduo está implicado.

Além das habilidades motoras existem as habilidades cognitivas que se relacionam com a recepção e tratamento da informação que os alunos recebem, a nível da percepção, atenção, memória, pensamento e imaginação.

Para que o aluno consiga aperfeiçoar a acção, a direcção e a regulação dos seus movimentos, as habilidades cognitivas deverão ser treinadas da mesma forma que as habilidades motoras.

Para Alves (2004) a prática mental mais a prática física é extremamente eficaz na aprendizagem de novas perícias motoras e, conseqüentemente na melhoria dos resultados práticos.

A decisão de infligir uma correcção activa numa região do cérebro, o estriado dorsal, que desempenha um papel chave no sentimento de prazer e satisfação.

É o prazer de praticar Desporto na Escola que deve ser tomado em consideração atendendo que os alunos se encontram nas etapas que devem privilegiar, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento que precedem a etapa de alto rendimento.

Assim, nas escolas deve-se privilegiar a criação de novos espaços desportivos e valorização dos já existentes, que vão ao encontro de novas oportunidades que atraiam os alunos na escolha a nível de recreio e de lazer.

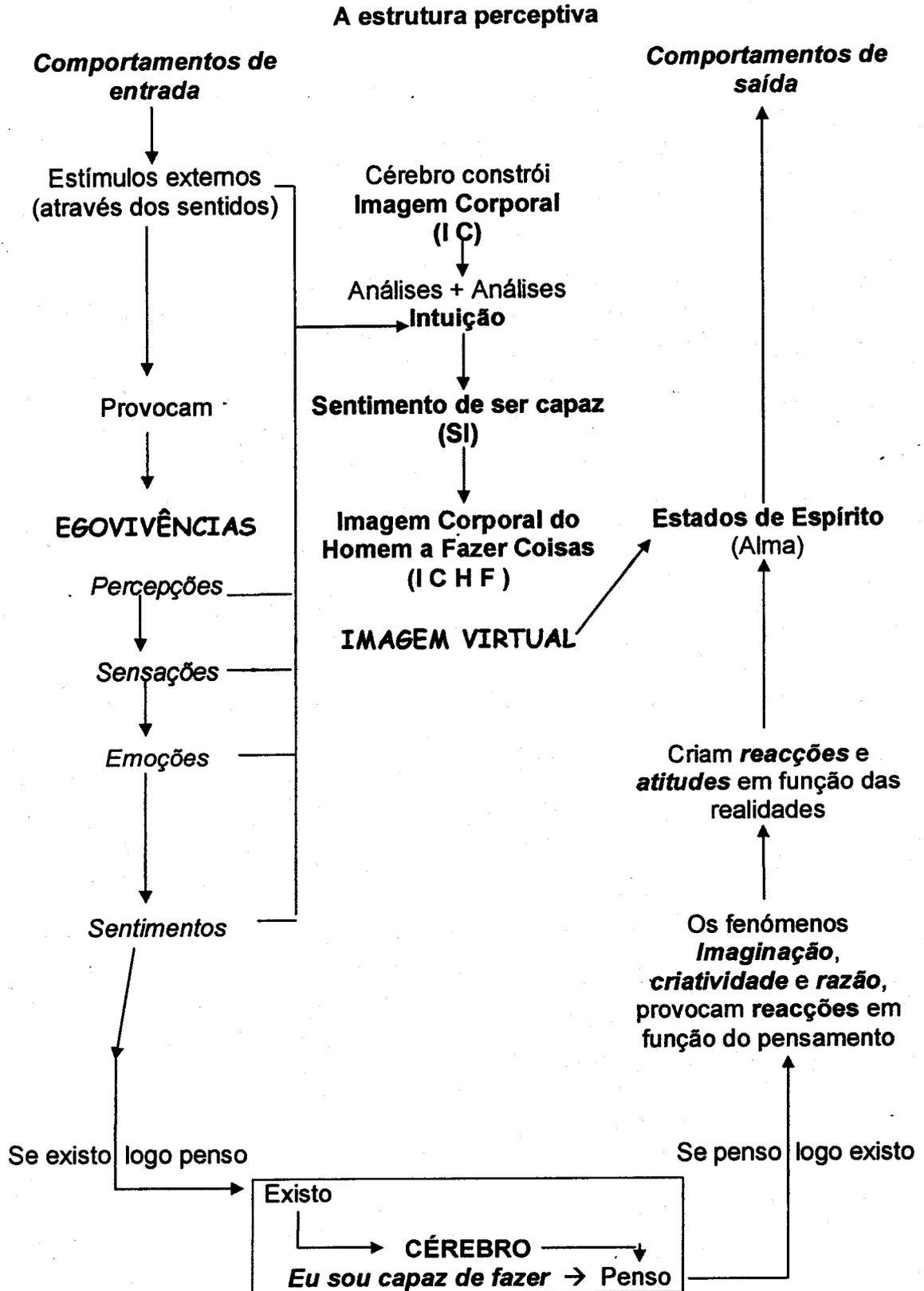


Figura 6 – A estrutura perceptiva

Como a mente para Damásio (2003) está dentro do cérebro, sendo o corpo o apoio dessa mente, os alunos serão capazes de fazer um gesto técnico, porque a sua existência leva a pensar naquilo que pretendem executar.

Apresentamos em seguida a matriz de critérios de avaliação na prática do movimento.

<i>Objectivos</i>	<i>Avaliação da tarefa feita pelo Professor</i>
<p>Melhorar o nível de saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o bem-estar geral - Fortalecer as diversas partes do corpo - Desenvolver as diversas capacidades físicas 	<p>Cumpriu os objectivos</p> <p>ou</p> <p>Não cumpriu os objectivos</p>
<p>Conhecer melhor o corpo e as suas possibilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - As ordens do cérebro na contracção muscular <ul style="list-style-type: none"> Contacto com: <ul style="list-style-type: none"> - Tecidos - Músculos - Órgãos dos sentidos 	<p>Cumpriu os objectivos</p> <p>ou</p> <p>Não cumpriu os objectivos</p>
<p>Aprender a movimentar o corpo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produzir movimentos corporais <p>Contracção dos músculos</p>	<p>Cumpriu os objectivos</p> <p>ou</p> <p>Não cumpriu os objectivos</p>
<p>Aprender a realizar exercícios e jogos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sozinho - Em grupo - Em equipa 	<p>Cumpriu os objectivos</p> <p>ou</p> <p>Não cumpriu os objectivos</p>
<p>Jogos pré-desportivos</p> <p>Movimento Intencional</p> <ul style="list-style-type: none"> - O ritmo - O entusiasmo - A energia - A boa disposição - A alegria - A tradição - A recreação da ludicidade 	<p>Cumpriu os objectivos</p> <p>ou</p> <p>Não cumpriu os objectivos</p>

Sabemos que a primeira condição para que haja aprendizagem é o interesse ou a curiosidade de aprender. Ferreira (2002), menciona que para isso se materializar é fundamental que os alunos tenham um projecto para desenvolver, atendendo não só aos seus potenciais e limites, mas também ao contexto onde se realiza a aprendizagem.

Aparece aqui a novel técnica de espelhamento, introduzida no ensino universitário por Barbosa (1994) e no ensino clínico de enfermagem por Ferreira (1999). Esta técnica introduz junto dos profissionais de educação as práticas de reflexão sistemática, a fim de obrigar quem ensina a aprender e quem aprende a ser professor de si mesmo, ficando em condições de não só serem reflexivos como críticos face a si e ao Mundo.

É assim que os professores tentaram associar a ludicidade à criatividade e à imaginação. Assim o jogo tornou a forma de divertimento, de brincadeira e de prazer, sendo desta forma uma actividade de exploração do movimento intencional dos alunos.

Através da ludicidade os alunos copiam, imitam, reproduzem os movimentos do quotidiano, que são vivenciados pelos professores.

Quanto ao tipo de indicadores que os professores tinham em consideração para a planificação das suas intervenções, mencionamos os espaços, os materiais, o grupo de alunos e a respectiva motivação daqueles.

A ludicidade é assim considerada como uma actividade de lazer e de exploração do movimento, onde os alunos tentam descobrir o seu "eu".

É assim dada uma maior atenção à ocupação de tempos dedicados à participação desportiva, de forma a proporcionar aos alunos oportunidades de actividades salutaras evitando, assim, o desvio para práticas de risco.

Os alunos revelaram ou não os conhecimentos definidos inicialmente montados por nós e pelos professores intervenientes no Grupo Experimental, relativamente aos objectivos da actividade desportiva proposta.

Também de acordo com os critérios inicialmente propostos, o aluno evidenciou ou não competências sobre as matérias seleccionadas, com referência para o sucesso ou não da prática do Desporto na Escola.

Apresentamos em seguida as actividades efectuadas na Orientação, no Atletismo e no Futsal nas respectivas escolas que colaboraram na investigação.

6.4. Orientação - Carta de Intervenção Estratégica

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Ex-Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo

**Escola Básica 2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém
(Ourém)**

2º Ciclo do Ensino Básico

Orientação

6.5. Orientação

6.5.1. Síntese histórica

Através de meios e métodos expeditos, desde sempre a Orientação foi utilizada pelo homem em todos os deslocamentos que efectuava não só em terra mas também no mar, com o objectivo de ir o mais rápido possível de um local para o outro.

O grande precursor desta modalidade desportiva, foi um líder escuteiro, Major Ernst Killander, de nacionalidade sueca, no ano de 1918, tendo então vindo a ganhar cada vez mais adeptos desde esse ano.

Em Portugal a Orientação deu os primeiros passos na década de setenta, através do meio militar, para na década seguinte surgir a nível civil.

Apareceu pela primeira vez no Programa do Desporto Escolar, no ano lectivo de 1996/97. Curiosamente o Campeonato do Mundo de Orientação do Desporto Escolar foi organizado por Portugal no ano de 2002 no distrito de Leiria.

6.5.2. Objectivos

Os alunos deverão realizar percursos na Natureza, utilizando técnicas de orientação com o respeito das regras de organização, participação e preservação da qualidade do ambiente.

A velocidade de movimento, tem que ser acompanhada pela velocidade de raciocínio ao ler o mapa e fazer a respectiva interpretação da relação terreno/bússola, ponderando sobre as várias opções de itinerário, para poder rapidamente decidir.

Cruzando prados, ribeiros, florestas e criando o gosto pelas Multiactividades de Ar Livre, assente entre o equilíbrio das componentes de leitura de uma carta, a capacidade física e a capacidade de raciocínio, os alunos deverão sentir-se parte integrante do espaço que percorre.

Tem como objectivo a ocupação de tempos livres dedicados à prática de uma modalidade desportiva, através de um conjunto de actividades pedagógicas de carácter lúdico, procurando proporcionar aos alunos diversas experiências, promovendo o encontro com o poder da mente e o contacto com a natureza onde a prática se desenrola.

As actividades são desenvolvidas em diferentes oficinas de (Re)configuração, organizadas de acordo com as temáticas específicas a partir do movimento, com o objectivo de desenvolver a expressão corporal, seguindo as pistas da imaginação e da criatividade, através da espontaneidade das atitudes e dos gestos dos movimentos, englobados no seguinte perfil de actividades:

6.5.3. Perfil das competências específicas das actividades

<p>Saber</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A análise de um mapa ou uma planta - A identificação da simbologia básica, nomeadamente o tipo de vegetação, tipo de terreno, habitação, caminhos de água, pontos altos, entre outros - A correcta orientação do mapa e a identificação da melhor opção do percurso - A noção de planificação e relevo
<p>Saber ser</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A cooperação com os colegas nas situações de percurso. - O respeito pelas regras de segurança e de preservação do equilíbrio ecológico
<p>Saber fazer</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Um percurso simples de orientação, em equipa, num espaço apropriado para o efeito (mata, parque, entre outros), com o preenchimento do cartão de controlo e doseando o esforço para resistir à fadiga

6.5.4. Painel de actividades

Participa activamente:

- Na orientação do mapa associado ao terreno
- Na tomada de decisão na realização de um percurso
- Na identificação das características de um percurso
- Na localização de elementos característicos próximos de caminhos
- Na identificação do cartão de sinalética
- Na orientação com uma bússola como auxiliar para a realização de percursos
- Calculando as distâncias
- Na selecção do trajecto com os pontos de controlo
- Sabendo picotar o cartão nos postos de controlo
- Sabendo identificar o local de chegada

6.5.5. Recursos

Como recursos foram utilizadas bússolas, alicates, mapas e balizas.

6.5.6. Grelha de observação directa

A grelha de observação directa utilizada na avaliação foi elaborada de acordo com os parâmetros acordados por nós e pelo professor do Grupo Experimental, no início do ano lectivo a que se refere este estudo. Teve como base a nossa experiência adquirida ao longo da nossa actividade profissional, bem como a experiência do professor que colaborou nesta investigação.

O preenchimento da grelha de observação era assinalado com as palavras Sim (S) ou Não (N).

A cada competência era atribuído o valor de 10 por cento em caso afirmativo e zero por cento para quem não cumpria os objectivos.

Assim, se o valor total da avaliação fosse de 50 por cento ou superior, o aluno cumpria com os objectivos. Se o valor total fosse inferior a 50 por cento, o aluno não cumpria com os objectivos.

Os alunos que participaram na modalidade Orientação cumpriram com os objectivos.

Alunos (n=12)	Competências										Avaliação
	Autonomia	Pesquisa	Espírito crítico	Criatividade	Empenho	Colaboração	Atenção	Organização	Pontualidade	Assiduidade	
A											
B											
C											
D											
E											
F											
G											
H											
I											
J											
L											
M											

6.6. Orientação / M4 - Construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa

Os alunos devem possuir conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam desempenhar correctamente a sua função, bem como ter uma boa capacidade de relacionamento com os colegas e com os professores.

Deverão ainda ser capazes de cumprir os objectivos, as normas, bem como a adaptação aos procedimentos das competências a executar, coordenando as suas actividades com as dos outros colegas.

Quando actuam em equipa, deverão saber relacionar-se e comunicar, transmitindo os necessários conhecimentos teóricos e práticos num espírito de ajuda ao outro.

6.7. Atletismo - Carta de Intervenção Estratégica

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Ex-Centro de Área Educativa de Lisboa

**Escola Básica 2,3 General Humberto Delgado
(Santo António dos Cavaleiros)**

3º Ciclo do Ensino Básico

Atletismo

6.8. Atletismo

6.8.1. Síntese histórica

A origem da modalidade de Atletismo, é uma actividade desportiva que remonta à própria origem do ser humano, que por necessidade, defesa ou até mesmo prazer, corria, lançava, saltava ou marchava.

Na Grécia Antiga, o primeiro registo a nível dos Jogos da Antiguidade, remonta ao ano de 776 a.C., com o vencedor da prova de um Estádio (192,27 metros), o atleta Korebus.

A abordagem de várias disciplinas nesta modalidade exige o seguinte:

- Persistência na realização das várias provas de corridas curtas, longas, com e sem barreiras; saltos horizontais e verticais; lançamentos; marcha atlética;
- Noção e controlo da postura corporal;
- Boa capacidade de equilíbrio;
- Bom desenvolvimento da noção de ritmo;

6.8.2. Objectivos

Os alunos deverão efectuar provas de corridas, saltos, lançamentos e marcha atlética, proporcionando momentos de alegria e companheirismo durante a organização e o decorrer das actividades, pondo à prova várias situações de saber vencer, saber perder, aceitar as decisões dos juízes e cooperação com os colegas.

Tem como objectivo a ocupação de tempos livres dedicados à prática de uma modalidade desportiva, através de um conjunto de actividades pedagógicas de carácter lúdico, procurando proporcionar aos alunos diversas experiências, promovendo o encontro com o poder da mente e com o meio onde a prática se desenrola.

As actividades são desenvolvidas em diferentes oficinas de (Re)configuração, organizadas de acordo com as temáticas específicas a partir do movimento, com o objectivo de desenvolver a expressão corporal, seguindo as pistas da imaginação e da criatividade, através da espontaneidade das atitudes e dos gestos dos movimentos, englobados no seguinte perfil de actividades:

6.8.3. Perfil das competências específicas das actividades

Saber	<ul style="list-style-type: none"> - As regras de segurança - A identificação das diferentes provas - Os regulamentos específicos de cada prova
Saber ser	<ul style="list-style-type: none"> - O cumprimento das regras de segurança - A cooperação nas ajudas e correcções técnicas - A preservação do material
Saber fazer	<ul style="list-style-type: none"> - As técnicas específicas de cada prova respeitando o respectivo regulamento

6.8.4. Painel de actividades

<p>Participa activamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na corrida de velocidade com partida de blocos - Na corrida sem partida de blocos - Na corrida de estafetas - Na corrida de barreiras - No salto em comprimento - No salto em altura - No lançamento do peso - No lançamento do dardo

6.8.5. Recursos

Foram utilizados como recursos os blocos de partida, pesos, dardos, bolas de arremesso, postes, fasquia e elásticos para o salto em altura, barreiras, testemunhos e fitas métricas.

6.8.6. Grelha de observação directa

A grelha de observação directa utilizada na avaliação foi elaborada de acordo com os parâmetros acordados por nós e pelo professor do Grupo Experimental, no início do ano lectivo a que se refere este estudo. Teve como base a nossa experiência adquirida ao longo da nossa actividade profissional, bem como a experiência do professor que colaborou nesta investigação.

O preenchimento da grelha de observação era assinalado com as palavras Sim (S) ou Não (N).

A cada competência era atribuído o valor de 10 por cento em caso afirmativo e zero por cento para quem não cumpria os objectivos.

Assim, se o valor total da avaliação fosse de 50 por cento ou superior, o aluno cumpria com os objectivos. Se o valor total fosse inferior a 50 por cento, o aluno não cumpria com os objectivos.

Os alunos que participaram na modalidade Atletismo cumpriram com os objectivos.

Alunos (n=8)	Competências										Avaliação
	Autonomia	Pesquisa	Espírito crítico	Criatividade	Empenho	Colaboração	Atenção	Organização	Pontualidade	Assiduidade	
A											
B											
C											
D											
E											
F											
G											
H											

6.9. Atletismo / M4 - Construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa

Os alunos devem possuir conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam desempenhar correctamente a sua função, bem como ter uma boa capacidade de relacionamento com os colegas e com os professores.

Deverão ainda ser capazes de cumprir os objectivos, as normas, bem como a adaptação aos procedimentos das competências a executar, coordenando as suas actividades com as dos outros colegas.

Quando actuam em equipa, deverão saber relacionar-se e comunicar, transmitindo os necessários conhecimentos teóricos e práticos num espírito de ajuda ao outro.

6.10 - Futsal - Carta de Intervenção Estratégica

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Ex-Centro de Área Educativa do Oeste

**Escola Secundária D^a Inês de Castro
(Alcobaça)**

Ensino Secundário

Futsal

6.11. Futsal

6.11.1. Síntese histórica

A modalidade Futsal é uma variante do futebol, que começou a ser praticada em países da América do Sul, durante a década de trinta. Foi difundido de uma forma gradual por todo o Mundo.

No nosso País deu-se a sua integração na Federação Portuguesa de Futebol no ano de 1997, apesar de se ter começado a praticar em 1986.

Curiosamente esta modalidade não faz parte dos programas de Educação Física resultante da Revisão Curricular, que foram homologados em Fevereiro do ano de 2002, com entrada em vigor no Ensino Secundário no ano lectivo de 2004/05.

O Futsal exige precisão, movimentações constantes, rapidez de execução, domínio técnico e eficácia.

6.11.2. Objectivos

Tem como objectivo a ocupação de tempos livres dedicados à prática de uma modalidade desportiva, através de um conjunto de actividades pedagógicas de carácter lúdico, procurando proporcionar aos alunos diversas experiências, promovendo o encontro com o poder da mente e com o meio onde a prática se desenrola.

As actividades são desenvolvidas em diferentes oficinas de (Re)configuração, organizadas de acordo com as temáticas específicas a partir do movimento, com o objectivo de desenvolver a expressão corporal, seguindo as pistas da imaginação e da criatividade, através da espontaneidade das atitudes e dos gestos dos movimentos, devendo os alunos efectuarem os jogos englobados no empenho do seguinte perfil de actividades:

6.11.3. Perfil das competências específicas das actividades

Motor	<ul style="list-style-type: none"> - A penetração - A contenção - A cobertura defensiva - A cobertura ofensiva
Cognitivo	<ul style="list-style-type: none"> - O conhecimento das regras - A aplicação correcta das regras
Afectivo	<ul style="list-style-type: none"> - O espírito de equipa - O espírito desportivo - A cooperação com os colegas - O saber vencer - O saber perder - A aceitação das decisões do árbitro

6.11.4. Painel de actividades

<p>Participa activamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na recepção e controlo de bola - Na condução da bola - Na devolução da bola - No passe rasteiro - No passe por alto - Na penetração fintando - No remate de cabeça - Na desmarcação - No desame
--

6.11.5. Recursos

As balizas, as bolas de futebol e o terreno de jogo, foram utilizados como recursos para esta modalidade.

6.11.6. Grelha de observação directa

A grelha de observação directa utilizada na avaliação foi elaborada de acordo com os parâmetros acordados por nós e pelo professor do Grupo Experimental, no início do ano lectivo a que se refere este estudo. Teve como base a nossa experiência adquirida ao longo da nossa actividade profissional, bem como a experiência do professor que colaborou nesta investigação.

O preenchimento da grelha de observação era assinalado com as palavras Sim (S) ou Não (N).

A cada competência era atribuído o valor de 10 por cento em caso afirmativo e zero por cento para quem não cumpria os objectivos.

Assim, se o valor total da avaliação fosse de 50 por cento ou superior, o aluno cumpria com os objectivos. Se o valor total fosse inferior a 50 por cento, o aluno não cumpria com os objectivos.

Os alunos que participaram na modalidade Orientação cumpriram com os objectivos.

Alunos (n=15)	Competências										Avaliação
	Autonomia	Pesquisa	Espírito crítico	Criatividade	Empenho	Colaboração	Atenção	Organização	Pontualidade	Assiduidade	
A											
B											
C											
D											
E											
F											
G											
H											
I											
J											
L											
M											
N											
O											
P											

6.12. Futsal / M4 - Construção de Oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa

Os alunos devem possuir conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam desempenhar correctamente a sua função, bem como ter uma boa capacidade de relacionamento com os colegas e com os professores.

Deverão ainda ser capazes de cumprir os objectivos, as normas, bem como a adaptação aos procedimentos das competências a executar, coordenando as suas actividades com as dos outros colegas.

Quando actuam em equipa, deverão saber relacionar-se e comunicar, transmitindo os necessários conhecimentos teóricos e práticos num espírito de ajuda ao outro.

6.13. Conclusões

Na visualização do movimento, o aluno deverá a nível técnico efectuar um ensaio mental desse movimento específico e respectivo sincronismo, necessário para atingir um nível superior de execução. A técnica de execução e o desempenho pessoal cria no cérebro padrões neuronais, que transmite aos músculos o que fazer, quando e como se movimentam, através das células nervosas com todos os seus prolongamentos ramificados, as dendrites.

Aqui a mente também é utilizada para melhorar o prazer da execução do exercício. Quando se aumenta o prazer, a sensação de bem-estar a nível físico e psíquico, o aluno cria uma melhor imagem de si próprio.

Como os jovens desenvolvem a criatividade, aprendem a resolver problemas, exploram o mundo físico adquirindo competências, a actividade lúdica através da brincadeira é fundamental para o desenvolvimento físico do aluno, obrigando a experimentar diversos tipos de movimentos, ajudando ainda à evolução das suas faculdades motoras e mentais.

Brincar ajuda à socialização face ao seu comportamento na presença dos outros, ajuda a experimentar a diversidade de acções, a ensaiar várias representações, ajuda ainda à integração de partes de cada um para construir a sua própria personalidade.

Brincar ensina a maneira das pessoas se darem umas com as outras, com as respectivas regras, compensações e as punições, contribuindo o jogo para o desenvolvimento das capacidades motoras e da coordenação geral.

É desta forma que a prática desportiva nunca deverá ser uma guerra, não devendo o adversário ser um inimigo, mas sim um companheiro de jogo, não devendo ainda jogar contra o outro, mas sim com o outro.

O Desporto na Escola deverá inspirar o desenvolvimento de uma dinâmica humanística, de tolerância e amizade, elevando os alunos em toda a sua dimensão. Deverá ser praticado com o objectivo de recrear, entreter, para o seu aperfeiçoamento moral e físico e não só com o espírito competitivo.

O movimento corporal confronta com a transformação processual da imagem do corpo, na percepção de si próprio, desenvolvendo o seu ritmo interior, face aos estímulos recebidos do exterior.

Os fundamentos deste método são baseados nos princípios psicomotores dos movimentos que se fazem no dia-a-dia, mostrando como se lida consigo, com o próximo, companheiro do jogo e com o meio que o envolve, entrando assim na percepção do próprio corpo. Para tal a actividade lúdica e os estilos de vida saudáveis são cruciais no desenvolvimento do método.

6.14. Actividade lúdica

Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1978), a actividade lúdica (do latim, ludus, jogo, divertimento), constitui um estímulo que não pode substituir-se porque modela o carácter, de harmonia com a hereditariedade, a adaptabilidade e as condições de vida individual e colectiva.

A actividade lúdica, a brincadeira, constitui um elemento de desenvolvimento e de expansão da personalidade, representando verdadeiramente a exteriorização da energia íntima, que o educador deve observar com exactidão, a fim de a utilizar devidamente.

Os actos manifestados pelos alunos quando em presença de uma actividade lúdica, correspondem a um desejo, a uma necessidade íntima, e com ela os alunos obedecem, procurando todas as excitações que são realmente eficazes.

Se a actividade interessa, é porque corresponde a uma necessidade de movimento começado de uma actividade lúdica espontânea, que constitui um excitante que desperta o reflexo fatal. Assim, quando termina um movimento intencional, já terá sobrevindo uma excitação com uma resposta necessária, face

ao solicitado. Este princípio fundamental não deverá ser esquecido no Desporto na Escola.

Quando a voz do professor propõe uma actividade, provavelmente o aluno não pode sufocar imediatamente a sua expansão física, bem como o seu valor intelectual, continuando as reacções ainda por algum tempo, não por desobediência, mas por fatalidade orgânica.

Toda a actividade lúdica, comporta reacções musculares intensas, que estão intimamente associadas entre si, despertando no sistema nervoso central os excitantes necessários à sua continuação.

Ao observarmos os alunos no decurso de uma actividade lúdica, reparamos por exemplo que salta, corre, dança, ou seja, mexe-se, movimenta-se de várias maneiras. O exercício que constitui a sua exteriorização face à actividade que está a executar, dá ao organismo os estímulos necessários ao desenvolvimento do organismo, atendendo que o aluno reflecte, imagina, decide e actua, sem recuar que apareça a fadiga. Obedece aos princípios do imperativo da decisão, da energia e da vontade, consciente das responsabilidades para consigo e para com os outros, protegendo-se e protegendo os outros, sem se deixar dominar pelo medo de não conseguir e pela desconfiança que muitas das vezes os domina.

Desenvolvem a coragem, a dedicação, a energia moral experimentando a sua consciência de quanto vale o seu saber.

Assim, ao brincar o aluno vai instruindo constantemente, submetendo-se a um exercício intelectual, que recorre simultaneamente à actividade pessoal e ao trabalho da actividade lúdica, intrometendo nas suas brincadeiras todos os esforços sociais que norteiam a sua existência, sendo auto-educadora, compreendendo as necessidades e os meios, bem como o fim que pretende alcançar.

A actividade lúdica, sem dúvida que recreia e distrai do aborrecimento causado pela inacção, sendo importante o impulso que leva à satisfação de necessidades e interesses que poderão ser numerosos. Deste modo o Desporto na Escola através da actividade lúdica, só será atraente quando corresponda às necessidades físicas, intelectuais, morais e estéticas dos alunos, dando satisfação

às suas necessidades, desenvolvendo todas as manifestações da sua personalidade, proporcionando aquele que será o Homem de amanhã a sua identidade própria, influenciando tudo quanto passe pela sociedade onde está inserido, relativamente ao divertimento recreativo dos jogos lúdicos.

6.15. Estilo de vida saudável

Na sociedade moderna, cada vez mais se ignoram os estilos de vida saudável, ou por desconhecimento dos benefícios que eles trazem ou devido à influência da própria sociedade, cada vez mais consumista.

Podemos definir os estilos de vida saudáveis, como hábitos que se adquirem ao longo da vida, promovendo a saúde da cada pessoa. Como exemplos podemos apresentar os seguintes:

Não fumar, manter o peso ideal, não consumir drogas, ter uma vigilância médica periodicamente, manter uma actividade física regular.

Como a actividade física deverá ser para toda a vida, adaptando-a a cada grupo etário, os exercícios dinâmicos, tais como a marcha, a corrida, a natação, a ginástica, o ciclismo entre outros, são mais recomendáveis que os estáticos.

O descanso e o lazer evitam situações que provocam mal-estar, stress, e ansiedade. Devemos passear ao ar livre e desfrutar da companhia de familiares e amigos, desenvolvendo actividades lúdicas e de lazer.

A adopção de um estilo de vida saudável previne os factores de risco modificáveis tais como, o sedentarismo, hipertensão arterial, diabetes, obesidade, excessos de alimentos entre outros.

A saúde não está só nas mãos dos médicos, devemos ganhar uma vida longa e saudável; através do Desporto na Escola jogamos pela saúde, pelo futuro, pelo desporto, pela cidadania, sendo o ideal, o desenvolvimento da motricidade base, aliada a uma grande diversão, ajudando a crescer, a desenvolver conjuntamente com a interacção dos pais.

O projecto do Desporto Escolar a nível do sistema macro nasce a partir de um Programa emanado pelo Gabinete Coordenador. Nem sempre existe articulação com o Projecto Curricular do estabelecimento de ensino em função das preferências dos alunos, estando vocacionado fundamentalmente para o rendimento da prática desportiva.

Assim, deverá ser preocupação essencial que o Desporto na Escola vise a formação e dinamização do aluno como um todo, através de práticas lúdicas.

Vamos passar para o capítulo da análise e interpretação dos resultados.

CAPÍTULO VII

Análise e Interpretação dos Resultados

CAPÍTULO VII - Análise e Interpretação dos Resultados

7.1. Dados finais e triangulação das escolas de Ourém, Santo António dos Cavaleiros e Alcobaça

Neste capítulo vamos apresentar os resultados obtidos nas escolas que acolheram esta investigação.

7.1.1. Anexo 3 - Alunos (Antes)

A frequência absoluta de idades e sexo dos alunos dos Grupos Experimental e de Controlo, são as constantes do seguinte quadro:

Quadro 29 – Idade dos alunos do Grupo Experimental e de Controlo

Idade	Grupo Experimental			Grupo de Controlo		
	Masculinos	Femininos	Total	Masculinos	Femininos	Total
10	-	-	-	2	-	2
11	1	8	9	4	6	10
12	2	1	3	-	2	2
13	6	1	7	-	7	7
14	-	-	-	2	-	2
15	-	-	-	2	1	3
16	3	-	3	4	2	6
17	1	6	7	3	-	3
18	2	-	2	1	-	1
19	2	1	3	-	-	-
20	-	1	1	-	-	-
Totais	17	18	35	18	18	36

A idade dos alunos estava compreendida entre os 10 e os 20 anos, com uma média de idades de 13,9 anos.

Quadro 30 – O sexo dos alunos no Grupo Experimental e de Controlo

<i>Grupos</i>	<i>Masculinos</i>	<i>Femininos</i>	<i>Total</i>
Experimental	17	18	35
Controlo	18	18	36
Totais	35	36	71

No âmbito deste estudo, foram interrogados 49,3 por cento de alunos do sexo masculino e 50,7 por cento do sexo feminino.

Procurámos saber neste I Bloco, se ao longo dos doze anos de frequência escolar, os alunos participaram ou não na actividade de Complemento Curricular do Desporto Escolar.

Quadro 31 – A participação ou não dos alunos no Desporto Escolar

<i>Anos</i>	<i>Grupo Experimental</i>		<i>Grupo de Controlo</i>	
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
1º Ciclo				
1º	-	35	-	36
2º	-	35	-	36
3º	6	29	-	36
4º	6	29	-	36
2º Ciclo				
5º	17	18	12	24
6º	19	16	5	31
3º Ciclo				
7º	10	13	4	18
8º	11	12	1	21
9º	8	-	-	12
Secundário				
10º	2	13	2	8
11º	2	13	3	7
12º	3	12	-	-
Totais	84 (27,2%)	225 (72,8%)	27 (9,2%)	265 (90,8%)

Podemos constatar através deste quadro que a maioria dos alunos quer do Grupo Experimental, quer do Grupo de Controlo, ao longo dos doze anos de escolaridade, não participaram na actividade de complemento curricular do

Desporto Escolar, conforme se pode constatar através dos dados de 72,8 por cento no Grupo Experimental e 90,8 por cento no Grupo de Controlo.

No II Bloco a grande maioria dos alunos quer no Grupo Experimental (97,1%) quer ainda no Grupo de Controlo (88,9%) não sabem se na Direcção do Núcleo do Desporto Escolar da sua Escola, existem representantes da Autarquia.

Por outro lado pensam que os Pais e Encarregados de Educação estão sensibilizados para a actividade do Desporto Escolar, face aos resultados apurados de 54,3 por cento para o Grupo Experimental e 52,7 por cento para o Grupo de Controlo.

Não sabem se na Direcção do Núcleo do Desporto Escolar da sua Escola, existem representantes dos Encarregados de Educação, com o resultado de 74,3 por cento para o Grupo Experimental e 69,4 por cento para o Grupo de Controlo.

Os alunos estão sensibilizados para o Desporto Escolar, através dos resultados obtidos de 80,0 por cento no Grupo Experimental e 91,7 no Grupo de Controlo, enquanto que os alunos acham que os professores de Educação Física estão sensibilizados para o Desporto Escolar, conforme os dados manifestados por 94,3 por cento no Grupo Experimental e de 100 por cento no Grupo de Controlo.

Os horários das aulas curriculares permitiam a realização das actividades do Desporto Escolar a nível interno, conforme o manifestado por 71,4 por cento no Grupo Experimental e 69,4 por cento no Grupo de Controlo.

Os horários das aulas curriculares também permitiam a realização das actividades do Desporto Escolar a nível externo, face aos dados manifestados pelos alunos dos Grupos Experimental (71,4%) e de Controlo (41,7%).

Quanto à existência de compatibilidade entre os horários dos professores responsáveis pelos Grupos/Equipa, e os horários dos alunos, 51,4 por cento do Grupo Experimental mencionaram que sim, enquanto 66,7 por cento dos alunos do Grupo de Controlo mencionaram que não sabem.

É ainda proporcionado a toda a população escolar o acesso às actividades do Desporto Escolar, conforme o manifestado por 57,1 por cento do Grupo Experimental e 66,7 por cento do Grupo de Controlo.

Os alunos não sabem se no acto de matrícula expressam a sua preferência relativamente aos Grupos/Equipa que gostariam de ter na escola. No Grupo Experimental, manifestaram aquela intenção 37,1 por cento, para no Grupo de Controlo ser manifestada por 52,7 por cento.

No III Bloco, apresentamos como síntese das três escolas, os indicadores fortes e fracos do Grupo Experimental e de Controlo. Assim:

Os alunos estão interessados:

- Na promoção de uma vida saudável (23,1%)
- Na ocupação de actividades saudáveis (21,7%)
- Numa vida saudável (23,7%)
- Na melhoria das suas condições de prática desportiva (23,0%)
- No acesso a todos ao desporto (21,5%)
- Na convivência com outras comunidades escolares (22,3%)

Os alunos lamentam:

- A actividade não constar nos horários dos alunos (27,8%)
- A falta de infra-estruturas desportivas (23,1%)
- A falta de apoio financeiro (25,6%)

Os alunos não estão preocupados:

- Em alcançar bons resultados através da competição (18,6%)
- Na falta de estímulo dos professores (16,2%)
- Na falta de estímulo dos alunos (17,1%)
- Na quantidade de êxitos (17,0%)

7.1.2. Anexos 4; 5; 6; 7 - Professores (Antes)

No Grupo Experimental e no âmbito de professores responsáveis pelos Grupos/Equipa do Desporto Escolar, as motivações que os levaram a escolher no passado ano lectivo as respectivas modalidades foram as seguintes:

A exploração da natureza, bem como o contacto mais aproximado que os alunos querem com a natureza.

O gosto pela modalidade, atendendo ao facto de ter sido atleta na modalidade e ter sido convidado pela Federação Portuguesa de Atletismo. Foi possível assim ir ao encontro dos interesses dos alunos, atendendo que todos os anos manifestavam interesse por esta modalidade, mas não havia professores interessados e por essa razão resolveu activar a modalidade.

No Grupo de Controlo em duas escolas todos os professores tinham aderido ao Desporto Escolar, enquanto numa outra escola um professor de Educação Física, não aderiu ao Desporto Escolar por falta de apoios nos transportes e falta de subsídios para os transportes que a escola ia conseguindo arranjar.

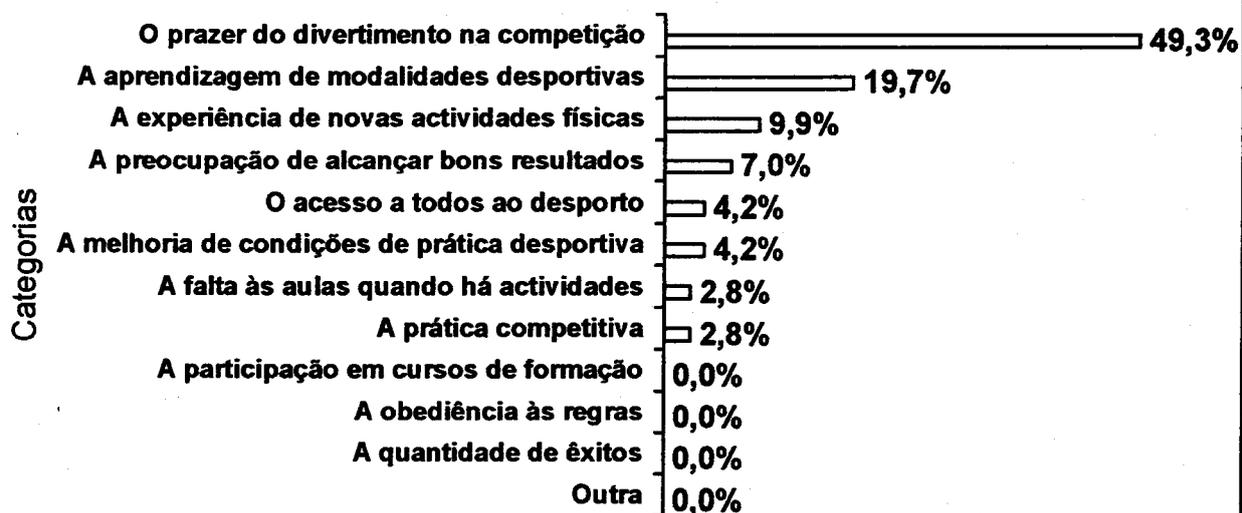
7.1.3. Anexo 8 - Alunos (Durante)

Para os dados quantitativos e análises elaboradas a partir do questionário, que tinha como grande objectivo verificar o que os alunos pretendiam do Desporto Escolar, apresentamos a definição dos indicadores utilizados, sendo todos os valores apresentados em percentagens. As duas variáveis de análise foram as seguintes:

A vertente da Prática Desportiva e a vertente Lúdico-Cultural.

Apresentamos em seguida os principais indicadores sobre as preferências que os alunos assinalaram.

Gráfico 71 - Distribuição dos principais indicadores na vertente da Prática Desportiva

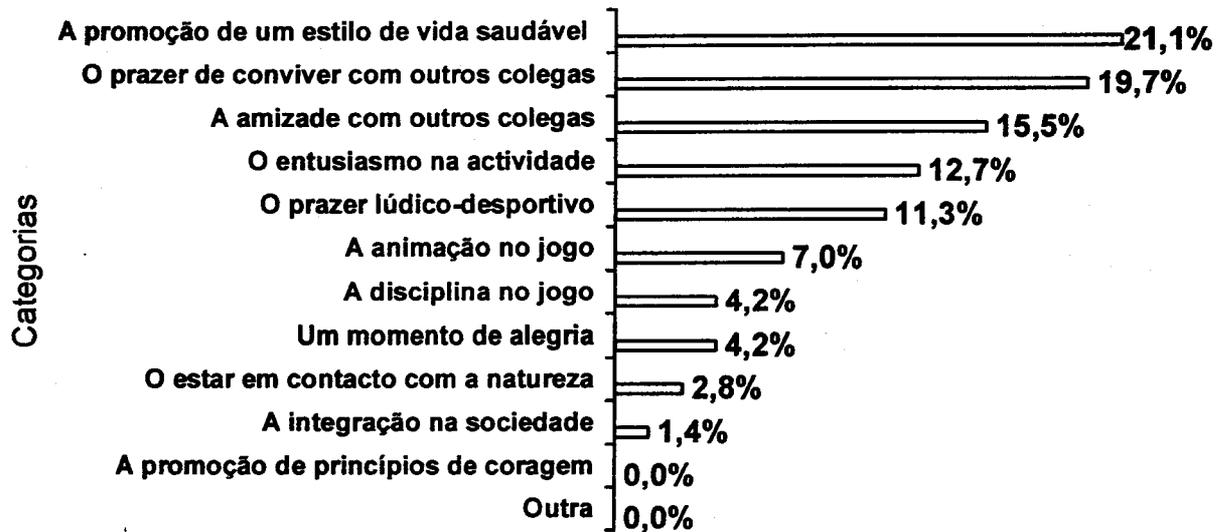


Perfil das categorias evidenciadas pelos alunos nas três escolas

Na opinião manifestada pelos alunos, na vertente da Prática Desportiva, verifica-se que “o prazer do divertimento na competição” aparece em primeiro lugar com 49,3 por cento, seguido da “aprendizagem de modalidades desportivas” com 19,7 por cento. Verifica-se também que os alunos não dão qualquer importância “à quantidade de êxitos”, bem como “à obediência das regras” e “à participação em cursos de formação”.

Na vertente Lúdico-Cultural, os alunos manifestaram como principais indicadores as seguintes preferências:

Gráfico 72 - Distribuição dos principais indicadores na vertente Lúdico-Cultural



Perfil das categorias evidenciadas pelos alunos nas três escolas

Para a vertente Lúdico-Cultural nas preferências manifestadas pelos alunos, verifica-se em primeiro lugar que “a promoção de um estilo de vida saudável” conta com 21,1 por cento, seguido do “prazer de conviver com outros colegas” com 19,7 por cento. Verifica-se também que os alunos não dão qualquer importância “à promoção de princípios de coragem”, bem como “à integração na sociedade” somente com 1,4 por cento.

7.1.4. Anexo 9 - Alunos (Durante)

Durante o 2º Período 100 por cento dos alunos continuaram a participar no Desporto Escolar, tendo este servido para aumentar (82,9%) o prazer do divertimento na actividade física. Gostaram (82,9%) da exploração do movimento enquanto dinamizador do seu comportamento na prática

desportiva, tendo o Desporto Escolar servido (88,6%) para a promoção de um estilo de vida saudável na vertente Lúdico-Desportiva.

No desenrolar da actividade física, tiveram o **prazer de conviver com outros colegas**, 100 por cento dos alunos, enquanto que 85,7 por cento se sentiram **motivados para executarem os exercícios criativos propostos pelo professor responsável** por esta actividade de complemento curricular.

7.1.5. Anexos 10; 11; 12 - Professores (Durante)

Sobre o prazer que os seus alunos manifestam quando confrontados com actividades Lúdico-Desportivas na expressão do movimento corporal vocacionado para a vertente de um estilo de vida saudável, os professores responderam o seguinte:

Durante o período da realização do trabalho de natureza científico-pedagógica os professores responsáveis pelos Grupos/Equipa do Desporto Escolar nas respectivas modalidades, face às actividades propostas sentiram que os seus alunos gostaram da exploração do movimento em contacto com a natureza nas actividades que regularmente faziam ao ar livre, nomeadamente na Orientação.

Gostaram imenso de participarem na corrida de estafetas e em provas combinadas de Atletismo.

A modalidade de Futsal foi bem acolhida pelos participantes, que fizeram torneios com prazer lúdico, tal como o "Torneio 24 horas de Futsal", quando da realização da VI Semana Aberta que se desenrolou de 29 de Março a 2 de Abril de 2004.

7.1.6. Anexo 13 - Alunos (Depois)

A prática desportiva na escola correspondeu a 91,4 por cento de acordo com as expectativas que os alunos tinham no início do ano lectivo.

Apontaram como principais razões para a prática na vertente lúdico-desportiva os seguintes indicadores:

A promoção de um estilo de vida saudável, com 60,0 por cento e o prazer de conviver com outros colegas foi manifestado por 17,1 por cento.

A principal razão para a prática na vertente da competição desportiva foi o **prazer do divertimento na competição**, com 62,9 por cento e a aprendizagem de modalidades desportivas. Curiosamente a **preocupação de alcançar bons resultados**, contou somente com 5,7 por cento, enquanto a **quantidade de êxitos** foi manifestada por 11,4 por cento.

A necessidade de continuar a fazer actividade desportiva foi manifestada por 100 por cento dos alunos.

Os alunos apontaram como fenómeno cultural o **jogo com o companheiro** (51,8%), é o **prazer** (15,1%), e a **amizade** (15,1%). Não é o jogo contra o adversário que lhes interessa atendendo ao manifestado por 6,1 por cento, nem é a competição que foi manifestada por 12,1 por cento.

Fisicamente os alunos sentiram-se muito melhor (78,8%) quando praticavam alguma actividade física. Também 15,1 por cento manifestaram que se sentiam melhor.

A actividade desportiva permitiu melhoria nas relações entre os colegas, segundo a vontade manifestada por 84,8 por cento, **sentindo-se os alunos melhor ao praticarem desporto (69,7%).**

Os alunos consideraram que o seu rendimento escolar melhorou por praticar desporto na escola, tendo 81,8 por cento manifestado essa intenção quando responderam a essa questão.

À questão colocada sobre o número de horas que os alunos dedicavam ao estudo semanalmente, na síntese das três escolas, verificou-se que 54,5 por cento dos alunos inquiridos do Grupo Experimental dedicava mais de 20 horas de estudo por semana de aulas. Por outro lado, 30,3 por cento dedicava ao estudo entre 16 e 20 horas por semana, para 12,1 por cento estudar entre 11 a 15 horas. Nenhum aluno manifestou a intenção de estudar menos de 5 horas por semana.

Quadro 32 - Parâmetros indicadores da metodologia quase-experimental

Antes	<p>Indicadores fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> - A promoção de uma vida saudável - A melhoria de condições de prática desportiva - Não constar no horário dos alunos - A falta de apoio financeiro <p>Indicadores fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> - A preocupação de alcançar bons resultados através da competição - A quantidade de êxitos - A falta de estímulo dos professores - Meio de prevenção de determinados flagelos
Durante	<p>Prática Desportiva</p> <ul style="list-style-type: none"> - O prazer do divertimento na competição - A aprendizagem de modalidades desportivas - A experiência de novas actividades físicas <p>Lúdico Cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> - A promoção de um estilo de vida saudável - O prazer de conviver com outros colegas - A amizade com outros colegas
Depois	<ul style="list-style-type: none"> - A promoção de um estilo de vida saudável - O prazer de conviver com outros colegas - O prazer do divertimento na competição - A aprendizagem de modalidades desportivas - O manter-se saudável - A diversão - O jogo com o companheiro - O prazer - A amizade

Estes parâmetros indicadores foram recriados a partir dos questionários que foram passados no período da investigação, antes, durante e depois.

7.1.7. Anexos 14; 15; 16 - Professores (Depois)

Os professores que connosco trabalharam no presente estudo acharam que houve melhoria (66,6%) no comportamento social dos alunos. Acharam

também os alunos mais motivados para enfrentarem a sociedade (66,6%), tendo conhecimento do **reflexo destas actividades no aproveitamento escolar, conforme 66,6 por cento que se manifestaram.**

Também foi detectada a existência de alunos com dificuldades na prática da modalidade, os quais foram procurar os professores no sentido de serem ajudados.

Contudo, para 66,6 por cento a prática desportiva na escola não correspondeu de acordo com as expectativas que tinham no início do ano lectivo

Os alunos aumentaram o companheirismo entre eles, segundo as respostas de 100 por cento dadas pelos professores.

Solicitámos também aos professores que mencionassem algum aspecto particular, quer positivo quer negativo, que tivessem detectado ao longo do ano lectivo.

Recebemos as seguintes respostas:

Aspectos Positivos	<p>a) - A entrega dos alunos à descoberta da modalidade.</p> <p>b) - A simplicidade e humildade que alguns alunos demonstraram na prática regular de Atletismo estando vários dias da semana na pista durante todo o ano lectivo.</p> <p>c) - Notou-se uma união muito grande entre os alunos.</p>
Aspectos Negativos	<p>a) - A falta de apoio por parte do Órgão Executivo da Escola.</p> <p>b) - Todos os aspectos burocráticos que foram necessários ultrapassar para poder desenvolver a prática da modalidade. Alguns desses aspectos foram autênticos "Travões" ao desenrolar de algumas actividades.</p> <p>c) - Por vezes também se notou alguma agressividade por parte dos alunos envolvidos na prática da modalidade.</p>

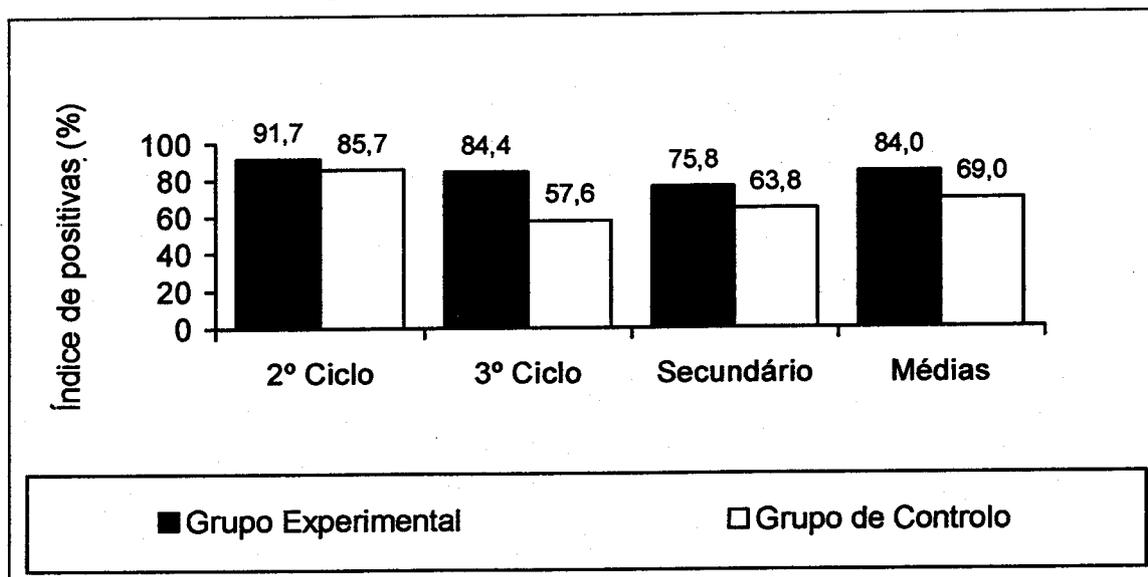
7.2. Dados finais referentes às avaliações no ano lectivo de 2003/04

Apresentamos seguidamente os gráficos e as rectas de regressão, sobre a média do índice de positivas no ano lectivo de 2003/04, nas escolas referentes a este estudo (Anexos 17, 18 e 19) bem como as taxas de variação nas disciplinas de Língua Portuguesa, Português B, Matemática e Educação Física.

Finalmente, apresentamos a média da taxa de variação nas disciplinas de estudo.

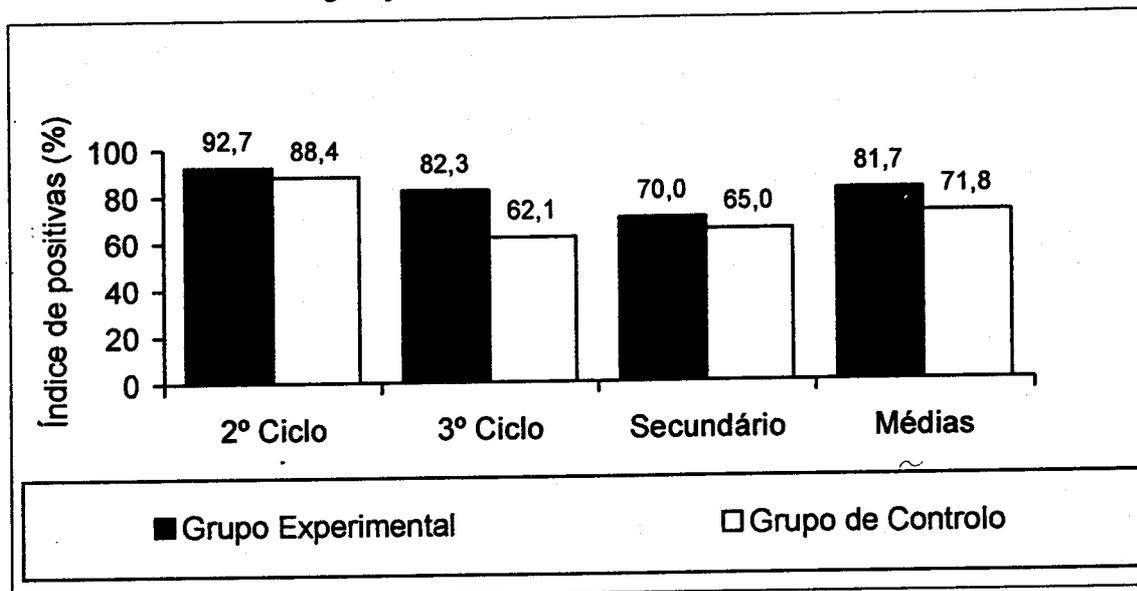
7.2.1. Índice de positivas no total das disciplinas curriculares

Gráfico 73 - Triangulação de dados do índice de positivas no 1º Período



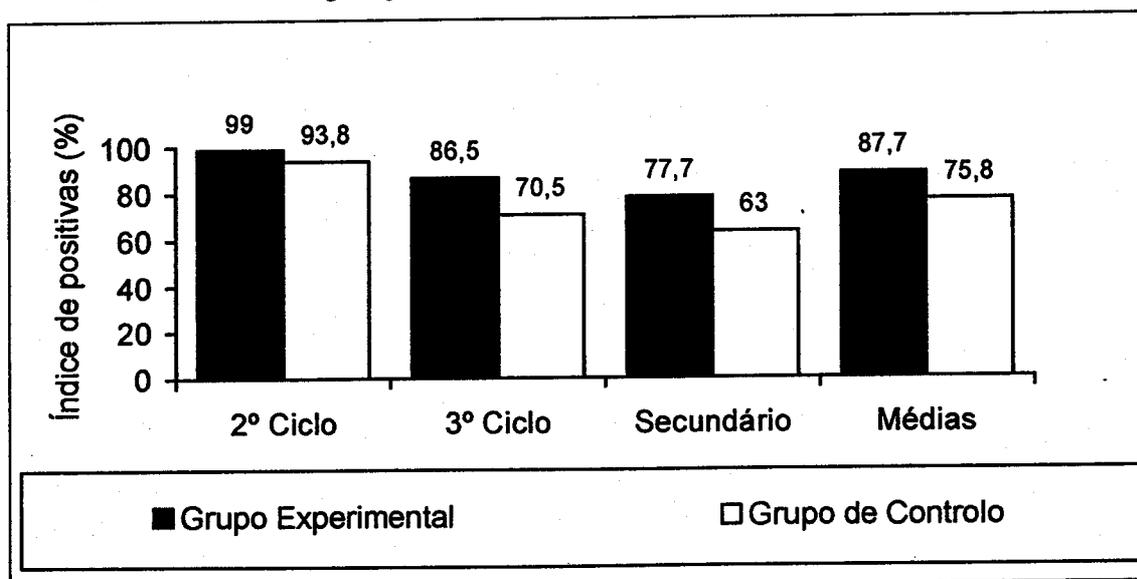
Podemos verificar através deste gráfico que a diferença da média dos totais das percentagens de avaliações positivas no 1º Período é de 15 por cento (84,0%-69,0%) a favor do Grupo Experimental.

Gráfico 74 - Triangulação de dados do índice de positivas no 2º Período



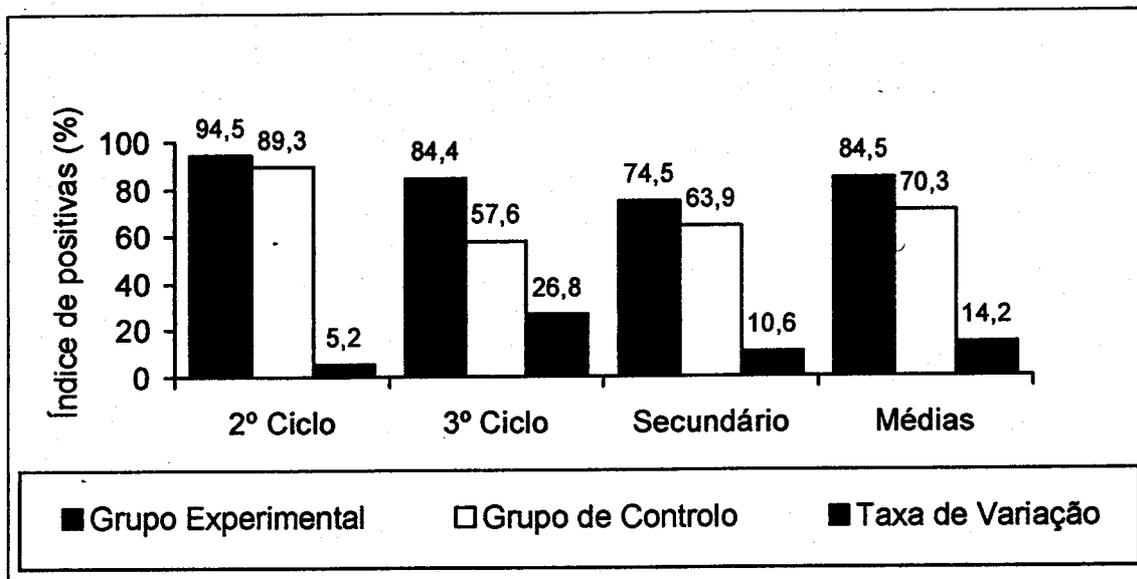
Podemos verificar através deste gráfico que a diferença da média dos totais das percentagens de avaliações positivas no 2º Período é de 9,9 por cento (81,7%-71,8%) a favor do Grupo Experimental.

Gráfico 75 - Triangulação de dados do índice de positivas no 3º Período



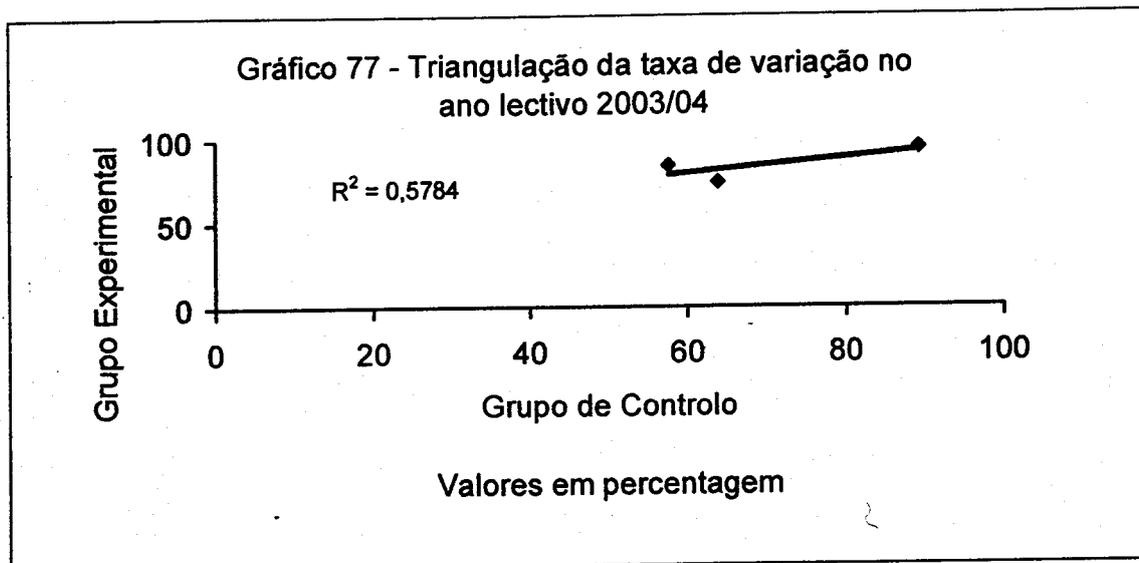
Podemos verificar através deste gráfico que a diferença da média dos totais das percentagens de avaliações positivas no 3º Período é de 11,9 por cento (87,7%-75,8%) a favor do Grupo Experimental.

Gráfico 76 – Triangulação da taxa de variação no ano lectivo 2003/04



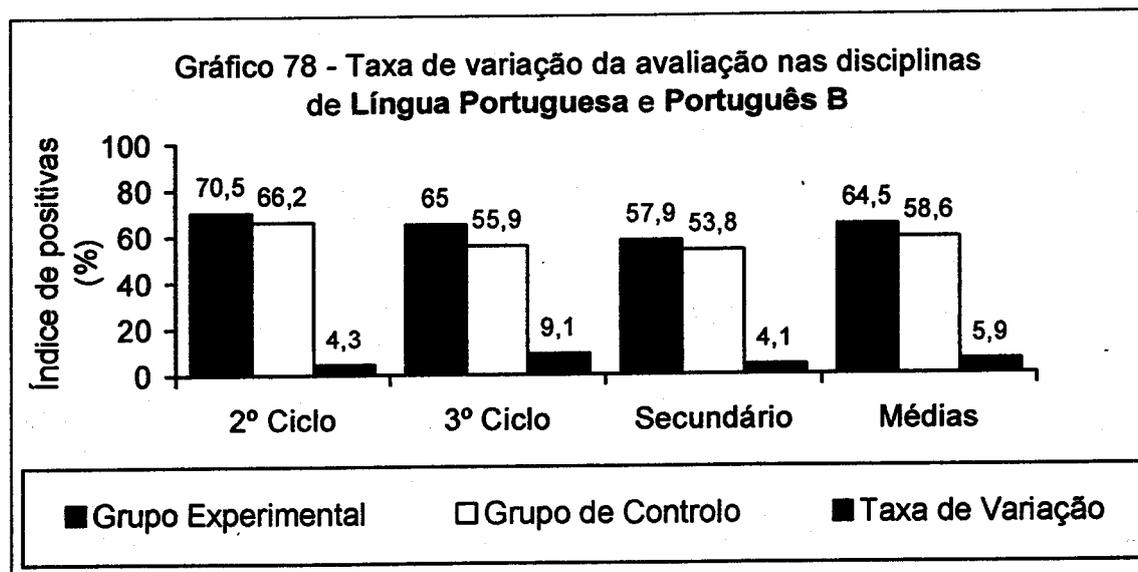
Este gráfico retrata a situação de comparação das médias das avaliações positivas nos respectivos ensinos dos Grupos Experimental e de Controlo. Onde se manifesta a taxa de variação mais alta é no 3º Ciclo, com 26,8 por cento (84,4%-57,6%), enquanto no 2º Ciclo é somente de 5,2 por cento (94,5%-89,3%), para no Secundário ter o valor indicativo de 10,6 por cento (74,5%-63,9%).

Nas três escolas onde desenvolvemos o nosso estudo a média da taxa de variação cifrou-se em 14,2 por cento a favor do Grupo Experimental (5,2%+26,8%+10,6%).

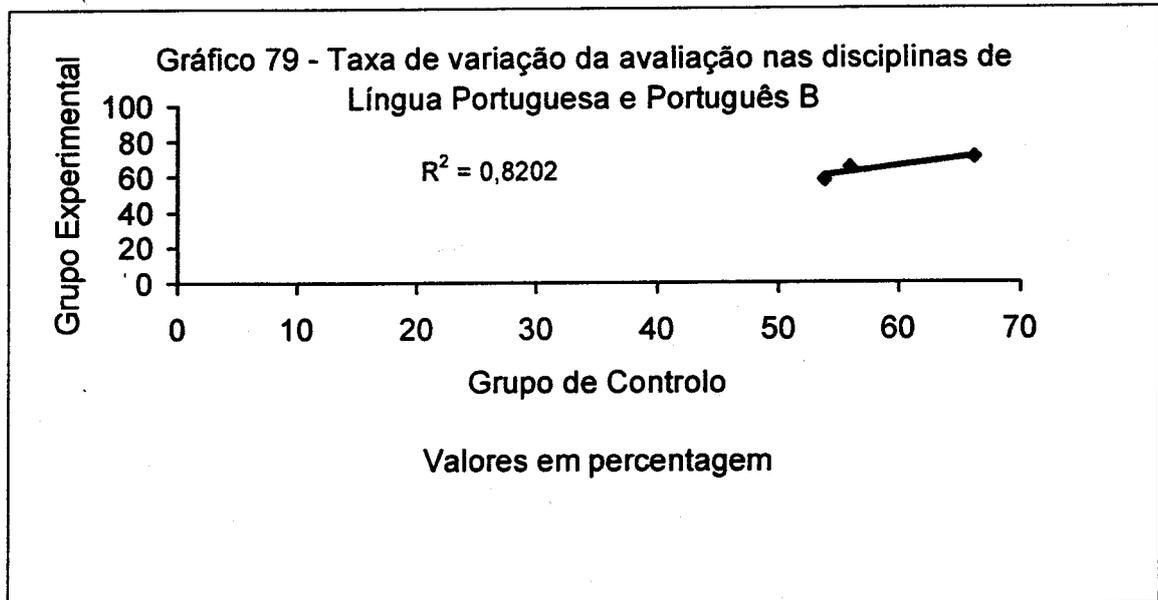


O gráfico apresentado permite ilustrar de forma global o resultado obtido através do diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida evolui para uma correlação positiva entre as variáveis de indicadores do Grupo Experimental e do Grupo de Controlo, estando o resultado representado por uma recta de regressão linear com correlação de intensidade positiva forte (Coeficiente de correlação $r = 0,76$).

7.2.2. Índice de positivas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Português B

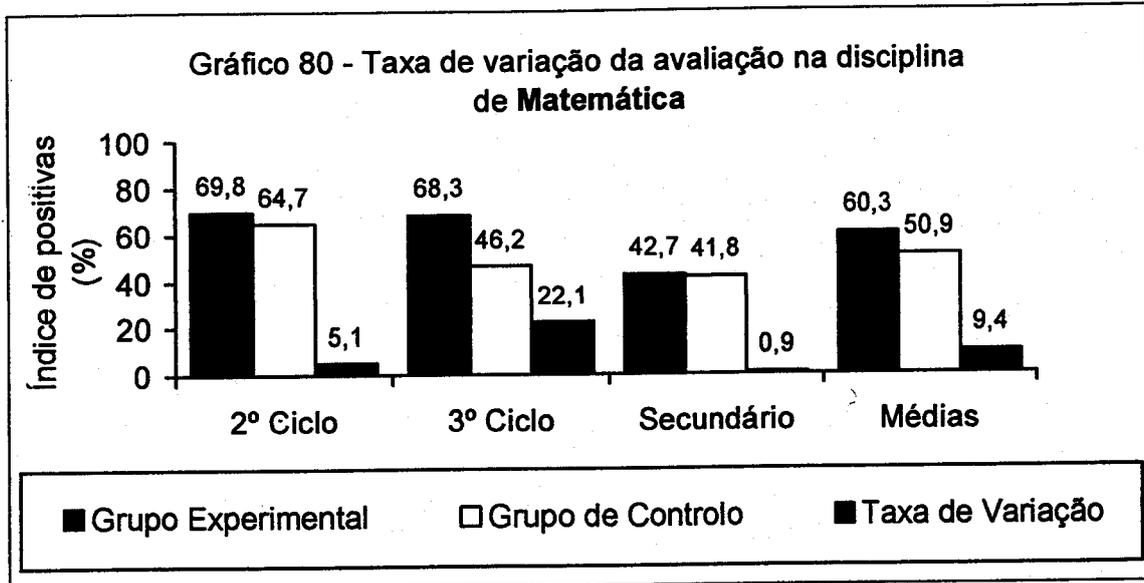


Este gráfico, além da informação sobre as avaliações positivas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Português B, evidencia o peso da taxa de variação entre os Grupos Experimental e de Controlo. Assim, no 3º Ciclo teve um peso de 9,1 por cento, enquanto no 2º Ciclo foi de 4,3 por cento, para no Secundário ser de 4,1 por cento. A média da taxa de variação tem um peso de 5,9 por cento a favor do Grupo Experimental.

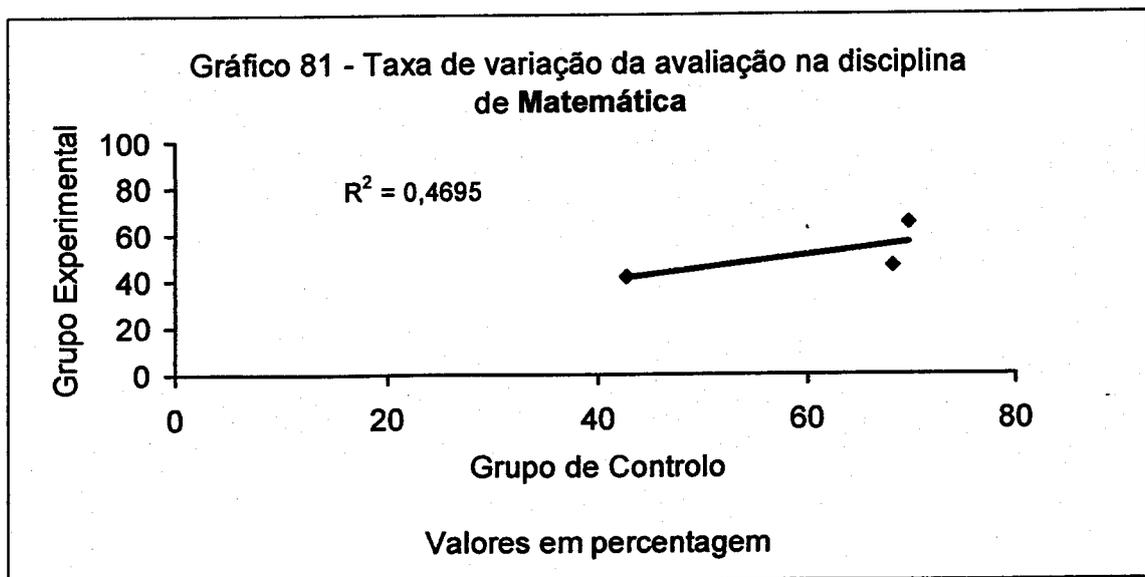


O gráfico apresentado permite ilustrar de forma global o resultado obtido através do diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida evolui para uma correlação positiva entre as variáveis de indicadores do Grupo Experimental e do Grupo de Controlo, estando o resultado representado por uma recta de regressão linear com correlação de intensidade positiva forte (Coeficiente de correlação $r = 0,91$).

7.2.3. Índice de positivas na disciplina de Matemática

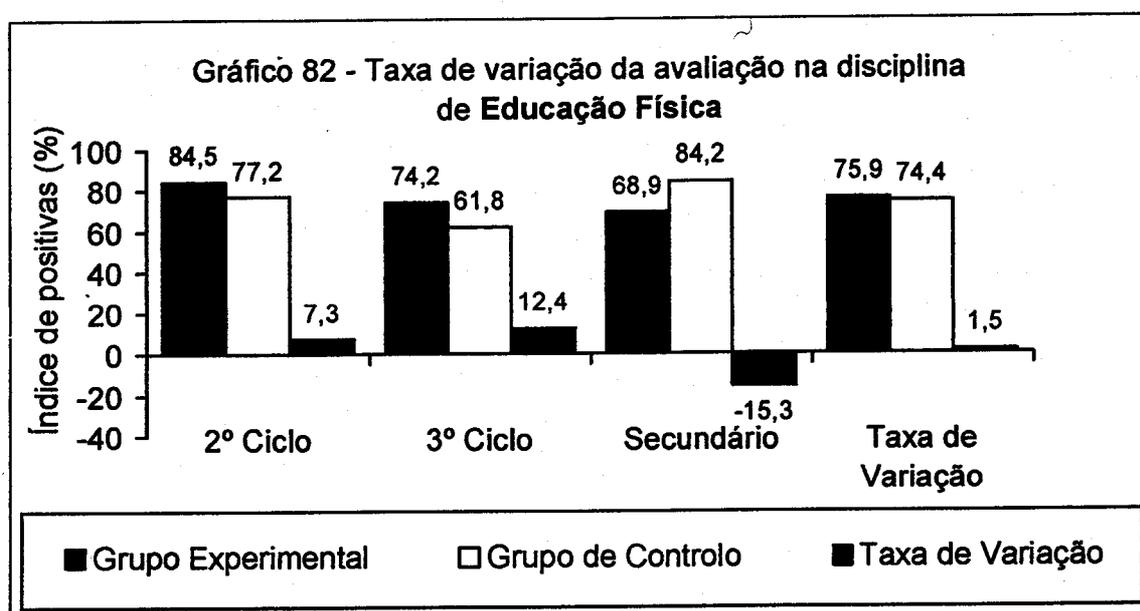


Este gráfico, além da informação sobre as avaliações positivas na disciplina de Matemática, evidencia o peso da taxa de variação entre os Grupos Experimental e de Controlo. No 3º Ciclo teve um peso de 22,1 por cento, enquanto no 2º Ciclo foi de 5,1 por cento, para no Secundário ser de 0,9 por cento. A média da taxa de variação tem um peso de 9,4 por cento.



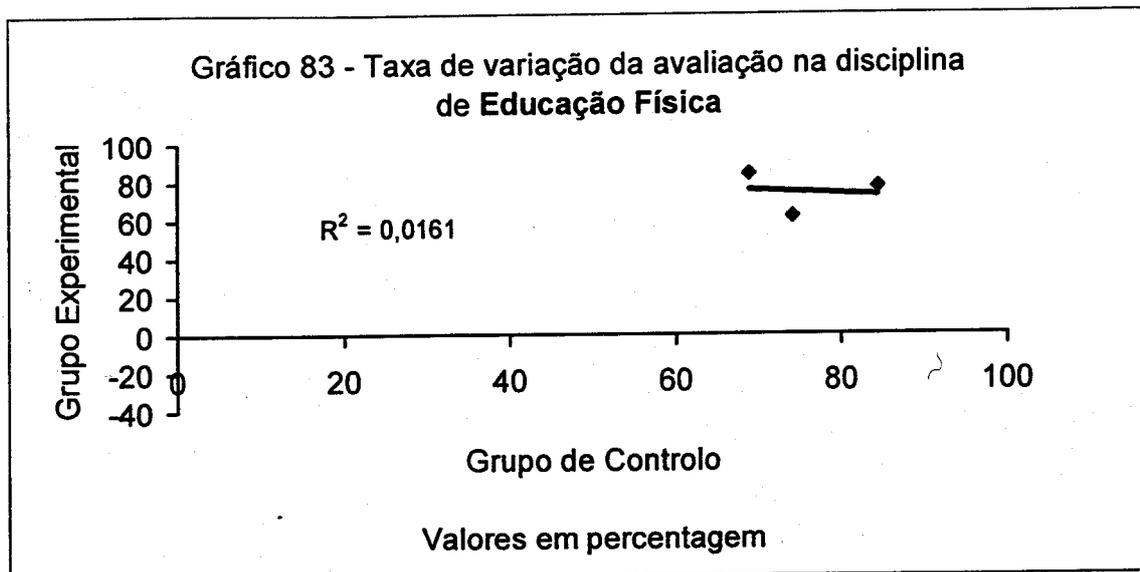
O gráfico apresentado permite ilustrar de forma global o resultado obtido através do diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida evolui para uma correlação positiva entre as variáveis de indicadores do Grupo Experimental e do Grupo de Controlo, estando o resultado representado por uma recta de regressão linear com correlação de intensidade positiva moderada (Coeficiente de correlação $r = 0,69$).

7.2.4. Índice de positivas na disciplina de Educação Física



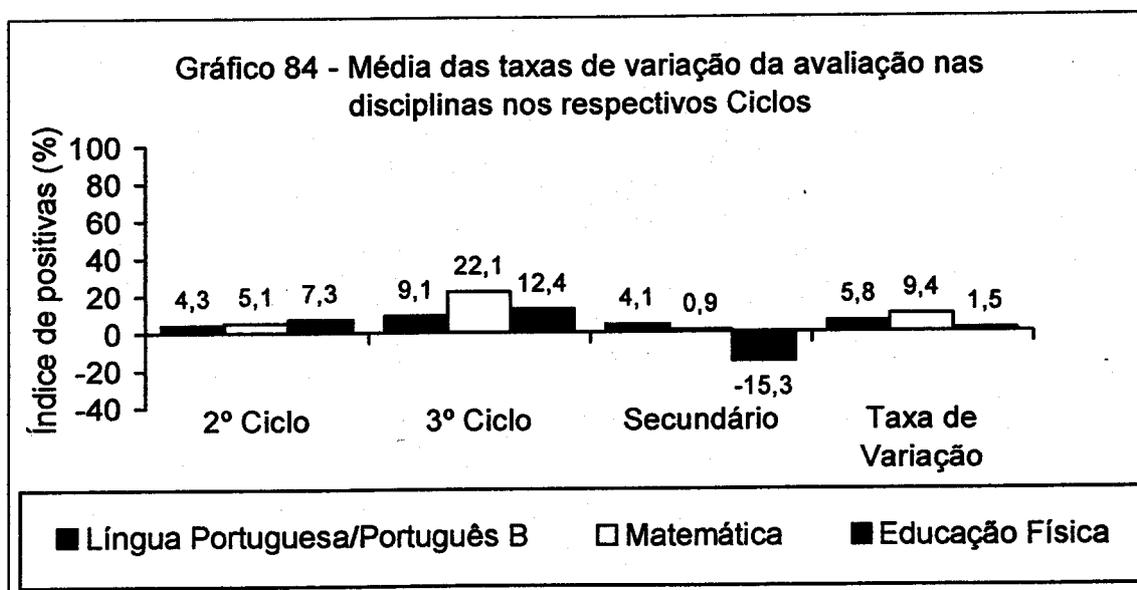
Este gráfico, além da informação sobre as avaliações positivas na disciplina de Educação Física, evidencia o peso da taxa de variação entre os Grupos Experimental e de Controlo. No 3º Ciclo teve um peso de 12,4 por cento, enquanto no 2º Ciclo foi de 7,3 por cento, para no Secundário ser de -15,3 por cento.

De notar que no Secundário os alunos do Grupo de Controlo que não participaram no Desporto Escolar, pertenciam à Formação Técnica de Desporto. A média da taxa de variação tem um peso de 1,5 por cento.

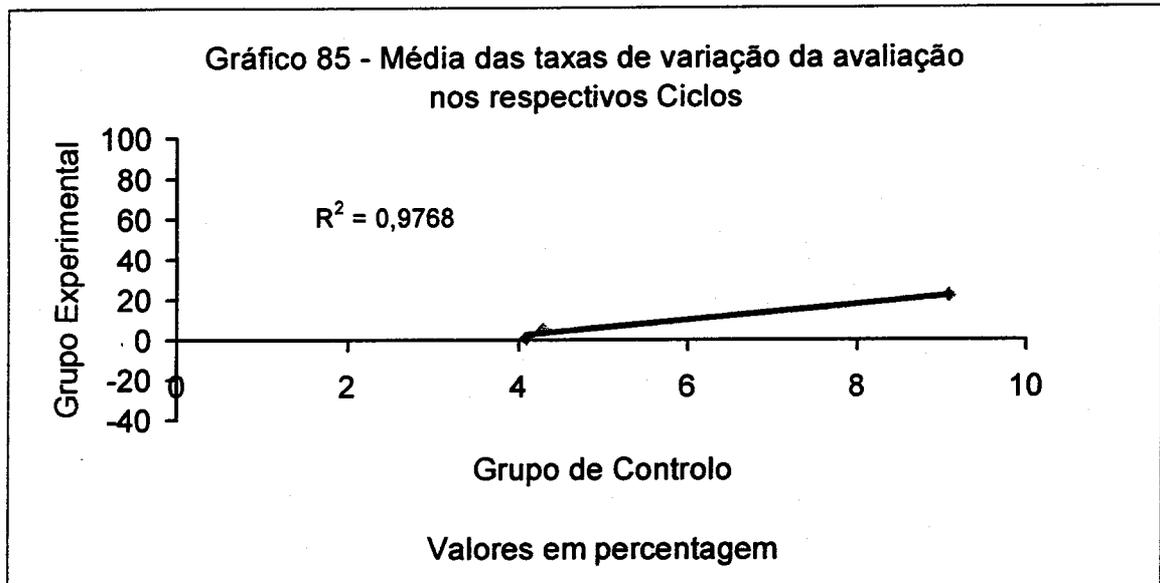


O gráfico apresentado permite ilustrar de forma global o resultado obtido através do diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida evolui para uma correlação negativa entre as variáveis de indicadores do Grupo Experimental e do Grupo de Controlo, estando o resultado representado por uma recta de regressão linear com correlação de intensidade negativa muito fraca (Coeficiente de correlação $r = -0,13$).

7.2.5. Síntese da média das taxas de variação



Os números apresentados neste gráfico caracterizam a situação da média da taxa de variação de 12,2 por cento para a disciplina de Matemática, enquanto a Língua Portuguesa/Português B se cifra em 6,4 por cento, sendo atribuído o valor de 4,4 por cento para a disciplina de Educação Física. Apresentamos ainda a média das taxas de variação com um peso de 7,7 por cento.



O gráfico apresentado permite ilustrar de forma global o resultado obtido através do diagrama de dispersão. A nuvem de pontos obtida evolui para uma correlação positiva entre as variáveis de indicadores do Grupo Experimental e do Grupo de Controlo, estando o resultado representado por uma recta de regressão linear com correlação de intensidade positiva muito forte (Coeficiente de correlação $r = 0,99$).

7.3. Apresentação de análises inferenciais

Para nós o movimento intencional é muito importante, porque é acompanhado de uma componente lúdica que tem de ser valorizada no Desporto na Escola.

O Grupo Experimental teve 14,2 por cento na média da taxa de variação significativa nas avaliações positivas no total das disciplinas curriculares.

Por outro lado, a média da taxa de variação nas disciplinas de estudo cifrou-se em 7,7 por cento também a favor do Grupo Experimental.

Para Carvalho (2002), um dos trabalhos mais importantes no método científico, é definir os factores que estão presentes e influenciam a situação, sendo um desses factores a causa, isto é, a força suficiente para produzir determinado *efeito*.

Nas relações de causalidade a variável dependente (o efeito) deverá ser totalmente influenciada pela variável independente (a causa), como uma forma de referir que uma alteração na variável independente conduz a uma alteração na variável dependente.

Com base nas relações de causalidade sobre os dados apresentados, não sabemos se são verdadeiros ou se são falsos, propondo até efectuar futuros estudos de relação causa/efeito.

O que sabemos é que houve mudança nas novas avaliações dos alunos.

Somos assim levados a sugerir que essas mudanças possam ter a ver com as novas práticas das atitudes dos alunos no movimento do corpo. Provavelmente porque terá havido um abandono da matriz competitiva de uns contra os outros a favor da ludicidade de uns com os outros. É o que a figura a seguir nos parece poder sugerir.

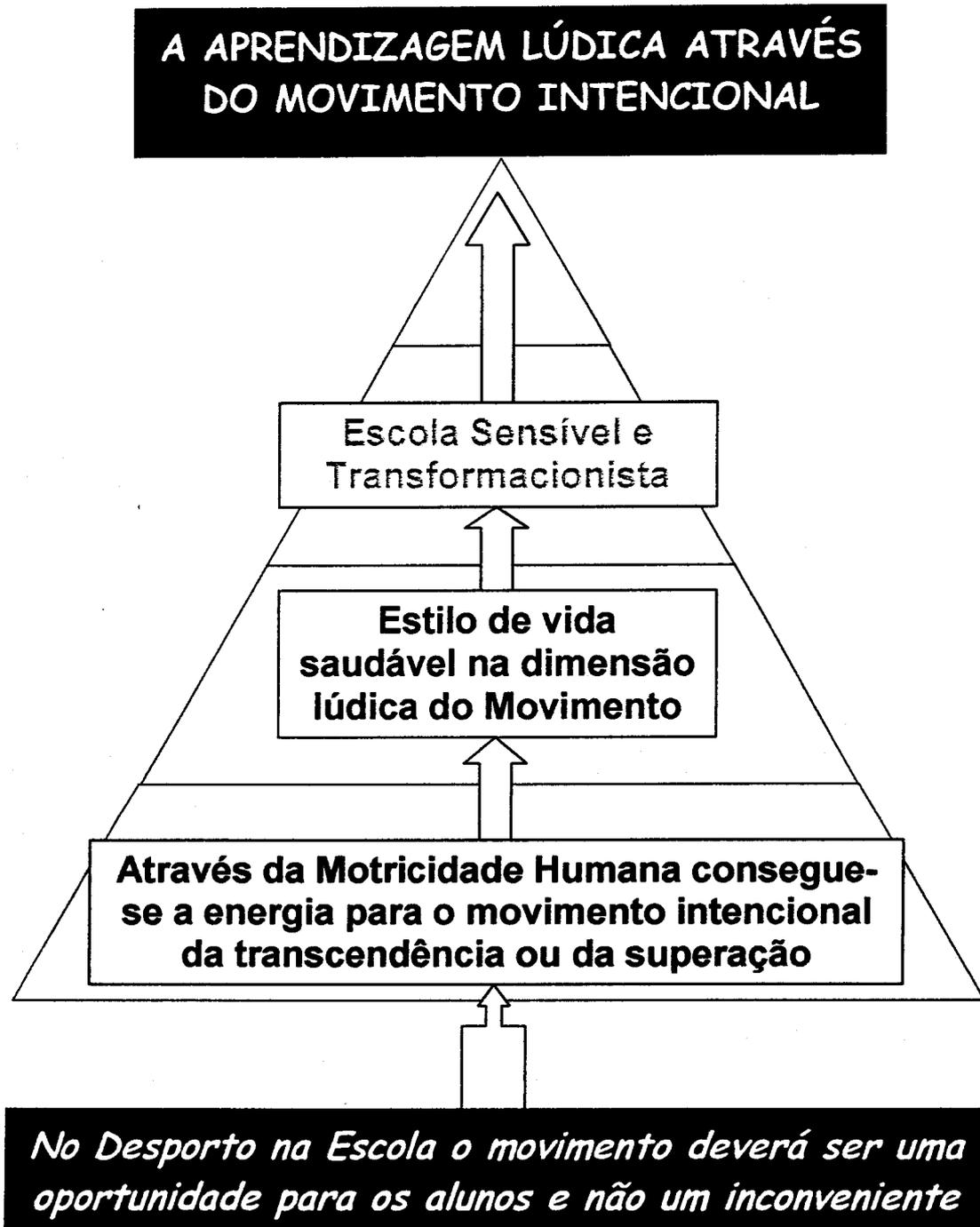


Figura 8 – A ludicidade no movimento corporal

7.4. Verificação das hipóteses de estudo

De acordo com os resultados obtidos, em relação ao tema de estudo, na análise de verificação das hipóteses estudadas, submetidas à verificação das quais se extraiu uma consequência entre factos significativos, podemos concluir o seguinte:

H1	Os valores das vitórias, dos recordes, ou os campeões não devem ser induzidos no Desporto Escolar;
-----------	---

Como os alunos não estão preocupados em alcançar bons resultados através da competição (18,6%), nem à quantidade de êxitos (17%) os dados recolhidos apontam para concordarem com a hipótese inicial, logo é aceite e confirmada.

H2	A promoção de uma vida saudável é um aspecto que o Desporto na Escola melhor pode oferecer aos alunos, através da exploração do movimento enquanto dinamizador do seu comportamento na prática desportiva;
-----------	---

Os alunos consideraram que estão interessados na promoção de uma vida saudável, atendendo aos resultados que apresentaram antes (23,1% - Anexo 3), durante (21,1% - Anexo 8) e 60,0 por cento depois (Anexo 13). Perante os dados recolhidos, os mesmos apontam para concordarem com a hipótese inicial, logo é aceite e confirmada.

H3	O Desporto Escolar como actividade de complemento curricular não constar nos horários dos alunos.
-----------	--

Os alunos lamentam não constar nos seus horários (27,8%), a actividade de complemento curricular do Desporto Escolar, tendo esta hipótese também sido confirmada perante os dados recolhidos, logo apontam para concordarem com a hipótese inicial que é aceite.

Podemos assim concluir que das três hipóteses de estudo, as mesmas foram confirmadas.

A concordância entre as hipóteses de partida e os factos observados mostra que existe confirmação, ou seja as hipóteses não foram contrariadas pelos factos não devendo porém serem abandonadas sem novo confronto.

CAPÍTULO VIII

**CONCLUSÕES E PISTAS DE TRABALHO
PARA O FUTURO**

Capítulo VIII - Conclusões e pistas de trabalho para o futuro

Conclusões

Chegados ao termo do nosso trabalho, debatemo-nos com sentimentos de satisfação mas ao mesmo tempo de intranquilidade. Satisfeitos, por sentirmos ter estudado com empenho e honestidade alguns aspectos que nos preocupavam e preocupam, face ao empenhamento dos alunos na participação desportiva através da sua escola; intranquilos por sabermos as nossas limitações para tratarmos o tema com a merecida exactidão mas, ao mesmo tempo com o desejo de aprender a partir do processo desta investigação.

Os alicerces do nosso estudo foram na procura de uma fundamentação teórica baseada na pesquisa bibliográfica relacionada com o tema.

Conseguimos constituir uma base de dados bibliográficos assim como um suporte de legislação referente ao subsistema de ensino Desporto Escolar e outros subtemas relacionados com este, nomeadamente a Educação Física, as Infra-Estruturas Desportivas, Leis Orgânicas de Órgãos Institucionais e Programas de Ensino.

Tentámos evitar a formulação de juízos de valor ao longo do trabalho, procurando deliberadamente algum distanciamento em relação aos dados que iam surgindo para garantirmos a necessária imparcialidade nas abordagens das questões, mesmo as mais polémicas.

O trabalho teve em conta sugestões sempre sabedoras, de muitas pessoas e amigos, que tal como nós se interessam pelo estudo da ocupação dos alunos através da via desportiva, e que sempre se mostraram empenhados na sua divulgação.

Com este estudo, pretendemos sensibilizar os alunos, os educadores e em especial os professores de Educação Física para a importância que tem a

participação dos alunos na actividade do Desporto na Escola, tentando contribuir deste modo para a realidade da caracterização deste subsistema de ensino.

Confirmaram-se as hipóteses suspeitas de que partimos, segundo a qual por falta de cultura, o Desporto na Escola ainda não se assume como uma das variáveis culturais.

Ao encerrar esta investigação, consideramos a mesma como algo de preliminar que precisa de outros estudos para consolidar as ideias aqui expressas para que se possam tirar conclusões mais seguras.

Em termos gerais, pensamos que esta investigação sirva de suporte metodológico para outros projectos serem desenvolvidos e orientados no tema deste estudo.

Fizemos a opção pela dinâmica da investigação-acção, tendo como finalidade principal uma intervenção sobre a realidade, no sentido de tentar modificar essa realidade, visando acabar com o imobilismo e mudar o rumo dos acontecimentos. As estratégias de mudança social modificadas através de comportamentos individuais, terão como finalidade a formação e educação social.

Para Barbosa (1997c), a escola enquanto comunidade educativa dá grande relevo aos indicadores sobre a *educação, a cultura e a formação*.

Ficam registados no nosso estudo efectuado com os alunos os fenómenos transversais de natureza cultural, nomeadamente a **promoção de um estilo de vida saudável**, que foi indicado por 60 por cento dos alunos, enquanto que 62,9 por cento indicaram o **prazer do divertimento na competição**.

Quanto à **preocupação de alcançar bons resultados** contou somente com 5,7 por cento enquanto a **quantidade de êxitos** foi manifestada por 11,4 por cento.

Os alunos indicaram a **necessidade de continuar a fazer actividade desportiva** (100%), apontando como fenómeno cultural o **jogo com o companheiro** (51,8%). Aos alunos não lhes interessou o **jogo contra o**

adversário, atendendo aos 6,1 por cento dos inquiridos que escolheram esta causa. Também a **competição** para 12,1 por cento não lhes interessava.

O **prazer** (15,1%) e a **amizade** (15,1%) foram manifestados pelos alunos.

Fisicamente **sentiram-se muito melhor** (78,8%) **quando praticavam alguma actividade física**.

A **actividade desportiva permitiu melhoria nas relações entre os colegas**, segundo a vontade manifestada por 84,8 por cento, sentindo-se os alunos **melhor ao praticarem desporto** (69,7%).

Entenderam os alunos (81,8%) que o seu rendimento escolar tinha melhorado por praticarem Desporto na Escola.

Um dado curioso foi os 54,5 por cento dos alunos do Grupo Experimental, quando mencionaram que dedicavam mais de 20 horas de estudo em cada semana de aulas.

Quanto aos professores que participaram nesta investigação, acharam que houve melhoria no comportamento social dos alunos; acharam também os alunos mais motivados para enfrentarem a sociedade, tendo reconhecido o reflexo das actividades praticadas no melhor aproveitamento escolar, assim como companheirismo entre os seus alunos.

Por outro lado nem sempre existe apoio do Órgão Executivo da Escola, face aos aspectos burocráticos que por vezes são necessários ultrapassá-los.

As avaliações das positivas no total das disciplinas curriculares do 2º, 3º Ciclos e Secundário, apresentaram uma média de taxa de variação de 14,2 por cento, a favor do Grupo Experimental, ou seja o grupo que continha alunos a participar no Desporto Escolar.

Sobre as disciplinas de estudo, a Língua Portuguesa/Português B, Matemática e Educação Física, a nível das avaliações positivas, verificou-se uma média da taxa de variação de 7,7 por cento.

Deste modo no estudo efectuado, os alunos que participaram no Desporto Escolar tiveram melhor prestação educativa em detrimento daqueles que não participaram no Desporto Escolar.

O funcionamento do actual subsistema de ensino do Desporto Escolar, deve ser revisto, cabendo às escolas a responsabilidade de estudar os melhores meios, de os usar e adaptar às necessidades e interesses dos alunos, introduzindo mecanismos de avaliação e regulação da sua actividade e dos seus resultados, nomeadamente com a criação de condições institucionais, tais como horários compatíveis, designação de professores, condições organizativas, constituição dos alunos por grupos de modalidades em função das suas necessidades e em defesa das boas prestações educativas.

Para o Desporto na Escola deve ser proporcionada formação aos professores sobre diagnóstico de dificuldades de aprendizagem e a utilização de estratégias diversificadas de ensino-aprendizagem, valorizando a consideração de métodos diferenciados de trabalho de forma a corresponder melhor às necessidades e interesses dos alunos que o frequentam.

O Desporto na Escola deve ser reformulado a partir do Ensino Pré-Escolar passando pelo Ensino Básico até ao Ensino Secundário.

Deverá ser uma área curricular com horário próprio, orientado para a interdisciplinaridade e realização de trabalhos de projecto com professores preparados para esta actividade, de forma a ter um papel significativo na concretização do projecto educativo da escola.

Caso contrário continuaremos com números idênticos ao que apurámos:

A maioria dos alunos quer do Grupo Experimental, quer do Grupo de Controlo, ao longo da sua escolaridade, não participaram na actividade de complemento curricular do Desporto Escolar, conforme se pode constatar através dos dados de 72,8 por cento no Grupo Experimental e 90,8 por cento no Grupo de Controlo.

O trabalho desenvolvido pelo Desporto na Escola deve ser valorizado, promovendo-se a participação dos professores em projectos e actividades de

carácter cultural, como clubes, dias e semanas do Desporto na Escola, jornais, exposições e concursos de actividades de investigação, no quadro do projecto educativo da administração e gestão das escolas.

Estas, devem ser equipadas com recursos diversificados para o ensino-aprendizagem nas diversas actividades do Desporto na Escola, incluindo material didáctico, livros e revistas e os grupos de Educação Física devem dispor de recursos tecnológicos específicos para a sua actividade.

Devem ser criadas oficinas de (Re)configuração da Acção Educativa para os educadores de infância e professores nas escolas do Ensino Pré-Escolar, dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.

Face ao estudo efectuado, na carga horária semanal dos alunos deveria compreender a inclusão obrigatória de todas as actividades lectivas e não lectivas que fazem parte integrante do seu plano de estudo quer curricular, quer extracurricular quando as actividades são desenvolvidas nas próprias escolas.

Perante algumas confidências de alunos ao longo dos nossos anos de serviço, chegámos à conclusão que alguns não chegaram a viver e a saborear a alegria de um período irrepetível da vida desportiva na escola, ficando muitas das vezes incapacitados para enfrentar o futuro em igualdade de condições com os restantes, ou mesmo tornando-se fisicamente deficientes e psicologicamente marcados para toda a vida, quando eram escolhidos colegas considerados os melhores. A participação destes alunos deveria de englobar uma componente de alegria, de satisfação e de realização integral da pessoa humana e não uma certa desmotivação da frequência da actividade física.

O Desporto na Escola como um direito de todos os alunos deverá ter condições para ser assegurado por todas as escolas englobado no seu Projecto Educativo.

Fomentar a prática desportiva organizada, será facilitar a aproximação da escola à realidade envolvente, potenciando a acção dos diferentes agentes desportivos locais, tendo como alternativa os alunos desenvolvem a sua criatividade, e aprenderem a resolver problemas, com exploração do mundo físico, irão adquirindo competências.

É nesse sentido que a brincadeira é fundamental para o desenvolvimento físico da criança, obrigando a experimentar diversos tipos de movimentos, ajudando à evolução das suas faculdades motoras e mentais.

Apesar do cérebro continuar a ser um mistério, a visualização de movimentos específicos é baseada na técnica de ensaio mental dos movimentos e sincronismo necessário para atingir um nível superior de execução quer quem quer além do cérebro.

A técnica de execução, bem como os desempenhos pessoais, cria no cérebro os denominados padrões neuronais. Por sua vez os neurónios, ou seja, as células nervosas com todos os seus prolongamentos ramificados, as dendrites, provocam no cérebro um fenómeno de transmissão aos músculos sobre o que fazer e quando fazer face ao movimento humano.

Nos chamados objectivos pessoais modestos, a mente também é utilizada para melhorar o desempenho, aumentando assim o prazer.

Quando se aumenta a sensação de bem-estar físico e psíquico, cria-se uma melhor imagem de si próprio.

Brincar ajuda à socialização, face ao comportamento na presença com os outros. Ajuda a experimentar a diversidade de papéis, ensaiando várias representações. Ajuda ainda à integração de partes de cada um para construir a sua própria personalidade.

A brincar os jovens aprendem a maneira das pessoas se darem umas com as outras, ensina as regras, as compensações e as punições da nossa sociedade.

A contribuição através do jogo servirá para o desenvolvimento das capacidades motoras, para o desenvolvimento da coordenação geral.

Nas diversas fases do treino, deverá haver uma grande determinação de um objectivo, descontração e uma visualização de um possível bom resultado.

O Desporto na Escola deve centrar-se na transcendência de si, atendendo que vai para além daquilo que tem, para ser mais do que aquilo que é.

A prática desportiva de competição nunca deverá ser uma guerra; o adversário nunca deverá ser um inimigo, mas sim um oponente, um companheiro de jogo. É nesse sentido que o Desporto na Escola deverá ser praticado com o

objectivo de recrear, de entreter, e de aperfeiçoar os níveis moral e físico dos alunos, com a (Re)formulação da educação para (Re)aprender as regras básicas da vida em comunidade.

O Desporto na Escola deverá ser sempre recreação, dependendo esse sucesso de três vertentes, os alunos, os professores e as respectivas escolas.

Os factores de resiliência leva a compreender o mundo mental dos alunos que se desenvolvem correctamente, mas algumas vezes os que os rodeiam falham.

Segundo os princípios do Movimento Olímpico, a base do desporto assenta na promoção e desenvolvimento das qualidades físicas e morais dos praticantes. É nesse sentido que educar a juventude através do desporto, dentro de um espírito de melhor compreensão e amizade, deverá contribuir para a construção de um mundo melhor e mais pacífico.

O desporto associado à cultura, é uma filosofia de vida que exalta e combina num conjunto harmónico as qualidades do corpo no seu todo com a vontade de fazer e o espírito de colocar sempre o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso dos praticantes enquanto alunos na escola.

O programa está organizado em torno de dois eixos distintos, os quais funcionam em simultâneo:

Um que tem por objectivo proporcionar a todos os alunos interessados e não só a alguns a possibilidade de experimentarem praticar a actividade e o outro consiste na organização de actividades onde o importante não é a competição, mas sim o prazer do movimento corporal.

O processo criativo dos alunos deverá ser baseado na ludicidade através do movimento, sendo essa atitude lúdica manifestada ao longo do desenvolvimento humano, como um direito de brincar.

Aqui a escola deverá ser um espaço lúdico por excelência numa constante sistematização e avaliação de projectos vocacionados para uma oficina de

(Re)configuração da acção educativa. Não nos devemos esquecer que a escola é o elo fundamental para incentivar a prática desportiva.

Temos consciência que este estudo permite uma observação intensiva de um campo limitado de fenómenos, podendo os mesmos levantar dificuldades na generalização das conclusões apuradas.

O espírito que caracteriza esta alternativa não está relacionado com a competição, mas sim com a participação, atendendo à sua complexidade.

E como o futuro se constrói no presente, o Desporto na Escola não deverá ser só para alguns alunos, mas sim para todos. Assim o desejamos.

Limitações de estudo

As limitações deste estudo foram de várias ordens, nomeadamente o facto da recolha de dados ser feita através de uma bateria de questionários, o que implica que os dados obtidos apresentem um certo grau de subjectividade, sem no entanto pôr em questão a validade dos mesmos.

A amostra não é representativa da generalidade dos alunos portugueses, mas sim das escolas onde efectuámos a nossa investigação, e como tal, a análise e interpretação dos resultados não representa a generalidade dos alunos, mas, pode ser no entanto, comparada com futuros estudos do Desporto na Escola.

Desde o primeiro momento que nunca foi nossa intenção, chegarmos a certezas absolutas ou conclusões definitivas. Tínhamos consciência da complexidade do tema, atendendo às escassas investigações que têm vindo a ser realizadas nesta área.

Embora os resultados obtidos até ao momento não nos permitam generalizar conclusões, eles revelam-nos a realidade de escolas, talvez não muito diferente de muitas outras em que a actividade do Desporto Escolar seja tomada em consideração.

O trabalho poderá ser considerado como um estudo exploratório, levantando apenas algumas pistas sobre a problemática do Desporto na Escola e os factores que a influenciam positivamente ou negativamente.

Como este continua a ser um tema pelo qual nos interessamos há bastante tempo, poderá ser o ponto de partida para um estudo mais profundo. As competições desportivas escolares como um meio educativo deverão ter como fim primacial o desenvolvimento psíquico, intelectual, moral, social e físico de todos os alunos praticantes.

Torna-se também essencial preservar **valores universais** onde se procure o respeito pelos outros, a assistência fraterna, o sentido de responsabilidade, a coragem, a capacidade de liderança, o companheirismo, a solidariedade, a lealdade quer para com os colegas, quer ainda para os companheiros desportivos.

A ludicidade efectuada através do movimento intencional, confere um sentido à vida e à sociedade, onde deverão emergir os valores dos afectos, nomeadamente o sentimento de união, a ternura, a afeição, a amizade, o amor, o carinho, assim como a tão necessária paz para que a vida tenha alegria e felicidade.

Nas escolas através do Desporto deverá pretender-se, a formação de Homens e não de Campeões.

Sugestões e pistas de trabalho para o futuro

Será para nós motivo de satisfação se, em consequência do estudo que neste trabalho desenvolvemos, se desencadearem pontos e momentos de reflexão que possam de alguma forma contribuir para a criação nas escolas de dispositivos de avaliação sobre o Desporto na Escola, através da identificação dos aspectos que se apresentem negativos e da sua conversão em pontos positivos.

Atendendo que a orientação do Desporto na Escola deverá contrariar a tendência meramente na vertente da **prática competitiva**, mas com incidência na vertente **lúdica cultural**, deverá ser vocacionada em função dos valores culturais, de cidadania, do estilo de vida saudável, da participação cívica, com hábitos de personalidade, de companheirismo e de disciplina.

Os alunos deverão ocupar o seu tempo de forma educativa e divertida, desenvolvendo ao mesmo tempo as suas curiosidades, as suas capacidades e os seus interesses.

Assim sendo, o Desporto na Escola deverá assumir três grandes finalidades:

- A promoção da saúde;
- O desenvolvimento da cidadania;
- Candidatos a bons praticantes de modalidades desportivas.

Numa promoção de princípios educativos e de valores culturais a escola deverá motivar os alunos para uma reflexão e experiência contribuindo para o seu enriquecimento e actualização da intervenção em áreas de competência específica, no âmbito da aplicação das actividades lúdicas no Desporto na Escola.

Como os dados obtidos junto dos alunos e professores, sugerem a necessidade de futuras investigações, gostaria de terminar deixando algumas questões em aberto:

Para nós que temos dedicado dois terços da nossa vida a ensinar jovens, é estimulante ter na nossa frente alunos com capacidades para a prática de uma modalidade desportiva.

Não seria possível nas escolas reunir os alunos, por exemplo, uma vez por semana para realizar uma tarde inteira de desporto na qual se levariam a cabo participações desportivas entre várias modalidades?

Haveria hipótese dos alunos denominados por mais dotados praticarem o desporto extra-escola num clube desportivo ou até mesmo na escola sob controlo

de professores/treinadores devidamente habilitados para a respectiva modalidade?

Seria possível manter um permanente e assíduo interesse dos professores e alunos pelas actividades englobadas no Desporto na Escola, com estreita articulação com os Órgãos Executivos, Pedagógicos e Administrativos das Escolas, com organizações de modo regular, a nível de participação e intercâmbio no âmbito escolar?

A ligação dos Pais e Encarregados de Educação com a escola, é fundamental, daí que a sua intervenção com reconhecimento do direito de participação na vida da escola através das Associações de Pais e Encarregados de Educação seria o desejável.

Não seria possível a sua intervenção controlando o que se passa nas escolas, reivindicando melhores condições de educação e de ensino para os seus educandos através da vertente desportiva? ²⁷

Seria ainda possível dar formação inicial aos educadores do Ensino Pré-Escolar no domínio da Expressão Motora, aos professores das Escolas Básicas do 1º Ciclo, nos domínios da área da Expressão e Educação Físico-Motora?

Haveria hipótese ainda de firmar protocolos entre as Câmaras Municipais e as Direcções-Regionais de Educação, para apetrechamento das escolas nos respectivos concelhos e a rentabilização das infra-estruturas existentes que muitas das vezes são mal utilizadas?

Face ao mencionado na Carta Europeia do Desporto, todas as pessoas envolvidas na direcção ou supervisão das actividades desportivas deveriam possuir qualificações académicas, sendo dada atenção especial à garantia e à protecção da saúde de pessoas a seu cargo.

²⁷ Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, sobre a Autonomia das Escolas.

Não seria possível os professores terem um papel interventor, determinante no sistema desportivo, como agentes de mudança, não exclusivamente nos domínios da formação, mas em todo o espectro das variáveis e factores do desporto?

Não deveria competir aos professores influenciar as estratégias e métodos de operacionalização do desenvolvimento desportivo com criatividade e inovação, através de estruturas flexíveis e velozes, fundamentos essenciais e geradores de qualidade?

Não seria possível colocar à disposição dos utilizadores do Desporto na Escola, não o que julgamos em dado momento ter interesse para nós, mas o que de facto se inscreve nas necessidades gostos e curiosidades dos alunos?

Não seria possível a modificação a nível estrutural do espaço escolar, criada através da criatividade, da cooperação, da convivência e não da competição, dando esperança de futuro aos alunos, para que estes reconheçam na escola um tempo útil na passagem para a futura vida, não lhes negando o emprego e a sua realização pessoal?

Não será urgente definir políticas que apoiem os jovens com saúde e com vontade de desenvolver as capacidades em diferentes áreas da cultura, ocupando o Desporto na Escola naturalmente um lugar?

Sabemos que a modernidade desportiva não pode ser separada da modernidade cultural. Deste modo não deveria ser urgente a defesa com verdadeiro estado de alma do Desporto na Escola para os jovens na escola, conjuntamente com os valores culturais que deveriam estar associados na mesma?

Não teria sido possível ter dado uma melhor atenção a iniciativas a serem efectuadas nas nossas escolas no Ano Europeu da Educação pelo Desporto?²⁸

A Organização das Nações Unidas, declarou 2005 como o Ano Internacional do Desporto e da Educação Física (pelo desenvolvimento da paz), considerando o desporto como um direito humano fundamental.

Não seria possível promover a cultura física, criando hábitos desportivos desde os primeiros anos, através do eixo estratégico do Desporto na Escola?

Finalmente, não seria fundamental uma mudança de mentalidades e naturalmente de atitude, por parte das pessoas ou entidades que tutelam o Desporto na Escola, sendo assim possível iniciar a correcta operacionalização da dialéctica, resultante dos dois fenómenos que são a Educação e o Desporto?

Não será possível alterar este estado de coisas com um meio de politização adequado, inovador, arrojado e decidido, com medidas económicas, sociais, educativas e culturais para emergirem melhores cidadãos?

Vamos aguardar e esperar que sim, com a brevidade possível para o bem dos jovens nas nossas escolas.

Recomendações

Uma linha de trabalho de prosseguimento de estudo, é a promoção e reconhecimento do papel social que tem o Desporto na Escola, desempenhado pelas diferentes organizações do movimento desportivo.

As iniciativas deverão ter raízes profundas no nosso País, resultando no dinamismo cultural e desportivo imprescindíveis ao bem-estar social que queremos para os nossos jovens. Uma actividade física regular pode prevenir

²⁸ Foi estabelecido o ano 2004 como Ano Europeu da Educação pelo Desporto, através da decisão n.º 291/2003/EC do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu em 6 de Fevereiro de 2003.

doenças a nível cardiovasculares, de depressão, entre muitas outras, contribuindo para melhorar a postura e o equilíbrio, assim como a auto estima.

Os resultados obtidos, recomendam o alargamento da aplicação de pesquisa a amostras mais numerosas, inclusive a escolas da mesma área, do mesmo distrito, e de outras escolas nos diversos distritos do País.

Para estudos futuros, é necessário incentivarem-se mais investigações na área, para se poder esclarecer melhor o desempenho na mudança de atitude da actividade de complemento curricular do Desporto Escolar, como uma variável determinante no processo educativo, nomeadamente na integração dos alunos na via desportiva, nas vertentes de atletas, juizes, árbitros e dirigentes.

Sabemos que nas regiões interiores do País, as condições de densidade populacional, o afastamento geográfico da capital, assim como as redes de comunicação insuficientes, inviabilizam todo e qualquer ensejo de desenvolvimento desportivo, nomeadamente nas escolas, por parte das populações locais.

Em estudos posteriores, seria interessante analisar a influência que o meio, designadamente as associações e colectividades recreativas exercem sobre a comunidade cujos alunos estão inseridos e, como esta se reflecte na atitude de aceitação ou não, dos jovens após a sua permanência na escola, com a finalidade da sua integração social, numa afirmação na comunidade que se pretende de identificação própria.

A vida estará em movimento se o movimento estiver na própria vida e se o corpo em movimento gerar a transcendência para os valores humanitários.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

- ALBARELLO, Luc (1997); Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais - Trajectos, Gradiva, Lisboa.**
- ALBOU, Paul (1968); Les Questionnaires Psychologiques, Presses Universitaires de France.**
- ALVAREZ, Garcia (1994); "Gymnsano", Revista do Ginásio Clube Português, Ano I, nº 0, Publicação do Ginásio Clube Português, Lisboa.**
- ALVES, José (2004); A Visualização Mental no Treino Psicológico, Treino Desportivo, nº 24, Abril, Instituto do Desporto de Portugal, Lisboa.**
- ANTUNES, Manuel (1973); Educação e Sociedade, Livraria Sampedro, Lisboa.**
- Associação de Atletismo de Lisboa (1979); Relatório e Contas da Direcção, Lisboa.**
- BARBOSA, Luís Marques (1987); "Uma Perspectiva Pedagógica na Formação Profissional", "Noesis a Revista do Professor", nº 1, Lisboa.**
- BARBOSA, Luís Marques; Carvalho J.; Gerales F. (1990); A Formação do Jovem um Modelo Interactivo, Edições ASA.**
- BARBOSA, Luís Marques (1994); La Caracterisation de Processus de Formation et la Formation des Formateurs comme Strategie de Changement Organisationnel, (Vols I, II e III) Tese para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação apresentada na Université de Caen, França.**
- BARBOSA, Luís Marques (1997a); Manual de Tópicos de Ciências da Educação e Fundamentos de Gestão - Gestão da Relação Pedagógica - (policopiado), do Seminário Investigação-Acção como Meio de Formação Permanente de Professores, do Mestrado em Educação, Universidade de Évora, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.**
- BARBOSA, Luís Marques (1997b); Manual de Tópicos de Ciências da Educação e Fundamentos de Gestão - Gestão da Relação Pedagógica (policopiado), do Seminário Análise das Instituições e dos Actores, do Mestrado em Educação, Universidade de Évora, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.**

- BARBOSA, Luís Marques (1997c); *Pensar a Escola e os seus Actores*, Associação de Professores de Sintra, Tapada das Mercês, Mem-Martins.**
- BARBOSA, Luís Marques (1997d); “Perspectivas futuras para a formação de professores, de formadores e de mediadores numa orientação intercultural”, Conferência no Colóquio “Um Olhar sobre o Outro”, 6 e 7 de Novembro, Auditório da Feira Industrial de Lisboa.**
- BARBOSA, Luís Marques (1998a); “Formação de Professores e Inclusão”, Conferência no Auditório Municipal de Reguengos de Monsaraz, 11 e 12 de Maio, Direcção-Geral de Educação do Alentejo.**
- BARBOSA, Luís Marques (1998b); “Reflexões sobre a Pré-Escolaridade”, Jornal “Diário do Sul”, de 2 de Setembro, Educação, Escola, Associação de Educação Pluridimensional da Escola Cultural.**
- BARBOSA, Luís Marques (1998c); “A Ética e a sua relação com a Ciência e a Religião - Um Diálogo Permanente”, Conferência no âmbito do XV Congresso Internacional da Association Internationale des Professeurs de Philosophie, Reggio Emilia (Itália), subordinado ao tema Filosofia e Ensino da Filosofia e da Ética em Itália, Portugal e Espanha.**
- BARBOSA, Luís Marques (2001); “Da Análise de Contextos Educativos e da criança enquanto objecto de estudo à Escola Sensível e Transformacionista”, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.**
- BARBOSA, Luís Marques (2002); “Ensaio sobre o Desenvolvimento Humano - De uma Teoria Emergente da Prática ao Mundo como Implicação”, Colecção Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa.**
- BARBOSA, Luís Marques (2003); “Ensaio sobre fenomenologia do conhecimento - Do Espelhamento à transcendência”, Série Ciências Humanas e Sociais, Secretariado do Conselho Editorial da Universidade de Évora, Colecção “Universidade de Évora”, Évora.**
- BARBOSA, Luís Marques (2004); *A Escola Sensível e Transformacionista - Uma organização Educativa para o Futuro*, Colecção “Análise da Acção Educativa”, Edições Cosmos, Chamusca.**
- BARROS, Nuno (1983); “Não há Pedagogia sem Desporto nem Desporto sem Pedagogia”, “Revista Desportos”, Direcção-Geral dos Desportos, Ano II, nº 5, Lisboa.**
- BELBENOIT, Georges (1974); *O Desporto na Escola*, Temas Pedagógicos, Editorial Estampa, Lisboa.**

- BELL, Judith (1997); Como Realizar um Projecto de Investigação - Trajectos, Gradiva, Lisboa.**
- BENAVENTE, Ana (1998); "Especial Desporto Escolar", Jomal "A Bola", de 29 de Março, Lisboa.**
- BENTO, Jorge Olímpio (1981); Dialéctica da Educação Física, Edição da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Educação Física (ISEF), Porto.**
- BENTO, Jorge Olímpio (1987a); Planeamento e Avaliação em Educação Física, Horizonte da Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.**
- BENTO, Jorge Olímpio (1987b); Desporto "Matéria" de Ensino, Colecção Desporto e Tempos Livres, Editorial Caminho, Lisboa.**
- BENTO, Jorge Olímpio (1991a); Desporto, Saúde, Vida - Em defesa do desporto, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.**
- BENTO, Jorge Olímpio (1991b); O Desporto Escolar e as Novas Exigências de Formação de Docentes, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.**
- BENTO, Jorge Olímpio (1995); O Outro Lado do Desporto, Campo do Desporto, Campo das Letras - Editores, S.A., Porto.**
- BENTO, Jorge Olímpio (1997); "O Desporto e a Renovação da Escola", Jomal "A Bola", de 29 de Novembro, Lisboa.**
- BENTO, Jorge Olímpio (2004); Desporto - Discurso e Substância, Colecção Saberes do Desporto, Campos das Letras – Editores, S.A., Porto.**
- BOGDAN, Robert; Biklen, Sari (1994); Investigação Qualitativa em Educação, Colecção Ciências da Educação, Porto Editora Lda., Porto.**
- BRITO, Manuel (1997a); "Congresso, Sampaio apoiou Movimento Associativo, e em Rio Maior foi inaugurada a época do Desporto Escolar", "Revista Mundial" Ano 2, nº 21, Dezembro, Lisboa.**
- BRITO, Manuel (1997b); "Autarquias e Desporto", Mesa Redonda, Auditório Municipal do Museu Monográfico de Conímbriga.**
- BRITO, Manuel (1998); "Em Busca da Funcionalidade", Entrevista conduzida por António M. Fernandes e Arons de Carvalho, "Revista Atletismo", Ano XVII, nº 197, Abril, Lisboa.**
- BRYMAN, Alan; Cramer, Duncan (1992); Análise de Dados em Ciências Sociais: introdução às técnicas utilizando o SPSS, Celta Editora, Oeiras.**

- BUCHA, Agostinho Inácio (2004); A Problemática dos Institutos Politécnicos à Luz das Novas Teorias de Gestão, Coleção Análise da Acção Educativa, Edições Cosmos, Chamusca.**
- CABRAL, Ruben Duarte de Freitas (1994); A Formação de Professores e as Estruturas Educativas - O Desafio da Cooperação para o Desenvolvimento e a Excelência, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.**
- CABRAL, Ruben Duarte de Freitas (1995); Excelência, Educação e Desenvolvimento, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.**
- CADIMA, Fernando (1991); Comunicação do Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.**
- CAMPBELL, D. T.; STANLEY, J.C. (1963); Experimental and quasi-experimental designs for research, Chicago, David McNally.**
- CANOTILHO, J.J. Goes; Moreira, Vital (1998); Constituição da República Portuguesa - Lei do Tribunal Constitucional, 5ª Edição Revista, Coimbra.**
- CARDOSO, Fernando Sant'Ana (1976); O Movimento no Jardim-de-infância, Edição do Autor.**
- CARMO, Hermano; Ferreira, Manuela Malheiro (1998); Metodologia da Investigação, Guia para Auto-Aprendizagem, Universidade Aberta, Lisboa.**
- CARNEIRO, Roberto (1997); "Made in Portugal - ao falar-se de política de formação, convém acrescentar humana e social", Revista "VISÃO", 11 de Setembro, Lisboa.**
- CARNEIRO, Roberto (2004); É preciso inventar a nova escola, Revista Notícias Magazine, nº 642, de 12 de Setembro, Lisboa.**
- Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa (1993); Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional, Conferência dos Ministros responsáveis pelo Desporto dos Países de Língua Portuguesa, Câmara Municipal de Oeiras.**
- Carta dos Direitos dos Jovens ao Desporto (1977); Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional, Câmara Municipal de Oeiras.**

- Carta Europeia do Desporto (1992); Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional, Conselho da Europa, Câmara Municipal de Oeiras.**
- CARVALHO, Alfredo Melo de (1987); Desporto Escolar, Editorial Caminho, Lisboa.**
- CARVALHO, J. Eduardo Carvalho (2002); Metodologia do Trabalho Científico – “Saber-Fazer” da investigação para dissertações e teses, Escolar Editora, Lisboa.**
- CHAMBEL, Maria José; Curral, Luís (1995); Psicossociologia das Organizações, Texto Editora, Lisboa.**
- CHAGAS, Carlos Alberto (1991); A Perspectiva Sindical do Desporto Escolar - Uma Participação Activa das Escolas e das Autarquias, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.**
- CHATEAU, Jean (1975); A Criança e o Jogo, Biblioteca Filosófica, Atlântida Editora, S.A.R.L., Coimbra.**
- CLEGG, Frances (1995); Estatística para Todos, Edição Gradiva, Lisboa.**
- Código de Ética do Desporto (1992); Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional, Conselho da Europa, Câmara Municipal de Oeiras.**
- COHEN, L. & MANION, L. (1989); Case Study Research Methods in Education, 3ª ed., Londres, Routledge.**
- COOK, T. D.; CAMPBELL, D. T. (1979); Quasi-Experimentation: Design and analyses Issues for field steerings, Boston, Houghton Mifflin Company.**
- CONSTANTINO, José Manuel (1988); “Desporto Escolar: uma questão do sistema educativo português ou sistema desportivo nacional?”, “Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto”, Vol. IV, nº 23, Lisboa.**
- CONSTANTINO, José Manuel (1990); Política de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias, Câmara Municipal de Oeiras.**
- CONSTANTINO, José Manuel (1991); As Responsabilidades dos Municípios Face às Necessidades da Prática Desportiva das Crianças e dos Jovens em Idade Escolar, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.**
- CONSTANTINO, José Manuel (1992); Desporto Português as Soluções Adiadas, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.**

- CONSTANTINO, José Manuel (1995); "A Educação Física o Desporto e o Desenvolvimento Regional, "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol. XI, nº 65, Lisboa.**
- CONSTANTINO, José Manuel (1997); "Modernizar o Sistema", Jornal "Record" de 2 de Janeiro, Lisboa.**
- CONSTANTINO, José Manuel (1998); "O Desporto Nacional", Jornal "Record" de 6 de Janeiro, Lisboa.**
- Constituição da República Portuguesa, As 5 versões após 25 de Abril, (1999); Porto Editora.**
- Constituição da República Portuguesa (1999), Porto Editora, Porto.**
- COREY, Stephen (1953); Action Research to Improve Schools Practices, New York: Teachers College Press.**
- CORREIA, Fernando (1998); "Os Jornalistas e as Notícias", 2ª edição, Editorial Caminho, Lisboa.**
- CORREIA, Fernando (2004); Valeu a Pena - Ter Vivido o que Vivi, SeteCaminhos, Lisboa.**
- COUBERTIN, Pierre de (1931); Mémoires Olympiques, Bureau International de Pédagogie Sportive, Lausanne, Suisse.**
- COUTINHO, João (1984); "Desporto na Escola", "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol. I, nº 4, Lisboa.**
- CYRULNIK, Boris (2003); Resiliência – Essa Inaudita Capacidade de Construção Humana, Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, Lisboa.**
- DAMÁSIO, António (2001); O Erro de Descartes, 22ª Edição, Publicações Europa América, Mem Martins.**
- DAMÁSIO, António (2003); O Sentimento de Si – O corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência, 14ª Edição, Publicações Europa América, Mem Martins.**
- DAMÁSIO, João (1997); "António Guterres Aconselhou - Rio Maior deve ser copiado", "O Remate", Semanário Ribatejano de Informação, 18 de Novembro, Ano IV, nº 155, Tomar.**
- Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); Os Direitos da Criança, Galeria da Universidade do Minho, Fundação Engº António de Almeida, Porto.**

- DELORS, Jacques (1996); Educação um Tesouro a Descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, Edições ASA.**
- DESHAIES, Bruno (1992); Metodologia da Investigação em Ciências Humanas, Coleção Epistemologia e Sociedade, nº 65, Instituto Piaget, Lisboa.**
- DEWEY, John (1916); Democracy and Education, New York, MacMillan & Cº.**
- Dicionário da Língua Portuguesa (1996); Porto Editora, Multimédia, Porto.**
- D'HAINAUT, Louis (1992); Conceitos e Métodos da Estatística, Vol II, Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.**
- DOLBEC, André (2003); A Investigação-Ação, Investigação Social - Da problemática à colheita de dados, Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda, Loures.**
- Educação, O Jornal da (1984); "Por Decisão do Secretário das Obras Públicas - Escolas construídas desde 1981 não têm Ginásios", Ano VII, nº 78, Lisboa.**
- ENCARNAÇÃO, Fernando Sintra da (1972); Movimento, Desenvolvimento e Aprendizagem, Casa do Livro Editora, Lda, Lisboa.**
- Ensino Básico (1993); Programa do 1º Ciclo, Reforma Educativa, Porto Editora.**
- ESTEVES, José (1970); O Desporto e as Estruturas Sociais, História e Sociologia do Desporto, Prelo Editora, Lisboa.**
- ESTEVES, José (1992); "A Democratização do Desporto através da Democratização da Cultura", Jornal "A Bola", de 16 de Agosto.**
- ESTRELA, Albano; Falcão, Maria Eugénia (1992); Investigação-Ação em Educação-Problemas e Tendências, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.**
- ESTRELA, Albano (1994); Teoria e Prática de Observação de Classes - Uma Estratégia de Formação de Professores, 4ª Edição, Porto Editora, Porto.**
- FEIO, Noronha (1981); Educação Física e Desporto Escolar, Sistema de Ensino em Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.**

- FERREIRA, Carlos Manuel dos Santos (1999); Modelo de formação reflexiva em ensino clínico com recurso à técnica de espelhamento: Impacto na satisfação dos estudantes**, Dissertação de Mestrado em Educação – Administração Escolar apresentada à Universidade de Évora.
- FERREIRA, Carlos Manuel dos Santos (2002); A Técnica de Espelhamento em Ensino Clínico**, Dissertação apresentada para concurso de provas públicas, na Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, do Ensino Superior Politécnico de Coimbra.
- FERREIRA, Fernando (1988); “Desporto e Escola”,** Jornal “Diário Popular”, de 4 de Abril, Lisboa.
- FERREIRA, Fernando (1991); “O Desporto Escolar em Marcha”,** Jornal “Record”, de 12 de Fevereiro, Lisboa.
- FORTIN, Marie-Fabienne (2003); O Processo de Investigação - Da concepção à realização**, Décarie Éditeur, Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda, Loures.
- FRADA, João José Cúcio (1993); Guia Prático para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos**, Edições Cosmos, Lisboa.
- FREIRE, José M. C. (2002); A Escola como observatório de necessidades educativas de alunos e formativas dos professores - Organização de cartas de intervenção estratégica visando a caracterização dos actos e factos educativos como ancoragem de uma pedagogia de ajuda, rumo à Escola Sensível e Transformacionista**, Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, Universidade Aberta.
- FREEMAN, Frank S. (1962); Teoria e Prática dos Testes Psicológicos**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GALISSON, Robert; Porcher, Louis (1986); Distractionnaire**, Clé International, Paris.
- GAMEIRO, Felícia Prudêncio (2004); Factores de Constrangimento nas Práticas Educativas no Jardim de Infância**, Colecção Análise da Acção Educativa, Edições Cosmos, Chamusca.
- GASPAR, Maria Ivone (1996); Ensino Secundário em Portugal - Que currículo?**, Políticas de Educação 3, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.
- GAUTHIER, Benoît, (2003); Investigação Social - Da problemática à colheita de dados**, Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda, Loures.

- GIL, Dulcinea (1997); Práticas e Concepções de Professores de Língua Portuguesa sobre a Avaliação das Aprendizagens: Aspectos Metodológicos do Estudo, Métodos e Técnicas de Investigação Científica em Educação, Actas do VII Colóquio Nacional da Secção Portuguesa da AIP ELF/AFIRSE, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.**
- GHIGLIONE, Rodolphe & Matalon, Benjamin (2001); O Inquérito: Teoria e Prática, Oeiras, Celta.**
- GONÇALVES, Carlos Alberto; Constantino, J.M. (1989); "As Instalações Desportivas Escolares", "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol. V, nº 30, Lisboa.**
- GONÇALVES, Carlos Alberto, et al. (1991); Educação Física e Desporto Escolar: Complementariedade e Interdependência, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3-Verão-Outono, Lisboa.**
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1978); Volume XV, p. 565, Lisboa.**
- GRILO, Eduardo Marçal Carrega (1997); Intervenções 2, Um Ano de Governo (1996), Ministério da Educação, Lisboa.**
- Imprensa Nacional Casa da Moeda (2004); Constituição da República Portuguesa - 6ª Revisão, Lisboa.**
- HILL, Manuela Magalhães & Hill, Andrew (2000); Investigação por Questionário, Edições Sílabo, Lda, Oeiras.**
- KETELE, Jean-Marie de & Roegiers, Xavier (1999); Metodologia da Recolha de Dados, Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos, Coleção Epistemologia e Sociedade, nº 98, Instituto Piaget, Lisboa.**
- KREGEL, Wilhelm (1974); O Desporto e a Sociedade, Cultura e Desporto, nº 12, Centro de Documentação e Informação, Direcção-Geral de Desportos, Lisboa.**
- LEWIN, Kurt (1946); Action Research and Minority Problems, Journal of Social Issues, Vol. 2.**
- LICKERT, R.A. (1971); Technique for the measurement of attitudes, in Summers, G. (ed), Attitude measurement, Chicago, Raud McNally & Company.**

- LIMA, Teotónio (1974); O Desporto e o seu Universo, Cultura e Desporto, nº 18, Centro de Documentação e Informação, Direcção-Geral de Desportos, Lisboa.**
- LIMA, Teotónio (1996); "Ensinar Primeiro" (Editorial), "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol. XIII, nº 74, Lisboa.**
- LIU, Michel (1983); Approche sócio-technique de l'organisation, Edições d'Organisation, Paris, França.**
- LUCHEN, Gunther; Weis, Kurt (1979); Sociologie del Deporte, Valladolid, Edições Minón, Espanha.**
- MARIVOET, Salomé (1998); Aspectos Sociológicos do Desporto, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.**
- MARQUES, António; Fonseca, António; Candeias, Jenny; Coelho, Olímpio; Cunha Amaldo; Veloso, Rui Jorge; Cunha, Paulo (2004); Os Jovens e o Desporto - Oportunidades e Dificuldades, Confederação do Desporto de Portugal, Lisboa.**
- MARQUES, Ramiro (1997); Educação Social na Escola Básica - Modelos e Métodos, Biblioteca do Educador, Livros Horizonte, Lisboa.**
- MARREIROS, João (1992); Jogos Olímpicos e Olimpismo, 2ª Edição do autor, Tomar.**
- MARREIROS, João (1998); Desporto Escolar que Realidade? Contributo para a Caracterização deste Subsistema de Ensino na Região de Tomar , Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Évora.**
- MARREIROS, João (1999a); Desporto Escolar - Num ano lectivo alunos têm somente quatro meses de actividade?, Jornal "Cidade de Tomar" de 29 de Outubro.**
- MARREIROS, João (1999b); "Desporto Escolar - Alunos querem outras actividades", Jornal "Cidade de Tomar" de 12 de Novembro.**
- MARREIROS, João (1999c); "Desporto Escolar - Escolas muito pesadas de disciplinas e conteúdos mas com verbas atrasadas", Jornal "Cidade de Tomar" de 26 de Novembro.**
- MARREIROS, João (1999d); "Desporto Escolar - Procedimentos disciplinares para atletas na escola(!) e para os alunos nos clubes?", Jornal "Cidade de Tomar" de 10 de Dezembro.**

- MARREIROS, João (1999e); Avaliação do Desempenho dos Docentes, Jornal "Cidade de Tomar" de 24 de Dezembro..**
- MARREIROS, João (2000a); "Desporto Escolar - Poderá combater a toxicod dependência?", Jornal "Cidade de Tomar" de 7 de Janeiro.**
- MARREIROS, João (2000b); "Desporto Escolar - Ainda há escolas sem laboratórios para a Educação Física", Jornal "Cidade de Tomar" de 4 de Fevereiro.**
- MARREIROS, João (2000d); Desporto Escolar - Programas dos Governos, Jornal "Cidade de Tomar" de 3 de Março.**
- MARREIROS, João (2003); O Desporto Escolar e a Cidadania, in Didácticas e Metodologias de Educação - Percursos e Desafios, Departamento de Pedagogia e Educação, Universidade de Évora, Volume II, pp. 1063-1066.**
- MARREIROS, João (2004a); "Desporto Escolar: Uma aposta no futuro", Comunicação editada em CD, III Congresso do Desporto Escolar, Porto.**
- MARREIROS, João (2004b); "Desporto Escolar", Entrevista publicada no Jornal "Desporto JOVEM", 12 de Março, III Série, nº 21, pp. 3-5, Lisboa.**
- MARTÍNEZ, P.; Garcia M^a C.; Montoro, J. M^a (1988); Primeros Pasos en Psicomotricidad en la Educación Infantil, Editora Narcea, S.A. de Ediciones, Madrid, España.**
- MATEEV, Dragomir (1975); O Movimento Olímpico e o seu Alcance Social, Cultura e Desporto, nº 24, Centro de Documentação e Informação, Direcção-Geral de Desportos, Lisboa.**
- MAXIMINO, Maria Paula (2004); O Diagnóstico de Necessidades Diferenciadas de Educação em contexto de Supervisão Pedagógica - A Transversalidade Educativa e Pedagógica, Dissertação de Mestrado, Volume I, Departamento de Pedagogia e Educação, Universidade de Évora.**
- MEIGNANT, Alain (1973); L'intervention sociopédagogique dans les organisations industrielles, Edição Mouton, Paris, França.**
- MEIRIM, José Manuel (1993); Leis do Sistema Desportivo, Colecção Leges, Editorial Notícias, Lisboa.**
- MEIRIM, José Manuel (1995a); Clubes e Sociedades Desportivas, Uma Nova Realidade Jurídica, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.**
- MEIRIM, José Manuel (1995b); Dicionário Jurídico do Desporto, Edições Record, Lisboa.**

- MENDES, Nelson (1969); Conceito Actual de Educação Física - A Humanização do Movimento**, Oficina de Estudos Gráficos, Lda, Lisboa.
- MIALARET, Gaston (1987); Prática e Investigação em Educação, Investigação Educacional - Colectânea de Textos organizados por António Nóvoa, Formação Educacional, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, Lisboa.**
- Ministério da Educação (1997); Breves Notas sobre o Desporto Escolar - Conceitos, Evolução e Perspectivas de Desenvolvimento**, Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, Lisboa.
- Ministério da Educação (1997); Roteiro do Ano Escolar do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário**, Lisboa.
- Ministério da Educação (1990); Programa do Desporto Escolar, Ano Lectivo de 1990/91, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.**
- Ministério da Educação (2003); Programa do Desporto Escolar, Ano Lectivo de 2003/04, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.**
- Ministério da Educação (2004); Programa do Desporto Escolar, Ano Lectivo de 2004/05, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário.**
- Ministério da Educação (1997a); Educação Pré-Escolar, Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.**
- Ministério da Educação (1997b); Educação Pré-Escolar, Legislação.**
- MOTA, Rogério (1984); "A Situação Oficial do Desporto Escolar", "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol. I, nº 4, Lisboa.**
- MOTA, Rogério (1997); "A Educação Física e o Desporto Escolar", "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol XIII, nº 76, Lisboa.**
- MURTEIRA, Bento José Ferreira (1979); Probabilidades e Estatística, Vol. I, McGraw-Hill, São Paulo.**
- MURTEIRA, Bento José Ferreira (1980); Probabilidades e Estatística, Vol. II, McGraw-Hill, São Paulo.**
- MURTEIRA, Bento José Ferreira (1993); Análise Exploratória de Dados - Estatística Descritiva, McGraw-Hill, São Paulo.**
- NETO, Carlos Alberto Ferreira (1994); Educação Física e Desporto, Cartas, Convenções, Recomendações e Códigos de Carácter Internacional, Proposta de Carta dos Direitos da Criança ao Desporto, Câmara Municipal de Oeiras.**

- Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986); Nova Edição Revista e Ampliada, Editora Nova Fronteira, p. 1 622.**
- NÓVOA, António (1988); Um Tempo de Ser Professor, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.**
- NÓVOA, António (2004); "A Escola não se interessa pelos alunos", Revista VISÃO, 14 de Outubro, Lisboa.**
- PADRÃO, Isaltina (2004); Obesidade aumenta assustadoramente, Jornais Diário de Notícias, 29 e 30 de Setembro, Lisboa.**
- PATRICIO, Manuel Ferreira (1993); Lições de Axiologia Educacional, Temas Educacionais, Universidade Aberta, Lisboa.**
- PATRÍCIO, Manuel F. (1996); A Escola Cultural – Horizonte Decisivo da Reforma Educativa, Educação Hoje, 3º Edição, Texto Editora, Lisboa.**
- PATRICIO, Manuel Ferreira (org.) (2002); Globalização e Diversidade - A Escola Cultural, Uma Resposta, Colecção Mundo de Saberes 30, Porto Editora, Porto.**
- PEREIRA, Wilson; Tanaka Oswaldo K. (1990); Estatística Conceitos Básicos, McGraw-Hill, São Paulo.**
- PIAGET, Jean (1991); Psicologia e Epistemologia, Publicações D. Quixote, Nova Enciclopédia, Lisboa.**
- PINA, Manuel M. A. (1997); Estrutura e Dinâmica do Desporto Escolar, Levantamento e Análise da Situação em Portugal de 1990 a 1995, do Modelo à Prospectiva, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.**
- PIRES, Gustavo (1991a); O Desporto no Século XXI os Novos Desafios, Câmara Municipal de Oeiras.**
- PIRES, Gustavo (1991b); Desporto Escolar: Opções; Estratégias; Futuros, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.**
- PIRES, Gustavo (1994/95); Desporto Escolar Desenvolvimento e Gestão de Projectos, Departamento de Ciências do Desporto, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.**
- Portugal (1989); Constituição da República Portuguesa, Segunda Revisão, Quid Juris, Sociedade Editora, Lda, Lisboa.**

- POSTIC, Marcel (1990); A Relação Pedagógica, Coimbra Editora.**
- PROENÇA, Jorge; Constantino, J. M. et al (1998a) Olimpismo, Desporto e Educação, Edições Universitárias, Lusófonas, Lisboa.**
- PROENÇA, Jorge (1998b); Questionar a Educação Física: Da definição de prioridades para a escola e para a vida à flexibilidade dos currículos, Revista de Humanidades e Tecnologias da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Educação física, Desporto e Tempos Livres, Lisboa.**
- PROENÇA, Jorge (1999); Desporto e Políticas Educativas – Desafios actuais, Communio, Revista Internacional Católica, Lisboa.**
- QUIVY, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (1998); Manual de Investigação em Ciências Sociais, Trajectos, Gradiva, Lisboa.**
- REIS, Elizabeth (1998); Estatística Descritiva, Edições Sílabo, Lda, Lisboa.**
- REVEZ, Maria Helena Allen (2004); Gestão das Organizações Escolares - Liderança Escolar e Clima de Trabalho - Um estudo de Caso, Colecção Análise da Acção Educativa, Edições Cosmos, Chamusca.**
- ROSA, Joaquim Coelho (1994); Investigação e Educação, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa.**
- ROSÁRIO, Alberto Trovão do (1996); O Desporto em Portugal - Reflexo e Projecto de uma Cultura, Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa.**
- RUDIO, Franz (1986); Introdução ao Projecto de Pesquisa Científica, Editorial Vozes, Petrópolis.**
- RUIVO, Idílio Machado (2000); O Insucesso Escolar em Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico, Colecção Teses, Associação de Professores de Matemática, Lisboa.**
- SAAVEDRA, Amílcar (1988); Introdução à Educação Física - 10º/11º Anos de Escolaridade, Edições ASA, Porto.**
- SAMPAIO, Jorge (1998); Educação Memórias e Testemunhos, Conselho Nacional de Educação, Gradiva, Lisboa.**
- SÉRGIO, Manuel (1986); Para um Desporto do Futuro, Desporto e Sociedade, Antologia de Textos, nº 11, Ministério da Educação e Cultura, Direcção-Geral de Desportos, Lisboa.**

- SÉRGIO, Manuel; Rosário, T.; Feitosa, A.; Almada, F.; Vilela, J.; Tavares, V. (1999); O Sentido e a Acção, Epistemologia e Sociedade, nº 132, Instituto Piaget, Lisboa.**
- SÉRGIO, Manuel (2001); Algumas Teses sobre o Desporto, Educação Física e Desporto, Compendium, Lisboa.**
- SÉRGIO, Manuel (2002); Da Educação Física à Motricidade Humana, Colecção Gestão do Desporto, Universidade da Madeira.**
- SÉRGIO, Manuel; Escórsio, André; Pires, Gustavo; Guedes, Vinhais (2004a); Olhares sobre o Desporto, 2ª edição, Semanário Transmontano, Chaves.**
- SÉRGIO, Manuel (2004b); Alguns Olhares sobre o Desporto, Colecção Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, Lisboa.**
- SILVA, Cecília Moura da (1994); Estatística Aplicada à Psicologia e Ciências Sociais, McGraw-Hill, São Paulo.**
- SOARES, Jorge (1997); "Estrutura Organizacional do Desporto Escolar na Região Autónoma da Madeira: O papel dos professores de Educação Física", "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol. XIII, nº 78, Lisboa.**
- SOBRAL, Francisco (1976); Para uma Teoria da Educação Física, Textos Pedagógicos, Diabril, Lisboa.**
- SOBRAL, Francisco (1980a); Introdução à Educação Física, Colecção Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.**
- SOBRAL, Francisco; Barreiros, M.L.M. (1980b); Fundamentos e Técnicas de Avaliação em Educação Física, Centro de Documentação e Informação do ISEF da Universidade Técnica de Lisboa.**
- SOBRAL, Francisco (1986); A Atitude Antropobiológica em Cineantropometria, Motricidade Humana, ISEF, Universidade Técnica de Lisboa, Vol.2, nº 2, Lisboa.**
- SOBRAL, Francisco (1991a); Desporto Escolar e Desporto Federado: os Traços de Diferença, Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Dossier Desporto Escolar, nº 2-3, Lisboa.**
- SOBRAL, Francisco (1991b); "Desporto Escolar e Desporto Federado um Falso Dilema", "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol. VII, nº 41, Jan.-Fev., Lisboa**

- SOBRAL, Francisco (1994); Desporto Infanto-Juvenil - prontidão e talento, Cultura Física, Livros Horizonte, Lisboa.**
- SOBRAL, Francisco (1996); "De que falamos quando falamos de desporto?", Jornal "Record" de 5 de Março, Lisboa.**
- SOUSA, Marcelo Rebelo de (1992); Constituição da República Portuguesa e Legislação Complementar, Aequitas, Coleção Leges, Editorial Notícias.**
- SPIEGEL, Murray R. (1977); Probabilidade e Estatística, Editora McGraw-Hill, São Paulo.**
- STOER, Stephen (1986); Educação e Mudança Social em Portugal - 1970 - 1980, Uma Década de Transição, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Lisboa.**
- TOLEDO, Geraldo Luciano; Ovalle, Ivo Izidoro (1986); Estatística Básica, 2ª edição, Editora Atlas S.A., São Paulo.**
- TRINDADE, Vítor Manuel (1996); Estudo da Atitude Científica dos Professores - Do que se Pensa ao que se Faz, Instituto de Inovação Educacional, Ciências da Educação, Lisboa.**
- TRINDADE, Vítor Manuel (Coord) (1999); Metodologias do Ensino das Ciências Investigação e Prática dos Professores, Secção de Educação, Departamento de Pedagogia e Educação, Universidade de Évora.**
- TUCKMAN, Bruce W. (2000); Manual de Investigação em Educação, Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.**
- VAIRINHOS, Valter Martins (1997); Introdução à Estatística, Universidade Aberta, Lisboa.**
- VAYER, Pierre (1976); O Diálogo Corporal, Coleção Educação e Reabilitação, Socicultur.**
- VERDASCA, José Lopes Cortes (2002); Desempenho Escolar, Dinâmicas de Evolução e Elementos Configuracionais Estruturantes – Os casos do 2º e 3º Ciclos do Básico nos municípios de Évora e de Portel, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.**
- VIEIRA, Sónia; Hoffmann, Rodolfo (1986); Elementos de Estatística, Editora Atlas, S.A., São Paulo.**
- VILELA, António (1984); "As "Respostas" das Escolas em Desporto Escolar", "Horizonte, Revista de Educação Física e Desporto", Vol. I, nº 4, Lisboa.**

ZABALZA, M. (1994); Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola, Edições ASA, Porto.

WALLON, Henri (1979); Psicologia e Educação da Criança, Vega Universidade, Editorial Vega, Lisboa.

WITTROCK, Merlin C. (1989); La Investigación de la Enseñanza, I-Enfoques, teorías y métodos, Ediciones Paidós Educador, Barcelona, Espanha.

Referências Bibliográficas

Para a construção da bateria de questionários (Anexo 20) ao longo do processo de investigação, foi utilizada a seguinte bibliografia:

ALBARELLO, Luc (1997); Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais - Trajectos, Gradiva, Lisboa.

ALBOU, Paul (1968); Les Questionnaires Psychologiques, Presses Universitaires de France.

BELL, Judith (1997); Como Realizar um Projecto de Investigação - Trajectos, Gradiva, Lisboa.

CARMO, Hermano & Ferreira, Manuela Malheiro (1998); Metodologia da Investigação, Guia para Auto-aprendizagem, Universidade Aberta, Lisboa.

COHEN, L. & MANION, L. (1989); Case Study Research Methods in Education, 3ª ed., Londres, Routledge.

DESHAIES, Bruno (1992); Metodologia da Investigação em Ciências Humanas, Colecção Epistemologia e Sociedade, nº 65, Instituto Piaget, Lisboa.

ESTRELA, Albano (1994); Teoria e Prática de Observação de Classes - Uma Estratégia de Formação de Professores, 4ª Edição, Porto Editora, Porto.

FORTIN, Marie-Fabienne (2003); O Processo de Investigação - Da concepção à realização, Décarie Éditeur, Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda, Loures.

FREEMAN, Frank S. (1962); Teoria e Prática dos Testes Psicológicos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GAUTHIER, Benoît, (2003); Investigação Social - Da problemática à colheita de dados, Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda, Loures.

GHIGLIONE, Rodolphe & Matalon, Benjamin (2001); O Inquérito: Teoria e Prática, Oeiras, Celta.

HILL, Manuela Magalhães & Hill, Andrew (2000); Investigação por Questionário, Edições Sílabo, Lda, Oeiras.

KETELE, Jean-Marie de & Roegiers, Xavier (1999); Metodologia da Recolha de Dados, Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos, Coleção Epistemologia e Sociedade, nº 98, Instituto Piaget, Lisboa.

LICKERT, R.A. (1971); Technique for the measurement of attitudes, in Summers, G. (ed), Attitude measurement, Chicago, Raud McNally & Company.

QUIVY, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (1998); Manual de Investigação em Ciências Sociais, Trajectos, Gradiva, Lisboa.

TUCKMAN, Bruce W. (2000); Manual de Investigação em Educação, Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

VERDASCA, José Lopes Cortes (2002); Desempenho Escolar, Dinâmicas de Evolução e Elementos Configuracionais Estruturantes – Os casos do 2º e 3º Ciclos do Básico nos municípios de Évora e de Portel, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

Ofício Circular nº 59, de 30 de Outubro de 2003 – Através da Direcção-Regional de Educação de Lisboa (DREL), foram enviados os procedimentos a adoptar em relação a questionários a realizar em estabelecimentos de ensino.

Legislação Específica

A legislação mencionada constitui uma organização de dados fundamentalmente sobre o subsistema Desporto Escolar, englobado no sistema de ensino.

Os Diários da República como órgão de publicações oficiais serviram de pesquisa documental para mencionar as principais normas jurídicas.

Também ao trabalho policopiado de Pires (1994/95), foi retirada legislação relacionada com o Desporto Escolar.

- Decreto nº 6:203, de 7 de Novembro de 1919 - Programas do Ensino Primário Geral, Ensino Primário Superior e Ensino Normal Primário.
- Decreto nº 21 034, de 29 de Março de 1932 - Cria pela primeira vez a Repartição de Educação Física, com o fim de fiscalizar a execução dos programas de Educação Física.
- Decreto nº 21 110, de 4 de Abril de 1932 - Marca a rotura da Educação Física com o Desporto.
- Lei nº 1:941, de 11 de Abril de 1936, do Ministério de Instrução Pública - Prevê a criação e institucionalização da Organização Nacional que estimule o desenvolvimento integral da capacidade física de Mocidade Portuguesa.
- Decreto-Lei nº 26:611, de 19 de Maio de 1936, do Ministério da Educação Nacional - Institui a Organização Nacional denominada Mocidade Portuguesa.
- Decreto-Lei nº 30.279, de 23 de Janeiro de 1940 - Criação do Instituto Nacional de Educação Física (INEF).
- Decreto-Lei nº 32 341, de 3 de Setembro de 1942 - Cria o livre associativismo fora da Mocidade Portuguesa.
- Decreto Regulamentar nº 32 946, de 3 de Agosto de 1943 - Estrutura a Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, subordinando o associativismo à ordem estatal e autoritária.
- Decreto-Lei nº 47.311, de 12 de Novembro de 1966 - Revisão do estatuto da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa atribuindo-lhe competências sobre as actividades circum-escolares e criação do cargo de Comissário Nacional Adjunto para a Educação Física.
- Decreto-Lei nº 47.587, de 1 de Março de 1967 - Programas do Ensino Primário.
- Decreto-Lei nº 82/73, de 3 de Março - Definição do novo estatuto para a Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, com a atribuição de competências sobre a Educação Física e o Desporto Escolar, até então sob a responsabilidade da Mocidade Portuguesa.

- Decreto-Lei nº 694/74, de 5 de Dezembro - Revisão do Estatuto da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos, passando a designar-se por Direcção Geral dos Desportos. Atribui a responsabilidade sobre a disciplina de Educação Física às Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e do Ensino Secundário.
- Decreto-Lei nº 675/75, de 3 de Dezembro - Criação do Instituto Superior de Educação Física (ISEF).
- Despacho nº 523/75, de 31 de Dezembro - Institucionalização do Ensino Secundário Unificado.
- Despacho nº 36/77, de 8 de Fevereiro - Nomeação dos responsáveis distritais para o Desporto Escolar.
- Despacho nº 49/77, de 18 de Fevereiro - Nomeação dos Coordenadores Concelhios para a Educação Física e Desportos.
- Despacho nº 175/77, de 18 de Junho - Nomeação do Coordenador Nacional para o Desporto Escolar.
- Despacho nº 78/77, de 22 de Junho - Carga horária da disciplina de Educação Física (9º ano).
- Despacho nº 153/77, de 7 de Novembro - Carga horária da disciplina de Educação Física.
- Despacho nº 186/77, de 29 de Novembro - Carga horária da disciplina de Educação Física.
- Decreto-Lei nº 553/77, de 31 de Dezembro - Reorganiza a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Desportos, retirando-lhe as competências relativas ao Desporto Escolar, subordinando todo o quadro do Desporto Escolar às Direcções-Gerais do Ensino Básico e do Ensino Secundário.
- Decreto-Lei nº 554/77, de 31 de Dezembro - Atribui às Direcções-Gerais dos Ensinos Básico e Secundário e à Inspeção-Geral do Ensino Particular as competências sobre o Desporto Escolar.
- Portaria nº 434/78, de 2 de Agosto - Criação da estrutura nacional designada "Serviço de Educação Física e Desporto Escolar".
- Lei nº 63/78, de 29 de Setembro - Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Desportos.
- Decreto-Lei nº 197/79, de 29 de Junho - Cria os Serviços de Coordenação da Educação Física e Desporto Escolar. Surgiu o Grupo Desportivo Escolar (GDE). O funcionamento dos Serviços seria regulamentado por Portaria, que nunca chegou a ser publicada.
- Circular L/T/EES nº 94/79 - IS/EF, de 19 de Dezembro - Criação das Actividades de Aplicação.
- Decreto-Lei nº 513-T/79, de 26 de Dezembro - Funcionamento do estabelecimento de Ensino Superior Politécnico não integrado no Instituto Politécnico de Santarém.
- Despacho nº 29/81, de 13 de Novembro - Construção dos Pavilhões Polivalentes ou Ginásios para 2ª fase, nas escolas a serem construídas.
- Decreto-Lei nº 125/82, de 22 de Abril - Criação do Conselho Nacional de Educação.
- Decreto-Lei nº 46/85, de 22 de Novembro - Criação da Escola Superior de Tecnologia de Tomar.

- Decreto-Lei nº 150/86, de 18 de Junho - Extingue os Serviços de Coordenação da Educação Física e Desporto Escolar (Desenvolvimento do Desporto Escolar, pelas Federações Desportivas). Cessaram os GDE's.
- Lei nº 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo. Determina a elaboração de um Decreto-Lei sobre Educação Física e Desporto Escolar.
- Portaria nº 406/87, de 14 de Maio - Regulamenta o Desporto Federado.
- Lei nº 31/87, de 9 de Julho - Novo Regime do Conselho Nacional de Educação.
- Lei nº 33/87, de 11 de Julho - Regulamenta o exercício do direito de Associações de Estudantes. Assegura a participação dos estudantes, através das suas associações, na "organização das actividades circum-escolares e do Desporto Escolar (artº 15º) e das próprias instalações desportivas das escolas" (artº 21º).
- Despacho nº 4/ME/88, de 24 de Maio - Atribui à Direcção-Geral dos Desportos a responsabilidade do desenvolvimento das actividades desportivas de complemento curricular, estabelecendo as Normas Regentes do Desporto Escolar.
- Despacho conjunto nº 85/MPAT/ME/88, de 24 de Maio - Rede Integrada de Infra-Estruturas Desportivas.
- Decreto-Lei nº 277/88, de 5 de Agosto - Gestão do parque desportivo.
- Despacho nº 157/ME/88, de 4 de Outubro - Reestruturação do Grupo de Trabalho para elaboração do projecto de Decreto-Lei para o Desporto Escolar.
- Despacho nº 87/ME/89, de 30 de Maio - Criação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar. No quadro do Sistema Educativo, desenvolveu o Desporto Escolar no ano lectivo de 1989/90, com um Programa que funcionou em regime de experiência pedagógica.
- Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto - Estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação da Reforma Curricular. Considera o Desporto Escolar uma actividade de complemento curricular.
- Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro - Lei de Bases do Sistema Desportivo. Institucionaliza um modelo de Desporto Escolar entre o sistema educativo e desportivo.
- Despacho nº 226/ME/90, de 19 de Janeiro - Nomeações do Assessor do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar, dos Técnicos dos Serviços Centrais do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar e dos Técnicos responsáveis distritais do Desporto Escolar.
- Decreto-Lei nº 153-A/90, de 16 de Maio - Estabelece normas sobre a requisição de infra-estruturas desportivas.
- Despacho nº 117/ME/90, de 10 de Julho - Continuação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar com prolongamento em Regime de Experiência Pedagógica iniciada pelo Despacho nº 87/ME/89, de 14 de Junho.
- Despacho nº 139/ME/90, de 16 de Agosto - Programa do 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Despacho nº 141/ME/90, de 2 de Setembro - Aprova o modelo de apoio à organização das actividades de complemento curricular.

- Decreto-Lei nº 95/91, de 26 de Fevereiro - Definição organizativa do quadro geral do regime jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar.
- Decreto-Lei nº 334/91, de 8 de Setembro - Altera o Decreto-Lei nº 277/88, de 5 de Agosto - Reforma e gestão do parque desportivo.
- Despacho nº 1/SEAM/SESE/92, de 8 de Janeiro - Interrompe a experiência pedagógica desencadeada pelo Despacho nº 87/ME/89, de 30 de Maio e cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (GTDEFDE).
- Deliberação do Senado da Universidade de Coimbra, nº 7/92, de 19 de Fevereiro com a criação do Curso de Ciências do Desporto e Educação Física, e com funcionamento no âmbito da Reitoria da Universidade e transcrito na II Série do Diário da República, de 24 de Março de 1993.
- Despacho nº 108-AME/92, de 22 de Julho - Extingue o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto Escolar (GTDEFDE).
- Decreto-Lei nº 70/93, de 10 de Março - Existência legal da Escola Profissional de Tomar.
- Decreto-Lei nº 133/93, de 26 de Abril - Lei Orgânica do Ministério da Educação.
- Decreto-Lei nº 137/93, de 26 de Abril - Lei Orgânica do Departamento do Ensino Secundário.
- Decreto-Lei nº 138/93, de 26 de Abril - Lei Orgânica do Departamento de Educação Básica.
- Decreto-Lei nº 141/93, de 26 de Abril - Estrutura das Direcções Regionais de Educação.
- Decreto-Lei nº 143/93, de 26 de Abril - Lei Orgânica do Instituto do Desporto (INDESP).
- Decreto-Lei nº 145/93, de 26 de Abril - Criação do Conselho Superior do Desporto.
- Decreto-Lei nº 304/94, de 19 de Dezembro - Criação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar.
- Decreto-Lei nº 115/95, de 29 de Maio - Responsabilidade no estabelecimento da orgânica do Instituto do Desporto (INDESP) na organização do Desporto Escolar.
- Decreto-Lei nº 125/95, de 31 de Maio - Regulamenta as medidas de apoio à prática desportiva de alta competição.
- Portaria nº 947/95, de 1 de Agosto - Define critérios técnicos para a qualificação como praticante desportivo de alta competição e praticante integrado no percurso de alta competição.
- Despacho nº 30/SEED/95, de 11 de Agosto - Frequência da disciplina de Educação Física.
- Decreto-Lei nº 296-A/95, de 17 de Novembro - Aprova a Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional, segundo a qual o Desporto Escolar fica no âmbito do Ministério da Educação.
- Lei nº 10-A/96, de 23 de Março - Grandes Opções do Plano para 1996.
- Circular nº 2/96, de 21 de Junho - Actividades de Complemento Curricular.
- Decreto-Lei nº 96/96, de 17 de Julho - Criação do Instituto Politécnico de Tomar.

- Decreto-Lei nº 123/96, de 10 de Agosto - Regulamenta as medidas de apoio às práticas de alta competição.
- Decreto-Lei nº 164/96, de 5 de Setembro - Adequa as Leis Orgânicas do Instituto do Desporto e do Ministério da Educação, responsabilizando este em matéria de Educação Física e Desporto Escolar, face ao estabelecido no Decreto-Lei nº 296-A/95, de 17 de Novembro - Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional.
- Decreto-Lei nº 165/96, de 5 de Setembro - Cria o Gabinete Coordenador do Desporto Escolar - GCDE.
- Despacho nº 219/ME/96, de 10 de Setembro - Nomeação do Director do Desporto Escolar.
- Apresentação do Orçamento de Estado na Assembleia da República, em 14 de Novembro de 1996.
- Despacho Conjunto nº 252-A ME/MS/96, de 29 de Novembro - Cria o Grupo de Trabalho sobre a Saúde Escolar, com a participação do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar.
- Ofício Circular nº 8, de 16 de Janeiro de 1997 da Direcção-Regional de Educação de Lisboa - Carga horária semanal da disciplina de Educação Física.
- Despacho Conjunto nº 44/ME/MA/97, de 20 de Março - Aprova o financiamento do Desporto Escolar através do subsídio a atribuir ao Gabinete Coordenador do Desporto Escolar pelo Instituto do Desporto (INDESP).
- Ofício nº 3530 de 20 de Março de 1997 do Centro de Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo - Informações sobre dados relativos à Área Educativa.
- Decreto-Lei nº 62/97, de 26 de Março - Lei Orgânica do Instituto Nacional do Desporto (IND).
- Despacho nº 1230/97, de 2 de Junho - Criação da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.
- Ofício nº 07130, de 9 de Julho de 1997 - Para a realização de actividades do Desporto Escolar, a quarta-feira de tarde, deverá ser livre para os professores e alunos.
- Decreto-Lei nº 258/97, de 30 de Setembro - Actualiza pela primeira vez o regime legal do financiamento regular e autónomo do Desporto Escolar face à distribuição da exploração do Totoloto em relação à administração pública desportiva.
- Ofício nº 006459, de 7 de Novembro de 1997 - Gabinete de Gestão Financeira - Verba destinada ao Desporto Escolar na Escola Secundária de Jácome Ratton, Tomar.
- Decreto-Lei nº 314/97, de 15 de Novembro - Nova tipologia dos estabelecimentos de educação e de ensino público.
- Ofício nº 12338, de 27 de Novembro de 1997 - Sector de Educação Física e Desporto Escolar, Apoio Específico, do Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo.
- Regulamento Geral de Provas do Desporto Escolar, de Novembro de 1997.
- Decreto-Lei nº 317/97, de 25 de Novembro - Aprova o regime de instalação e Funcionamento das instalações desportivas de uso público.
- Lei nº 127-A/97, de 20 de Dezembro - Grandes Opções do Plano Nacional para 1998.

- Ofício nº 1199, de 2 de Fevereiro de 1998 - Verba para o Projecto do Desporto Escolar na Escola Secundária de Jácome Ratton de Tomar.
- Telefax nº 286, de 20 de Fevereiro de 1998 - Número de participantes na prova de corta-mato a nível distrital
- Ofício nº 2223, de 27 de Fevereiro de 1998 - Actividades de Férias do Desporto Escolar.
- Ofício nº 1296, de 25 de Março de 1998 - Financiamento das despesas com o Desporto Escolar no Ano Económico de 1998.
- Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio - Estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, bem como dos respectivos agrupamentos, obrigando o Desporto Escolar a dar uma resposta progressiva e ajustada à possibilidade de associação de estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico, e Secundário em torno de um projecto comum.
- Ofício nº 3517, de 31 de Julho de 1998 - Financiamento das despesas com o Desporto Escolar no Ano Económico de 1998.

Lei nº 67/98, de 26 de Outubro - Protecção de dados pessoais.

- Portaria nº 999/98, de 27 de Novembro - Transfere para as Direcções Regionais de Educação a propriedade e posse dos pavilhões desportivos escolares construídos no âmbito do Programa Desporto Escolar 2000.
- Portaria nº 206/99, de 25 de Março - Altera a Portaria nº 999/98, de 27 de Novembro, clarificando as entidades a quem ficam afectos os pavilhões desportivos escolares construídos no âmbito do Programa Desporto Escolar 2000.

Decreto-Lei nº 1537/2000, de 21 de Julho – Reajustamento da distribuição dos resultados de exploração do Totoloto.

- Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro - Estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do Ensino Básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.
- Decreto-Lei nº 7/2001, de 18 de Janeiro - Estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do Ensino secundário, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.
- Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de Outubro - Aprova a nova orgânica do Ministério da Educação, onde as competências do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar dependem da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Portaria nº 1550/2002, de 26 de Dezembro - Proceda a alguns ajustamentos aos planos de estudo dos cursos básicos em regime articulado.
- Decreto-Lei nº 317/02, de 27 de Dezembro - Actualiza o regime legal da distribuição dos resultados da exploração do Totoloto.
- Decreto-Lei nº 7/03, de 15 de Janeiro - Conselho Municipal de Educação.

- Decreto-Lei nº 37/2003, de 6 de Março - Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Estabelece a distribuição de receitas da Lotaria Nacional dos anos 2003 a 2005 e do Totoloto dos anos 2004 e 2005.
- Decreto-Lei nº 96/2003, de 7 de Maio - Criação do Instituto de Desporto de Portugal.
- Despacho Conjunto nº 948/03, de 26 de Setembro - Revisão do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), criado no âmbito do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), visando a integração orientada para situações de respostas de ordem social.
- Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Março de 2004 - Identificação das crianças e jovens entre 6 e os 18 anos em situação de abandono escolar ou absentismo prolongado, de modo a permitir desenvolver respostas integradas e adequadas.
- Decreto Regulamentar nº 17/2004, de 28 de Abril - Aprova a estrutura orgânica da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Resolução do Conselho de Ministros de 30 de Abril de 2004 - Formação de jovens que participem nas construção de respostas educativas, formativas, desportivas e de lazer social.